

Organizadores

Frederico Viana Machado
Gustavo Martineli Massola
Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

Estado, Ambiente e Movimentos Sociais

Coleção

*Práticas sociais, Políticas Públicas
e Direitos Humanos*

Coordenação

Ana Lúcia Campos Brizola
Andrea Vieira Zanella



Coleção

Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos

Coordenação

Ana Lúcia Campos Brizola

Andrea Vieira Zanella

Vol. 8 Estado, Ambiente e Movimentos Sociais

Organizadores

Frederico Viana Machado

Gustavo Martineli Massola

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro



ABRAPSO EDITORA



Florianópolis

2015

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

I61 Estado, Ambiente e Movimentos Sociais [recurso eletrônico] / organizadores Frederico Viana Machado, Gustavo Massola, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro ; coordenadoras da coleção Ana Lídia Campos Brizola, Andrea Vieira Zanella. - Florianópolis : ABRAPSO Editora : Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015.
307 p.: tabs. - (Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos; v. 8)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-86472-27-5

1. Psicologia social. 2. Movimentos sociais - Psicologia. I. Machado, Frederico Viana. II. Massola, Gustavo. III. Ribeiro, Maria Auxiliadora Teixeira. IV. Série.

CDU: 159.9

Diretoria Nacional da ABRAPSO 2014-2015

Presidente: Aluísio Ferreira de Lima

Primeiro Secretário: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Segundo Secretário: Leandro Roberto Neves

Primeira Tesoureira: Deborah Christina Antunes

Segunda Tesoureira: Renata Monteiro Garcia

Suplente: Carlos Eduardo Ramos

Primeira Presidenta: Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)

ABRAPSO Editora

Ana Lúcia Campos Brizola

Cleci Maraschin

Neuza Maria de Fatima Guareschi

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andrea Vieira Zanella - Universidade Federal de Santa Catarina

Benedito Medrado-Dantas - Universidade Federal de Pernambuco

Conceição Nogueira – Universidade do Minho, Portugal

Francisco Portugal – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lupicínio Íñiguez-Rueda – Universidad Autonoma de Barcelona, España

Maria Lúcia do Nascimento - Universidade Federal Fluminense

Pedrinho Guareschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Peter Spink – Fundação Getúlio Vargas

Edições do Bosque Gestão 2012-2016

Ana Lúcia Campos Brizola

Paulo Pinheiro Machado

Conselho Editorial

Arno Wehling - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO

Edgardo Castro - Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Fernando dos Santos Sampaio - UNIOESTE - PR

José Luis Alonso Santos - Universidad de Salamanca, España

Jose Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Leonor Maria Cantera Espinosa - Universidad Autonoma de Barcelona, España

Marc Bessin - École des Hautes Études en Sciences Sociales, France

Marco Aurélio Máximo Prado - Universidade Federal de Minas Gerais

Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

<http://www.abrapso.org.br/>

Sobre as Edições do Bosque

As *Edições do Bosque* têm como foco a publicação de obras originais e inéditas que tenham impacto no mundo acadêmico e interlocução com a sociedade. Compõe-se de um conjunto de Coleções Especiais acessíveis no repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. A tônica da editoria é aproximar os autores do público leitor, oferecendo publicação com agilidade e acesso universal e gratuito através dos meios digitais disponíveis. A *Edições do Bosque* conta com a estrutura profissional e corpo científico do Núcleo de Publicações (NUPPE) do CFH/UFSC.

<http://nuppe.ufsc.br/>

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104796>

Revisão: CCLI Consultoria linguística

Editoração: Spartaco Edições

Capa e Projeto gráfico: Spartaco Edições



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Sumário

A Coleção	1
Como prefácio: as dores e as delícias de ser do contra Eduardo Augusto Tomanik	3
Construção de lutas políticas na sociedade brasileira: dificuldades e possibilidades da ampliação de direitos democráticos por movimentos sociais no contexto do governo Lula Frederico Alves Costa	11
Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada Frederico Viana Machado e Cristiano Santos Rodrigues	22
Grande mídia nas manifestações de massa no Brasil em 2013 Telma Regina de Paula Souza	46
Greenpeace e Estado: paradoxos no ativismo ambiental Marcela de Andrade Gomes, Kátia Maheirie e Marco Aurélio Máximo Prado	65
A produção de documentários como estratégia em Psicologia Comunitária Elisa Harumi Musha e Erich Montanar Franco	82
Política, ambiente e comunidade: interfaces entre mundialização e Psicologia Social Marco Antonio Sampaio Malagodi, Gustavo Martineli Massola e Luis Guilherme Galeão-Silva	98
Sociedade civil e democratização: cartografias da psicologia social Mariana de Castro Moreira	122

Mapeamento etnográfico de movimentos de ocupação urbana em Porto Alegre	141
Cristiano Hamann, Rodrigo de Oliveira-Machado, João Pedro Cé e Adolfo Pizzinato	
Psicologia e políticas públicas: possibilidades para inclusão de catadores	158
Gláucia Tais Purin, Ana Paula Martins e Lorena de Fátima Prim	
O desenvolvimento da “questão natural” na obra de Serge Moscovici	177
Tania Barros Maciel, Priscilla Maia Rangel, Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac.	
Desastres e interdisciplinaridade: diálogos para a transdisciplinaridade	200
Alisson Tiago Gonçalves Vieira, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro e Mariana de Moraes Duarte Oliveira	
Performances tecnológicas em gestão para a prevenção de desastres: o caso dos pluviômetros em comunidades paulistanas	217
Mário Henrique da Mata Martins e Mary Jane Paris Spink	
Do movimento das águas ao movimento da vida ribeirinha: mulheres em transformação	237
Zaira de Andrade Lopes, Vivina Dias Sól Queiróz e Gabriela Lopes de Aquino	
Implicações socioafetivas do jovem com o local de moradia	264
Dayse Da Silva Albuquerque e Maria Inês Gasparetto Higuchi	
Estimar os jovens é estimar a escola, o bairro e a comunidade	284
Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Ana Kristia da Silva Martins e Debora Linhares da Silva	
Sobre os autores, organizadores e coordenadoras	303

A coleção

Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos reúne trabalhos oriundos do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em outubro de 2013. Comemorando 30 anos, ao realizar esse evento que aliou ensino, pesquisa e atuação profissional em Psicologia Social implicada com o debate atual sobre problemas sociais e políticos do nosso país e sobre o cotidiano da nossa sociedade, a ABRAPSO reafirmou sua resistência política à cristalização das instituições humanas.

A ABRAPSO nasceu comprometida com processos de democratização do país, a partir de uma análise crítica sobre a produção de conhecimento e atuação profissional em Psicologia Social e áreas afins. O horizonte de seus afiliados é a construção de uma sociedade fundamentada em princípios de justiça social e de solidariedade, comprometida com a ampliação da democracia, a luta por direitos e o acolhimento à diferença. Nossas pesquisas e ações profissionais visam a crítica à produção e reprodução de desigualdades, sejam elas econômica, racial, étnica, de gênero, por orientação sexual, por localização geográfica ou qualquer outro aspecto que sirva para oprimir indivíduos e grupos. Os princípios que orientam as práticas sociais dos afiliados à ABRAPSO são, portanto, o respeito à vida e à diversidade, o acolhimento à liberdade de expressão democrática, bem como o repúdio a toda e qualquer forma de violência e discriminação. A ABRAPSO, como parte da sociedade civil, tem buscado contribuir para que possamos de fato avançar na explicitação e resolução de violências de diversas ordens que atentam contra a dignidade das pessoas.

Os Encontros Nacionais de Psicologia Social promovidos pela ABRAPSO consistem em uma das estratégias para esse fim. Foi um dos primeiros eventos nacionais realizados na área de Psicologia (em 1980) e se caracteriza atualmente como o 3º maior encontro brasileiro de Psicologia, em número de participantes: nos últimos encontros congregou em média 3.000 participantes e viabilizou a apresentação de mais de 1.500 trabalhos.

O XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social foi concebido a partir da compreensão de que convivemos com violências de diversas ordens, com o aviltamento de direitos humanos e o recrudescimento de práticas de sujeição. Ao mesmo tempo, assistimos à presença cada vez maior de psicólogos(as) atuando junto a políticas de governo. Ter como foco do Encontro Nacional da ABRAPSO a temática **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos** possibilitou o debate desses acontecimentos e práticas, das lógicas privatistas e individualizantes que geralmente os caracterizam e os processos de subjetivação daí decorrentes. Ao mesmo tempo, oportunizou dar visibilidade às práticas de resistência que instituem fissuras nesse cenário e contribuem para a reinvenção do político.

Neste XVII Encontro, além da conferência de abertura, simpósios, minicursos, oficinas e diversas atividades culturais, foram realizados 39 Grupos de Trabalho, todos coordenados por pesquisadores/doutores de diferentes instituições e estados brasileiros. Estes coordenadores selecionaram até cinco trabalhos, entre os apresentados em seus GTs, para compor a presente coletânea. Um entre os proponentes de cada grupo responsabilizou-se pelo processo editorial que envolveu desde o convite para apresentação dos trabalhos completos, avaliação por pares, decisões editoriais e reunião da documentação pertinente. Como resultado, chegou-se à aprovação de 148 textos. Organizados por afinidades temáticas, mantendo-se os conjuntos dos GTs, estes passaram a compor os oito volumes desta Coleção. Para apresentar as edições foram convidados pesquisadores que participaram na coordenação de GTs ou organização do evento, com reconhecida produção acadêmica nas temáticas abordadas.

Agradecemos a todos os envolvidos neste projeto: trata-se de um esforço conjunto não apenas para a divulgação das experiências e do conhecimento que vem sendo produzido na Psicologia Social brasileira, em particular no âmbito da ABRAPSO, mas para a amplificação do debate e provocação de ideias e ações transformadoras da realidade social em que vivemos.

Ana Lídia Brizola

Andréa Vieira Zanella

Como prefácio: as dores e as delícias de ser do contra

Eduardo A. Tomanik

Este tal de animal-humano é mesmo estranho. Poderia estar vivendo até hoje, tranquilamente, sua existência de bicho, animal biológico, movido por instintos ou determinações naturais como todos os outros, mas não. Preferiu ser, como diriam nossos avós, do contra; fazer o inesperado, agir de forma diferente.

Primeiro, aprendeu a pensar ou inventou o pensamento, já que não temos notícias de outros pensantes antes dele. Diz a Bíblia que pagamos um preço caro por este atrevimento: perdemos todas as mordomias de viver no paraíso. Seria tão mais fácil continuar por lá, sem trabalhar e sem ter preocupações...

Não contente com isto, mais adiante o animal-humano aprendeu a pensar sobre a natureza e criou as ciências. Novamente, teria sido fácil (muito mais fácil, aliás), continuar a aceitar a suposição de que as coisas aconteciam como aconteciam porque um deus ou vários deuses determinavam que assim fosse.

Mas o bicho-humano parece não conseguir se livrar da mania de querer saber mais. Atrevido, inventou-se como objeto e, com isto, obrigou-se a pensar sobre si mesmo. As divergências que surgiram daí foram sérias. Já que os humanos parecem não conseguir viver isolados, um grupo de pensadores começou a tratá-los como membros de um bando e a estudar como as regras do bando agem sobre cada um de seus membros. Outro grupo passou a considerar cada um dos animais humanos como um indivíduo, alguém dotado de características próprias e que precisava e merecia ser estudado em si mesmo.

Poderíamos ter parado por aí e estabelecido uma respeitosa distância entre estes estudos. Com isto, os membros do primeiro grupo, que passaram a chamar-se de cientistas sociais poderiam ter continuado seus trabalhos de mapear e de entender como funcionam as regras e costumes sociais. Alguns continuam, e fazem trabalhos muito bons.

Os do segundo grupo, também conhecidos como psicólogos, poderiam ter ficado quietinhos em seus cantos, cuidando das pessoas e de seus problemas individuais. Alguns ficaram, e também são muito úteis. Aprendemos muito, tanto com estes quanto com aqueles.

Mas, tanto em um lado quanto no outro, mais uma vez, surgiram os do contra. No meio de cada um dos grupos alguns começaram a cismar que o bando também era composto por individualidades ou que o indivíduo, mesmo sendo único, sofria muitas influências do grupo. A saída, aí, foi inventar uma aparente contradição: uma psicologia (ciência do indivíduo) que fosse também social.

Realizada esta quase impossível alquimia, durante um bom tempo, cientistas esforçados e esperançosos dedicaram-se a desvendar como o outro, presente ou não, real ou imaginário, direcionava ou determinava as ações dos indivíduos humanos e a criar teorias sobre como aquela influência era exercida.

Mas para quê serviriam ou deveriam servir estes estudos? Os estudiosos e os praticantes desta psicologia social foram buscar esta resposta nos nossos colegas mais antigos, os estudiosos da natureza.

Quando os seres humanos decidiram tentar explicar os fenômenos naturais por leis também naturais, e não pelas vontades dos deuses, criaram vários motivos para explicar e para justificar estas buscas. Porém, entre aquelas intencionalidades ou motivações, uma se destacou tanto que passou a ser até considerada como natural, de tão aceita: a de que era preciso *conhecer para controlar*. Se entendêssemos bem as regras que determinam os acontecimentos naturais, poderíamos usar estas regras de forma a fazer com que a natureza nos ajudasse a suprir os nossos interesses de forma muito mais intensa e rápida do que vinha fazendo até então.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, muitos dos chamados cientistas sociais, psicólogos e psicólogos sociais assumiram, como justificativas para seus estudos, as necessidades e conveniências de harmonização da sociedade (eliminando os conflitos e as discordâncias) e de adaptação de cada indivíduo a esta sociedade, que oferecia oportunidades para que todos fossem prósperos e felizes.

Tudo parecia caminhar muito bem, mas, de novo, surgiram os do contra.

Primeiro foram uns revoltosos das ciências sociais que começaram a denunciar que a tal sociedade não era tão boazinha assim e, pior ainda, que aquelas ideias de harmonia eram apenas um tapume feito para esconder que enquanto a grande maioria dos indivíduos carregava o piano (e o pão, a farinha, o cimento, o tijolo e o mundo) nas costas, uns poucos, espertinhos, ficavam com tudo (ou com a maior parte) do que os outros produziam. Além dessa, uma porção de outras desigualdades eram escondidas por trás daquelas ideias sobre uma sociedade boa para todos.

Seguindo este caminho, outros do-contra começaram a se perguntar se valia a pena, mesmo, acalmar e adaptar os que reclamavam ou que não se adaptavam à tal sociedade; se não seria melhor (e mais humano) incentivar estes não adaptados justamente a não se adaptarem e a lutarem por mudar a sociedade. Para ser mais do contra ainda, tanto psicólogos (sociais ou não) quanto cientistas sociais desceram de seu pedestal de cientistas e passaram a participar das lutas, movimentos, associações e tentativas de ação dos não adaptados.

Como resultado deste movimento, mesmo tendo que enfrentar muita reclamação (e muita repressão), cientistas do contra foram construindo uma nova concepção de ciência, na qual a intenção de *conhecer para controlar* vem sendo substituída por outra: a de *desconfiar para transformar*.

Assim nasceu uma psicologia social do contra, contra aquela outra psicologia social, adepta da adaptação, mas a favor de mudanças que tornassem a vida de todos cada vez menos desigual.

No Brasil, estes psicólogos sociais do contra fundaram a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Desde a primeira reunião, com pouco mais de uma dúzia de pessoas, realizada num espaço e num tempo cedidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência até as condições atuais, em que conta com associados participantes em praticamente todos os Estados e cantos do país, em que seus Encontros Nacionais reúnem mais de 3.000 pessoas, em que tornou-se uma entidade conhecida e reconhecida, a ABRAPSO vem mostrando que ser do contra pode ser uma boa alternativa.

Como podemos ver pelos textos publicados pela ABRAPSO ao longo de todos estes anos, os participantes e simpatizantes desta psicologia social do contra primam por, como diriam novamente os antigos, se mete-

rem onde não foram chamados; eles insistem em estudar e em participar de espaços e de processos muito diferentes das preocupações que deveriam (ou que foram) as de uma ciência sobre o indivíduo no grupo. Temas como ambiente, estética, mídias, desigualdades e desigualizações sociais, política, manifestações artísticas não-comerciais, migrações, corpos, gêneros e sexualidades, saúdes, trabalho e educação aparecem constantemente naqueles textos, sempre envolvidos em preocupações sobre como aqueles processos influenciam as vidas das pessoas, mas também sobre como as pessoas atuam, diante e dentro deles.

Além disso, só para contrariar aqueles cientistas clássicos, que preferiam imaginar que a teoria e a prática eram e deviam ser momentos separados, no conjunto dos participantes e das atividades da ABRAPSO, além dos trabalhos de intervenção e de participação, as preocupações e os estudos teóricos sobre os processos psicossociais continuam existindo, e dando frutos muito bons, só que aparecem associadas a novos questionamentos, sobre os próprios processos e espaços sociais.

Mesmo em suas práticas institucionais, este pessoal continua, muitas vezes, sendo do contra. Num momento histórico em que os congressos científicos tendem a ser vistos como simples oportunidades para a conquista de novos registros no Currículo Lattes, os Encontros da ABRAPSO vêm priorizando a organização de Grupos de Trabalho, nos quais os resumos de pesquisa não são apenas apresentados, mas discutidos, repensados, confrontados e combinados com outros, que tiveram a mesma temática ou temáticas semelhantes. Os trabalhos deixam de ser tratados como unidades independentes.

Num tempo em que os textos tendem a ser avaliados pela quantidade de dígitos, a ABRAPSO insiste em priorizar a qualidade dos conteúdos. Num período (esperemos que seja apenas um período) em que a lógica do produtivismo quase sufoca a busca da profundidade e faz com que os artigos sejam tidos como os textos científicos mais importantes, a ABRAPSO insiste em produzir livros.

Aqui cabe um breve conjunto de comentários. Resumos (expandidos ou não), artigos, capítulos e livros são todos veículos de transmissão de conhecimentos científicos. O que os diferencia ou deveria diferenciar, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não é a extensão, a quantidade de páginas previstas e aceitas para cada um: é a finalidade.

Resumos, como sugere o nome, devem servir para divulgar os elementos essenciais de um trabalho, sem entrar em muitos detalhes. Os artigos, de forma geral, servem para a difusão dos resultados obtidos em um processo de pesquisa ou de intervenção; a discussão breve das bases teóricas e a descrição dos procedimentos, que normalmente fazem parte dos artigos, servem como bases para a apresentação e a discussão dos resultados. Já os livros autorais e os capítulos, nas coletâneas, são o espaço tradicionalmente destinado aos textos que visam os aprofundamentos teóricos, as discussões mais detalhadas, as reflexões mais complexas.

Nada impede, é claro, que artigos tragam discussões teóricas valiosas e há muitos que o fazem. Alguns periódicos científicos, inclusive, reservam espaços para a publicação de artigos deste tipo. No entanto, de forma geral, artigos são voltados para a difusão de informações, livros são voltados para as reflexões (ainda que, repito, as características de um possam também estar presentes no outro).

Mesmo em uma coletânea, é recomendável que o conjunto dos capítulos sirva para compor e para demonstrar uma ou mais ideias centrais, o que raramente ocorre nos periódicos (salvo, eventualmente, nas chamadas edições temáticas) e muito menos nas reuniões de resumos.

Voltando à ABRAPSO, novamente, seria mais fácil fazer o que (quase) todo mundo faz: ao final de cada Encontro, publica-se os Anais, com os resumos ou resumos expandidos que já haviam sido aprovados e pronto. O Encontro e todo o trabalho de sua organização estão acabados. Pois a ABRAPSO faz tudo isto, mas vai além.

Os últimos Encontros Nacionais e alguns Encontros Regionais têm produzido também coletâneas de textos especialmente selecionados, por sua qualidade e profundidade, como modo de disponibilizar reflexões e avanços teóricos que normalmente não estariam disponíveis nos Anais.

Aí o pessoal que centralizou a organização do XVII Encontro Nacional resolveu ser mais do contra ainda e publicar não um, mas oito livros, uma coleção inteira, de uma vez só. Imagine o atrevimento desse pessoal! Quem eles pensam que são?

O primeiro resultado, dolorido, deste contrariamento renitente, é que já estamos finalizando os preparativos e iniciando a realização do Encontro seguinte (o XVIII, de 2015 em Fortaleza) e o pessoal envolvi-

do com a Coleção ainda está trabalhando para finalizar o anterior, que aconteceu em 2013, em Florianópolis. E não estão fazendo isto, ainda, por terem trabalhado mal ou lentamente, mas porque resolveram trabalhar a mais.

O resultado delicioso é que a Coleção está toda aí, pronta, disponível e rica em ensinamentos, experiências e desafios. Este era o último livro previsto e sua publicação encerra a tarefa toda.

No caso específico deste volume, ao ter o privilégio de conhecê-lo antes da publicação, me encantou ver temas aparentemente tão desconexos e distantes como movimentos sociais diversos, construção de identidades e outros processos psicoafetivos, teorias sobre as relações entre o homem e a natureza, técnicas e estratégias de ação e a ressignificação de objetos e de processos foram trabalhados, isolados ou formando inesperados conjuntos, permitindo a construção de novos significados e de novos olhares não apenas sobre eles, mas para os conjuntos de nossas relações, vivências e reflexões.

Os jogos de sentidos, a denúncia dos processos de ocultação e as tentativas de construção de modos de revelação e superação dos mesmos, as possibilidades de desconstrução, reconstrução e ressignificação do que é tido como dado permeiam cada um e o conjunto dos textos.

Apenas como exemplos, em vários dos textos, a política é tratada como um campo de contradições mas também de possibilidades. Ora ela aparece como a denominação mas também como um conjunto de práticas que delineiam um significado muito próximo ao que foi o original, de modo de viver e de atuar na *pólis*, no mundo coletivo. O foco, nestes casos, é o da participação política.

Em outros momentos ou textos, ela é tomada como um conjunto de disposições institucionais, prescritas e adotadas por órgãos e agentes oficiais e que estabelecem e direcionam, portanto institucionalizam, ações, objetivos e formas de pensar. O âmbito, aqui, é o das políticas públicas. Só que, recusando suas possibilidades de imobilização e de cristalização das ações, elas são vistas e tratadas como práticas sociais, não exatamente como aquelas determinadas pela estrutura burocrática do Estado, mas como as que são vividas, efetivadas e sentidas pelos que delas participam, como executores ou beneficiários. Reafirmam-se assim as possibilidades

da existência do ser humano como agente, mesmo quando tudo poderia e parece contribuir para o contrário.

Possibilidades semelhantes são abertas e expostas quando o ambiente, que vem sendo tratado a séculos como tudo aquilo que está fora do ser humano, é apresentado como o espaço construído e ressignificado, individual e coletivamente, pelas práticas, as reflexões e os sentimentos humanos, no qual os seres humanos estão incluídos, do qual dependem para sua sobrevivência mas que só existe enquanto construção humana. Ou quando as vulnerabilidades (o homem exposto e submetido) são tratadas em conjunto e em contraste com os movimentos (o homem em ação e como manifestação ou construção de seu poder).

A amplitude e a diversidade dos temas abordados é outro ponto extremamente positivo. Numa escala espacial, os textos trazem preocupações que abarcam desde os processos planetários da mundialização até o espaço restrito (mas, nem por seu tamanho, menos importante) do cotidiano e das dificuldades dos jovens em seus bairros, dos catadores de materiais recicláveis ou das mulheres pescadoras. Numa outra escala, de amplitude teórica, os textos abrangem desde as concepções amplas e profundas sobre a natureza, elaboradas por um pensador reconhecido até as identidades, os desejos e as implicações socioafetivas construídas e vivenciadas por pessoas comuns, simples e que talvez não se reconheçam ou nem se reconheceriam como teóricos, mas que são autores de teorias prático/afetivas sobre eles mesmos, suas vidas e o mundo ao seu redor.

Além disso, instrumentos cuja função e utilidade são já, plenamente conhecidos e reconhecidos, aparecem, nestes textos, revistos e reinterpretados. Um documentário é o que o nome diz: algo que documenta, ou seja, que captura e imobiliza um acontecimento ou processo através de um ou mais registros e que conserva aqueles fenômenos justamente por tê-los capturado; um pluviômetro é um aparelho, um aparato técnico que serve para medir a quantidade de chuva numa área e num período determinados. Pois eles são isso, mas também não são apenas isso. Neste mundo de raciocínios do contra, documentários e pluviômetros ressurgem como produtos humanos, dotados de intencionalidades e de potencialidades de uso político, a favor ou contra a diminuição das desigualdades.

Diante de um conjunto de informações e de reflexões tão instigante, só para também ser do contra, não vou parabenizar nem felicitar os orga-

nizadores do Encontro, da Coleção, de cada livro, deste livro em especial, nem seus autores. Sei que suas felicidades e seus melhores presentes já se iniciaram em todo o processo de construção dos textos e dos livros, cresceram ou crescerão nos momentos de cada publicação e tornar-se-ão ainda maiores e mais completos com as transformações que as leituras dos textos certamente produzirão sobre os conhecimentos, os pensamentos, os afetos e as ações de seus leitores. Estes são os melhores impactos de um texto científico (e, talvez, os únicos que mereceriam ser considerados).

Quanto a você, leitor, que acompanhou até aqui estes meus comentários, uma última sugestão: mergulhe alegremente na leitura dos textos, deixe-se envolver por seus conteúdos, dialogue com eles.

Sei que você não vai sair contrariado desta aventura.

Construção de lutas políticas na sociedade brasileira: dificuldades e possibilidades da ampliação de direitos democráticos por movimentos sociais no contexto do governo Lula

Frederico Alves Costa

Introdução

A discussão apresentada foi realizada no XVII Encontro Nacional da ABRAPSO, focalizando a luta política de movimentos sociais brasileiros durante o período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), a partir de entrevistas realizadas junto a alguns movimentos sociais¹ e da Teoria Democrática Radical e Plural, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

O objetivo do capítulo é apontar para dois aspectos no interior do debate referente à luta política: por um lado, um modo de enfraquecimento da luta política, que denominamos de “expansão hegemônica”, focalizando a relação entre a atuação de movimentos sociais brasileiros e a conquista da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT); e por outro lado, uma forma de vínculo entre movimentos sociais na construção da luta política, que denominamos de “estratégia de aliança”. Dessa maneira, buscamos apresentar uma breve discussão sobre estratégias políticas no contexto brasileiro, no período do governo Lula, a partir da relação entre movimentos sociais e o governo Lula, concebida em termos da dinâmica de relações hegemônicas.

Esta discussão é baseada em uma pesquisa anterior (Costa, 2010), na qual entrevistamos, durante o ano de 2009 (final do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva), membros de diferentes grupos de movimentos sociais que atuavam na cidade de Belo Horizonte, os quais apresentavam demandas distintas e que historicamente têm realizado ações

¹ Entrevistas realizadas para a pesquisa de Costa (2010).

de protesto que não se reduzem a atuações construídas pela via da institucionalização da luta política. Esses grupos possuem posições diferenciadas em relação à institucionalização da luta política e todos defendem a importância de autonomia em relação ao governo². Os grupos investigados foram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Brigadas Populares (BP), Negras Ativas (NA), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e Assembleia Popular Metropolitana de Belo Horizonte (AP-MBH).

A discussão encontra-se fundamentada em considerações da Teoria Democrática Radical e Plural, a qual é desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desde meados dos anos 1980, sendo o livro seminal intitulado *Hegemony and Socialist Strategy* (1985). Esses autores propõem uma teoria democrática baseada na compreensão do antagonismo como elemento definidor do político, no entendimento da unidade política como constituída a partir de uma luta hegemônica e na compreensão das relações sociais como contingentes, sendo críticos tanto à concepção de um fundamento último da realidade quanto à atribuição de uma essencialidade aos sujeitos políticos.

A partir dos conceitos de antagonismo, hegemonia e contingência, a dinâmica política é concebida em torno de uma perspectiva que entende o político no terreno da divisão; assim, na impossibilidade de uma sociedade reconciliada. A instituição da sociedade é, desse modo, decorrente de uma relação entre particularidade e universalidade sob um terreno caracterizado pela compreensão do poder como um “lugar vazio”, isto é, nada nem ninguém é consubstancial ao poder, sendo a instituição da sociedade decorrente da hegemonização de um imaginário social que busca nomear aquele lugar vazio, representar a plenitude ausente da sociedade. Essa nomeação se faz a partir da emergência de relações antagônicas, ou seja, pela disputa entre um “nós” e um “eles” sobre a representação da sociedade, sendo o “nós” e o “eles” constituídos como negatividades, uma vez que só existem enquanto negação um do outro, sendo definidos não por um conteúdo positivo (já que esta perspectiva se afasta da noção de um fundamento último da realidade e de uma essencialidade dos sujeitos), e sim a partir daquilo que os impede de existir.

² Para melhor caracterização de cada um dos grupos pesquisados, ver Costa (2010).

A disputa política nesta medida é uma disputa pela constituição da sociedade, e é enquanto tal que se concebe que demandas dos sujeitos políticos são, desde o início, divididas: apresentam um caráter diferencial (particularidade), no que tange ao seu conteúdo concreto, que é a única possibilidade de constituição do próprio sujeito político (demanda antiagronegócio, pautada pelo MST; anti-homofobia, defendida pela ABGLT; antirracismo, afirmada pelo Negras Ativas, por exemplo); e apresentam um caráter equivalencial, na medida em que aquelas demandas indicam a necessidade de se nomear outra alternativa de sociedade, isto é, que a existência de determinado sujeito político não se faz possível no interior do campo de representação hegemônico existente.

Assim, as demandas visibilizam a ausência de plenitude da sociedade instituída e afirmam a possibilidade de uma outra nomeação de sociedade, não se reduzindo à oposição à estruturalidade da estrutura hegemônica, e sim, desde o início, se constroem pela subversão (negatividade) da própria constituição ontológica dessa estrutura (Laclau, 1993). Dessa maneira, como colocamos acima, a afirmação de uma demanda já representa desde o começo *algo a mais* que o simples deslocamento específico (caráter diferencial da demanda) produzido na estrutura hegemônica, possibilitando que diferentes sujeitos políticos possam estabelecer equivalências, uma vez que uma determinada particularidade pode servir como metáfora para a plenitude ausente da sociedade (caráter equivalencial da demanda), funcionando como uma *superfície de inscrição* para toda reivindicação existente na sociedade.

Cabe salientarmos que nem todo discurso que emerge no campo da discursividade como encarnação da plenitude tornar-se-á hegemônico, dependendo que outros sujeitos políticos se identifiquem com esse discurso. Entretanto, por ter o discurso, desde o início, uma dupla função – de conteúdo literal e de metáfora – e não existir nenhuma relação necessária, a mera disponibilidade do discurso, segundo Laclau (1993), é suficiente para que ele possa se tornar um imaginário social, apresentando-se como uma alternativa credível de uma nova ordem social.

Diante da demanda dos sujeitos serem entendidas como divididas desde o começo, apresentando o discurso aquela dupla função, Laclau (1993) concebe o sujeito político como um sujeito mítico, na medida em

que, ao visibilizar a plenitude ausente da sociedade, busca instituir uma nova alternativa de sociedade. O “mito” é compreendido como:

um espaço de representação que não guarda nenhuma relação de continuidade com a “objetividade estrutural” dominante. O mito é, assim, um princípio de leitura de uma situação dada, cujas condições são *externas* ao que é representável na espacialidade objetiva que constitui uma certa estrutura. A condição “objetiva” de emergência do mito é por isso um deslocamento estrutural. O “trabalho” do mito consiste em suturar esse espaço deslocado, através da constituição de um novo espaço de representação. A eficácia do mito é, assim, essencialmente hegemônica: consiste em constituir uma nova objetividade através da constituição de um novo espaço de representação. (Laclau, 1993, p. 77, tradução nossa)

Hegemonia é entendida, desse modo, como a convergência entre objetividade e poder, ou seja, entre a instituição do social e um modo de nomeação do social, o qual, como se dá entre um “nós” e um “eles” que se constituem como negatividades, implica sempre exclusão. Essa disputa se faz em torno de projetos hegemônicos (cadeias hegemônicas) que se constituem a partir da articulação entre demandas de diferentes sujeitos políticos (“nós”), a qual é possível em razão daquele caráter equivalencial de qualquer demanda particular.

Diante disso, cabe considerarmos que, sendo a instituição da sociedade decorrente de uma luta hegemônica, sujeitos políticos que constituem a cadeia hegemônica sedimentada (“eles”) constroem estratégias que visam enfraquecer o caráter antagônico da luta política (invisibilizar a divisão do espaço social): a) reduzindo as demandas de sujeitos políticos antagônicos a demandas diferenciais (lógica da diferença), absorvendo-as para o interior do campo de representação hegemônico; b) borrando as fronteiras antagônicas, a partir da tentativa de dissolver a cadeia equivalencial contra-hegemônica, através do estabelecimento de uma cadeia equivalencial alternativa, constituída pela articulação entre demandas da cadeia hegemônica e demandas da cadeia contra-hegemônica. Ambas estratégias visam manter a representação hegemônica da sociedade, ainda que alguns deslocamentos neste imaginário social se façam necessários, possibilitando a expansão hegemônica.

Concebemos que as estratégias de expansão hegemônica são uma possibilidade de compreendermos a dificuldade de articulação entre de-

mandas de diferentes movimentos sociais no contexto brasileiro atual, sendo a conquista da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores um aspecto importante a ser considerado na análise da dinâmica política brasileira. Discutiremos brevemente esse aspecto, entendendo-o a partir daquela estratégia de construção de uma cadeia alternativa que borra as fronteiras antagônicas, bem como apontaremos para uma possibilidade de vínculo entre os movimentos sociais nesse contexto de dificuldade de articulação entre demandas de diferentes movimentos sociais, a qual denominamos estratégia de aliança.

Nossa análise da relação entre movimentos sociais e governo Lula tem por interesse a dinâmica da luta política em termos da noção de hegemonia, e, assim, de deslocamentos nas relações entre “nós” e “eles” na constituição do imaginário social. Desse modo, o Estado é pensado não como um todo monolítico e estável, e sim nos termos da constituição simbólica de um imaginário social hegemônico, e, portanto, na compreensão da disputa entre alternativas de sociedade antagônicas. O que implica, inclusive, estratégias que visam a borrar essas fronteiras antagônicas a fim de manter o campo de representação hegemônico existente e enfraquecer a condição inerente à emergência do político, isto é, a luta antagônica pela nomeação - sempre precária, porque hegemônica - da sociedade.

Expansão hegemônica e o governo Lula

Entrevistados de diferentes grupos investigados afirmavam uma insatisfação com o governo Lula, a qual se relacionava à frustração da expectativa por parte de alguns movimentos sociais em construir processos de democratização social junto a esse governo. Essa frustração com o governo pode ser observada, por exemplo, na fala da entrevistada do MST, movimento social que historicamente tem se aliado ao Partido dos Trabalhadores:

Hoje no Brasil, assim, se a gente pega de fato de 2003 pra cá, na verdade em 2002, nós do MST criamos uma expectativa que vocês não imaginam o tamanho da expectativa. Inclusive de 2003 à 2004 foi o período que nós mais botamos gente nos acampamentos do MST, porque o povo vinha, não precisava nem chamar, o povo vinha, porque aquilo: “a esperança

venceu o medo né”. E nós também estávamos esperançosos e acreditávamos que o governo iria cumprir um papel para com a classe brasileira e a classe trabalhadora brasileira ... Se nós disséssemos hoje no MST: “nós estamos contentes, tem essas e essas políticas públicas que no governo Lula avançou”, nós estaríamos mentindo para vocês. Do ponto de vista da agricultura familiar é... tem muita gente hoje do ponto de vista do campo dizendo: “não, melhorou, alguma coisinha, mas melhorou, né”. Da Reforma Agrária, você vai por números, pra nós do Movimento piorou. (entrevistada, MST).

É esse quadro de frustração que podemos abordar a partir do que denominamos acima de estratégia de expansão hegemônica, focalizando o borramento das fronteiras antagônicas entre “nós” e “eles”.

Lula e o PT, segundo alguns entrevistados, por um lado, historicamente se colocaram ao lado dos movimentos sociais, construindo, a partir da fundação do PT, conjuntamente com movimentos sociais, outra alternativa de Brasil, a qual se configurava na construção do Projeto Democrático Popular. Por outro lado, ações do governo Lula foram construídas em favor de grupos que se encontravam exatamente no interior do campo de representação antagônico ao qual se localizavam os movimentos sociais que se uniam em torno do Projeto Democrático Popular.

É diante dessa compreensão que podemos entender o relato da entrevistada do MST de que o projeto de desenvolvimento para o campo enfatizado pelo governo Lula era o do agronegócio, não sendo a reforma agrária uma prioridade, diferente de quando, como aponta a entrevistada da AP-MBH, Lula afirmava ser um absurdo não se realizar a reforma agrária no país.

Ao mesmo tempo em que alguns de nossos entrevistados afirmavam a insatisfação com o governo Lula em relação a determinadas demandas, compreendiam também que os movimentos sociais que se articulavam em torno daquele Projeto Democrático Popular encontravam dificuldades no enfrentamento ao governo, com o receio de favorecerem, dessa maneira, seus próprios adversários, ou seja, “*dar a mão à palmatória da direita*” (entrevistada MST).

Desse modo, poderíamos dizer que, se o Projeto Democrático Popular, estabelecido em torno do PT, servira até um dado momento como

um “significante vazio”, possibilitando uma articulação entre diferentes demandas democráticas e delimitando uma fronteira entre esquerda e direita; a articulação do PT, no governo Lula, com atores antagônicos àquela cadeia de equivalência contra-hegemônica fez com que aquela fronteira entre esquerda e direita ficasse borrada. Diante de o Projeto Democrático Popular não mais representar a “plenitude ausente” da ordem simbólica e, assim, abarcar a pluralidade de demandas democráticas que faziam parte dessa cadeia contra-hegemônica, outros projetos têm tentado disputar o “nome” a ser conferido à esquerda, sem, contudo, o PT se tornar para todos os movimentos sociais um sujeito antagônico.

Nesse sentido, se faz possível entender “fragmentações” da esquerda nos últimos anos ao redor de projetos distintos, rompimentos de vínculos que ocorreram entre movimentos sociais, divergências internas aos próprios movimentos sociais.

Diante dessas considerações poderíamos dizer que, ainda que possa haver uma fronteira política entre um “nós” e um “eles”, essa fronteira encontra-se borrada, acarretando tanto a insatisfação de movimentos sociais com o modo com que o governo PT tem tratado lutas historicamente construídas conjuntamente com esse partido quanto dificuldades de alguns desses movimentos sociais se posicionarem contrariamente ao próprio governo, mesmo afirmando autonomia política, diante do receio em privilegiar a “direita”.

Além disso, a atuação particularizada da esquerda e as divergências internas aos próprios movimentos sociais nos últimos anos ao redor de projetos distintos contribuem de maneira significativa para a construção da luta dos movimentos em torno da lógica da diferença, dificultando o vínculo entre os movimentos sociais, enfraquecendo a luta política. É frente a essa fronteira borrada entre nós e eles e ao fortalecimento da lógica da diferença que passo agora a tratar de uma possível estratégia de luta política dos movimentos sociais.

Vínculos entre movimentos sociais brasileiros no contexto atual

Ainda que promotoras de obstáculos à radicalização do imaginário democrático, na medida em que borram as fronteiras entre “nós e “eles” e

dificultam a construção de equivalências entre sujeitos que se encontram em condição de subordinação, as estratégias de expansão hegemônica garantem certa legitimidade a demandas desses sujeitos e, dessa maneira, possibilitam a existência deles no interior do sistema, permitindo o alcance de algumas demandas e alguns deslocamentos na cadeia hegemônica.

Entretanto, essa possibilidade de existência caracteriza-se pelo estabelecimento de relações diferenciais no interior da cadeia hegemônica e não por relações antagônicas, dificultando a construção de um projeto contra-hegemônico ao favorecer a desarticulação entre diferentes demandas democráticas. A institucionalização da luta política a partir do processo de “ongzação” dos movimentos sociais, a constituição de Conferências de Políticas Públicas em torno de temáticas específicas, a construção de Secretarias de Políticas Públicas específicas e a não vinculação entre essas políticas são aspectos que contribuem para a reprodução da lógica da diferença e, desse modo, para a redução da luta política à gestão da positividade social, isto é, para a expansão hegemônica.

Assim, se por um lado é possível afirmar que a partir do governo Lula observamos a promoção e implementação de diferentes políticas democráticas, por outro lado também é possível conceber que vivemos um contexto de enfraquecimento de articulação entre as demandas particulares de diferentes sujeitos políticos.

Como abordamos em trabalhos anteriores (Costa, 2010; Prado & Costa, 2011), em pesquisa realizada junto aos movimentos sociais, a construção de uma articulação entre diferentes movimentos sociais, condição para a configuração de um projeto hegemônico para a esquerda nos termos da lógica da equivalência, está pautada muito mais em um desejo de se construir aquele projeto por parte de alguns movimentos do que na concretização de uma prática de articulação.

Contudo, também pudemos observar a construção de vínculos entre diferentes movimentos sociais, que denominamos “estratégia de aliança”. Vínculos esses caracterizados pela construção de ações conjuntas e pontuais entre movimentos sociais distintos em torno de uma demanda particular; bem como pela incorporação de demandas particulares por grupos que, em princípio, não apresentavam aquela demanda na construção da luta política.

Nessa medida, concordamos com Mouffe (Laclau & Mouffe, 1998)³ que uma hegemonia não pode ser formada simplesmente por um movimento absorver outras lutas, na medida em que a hegemonia é um processo de nomeação da sociedade que se constitui a partir da identificação de diferentes sujeitos políticos em torno de um imaginário alternativo de sociedade.

Consideramos, porém, que no contexto atual brasileiro - caracterizado pela desvinculação entre diferentes lutas políticas, por rompimentos internos nos movimentos sociais em relação a divergências quanto à proximidade ou afastamento ao PT diante das vinculações do governo Lula e, atualmente, do governo Dilma, com demandas de sujeitos políticos antagônicos a esses movimentos -, aquela “estratégia de aliança” possibilita o fortalecimento e legitimidade de demandas democráticas na construção de lutas políticas, bem como uma aproximação entre diferentes movimentos sociais.

Desse modo, concebemos que, ainda que de maneira momentânea, “estratégias de aliança” possibilitam romper com a atuação particularizada dos movimentos sociais, sendo uma resposta à desvinculação entre os sujeitos políticos, a qual é favorecida pelas estratégias de expansão hegemônica.

Considerações finais

O borramento da fronteira entre esquerda e direita proporcionada por estratégias de expansão hegemônica bem como a observação da desvinculação entre diferentes movimentos sociais ou de vínculos que se caracterizam por “estratégias de aliança” poderiam nos conduzir ao pessimismo de afirmar que não nos resta muito mais na construção da luta política do que nos conformarmos com o que é possível de ser alcançado no presente.

Porém, frente à compreensão da dinâmica política a partir dos conceitos de antagonismo, hegemonia e contingência, se a articulação entre demandas democráticas é o modo em que se concebe a possibilidade de

³ Entrevista realizada juntamente com Ernesto Laclau.

uma radicalização da democracia, a pluralidade de sujeitos políticos é a própria condição da democracia. Assim, se, por um lado, não podemos negar os limites presentes para a construção de um projeto contra-hegemônico, por outro lado, não podemos abandonar a noção de utopia, pois

sem a possibilidade de negar uma ordem além do ponto em que nós somos capazes de ameaçá-la não existe possibilidade de qualquer constituição de um imaginário radical – seja democrático ou de outro tipo. A presença deste imaginário como um conjunto de significados simbólicos que totalizam como negatividade uma certa ordem social é absolutamente essencial para a constituição de todo pensamento de esquerda. Nós temos já indicado que as formas hegemônicas da política sempre supõem um equilíbrio instável entre este imaginário e a gestão da positividade social; mas esta tensão, que é uma das formas em que a impossibilidade de uma sociedade transparente é manifestada, deve ser afirmada e defendida. Toda política democrática radical deve evitar os dois extremos representados pelo mito totalitário da Cidade Ideal, e pelo pragmatismo positivista dos reformistas sem um projeto.

Este momento da tensão, da abertura, que dá ao social seu caráter essencialmente precário e incompleto, é o que todo projeto de democracia radical deve afirmar para institucionalizar. (Laclau & Mouffe, 1985, p. 190, tradução nossa)

Assim, o que se coloca para a esquerda e para os movimentos sociais é o desafio de fortalecer “estratégias de aliança” e afirmar a utopia de uma alternativa de sociedade, a partir da construção de equivalências entre demandas democráticas, a qual se faz possível devido às demandas, desde o início, se constituírem como divididas, como literalidade e metáfora. A questão primordial de nosso tempo pode ser a de refletirmos sobre as possibilidades de articulação entre diferentes demandas democráticas (Costa, 2012), sendo esse um caminho de reflexão e ação para uma psicologia social que se fundamenta na indissociação entre ciência e política, entre teoria e prática na construção de uma sociedade democrática.

As “jornadas de junho de 2013” no Brasil publicizaram uma multiplicidade de demandas, fomentando a importância de construção de um imaginário social alternativo ao campo de representação hegemônico. Acontecimentos decorrentes dessas “jornadas” podem auxiliar em novas construções em torno daquele desafio que se coloca para a esquerda.

Referências

- Costa, F. A. (2010). *Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Costa, F. A. (2012). A mudança social no contexto de uma pluralidade de sujeitos políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Žižek para a Psicologia Política. *Psicologia Política*, 12(25), 571- 590.
- Laclau, E. (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy. Towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (1998). *Hearts, minds and radical democracy*. Entrevista concedida a David Castle para a Red Pepper Magazine. Acesso em 10 de dezembro, 2008, em <http://www.redpepper.org.uk/Hearts-Minds-and-Radical-Democracy>
- Prado, M. A. M. & Costa, F. A. (2011). Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. *Sociedade e Estado*, 26(3), 685-716.

Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada

Frederico Viana Machado

Cristiano Santos Rodrigues

Introdução

Um dos marcos do processo de redemocratização brasileira, ocorrido a partir da década de 1980, diz respeito à ampliação de fóruns participativos que funcionam, ao menos em teoria, como formas de estreitar as relações entre o Estado e a sociedade civil. A produção teórica sobre democracia dentro das ciências sociais tem procurado, desde então, examinar tais inovações participativas, que, ao ampliarem a inclusão dos cidadãos em processos decisórios, propiciam tanto um redesenho e ressignificação das instituições políticas tradicionais como (re)orientam o repertório de ação e as estratégias dos movimentos sociais. O presente trabalho apresenta reflexões preliminares sobre a comparação dos resultados de duas pesquisas de doutoramento (Machado, 2013; Rodrigues, 2014) e tem como objetivo discutir o processo de institucionalização dos movimentos negros e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) junto ao Estado brasileiro, durante a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Ao escrutinar o processo recente de negociação dos movimentos negros e LGBT brasileiros por maior inclusão junto aos aparatos estatais, este trabalho pretende contribuir para as articulações teóricas sobre o aprofundamento da democracia *vis-à-vis* a consolidação de práticas participativas e de intervenção social por atores coletivos da sociedade civil. Nosso enfoque analítico privilegia mecanismos político-discursivos que ora ampliam, ora reduzem as oportunidades de acesso institucional de tais movimentos sociais. Apontamos ainda para o fato de que a correlação entre aumento das oportunidades de acesso institucional e incremento na capacidade dos grupos organizados impactarem o poder público não é inequívoca.

As pesquisas que deram origem a este trabalho se baseiam na análise de documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas com ativistas direta ou indiretamente envolvidos em órgãos governamentais. Apresentamos o nosso argumento em dois momentos distintos, mas interconectados. Discutimos, inicialmente, cada movimento social separadamente, analisando os contextos políticos em jogo para a inclusão e/ou repressão dessas temáticas no âmbito estatal. Em seguida, comparamos essas duas experiências de militância, apontando para suas similitudes e diferenças. Importante notar, contudo, que nossa análise não incide diretamente sobre o projeto governista e suas políticas públicas em sentido amplo, mas sobre as articulações que o Poder Executivo, em particular, e o Estado, como um todo, estabelecem com os movimentos sociais e seu impacto na constituição de identidades coletivas e discursos sobre a política.

Movimentos LGBT: da saúde aos direitos humanos, o percurso de uma inclusão subalterna

Um ponto fundamental para compreendermos a segmentação desta temática, e que marca uma diferença importante com relação a outros movimentos sociais, diz respeito à entrada das demandas LGBT para o Estado através das políticas públicas de saúde voltadas ao combate à epidemia de HIV/AIDS. Os movimentos LGBT tiveram uma função estratégica na década de 1990, pois foram atores essenciais para articular a elitizada burocracia estatal e a diversidade social dos contextos de vulnerabilidade. Essa articulação permitiu o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e enfrentamento às DST/AIDS que se tornaram referência mundial por respeitarem as condições de vida e o universo simbólico do público-alvo, tratando do tema com sensibilidade e sem moralismos. Essa articulação propiciou a entrada de ativistas LGBT para a estrutura do Estado e o financiamento de projetos de ONGs. Além disso, esse processo ampliou a visibilidade de um tema marginalizado e a estruturação de grupos organizados, ao mesmo tempo em que associava suas demandas ao campo das doenças sexualmente transmissíveis e às políticas de saúde, o que de certo modo confirmava esse mesmo caráter marginal e o estigma social.

No Governo Lula se dá a diversificação das discussões sobre sexualidade. Isso se inicia com a preparação e publicação do Programa Brasil Sem

Homofobia (PBSH) (Ministério da Saúde, 2004), evidenciando a expansão dessas temáticas para o campo dos direitos humanos, da educação e da assistência social ao longo de todo o primeiro mandato. Em 2007, podemos argumentar que o movimento LGBT vivia seu apogeu: as paradas se proliferavam pelo país com números de participantes dificilmente alcançados por outros movimentos sociais; o PBSH começava a se concretizar em ações com verbas públicas e orçamento próprio; surgiam os centros de prevenção à violência homofóbica, os projetos de capacitação de professores, profissionais da segurança pública e outros; preparava-se a primeira conferência nacional LGBT, com conferências preparatórias em diversos estados e municípios, o que mobilizou uma grande quantidade de atores em torno dessas questões; organizava-se a frente parlamentar pela livre orientação sexual no Congresso Nacional a partir do projeto ALIADAS da ABGLT; a mídia parecia finalmente estar se sensibilizando para debater abertamente as questões LGBT.

É importante destacar que em 2006 foi elaborado, pela Organização das Nações Unidas, o documento intitulado Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação do Direito Internacional de Direitos Humanos às Questões de Orientação Sexual e Identidade de Gênero (ONU, 2006). Esse documento apresenta princípios básicos para orientar os Estados na implementação e garantia de direitos humanos para a população LGBT, o que aponta para articulações políticas globais que possivelmente influenciaram nas ações dos movimentos LGBT e dos governos no Brasil, sobretudo do Governo Lula, interessado em investir nas relações internacionais e melhorar a imagem do Brasil no exterior.

Entretanto, a partir do final do segundo mandato do Governo Lula, esse cenário assume novos contornos, que se tornam mais definidos no Governo Dilma Rousseff. O veto ao kit anti-homofobia, o fortalecimento dos discursos religiosos no âmbito político e a não aprovação do PLC 122 (Projeto de Lei da Câmara n. 122, 2006) e do pacto de união civil talvez sejam os exemplos mais visíveis, mas sobram relatos sobre as limitações, desconfortos e obstáculos enfrentados pelos agentes que trabalham com essas temáticas no interior dos órgãos governamentais, bem como sobre a fragilidade dos investimentos que foram feitos pelo governo (Machado, 2013).

O panorama, inicialmente animador, começou a apresentar impedimentos. Os financiamentos que o governo começara a disponibilizar

zar não se consolidaram. Mesmo o posicionamento do Governo Federal com relação a essas questões, que na 1ª Conferência Nacional LGBT era bastante enfático e comprometido, foi se tornando ambíguo, sobretudo nos últimos dois anos do Governo Lula, tendo assumido uma postura ainda mais reticente durante o Governo de Dilma Rousseff, que, diferentemente de seu antecessor, não compareceu na 2ª Conferência Nacional LGBT. Além do veto ao kit anti-homofobia, também causou espanto o veto presidencial a uma campanha de prevenção às DST/AIDS, coisa que, segundo nossos entrevistados, nenhum presidente havia feito até então. Importante recordarmos que as eleições que elegeram Dilma Rousseff podem ser lembradas como um momento dramático de moralização dos discursos políticos, sobretudo em torno da descriminalização do aborto e das demandas apresentadas pelos movimentos LGBT.

O conceito de estrutura de oportunidades políticas é útil para pensarmos essas relações entre atores, pois ajuda a identificar como os movimentos sociais recebem fortes incentivos para se mobilizarem durante um determinado período, mas perdem rapidamente sua capacidade de mobilização na ausência de determinados recursos ou com a emergência de grupos antagônicos que alteram a abertura do governo em relação a seus desafiadores (Tarrow, 2011; Tejerina, 2011). Desse modo, para compreendermos as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, é necessário termos em vista que “toda inovação organizacional impõe custos de invenção, aperfeiçoamento, instalação, socialização e articulação dos elementos contíguos” (Tilly, 2000, p. 102). Esses custos transformam as relações de solidariedade, as coalizões políticas e podem facilitar a resistência. Devemos considerar tanto os custos de implementação como os de negociação entre os atores (Tilly, 2000).

No caso das discussões sobre sexualidade, no início do Governo Lula – provavelmente devido ao crescimento das Paradas do Orgulho LGBT, cuja novidade ensejava um forte motor de mobilização e politização, e do poder de impacto dos movimentos LGBT na política institucional, o que fortaleceu a identidade política desses atores (Prado & Machado, 2014) – os custos para a inserção desses movimentos no interior do Estado penderam para seu empoderamento e acesso a recursos. O governo rapidamente tratou de mobilizar essas identidades, em virtude

das negociações e dos benefícios discursivos e dividendos eleitorais que esses atores pareciam trazer para a consolidação e a legitimidade pública de um projeto político.

Entretanto, ao final do segundo mandato, provavelmente por conta da organização de contramovimentos fundamentalistas, os custos para uma diminuição do poder de influência dos militantes LGBT nas ações governamentais foram menores do que um rompimento com a banca evangélica, líderes religiosos (muitos deles formadores de opinião com amplo acesso à mídia e redes de influência bem organizadas) e as instituições religiosas. Deve-se levar em consideração que, entre outros aspectos, nas eleições de 2010 o PT já não contava com Luiz Inácio Lula da Silva para disputar a presidência, o que provavelmente exigiu concessões maiores em busca de apoio político-eleitoral.

Como podemos perceber, as diferenças e hierarquias categoriais desempenharam um papel importante nesse contexto, já que, como se verificou, as categorias LGBT encontram mais dificuldades em incluírem suas especificidades em outras pautas do que o contrário, inclusive no interior das diversas lutas sociais e movimentos populares (Machado, 2013). Nesse mesmo sentido, atualmente nota-se um orçamento pífilo no nível federal para o financiamento de ações e da estrutura organizativa dos gestores envolvidos com as políticas públicas para LGBT. Isso pode ser somado a um silenciamento sobre essas temáticas no interior do governo já a partir do final do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. O depoimento da presidenta Dilma Rousseff dizendo que não aceitaria que o governo fizesse “propaganda de orientação sexual”, no contexto das polêmicas sobre o kit anti-homofobia, foi um acontecimento bastante revelador de como os discursos alteraram a abertura para os movimentos LGBT.

Mesmo com todo o retrocesso identificado na pauta segmentada dessa temática, a entrada de militantes para a estrutura governamental e os investimentos em políticas participativas, ainda que parcos e/ou residuais, resultaram na “blindagem” do governo contra mobilizações que porventura poderiam afetar a adesão ideológica – num sentido pragmático, mais que emocional ou de pertencimento – das bases sociais dos movimentos LGBT ao PT. Por exemplo, mesmo que muitos grupos organizados e lideranças tenham feito reiteradas críticas ao silenciamento das demandas LGBT nos discursos, práticas e ações políticas governamentais

a partir de 2008, essas redes de movimentos não deixaram de apoiar a coalizão de partidos encabeçada pelo PT. Tampouco os grupos e ativistas de maior visibilidade passaram a apoiar os partidos de oposição.

Movimento Negro e as Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Lideranças do movimento negro têm longo histórico de participação em legendas de centro-esquerda. No início da década de 1980, quando os partidos políticos começaram a se rearticular no país, vários ativistas negros passaram a adotar a estratégia de uma dupla militância, realizada dentro e fora dos partidos. Quando alguns desses partidos, como o PMDB, PDT e PT, começaram a sagrar-se vencedores em eleições locais e estaduais, algumas reivindicações do movimento negro passaram a ser transformadas em políticas governamentais.

Por essa razão, a partir da década de 1990 um conjunto expressivo de inovações participativas é implementado em governos locais em todo o país, incluindo-se alguns conselhos, coordenadorias e secretarias para assuntos da comunidade negra. Essa mudança na estrutura de oportunidades políticas permitiu que as estratégias do movimento negro se deslocassem, gradativamente, do campo da denúncia para uma dimensão mais propositiva e cooperativa em relação aos aparatos estatais.

Entretanto, ao longo da década de 1990, a relação entre movimento negro e Estado, em nível nacional, oscilava entre o conflito e a cooperação/assimilação. Entre 1988 e 1994 o único mecanismo institucional efetivamente implantado foi a Fundação Cultural Palmares, criada na gestão de José Sarney. O surgimento dessa fundação:

simboliza, em nível federal, a inauguração de uma nova etapa no tratamento da questão racial. Essa temática passa a ser reconhecida como portadora de demandas de reconhecimento e legitimidade, que se expressam na adoção da data de 20 de novembro como dia da consciência negra e no reconhecimento de Zumbi como herói nacional, ambos resultado do esforço empreendido pelas organizações negras. Tais conquistas, ainda que tivessem importante valor simbólico, estavam, entretanto, bastante aquém dos anseios da população afro-brasileira da época. (Jaccoud, Silva, Rosa, & Luiz, 2009, p. 267)

Outra medida governamental importante diz respeito à Lei n. 7.716 (1989). De autoria do Deputado Federal Carlos Alberto de Oliveira, conhecido como “Caó”, o projeto de lei se propunha a definir quais são os crimes resultantes de preconceito de raça e/ou cor. Os vetos presidenciais, no entanto, limitaram o alcance da lei e a tornaram muito semelhante à Lei Afonso Arinos, de 1951. Por conta de suas limitações, tanto a criação da Fundação Cultural Palmares, organismo circunscrito à preservação e divulgação da cultura negra, quanto a legislação sobre crimes de racismo não rompiam, em termos políticos, com o imaginário nacional acerca da população negra. Esse imaginário, segundo Guimarães (2002), se caracteriza por reconhecer negros e índios apenas enquanto objetos culturais, marcos fundadores da civilização brasileira, mas não como cidadãos plenos de direito.

Durante o governo FHC (1995-2002), assiste-se a uma expansão dos contornos das estruturas de oportunidades políticas engendradas pelo movimento negro em seu processo de institucionalização. Dois eventos são especialmente marcantes nesse período, um nacional e outro internacional. Em 1995, o movimento negro organiza, por ocasião da celebração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Para além de uma simples comemoração pelo dia nacional da consciência negra, as organizações negras brasileiras empreenderam discussões sobre reparações e políticas de ação afirmativa, assumindo de vez uma postura de confronto em relação à falsa neutralidade do Estado brasileiro frente às desigualdades raciais.

Por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares, o governo federal assinou um decreto criando o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI). A função desse grupo era discutir e propor políticas de ação afirmativa para a população negra nos mais diversos âmbitos do Estado e sociedade civil, com especial atenção para políticas na educação, mercado de trabalho, saúde, cultura e comunicação.

Em 1996, o Ministério do Trabalho implementou o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO). A criação do GTDEO foi fruto de pressão internacional, já que, em 1992, a CUT, apoiada por outras centrais sindicais, apresentou uma reclamação formal à Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra

o governo brasileiro por descumprimento da Convenção 111. Ainda em 1996, o governo federal, através da Secretaria de Direitos de Cidadania, promoveu o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos. O principal objetivo do seminário era debater a validade e aplicabilidade de políticas de ação afirmativa. No mesmo ano, é lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) que, entre suas inúmeras propostas, dispunha sobre a necessidade de o Estado implementar políticas de ação afirmativa (Jaccoud et al., 2009).

No entanto, na história recente das organizações do movimento negro, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (3a CMR), realizada de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, representa o grande marco, tanto pelos seus desdobramentos quanto por materializar, em certa medida, um processo de consolidação e visibilidade política das organizações negras que se iniciou nos anos 1980. A luta por reparações e políticas de ação afirmativa, que foi ganhando corpo dentro das organizações negras ao longo da década de 90, tornou-se central a partir da 3a CMR, em que as mais diversas organizações se aglutinaram em torno de tais reivindicações, tornando o diálogo com o Estado cada vez mais intenso.

Ainda que contando com inúmeros conflitos, a participação do Brasil foi expressiva durante os eventos preparatórios e na 3a CMR propriamente dita. A delegação brasileira foi a maior entre todas as delegações presentes em Durban, contando aproximadamente 600 integrantes; o segundo cargo na hierarquia da Conferência Mundial contra o Racismo, o de Relatora Geral, ficou a cargo de Edna Roland, uma importante ativista negra brasileira, e a consolidação do termo afrodescendente de forma consensual para definição dos descendentes de africanos negros escravizados fora da África bem como a proposição de políticas reparatórias para os afrodescendentes foram conseguidas graças ao protagonismo de militantes brasileiros.

No Brasil, o pós Durban é marcado pelo início da consolidação institucional da questão racial no país. O governo brasileiro comprometeu-se, pela primeira vez na história, a enfrentar o problema das desigualdades raciais. Por conta desse comprometimento, algumas medidas começaram

a ser tomadas. A Secretaria de Direitos Humanos criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial (CNCDD), cujo objetivo era incentivar a implementação de políticas de ação afirmativa. Alguns ministérios iniciaram, já em 2001, programas de ação afirmativa, mas sem apresentar resultados muito expressivos. Também em 2001 é instituído o primeiro programa de ação afirmativa para ingresso de estudantes negros no ensino superior público brasileiro.

Tanto a Marcha Zumbi dos Palmares quanto a 3a CMR exerceram um importante impacto no processo de sedimentação institucional da questão racial no país. Porém, conforme afirma Grin (2010), o governo FHC não rompe completamente com o imaginário social sobre a inclusão de afrodescendentes, adotando, assim, uma postura titubeante frente à temática racial. Por trás de um vigoroso plano de intenções para combater as desigualdades sociais e raciais, revela-se uma disputa entre políticas universalistas (voltadas para a garantia de direitos individuais) e específicas (focadas na garantia de direitos coletivos a grupos marginalizados). Por essa razão, entre 1995 e 2000, a maior parte das políticas públicas formuladas para a população negra não chegou a ser implementada (Grin, 2010).

Durante o Governo Lula (2003-2010), o debate público sobre a questão racial não apenas se expande como se complexifica politicamente. Para Lima (2010), até o governo Lula, a relação entre movimento negro e Estado era de exterioridade, com os ativistas cumprindo o papel de reclamantes, mas com baixa inserção institucional. Nesse governo, militantes do movimento negro passam a ocupar cargos em órgãos governamentais e a ter voz ativa na formulação e gestão de políticas públicas. Por essa razão, com a ascensão do PT ao poder, impõe-se um ritmo mais acelerado a um amplo conjunto de mudanças no panorama das relações raciais brasileiras que, nos governos anteriores, ficaram apenas na intenção ou tiveram alcance reduzido. Adensa-se, portanto, na administração petista, o caráter eminentemente proativo do Estado em relação à elaboração de políticas públicas racialmente sensíveis.

A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em março de 2003, representa a principal conquista do movimento negro contemporâneo. A Seppir não apenas passou a garantir uma visibilidade sem precedentes às demandas de ativistas do movimento negro como os incorporou ao aparato estatal, possibilitando que contribu-

íssem de maneira mais efetiva para a definição e acompanhamento de políticas públicas.

Além da Seppir, foram criadas, ainda em 2003, duas outras instituições voltadas para a proposição de políticas públicas racialmente sensíveis: o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR), órgão colegiado de caráter consultivo vinculado à Seppir, cujo objetivo é propor políticas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação e de promoção da igualdade racial; e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), entidade que congrega organismos executivos estaduais e municipais – secretarias, coordenadorias, assessorias, entre outras – voltados para a questão racial, com o intuito de articular os esforços dos três níveis de governo para implementar políticas de promoção da igualdade racial.

Com o objetivo de promover a igualdade racial de forma ampla, a Seppir atua a partir da perspectiva da transversalidade ministerial, influenciando para que os demais ministérios incluam em suas agendas políticas medidas racialmente sensíveis. São exemplos dessa transversalidade medidas como a realização de censos étnico-raciais em escolas, a proposição de políticas públicas de saúde para a população negra e a recomendação de elaboração de livros didáticos realçando traços positivos da negritude e africanidade. No que tange à educação básica, a aprovação da Lei n. 10.639 de 2003, que versa sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino, representa certamente uma tentativa de reinterpretar a história racial brasileira.

São exemplos de outras medidas pela Seppir: Decreto n. 4.887 (2003), que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos; instituição do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Quilombos; assinatura de um Termo de Compromisso entre a Seppir e o Ministério da Saúde para a implementação de uma Política de Saúde para a População Negra; celebração de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visando à capacitação de gestores públicos para implementar políticas de igualdade de gênero e de raça; celebração de protocolo de intenções envolvendo a Seppir, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) via Programa Fome Zero e a Fundação Cultural Palmares, o

qual busca por melhoria das condições de vida de 15 mil famílias em mais de 150 comunidades remanescentes de quilombos (Jaccoud et al., 2009).

A institucionalização da Seppir também traz consigo dilemas de ordem interna e externa. Por um lado, há uma disputa pelos espaços disponibilizados pela Seppir a atores da sociedade civil, gerando constantes questionamentos acerca de quais lideranças teriam o privilégio e a expertise política para, de fato, representar a população negra brasileira junto ao governo federal. Por outro lado, há um risco permanente de que governos menos alinhados com a luta antirracista venham a destituir a Secretaria no futuro, ou que a temática racial seja repensada em outros termos, de modo a abrir espaço para a extinção da pasta. Garantir a sustentabilidade da Secretaria passa, nesse contexto, pela aproximação com outros setores do governo, com o intuito de ampliar o caráter transversal das políticas de igualdade racial.

Durante o Governo Lula também foram realizadas duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). A primeira, realizada em 2005, teve como objetivo a formulação de um Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de avaliar a atuação da Seppir na promoção da igualdade racial. A segunda Conapir, realizada em 2009, deu continuidade aos trabalhos iniciados no encontro anterior e procurou consolidar e avaliar a implementação do Plano Nacional proposto em 2005.

Em ambas as conferências, houve uma prevalência de temas sociais, voltados fortemente para a melhoria das condições socioeconômicas das populações negras e indígenas. Na 1ª Conapir, 10 dos 12 grupos de trabalho se referiam a esses temas e, na 2ª, 6 de 9 (Seppir, 2005, 2009). Outro fato relevante a ser ressaltado é que, de acordo com Pogrebinschi (2010¹), as diretrizes aprovadas nas conferências nacionais de minorias tendem a ser predominantemente de natureza administrativa (aquelas cujas reivindicações se dirigem ao Poder Executivo), deixando de lado as de natureza legislativa (dirigidas ao Poder Legislativo). Em sua primeira edição, a Conapir produziu 1.048 deliberações e, na segunda, 761, sendo que 77.2% dessas deliberações foram de natureza administrativa (Pogrebinschi, 2010).

¹ Pogrebinschi, T. (2010, outubro). Participação como Representação: Conferências Nacionais e Políticas Públicas para Grupos Sociais Minoritários no Brasil. Trabalho apresentado no 34º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu, MG.

Apesar de contar com a participação de um grande número de pessoas e contemplar múltiplas etapas deliberativas, o impacto que as conferências de minorias exercem sobre o poder público não é cartesiano. A maioria das conferências nacionais de políticas públicas tem caráter consultivo, ou seja, embora convocadas e financiadas pelo Governo Federal, suas decisões não precisam ser obrigatoriamente acolhidas pelo Estado. Assim, a capacidade que tais conferências têm de influenciar a agenda política governamental varia bastante, a depender do contexto sociopolítico em que elas ocorrem. As duas edições da Conapir, por exemplo, lograram incluir 43% de suas deliberações na agenda do Governo Federal, uma porcentagem relativamente alta se comparada com os resultados das conferências LGBT, mas ainda assim aquém das demandas vocalizadas pelos ativistas nesses espaços participativos.

O maior avanço político do Governo Lula em relação à população negra pode ser observado na expansão das políticas de ação afirmativa para acesso ao ensino superior público. Embora algumas propostas de ação afirmativa tenham, como dito acima, sido aventadas no governo anterior, elas passaram a ocupar um lugar central apenas no Governo Lula. Durante a administração FHC, o contexto político, embora aberto à temática racial, permaneceu resistente à implementação de políticas públicas racialmente focalizadas.

Havia um interesse, por parte da administração petista, em estabelecer uma política nacional de ações afirmativas já no primeiro ano de mandato do presidente Lula. Entretanto, havia alguns obstáculos a serem vencidos. Por um lado, a temática era (e ainda é) muito controversa, e a opinião pública, induzida pelo enfoque eminentemente negativo dos principais veículos de comunicação de massa do país, estava bastante dividida. Por outro lado, havia a necessidade de se pensar uma proposta política que não implicasse a ruptura com a autonomia das universidades federais.

Diante de tais obstáculos, o Governo Federal acabou optando por evitar um confronto direto com os opositores das ações afirmativas. Duas ações foram então levadas a cabo para que mais universidades aderissem à proposta do governo enquanto um projeto de lei sobre a temática tramitava no Congresso. Primeiramente, o governo desenvolveu o Programa Universidade para Todos (ProUni), para facilitar o acesso de alunos caren-

tes ao ensino superior privado. O ProUni, embora não tenha focado diretamente a inclusão de afrodescendentes, permitiu que aumentasse o número de matriculados desse segmento social em instituições privadas sem, contudo, se utilizar diretamente do critério racial, ainda cercado por controvérsias, para fazê-lo. Em segundo lugar, o governo passou a oferecer incentivos para que as universidades federais passassem a adotar, voluntariamente, alguma medida de inclusão. A criação do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, foi um grande indutor do aumento no número de universidades com programas de ação afirmativa. Assim, em 2008, 53 instituições federais de ensino aderiram ao Reuni, e uma parte significativa dessas instituições propôs programas de ação afirmativa (Daflon, Feres, & Campos, 2013).

Até a promulgação da Lei n. 12.711 de 2012, que criou uma política de reserva de vagas para alunos oriundos de escola pública, pretos, pardos e indígenas em todo o sistema de educação federal (médio e superior), cerca de 70 universidades públicas estaduais e federais haviam implantado algum programa de ação afirmativa. Desse total, 56% eram federais e 44% estaduais. A maior parte desses programas de ação afirmativa (77%) partiu de iniciativas dos próprios conselhos universitários, enquanto que nos 23% restantes a implementação se deu por força de leis estaduais.

Há, do ponto de vista da execução dos programas e dos seus beneficiários, uma grande pluralidade. Em algumas universidades, tais políticas foram adotadas por via de negociações com movimentos negros locais; em outras, a atuação docente foi o fator decisivo; houve ainda universidades em que os núcleos de estudos afro-brasileiros tiveram maior peso sobre a decisão (Daflon, Feres, & Campos, 2013). Os egressos de escola pública têm sido os maiores beneficiários desses programas (85% dos casos). Em segundo lugar (58% dos casos) vêm os pretos e pardos. Em terceiro, os indígenas, em 51% dessas universidades. Em quarto e quinto, vêm os portadores de deficiência e participantes de programas de formação em licenciatura indígena e, por fim, outros grupos compostos por nativos do estado ou do interior do estado em que a universidade se localiza, professores da rede pública, pessoas de baixa renda, pessoas originárias de comunidades remanescentes de quilombos, filhos de agentes públicos mortos ou incapacitados em serviço e mulheres (Daflon, Feres, & Campos, 2013).

A predominância de programas de ação afirmativa voltados para alunos de escolas públicas pode ser creditada a dois fatores. Por um lado, denota um reconhecimento, por parte da sociedade, de um modo geral, e dos gestores de universidades, de modo particular, de que a competição na hora do vestibular não se dá em condições de igualdade, em decorrência de disparidades de classe que reservam a uns uma educação básica de qualidade e a outros um sistema precário e ineficaz de ensino. Por outro lado, revela o ainda elevado grau de resistência da população brasileira em reconhecer o peso que desigualdades raciais exercem nas experiências de vida, inclusive educacionais, de indivíduos pertencentes a grupos desprivilegiados (Daflon, Feres, & Campos, 2013).

Assim, apesar de as demandas por políticas de ação afirmativa terem surgido no bojo das reivindicações do movimento negro, foram os alunos oriundos de escola pública e de baixa renda que mais se beneficiaram dos programas criados pelas universidades brasileiras. A implementação, escalonada ao longo de quatro anos, da Lei n. 12.711 (2012) pode vir a equacionar esse quadro, além de homogeneizar os programas desenvolvidos no interior das universidades e, de forma correlata, permitir o desenvolvimento de pesquisas avaliativas sobre essa política pública (Daflon, Feres, & Campos, 2013).

O Governo Lula e a segmentação institucional

Ao longo de sua história, o Estado brasileiro tem se caracterizado por seu alto grau de centralização territorial e concentração funcional de poder, fatores que, segundo Kriesi (2004), contribuem significativamente para a pouca abertura política estatal para a participação formal de atores sociais da sociedade civil. A partir da promulgação da Constituição de 1988, há um progressivo processo de descentralização política, porém, com efeitos limitados em nível federal. Em vários municípios e estados brasileiros, especialmente naqueles governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), são criados fóruns de participação mista e instituições (secretarias, coordenadorias, conselhos etc.) para propor, executar e/ou fiscalizar a adoção de políticas públicas para grupos minoritários.

Nesse sentido, a chegada do PT ao Governo Federal marca uma ruptura com o padrão de baixa abertura política predominante na esfera

federal até então. O Governo Lula passa a mobilizar e assimilar identidades “minoritárias” em seu leque de investimentos, alianças estratégicas e coalizões partidárias. Através do Sistema Nacional de Participação Social, organismo vinculado ao Escritório-Geral da Presidência da República, o governo procura centralizar, organizar e coordenar diferentes frentes de participação social. Para Duque Brasil (2011, p. 12), o Governo Lula se caracterizaria por seu perfil “inclusivo-ativo a partir da criação de instituições participativas” e por oferecer “amplas possibilidades de inclusão política e de inclusão no Estado associadas às conexões e compartilhamento de projetos democratizantes do campo movimentalista com o Partido dos Trabalhadores (PT)”. Entretanto, como já afirmamos acima, se considerarmos o tipo de movimento social, veremos que esse perfil apresentará diferenças no tratamento – sobretudo das temáticas LGBT, que foram incluídas ativamente pelos arranjos participativos (inclusão no Estado), mas apenas timidamente incluídas do ponto de vista político.

O Governo Lula inova ao criar diversas instâncias participativas de inclusão de temas e demandas que já vinham sendo abordadas pelos movimentos sociais no âmbito da sociedade civil (Pogrebinschi, 2010). Há, contudo, um paradoxo de difícil solução nessa inclusão via Estado, como apontam autores como Dryzek (1996) e Arechavaleta (2010). Por um lado, as mudanças no contexto político permitem que os movimentos sociais tenham um impacto mais efetivo sobre as instituições estatais e, por outro, sua entrada na política institucional diminui seu poder de discrepância com relação a seus adversários. Assim, Arechavaleta (2010, p. 199) chama a atenção sobre como a “legitimação e a institucionalização da atividade coletiva é um meio muito eficaz de controle social”.

No Brasil, que tem um sistema partidário extremamente confuso, o Estado estaria mais aberto à influência dos grupos de interesse, já que a presença de cisões nas elites políticas enfraquece as coalizões, o que foi bastante acentuado durante o Governo Lula. Nossa análise aponta que, em grande medida pelo perfil do PT, o Estado também amplia sua abertura aos interesses granjeados por movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil, mas sem flexibilizar seu comprometimento com setores mais conservadores do espectro político. Se sistemas políticos abertos propiciam um aumento da mobilização social, talvez devêssemos nos perguntar, então, quais tipos de protestos e conflitos uma determinada abertura

no contexto político elicia e quais efeitos podem ter sobre a constituição de identidades coletivas e a formação de fronteiras políticas entre atores.

De um modo geral, os sujeitos da pesquisa argumentam que a entrada dos movimentos sociais para o Estado e sua presença nos arranjos participativos implicam a redução de antagonismos com o governo, independente do partido que esteja no poder. Ao menos do ponto de vista da significação dessas relações, a percepção dos entrevistados é a de que a sustentação e a radicalização de críticas ao governo se veem comprometidas pela aproximação entre atores governamentais e não governamentais.

Vários entrevistados apontaram que estar no Estado é algo positivo por proporcionar possibilidades maiores de transformação social do que um movimento social, tanto por acessar uma diversidade maior de atores políticos (empresas, universidades, organizações, partidos etc.) como por movimentar uma quantidade maior de recursos, sem necessariamente uma avaliação qualitativa do que seja ocupar esses espaços. Apesar de algumas exceções, não aparece claramente nas entrevistas uma análise crítica do Estado (enquanto uma instituição historicamente contingente e com uma função regulatória específica num determinado projeto de sociedade) e de seus fluxos institucionais e burocráticos. Como o Estado não é reconhecido como um ator social, mas como o cenário principal das performances políticas, os grupos e indivíduos que o acessam é que aparecerão como problemáticos.

A diminuição dos antagonismos, a visão positiva da ação política pela via do Estado (justificada pelo acesso a recursos), a ausência de críticas ao Estado, dentre outros aspectos que podem ser citados, abrem espaço para percepções políticas mais individualizadas, dependentes da competência e da atuação individual, e que acabam por colocar em segundo plano as reflexões sobre os processos coletivos, a mobilização social e as configurações institucionais. Tais discursos deixam entrever que a “fidelidade aos princípios” originais do movimento social do qual veio um determinado militante, a “integridade de caráter” do ativista que vai pro Estado e não se deixa corromper, a honestidade, entre outros, são mais importantes do que uma reflexão política elaborada ou processos de mobilização e conscientização mais amplos.

Nessa perspectiva, embora com objetivos e valores éticos e políticos supostamente diferentes, a atuação dos movimentos sociais se asse-

melha à dos grupos de influência e lobby, o que pode ser compreendido num sentido semelhante ao apresentado por Oliveira (2001), de que a sociabilidade antipública da sociedade brasileira fortalece a tendência a se privatizarem os espaços de interlocução com o Estado. Isso nos leva a pensar que os grupos organizados, ao se apresentarem como representantes de populações mais amplas, ou as lideranças representando as bases que com elas se articulam, constroem narrativas identitárias que, por serem construídas de forma hierarquizada e distanciada do “segmento” que agenciam, dependem ainda mais do reconhecimento institucional para alcançarem o monopólio dessas narrativas (Eder, 2003).

Do ponto de vista da constituição de identidades coletivas, o verticalismo no interior dos grupos organizados e sua tendência à institucionalização irá legitimar um projeto organizacional e estratégico, mais que um processo de articulação enraizado na cultura e no cotidiano da população representada, que foi transformada em “segmento populacional” pela mobilização de identidades segmentadas promovida pelo governo. Os laços que unem esses indivíduos em torno de uma identidade coletiva tendem a ser mediados mais fortemente pelos aspectos institucionais de seu grupo de pertencimento e por suas experiências pessoais no campo de uma “diferença”, o que pode afastar as lideranças de suas bases, e os ativistas da população que buscam representar.

Além disso, o próprio processo de segmentação não chega a ser pautado nos mecanismos de acesso ao Estado, em sua tendência a alocar setorialmente e de forma fragmentada as diversas demandas sociais. Mesmo que se fale em intersetorialidade, interseccionalidade etc., esses discursos reafirmam a lógica institucionalizada que prioriza a representação e a pressão por políticas públicas específicas, em detrimento da organização junto aos ativistas, e desses para com suas bases e a sociedade em geral.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que identificamos o elogio e até mesmo o incentivo às pressões da sociedade civil direcionadas ao Estado, em muitas entrevistas notam-se críticas às reclamações dos movimentos sociais, no sentido de esses não terem compreendido como funciona o Estado, pressionando-o de forma equivocada. Então, se a participação social se justifica por produzir um saber coletivo, compreendido como consensos produzidos coletivamente sob a tutela do Estado e que possibilitam o desenvolvimento de políticas públicas “mais adequadas” às

diversas realidades sociais, a inteligência coletiva que o produz é em grande parte menosprezada ou mesmo desprezada pela “ingenuidade”, pela falta de “conhecimento” ou pelas impossibilidades postas pela “correlação de forças” que atravessa o Estado. Em um campo político cujo Estado é significado como o veículo prioritário, quando não o único, da mudança social, e a ação política tem como finalidade o desenvolvimento de políticas públicas cada vez mais específicas e setorializadas, o papel dos movimentos sociais (ou dos grupos organizados) não poderia ser outro que especializar-se nos trâmites burocráticos estatais e em questões técnicas da administração pública e do desenvolvimento de projetos.

Com a criação de novas secretarias, subsecretarias, conselhos, conferências, editais etc., o governo fez coincidir, no âmbito do Estado, processos de diferenciação e categorização social desenvolvidos pelos movimentos sociais. Isso se deu através da reprodução de formas organizacionais e discursos desenvolvidos em espaços interacionais exteriores ao Estado, e que passam a compor aspectos da organização de órgãos governamentais e seus procedimentos. Importante recordarmos que o PT não era totalmente alheio a essas categorias, já que suas relações com os movimentos sociais atravessam a história desse partido, o que diminui ainda mais os custos de importação desses modelos de interação e de conhecimentos compartilhados sobre categorias sociais e práticas políticas para o interior do Estado. O discurso governamental passa a incluir, nesse contexto, uma discussão mais generalizada sobre a especificidade das identidades sociais, o que irá se refletir na institucionalização de temas e categorias que apareciam apenas em contextos específicos ou eram invisibilizados no discurso estatal. O Estado adapta, assim, narrativas identitárias produzidas em contextos de militância e/ou acadêmicos, reproduzindo perspectivas diferencialistas acerca das identidades e o enfoque na violação de direitos (Prado, Mountian, Machado, & Souza, 2010).

Em determinados contextos, essas diferenças categoriais se alastram em diversos setores do Estado, levando com que as identidades sejam pautadas em novos e importantes espaços, desde setores comprometidos com a pauta demandada pelos movimentos sociais até movimentos opositores organizados. Em relação ao movimento LGBT, a bancada evangélica e o fundamentalismo religioso são exemplos claros de atores que passam a pautar debates ao redor de categorias assinala-

das por esses movimentos, no sentido de uma contraposição e rechaço às suas demandas e ao reconhecimento governamental à legitimidade de suas identidades políticas. Isso constitui um importante elemento de formação de fronteiras identitárias entre identidades coletivas, pois o rechaço a uma determinada categoria implica o reconhecimento dos atores que a incorporam e monopolizam suas narrativas, o que leva a um reordenamento das posições de sujeito no interior de um sistema organizacional.

O movimento negro, por outro lado, construiu uma rede de solidariedade não apenas no interior do PT, mas principalmente com outros atores políticos. Assim, embora haja inúmeros críticos às políticas públicas racialmente sensíveis, especialmente àquelas concernentes ao acesso ao ensino superior, a ação do movimento negro engendrou novos discursos de “comprometimento com as minorias” que parecem difíceis de serem antagonizados no atual contexto político brasileiro. Além disso, os debates acerca da promoção da igualdade racial, diferentemente das discussões sobre direitos LGBT, não são conflitantes com os discursos conservadores organizados, especialmente os proferidos por representantes das igrejas neopentecostais e grupos fundamentalistas que se encontram bastante articulados do ponto de vista político. As categorias identitárias que confrontam o sistema de crenças religiosas que fundamentam a vida pública dessas lideranças, tais como as que o movimento LGBT utiliza, se tornam elementos importantes para a formação de fronteiras políticas e de reconhecimento junto aos setores conservadores da sociedade.

Essas opções organizacionais e de ações no plano executivo tiveram como efeito visibilizar hierarquizações sociais dando voz a desigualdades existentes na sociedade brasileira, a partir de narrativas, teorias, estatísticas etc. que deram concretude e substância ao preconceito social e às desigualdades. Por um lado, esta abertura na estrutura de oportunidades políticas pode ser compreendida como um aspecto importante para a democratização das relações sociais, pois transformou atores “invisíveis” em identidades políticas com alguma legitimidade pública. Por outro lado, diversos pares categoriais foram cimentados no plano institucional reforçando dicotomias anteriormente silenciadas nas instituições governamentais, mas sem que isso implicasse adesão declarada, comprometimento efetivo e ações ostensivas.

Considerações finais

As conclusões do trabalho identificam ambiguidades tanto no discurso estatal acerca da democratização das relações políticas entre o Estado e sociedade civil como por parte dos atores dos movimentos sociais, que negociam sua identidade política, em relação ao Estado, a partir de processos descontínuos de diferenciação. Tal ambiguidade nas interações sociais entre atores coletivos em espaços institucionais de participação aponta para a necessidade de um entendimento menos linear das práticas políticas contemporâneas em seus múltiplos *lóci* de ação.

No âmbito da sociedade civil, observa-se um aprofundamento das hierarquias entre grupos organizados, pois o reconhecimento de identidades coletivas pelo Estado implica a sobrevalorização de determinadas narrativas políticas e, conseqüentemente, a possibilidade de acesso a recursos, privilegiando aqueles grupos que melhor se adéquam aos requisitos institucionais impostos pela burocracia estatal. Do ponto de vista estatal, observa-se certa fragmentação temática na estrutura organizacional e discursiva, diminuindo a efetividade de suas repostas às demandas dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, fomentando práticas discursivas que responsabilizam a sociedade civil pelas impossibilidades de avanço.

A institucionalização dos movimentos negros e LGBT apontam para elementos centrais para se pensar as possibilidades de acesso à estrutura de oportunidades políticas no Estado brasileiro, em que a fragmentação do discurso estatal encobre, para ambos os movimentos, processos de assimilação dos atores políticos e de regulação da participação social cujos resultados nem sempre são positivos.

Se as elites políticas e econômicas já consolidadas foram eficazes na manutenção da desigualdade categorial através de mecanismos de exploração – tanto a partir de articulações com o governo, que manteve a política econômica nos mesmos moldes dos governos anteriores, como a partir da reprodução de determinados discursos conservadores por parte desse mesmo governo –, as lideranças dos movimentos sociais, por sua vez, de modos mais ou menos explícitos, participaram desses processos através das oportunidades instaladas pela segmentação temática no interior do Estado.

Embora inicialmente o Governo Federal tenha proposto um conjunto expressivo de políticas para ambas as coletividades, acabou paulatinamente silenciando em relação aos grupos LGBT. Isso ocorreu, em grande medida, por conta das frágeis alianças estabelecidas entre lideranças desse movimento social e agentes estatais e pelo receio de que os elos mantidos entre o PT e grupos religiosos conservadores da base aliada fossem rompidos, dificultando, assim, a governabilidade. As organizações do movimento negro, no entanto, obtiveram ganhos mais significativos, em virtude de alianças mais fortes com o governo e, diferentemente dos grupos LGBT, por trazer à esfera pública uma temática que, embora cercada de conflitos, soa bem menos controversa para os setores mais conservadores do governo e da sociedade.

Esse aspecto, central na análise que apresentamos, pode ser identificado no histórico dos grupos, no qual se observa a anterioridade na consolidação e na legitimidade das relações entre o Estado e os movimentos negros. Além disso, vemos que, ao longo da história de ativismo desses dois campos, o movimento negro teve sua pauta assumida de forma mais contundente por um grande número de instituições de destaque na política nacional, além de contar com pressões internacionais mais fortes e generalizadas nas agências transnacionais. Outro aspecto importante que podemos ressaltar, e que reflete a melhor inserção da igualdade racial, é o alcance intersetorial mais efetivo das ações propostas pela Seppir.

Embora ainda não seja possível desenvolver, neste capítulo, uma análise mais aprofundada sobre essa interação cooperativa entre Estado e movimento negro durante o governo petista, é importante considerar alguns de seus impasses. Assim, apesar das inúmeras conquistas alcançadas pelo movimento negro a partir de sua articulação com agentes estatais, há um risco real de que, a depender do contexto político, haja um retrocesso em termos de adoção de políticas públicas ou manutenção das existentes, o que foi verificado no movimento LGBT a partir da metade do segundo mandato do governo Lula.

Um dos antídotos para esse possível retrocesso em um futuro próximo está em garantir que a institucionalização e o estabelecimento de redes de cooperação desenvolvidas pelos movimentos sociais com o Estado não suplantem a política de conflito e seus repertórios contestatórios,

como marchas e protestos de rua. São ações de confrontação como essas que reforçam os sentimentos de pertencimento em setores mais amplos da população, contribuindo diretamente para a formação de identidades coletivas que permitem o estabelecimento de um tensionamento político que é salutar para manter o projeto democrático-inclusivo vivo.

Referências

- Arechavaleta, C. (2010). De la estructura de oportunidades políticas a la identidad colectiva. Apuntes teóricos sobre el poder, la acción colectiva y los movimientos sociales. *Espacios Públicos*, 13(27), 187-215.
- Daflon, V., Feres Jr., J., & Campos, L. (2013). Ações afirmativas raciais no ensino público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, 43(148), 302-327.
- Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. (2003). Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF. Acesso em 30 de agosto, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm
- Dryzek, J. (1996). Political inclusion and the dynamics of democratization. *The American Political Science Review*, 90(3), 457-487.
- Duque-Brasil, F. (2011). *Democracia e participação social: a construção de avanços democratizantes nas políticas urbanas pós-1980*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Eder, K. (2003). Identidades coletivas e mobilização de identidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53), 5-18.
- Grin, M. (2010). *“Raça”: debate público no Brasil (1997-2007)*. Rio de Janeiro: Manual X/Faperj.
- Guimarães, A. (2002). Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho. In J. Souza (Org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea* (pp. 387-414). Brasília: UnB.
- Jaccoud, L. B., Silva, A., Rosa, W., & Luiz, C. (2009). Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In J. Jaccoud (Org.), *Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Vinte anos da Constituição Federal (Vol. 3, pp. 261-328)*. Brasília: IPEA.

- Kriesi, H. (2004). Political context and opportunity. In D. Snow, S. Soule, & H. Kriesi (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements* (pp. 67-90). Malden: Wiley Blackwell Publishing.
- Lei n. 7.716, de 15 de janeiro de 1989. (1989). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF. Acesso em 30 de agosto, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm
- Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. (2003). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF. Acesso em 30 de agosto, 2014, em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Acesso em 30 de agosto, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm
- Lima, M. (2010). Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos*, 87, 77-95.
- Machado, F. V. (2013). *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Ministério da Saúde. (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF: Autor.
- Organização das Nações Unidas – ONU. (2006). *Princípios de Yogyakarta. Painel Internacional de especialistas em legislação internacional de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero*. Yogyakarta, Indonésia: Autor.
- Prado, M. & Machado, F. (2014). Far beyond the rainbow. The constitution of collective identities between civil society and the state. *Annual Review of Critical Psychology*, 11, 131-150.
- Prado, M., Mountian, I., Machado, F., & Souza, L. (2010). Los movimientos LGBT y las luchas por la democratización de las jerarquías sexuales en Brasil. *Revista Digital Universitaria*, 11(7), 1-15.
- Projeto de Lei da Câmara n. 122, de 12 de dezembro de 2006. (2006). Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes

de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, DF. Acesso em 30 de agosto, 2014, em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=45607>

- Rodrigues, C. S. (2014). *Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. (2005). *1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR): Estado e sociedade promovendo a igualdade racial. Relatório final*. Brasília, DF: Autor.
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. (2009). *Resoluções da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR)*. Brasília, DF: Autor.
- Tarrow, S. (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tejerina, B. (2011). *La sociedad imaginada: movimientos sociales y cambio cultural en España*. Madrid: Editorial Trotra.
- Tilly, C. (2000). *La desigualdad persistente*. Buenos Aires: Manantial.

Grande mídia nas manifestações de massa no Brasil em 2013

Telma Regina de Paula Souza

Introdução

Em junho de 2013 a sociedade brasileira foi assaltada por informações midiáticas acerca de grandes manifestações sociais que eclodiram nas principais capitais do país, se espraiando pelas cidades do interior dos estados. Antes disso, a mídia pontuava aqui e ali notícias sobre manifestações contrárias ao aumento das tarifas do transporte coletivo, intituladas pelo jornal Folha de São Paulo como Guerra da Tarifa. Esse cenário, que foi agregando inúmeras bandeiras de luta, promoveu um debate intelectual ainda em aberto, visto os desdobramentos incertos daquelas manifestações. No Encontro da ABRAPSO, em setembro de 2013, apresentamos um retrato das notícias publicadas na mídia jornalística, em especial no jornal Folha de São Paulo, que no percurso de um mês, junho de 2013, foi mudando seu enfoque: de “Guerra das Tarifas” para “País em Protesto”.

O retrato da mídia¹, além dos fatos, revelou versões, entre essas uma razão cínica, visto que selecionou dos fatos episódios que poderiam provocar o descrédito nos manifestantes, como a matéria “Por que fui?”, publicada no Caderno Cotidiano (Folha de São Paulo, em 18 de junho de 2013):

“Estou aqui contra as corrupções e os direitos”, disse. Quais? “Ah, todos”
E o preço da passagem de ônibus em Campinas, também é alto? *“Camila, quanto custa mesmo o ônibus?”*, perguntou para a amiga. *“R\$ 3,30”*, foi a resposta. (M, 22)² enfrentou sua primeira manifestação vestindo calça de

¹ Capturamos esse retrato por meio de uma pesquisa exploratória das matérias jornalísticas noticiadas no jornal Folha de São Paulo, visto ser esse um jornal de grande circulação e influência no Brasil, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), e em revistas semanais como “Época”, “Isto é” e a “Veja”.

² Apesar de publicado no jornal, optamos por não identificar os nomes dos envolvidos nos episódios noticiados.

ginástica justinha, tênis Nike rosa-choque, mochila Nike, batom e rímel. No seu kit protesto também tinha uma máscara de pintor (R\$ 17) contra gás lacrimogêneo, óculos de proteção (R\$ 13) e vinagre (pegou da sua mãe, em casa). Estudante de Direito da UNIVAP, M veio de Campinas em um ônibus fretado “*Eu represento você ai sentado no sofá*”, dizia o cartaz que carregava. (Mello, 2013 *on line*)

Também na relação dos manifestantes com a polícia, o jornalismo, além de descrever a violência da ação policial, não dispensou o enquadramento cínico de sua versão, claramente expresso no episódio publicado em 20 de setembro (três meses após as grandes manifestações), no Caderno Poder do jornal Folha de São Paulo, com o título: *Na Avenida Paulista, major da PM “ensina” grupo a protestar:*

Garoto, tem vergonha de manifestar? Perguntou o major. O garoto não respondeu, mas o policial o conduziu mesmo assim até a calçada, do outro lado da rua. “*Pronto, fica segurando o cartaz aqui, de frente para os carros*”, instruiu. “*Lá ninguém estava te vendo*”.

De volta ao local onde estava o resto do grupo, e diante da reação positiva à sua intervenção, continuou a organizar o protesto. “*Vou ter que ensinar você, é?*” brincou.

“*Você, grandão, fica aqui*”, disse o major a M, que vestia camiseta do GAPP, o Grupo de Apoio ao Protesto Popular, uma entidade que assiste manifestantes com primeiros socorros durante os atos.

O “*grandão*” reclamou: “*Mas aí vou fazer propaganda do grupo, não é o objetivo*”. O major rebateu: “*Com esse tamanho e não quer fazer propaganda?*”

Dali em diante, ele não parou mais. “*Deixa o cartaz parado, senão ninguém consegue ler*” ... “*Levanta mais esse braço*” ... Ao final, quando o ato se dispersava, voltou aos manifestantes: “*Aprenderam?*” perguntou, em tom de brincadeira. (Gama, 2013, *on line*)

Para além de uma dimensão cínica, a mídia jornalística continuamente avaliou as manifestações, retratando-as espetacularmente em imagens que podem ter atraído uma multidão de pessoas para as ruas. As avaliações da mídia, inicialmente condenatórias dos manifestantes, foram assumindo um caráter de apoio. A capa da revista Veja (3 de julho de 2013) traz uma imagem do povo em passeata empurrando o Congresso

Nacional para um abismo, com o título: “**Então é no grito?**”, e na chamada: “Os governos e o Congresso correram para atender os manifestantes. Isso mostra que a pressão popular funciona. Mas as ruas não podem substituir as instituições”. A matéria da revista aborda a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 37³, que tramitava há dois anos no Legislativo. O título da matéria: “**Não é que funciona mesmo?**” é seguido pelo comentário: “Em poucos dias, os protestos conseguiram a façanha inédita de fazer o Congresso aprovar projetos contra a corrupção, os governos reduzirem tarifas e o judiciário mandar um político para a cadeia. O grito dos manifestantes acordou os três poderes” (Cabral, 2013, Veja, p. 54). Na mesma data, o título da capa da revista *Isto É*, foi: “**Você mandou e o poder se mexeu**”. Na semana anterior (26 de junho de 2013), a capa dessa revista, com imagem de jovens na rua, tem o título: “**Hoje você é quem manda**”, e a chamada: “A voz das ruas se impõe, assusta os políticos, conquista vitória e mostra que veio para ficar”.

Também na mídia jornalística, identificamos vários esforços para a análise das manifestações. As análises comportam uma crítica ao sistema capitalista de produção e aos governos neoliberais, mas acentuam diversas motivações para a ação das massas, como podemos observar na matéria da revista *Época*, com o título: **PÁTRIA AMADA, BRASIL. Onde vai parar a maior revolta popular da história da democracia brasileira?** (24 de junho de 2013), que apresenta as motivações das ruas na opinião de alguns especialistas. As motivações apontadas são: fracasso da política tradicional - Estado, partidos e instituições políticas; autoritarismo do Estado encastelado; distanciamento dos governos do povo; acesso difícil e caro a bens e serviços públicos; inadequação do sistema político e a necessidade de novos modelos; decepção com a política, a depressão provocada pela injustiça gerou a raiva nas ruas; insatisfação com os serviços públicos oferecidos num país em que a carga tributária é altíssima (36%); oportunidade de ter visibilidade em função da Copa das Confederações; consciência coletiva produzida nas redes sociais, descentralizada e sem hierarquia; jovem com vontade de fazer microrevoluções; melhoria das condições de vida e a perda de respeito da população em relação aos políticos; temor da volta da inflação e sentimento da enorme discrepância entre aquilo com que cada um contribui e o que recebe de volta do poder público.

³ Proposta que diminuía o poder investigativo do Ministério Público.

Buscamos identificar, nas análises dos intelectuais que se manifestaram na grande mídia impressa, os significados das manifestações no período em que estavam em efervescência e agrupamos em cinco significados que se complementam.

Ênfase no econômico-cultural – relacionada à exclusão social

Teresa Caldeira, antropóloga, em uma matéria do jornal Folha de São Paulo, de 23 de junho, analisa os protestos da seguinte forma: “Dá muito bem para entender o que está acontecendo e isso vem sendo articulado há muito tempo”. Considera que o Movimento PL⁴ “articula todo o imaginário da produção cultural da periferia”, expresso na frase: “A cidade só existe para quem pode se movimentar por ela” (grafite do MPL em 2010). “Rap, literatura marginal, pixação, saraus, todos se fazem na base e rede de circulação. E circular por São Paulo é um caos para quem não tem dinheiro” (citada por Machado & Rocha, 2013, Folha de São Paulo, *on line*). Para a antropóloga Teresa Caldeira, há uma tensão de classe latente. Compara as manifestações no Brasil com os acontecimentos na França.

Entendemos que as questões apontadas por Caldeira problematizam o desenvolvimento urbano das grandes cidades brasileiras, favorável aos interesses de uma elite econômica. Os jovens da periferia das cidades, e do sistema econômico, manifestam sua exclusão negando os espaços do seu não pertencimento. Podemos também sugerir que nas manifestações a rua é inclusiva, todos podem estar lá; a rua permite uma unidade da diferença, constituindo momentaneamente uma identidade coletiva, em que pese, no caso das manifestações em foco, parecer predominar a presença da “classe média”⁵. Para aqueles que refutam o princípio da totalidade dessa unidade, a rua é negada nos atos considerados

⁴ Refere-se ao Movimento Passe Livre, considerado o organizador das primeiras grandes manifestações em junho de 2013, que tiveram outros movimentos antecedentes contra o aumento da passagem de ônibus e pelo passe livre, como a Revolta do Buzu (Salvador, 2005).

⁵ Segundo uma pesquisa publicada na revista *Opinião Pública* (2013): “As características socioeconômicas dos manifestantes que ocuparam a Avenida Paulista em junho deste ano mostram não apenas a elevada concentração de jovens (16 a 25 anos), mas as altas escolaridades e renda dos manifestantes, quando comparados à população geral da cidade de São Paulo” (p. 481).

como vandalismo, cujo alvo é sempre simbólico, caixas de banco, vidraças de prédios públicos, veículos e ônibus. O sentido das manifestações nesse enquadre analítico é a negação da exclusão, do não lugar dos jovens da periferia, expresso em suas expressões artístico-culturais. O sujeito da ação é o jovem, considerado pelo *status quo* como um rebelde. A “desqualificação” das manifestações pela mídia, antes de atraírem uma multidão de pessoas, pode estar relacionada à “desqualificação” desse jovem, estudante ou “desocupado”.

Discordando da comparação das manifestações brasileiras com as manifestações de revolta ocorridas na França em 2005, o sociólogo Sebastian Roché, na mesma matéria da Folha, expõe que os acontecimentos na França estavam relacionados à xenofobia, jovens que se consideram vítimas por não serem brancos, na maioria filhos de imigrantes e mulçumanos. Ele não vê comparação entre os acontecimentos no Brasil e os na França.

Na França, não foram pobres destruindo o meio de vida de outros pobres ... A burguesia ou o governo não foram os alvos. Nenhum espaço do poder foi sitiado ou tomado. Ninguém se aproximou, por exemplo, do parlamento nem da sede do governo [como ocorreu no Brasil]. Aqui, os grupos operavam durante a noite, escondiam o rosto em capuzes e muitas vezes buscavam o confronto com a polícia. Não houve qualquer manifestação de massa, nenhum líder ou palavra de ordem emergiu. (citado por Machado & Rocha, 2013, *on line*)

Roché entende que as revoltas urbanas podem exprimir um desejo de participação direta nas decisões públicas, como ocorreu na Turquia. Para ele, os protestos no Brasil se parecem mais com o Maio de 68.

Ênfase econômico-político – relacionado às melhorias de vida e desejo de participação política

A tese da melhoria econômica, e depois sua freada, foi a base de inúmeras análises, entendendo que houve um aumento da classe média e desejo pelo consumo. “Acho que o esforço de maquiagem para mostrar ao mundo um país que não existe contribui para a revolta das pessoas” (Eduardo Giannetti, citado em Carneiro, 2013, p. 05).

Em parte, parece que a ampliação da classe média ampliou também a exigência por qualidade dos serviços públicos e os investimentos para a realização da Copa do Mundo no Brasil passam a ser um dos temas mais presentes nas manifestações.

Provavelmente, o único tema unificador das demandas foi a repulsa à Copa do Mundo (e das Confederações) e à presença da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) no país ... A exigência bem-humorada e espontânea de hospitais e escolas “padrão Fifa” certamente será uma das marcas dos protestos ocorridos em junho. (Romão, 2013, pp. 13-14)

Para Romão, além do evento esportivo mundial (a Copa das Confederações), que funcionou como combustível e veículo das manifestações, três outros fatores foram preponderantes: o Movimento Passe Livre, com uma demanda objetiva; a repressão policial abusiva, que alterou o posicionamento da grande mídia a favor dos manifestantes, e o contexto de descontentamento generalizado com o sistema político, que abordaremos a seguir.

Na matéria da revista *Época*, em 24 de junho, o cientista político Alberto Almeida expõe sua opinião:

Os protestos no Brasil são o resultado de duas coisas: a melhoria das condições de vida e a perda de respeito da população em relação aos políticos. Quando a vida melhora, o povo se comporta como no ditado: “Dá a mão, quer o braço”. A condição econômica melhorou com o aumento de consumo, agora querem mais – mas não respeitam mais os políticos. (Dez análises explicam o que leva milhões a protestar, 2013, p. 58)

A complexidade das demandas expressas nas ruas e os limites do sistema político são discutidos por Nogueira (2013), destacando as mudanças na economia brasileira no modelo social-desenvolvimentista e seu fracasso.

Bastou uma pequena avalanche de aumentos (alimentos, bens de consumo, serviços e transporte) para que o equilíbrio se rompesse. Aos poucos, foram se evidenciando os problemas e ruídos que o modelo conseguira administrar até então: a desigualdade, a distância entre as classes sociais, a persistência da corrupção, o desperdício público, a má qualidade das respostas governamentais e das políticas públicas, o reduzido espaço para a participação política, a ausência de políticas para os jovens, o vazio progra-

mático dos partidos, a ruindade do debate público democrático e das disputas eleitorais, as alianças políticas sem critérios. O que aparentava estar adormecido, ou que pulsava em pequena escala – micromanifestações, indignações virtuais, greves localizadas –, irrompeu à luz do dia e em grande escala. (Nogueira, 2013, p. 40)

Agregadas às manifestações, ou rebeliões como alguns as denominam, ocorridas em outros contextos, como na Espanha (com os Indignados da Puerta del Sol), em Portugal (com a Geração à Rasca), na Grécia (com a ocupação da praça Syntagma) e o Occupy Wall Street, as manifestações no Brasil foram entendidas como resposta ao declínio do sistema capitalista de produção, considerado um capitalismo senil. Muitas análises, revisitando o sujeito revolucionário do marxismo, apontam para o precariado como novo sujeito revolucionário:

A perda de direitos sociais, políticos e sindicais e as características de inorganicidade das novas camadas do proletariado, especialmente na Europa, são marcadas pela presença de um *apartheid* em relação aos imigrantes ilegais e por uma maior exclusão dos direitos também nas novas gerações de trabalhadores. Precariado, termo que parece ter surgido como um neologismo anglicizado no Japão, designa uma nova forma de proletariado informal e terceirizado, um novo tipo de trabalhador cujas habilidades intelectuais são exploradas por meio de precarização, desregulamentação e perda dos direitos sociais do *welfare state* das gerações anteriores do proletariado industrial. (Carneiro, 2012, p. 13)

Os interesses econômicos da elite, representada, na análise desses intelectuais, por 1% da população, provocam a ira dos 99%⁶ que se mobilizaram contra a desigualdade econômica planetária.

Podemos salientar algumas das características desses novos movimentos sociais. Primeiro, constituem-se de densa e complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariedade (os 99%). No caso europeu, muitos manifestantes são jovens empregados,

⁶ Segundo o programa Milênio (exibido em 17 de fevereiro de 2014), a expressão: “Nós somos os 99%”, cunhada pelo antropólogo americano anarquista David Graeber, foi a inspiração de muitos manifestantes fora do Brasil. <http://g1.globo.com/globo-news/milenio/videos/t/programas/v/antropologo-americano-autointitulado-anarquista-fala-sobre-onda-de-protetos-no-mundo/3155123/>

operários precários, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro – eles constituem o denominado “precariado”; incluem-se também, no caso do Occupy Wall Street, veteranos de guerra, sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, *hippies*, juventude desencantada, trabalhadores organizados, etc. (Alves, 2012, p. 32)

Ênfase no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Comparações também foram feitas com o Movimento Indignados - 15-M, ocorrido em maio de 2011 na Espanha, em que jovens passaram a acampar em praças públicas a partir de 15 de maio. Na Espanha e no Brasil, os protestos revelaram uma enorme capacidade para usar novas e eficazes formas de comunicação. Para Gonçal Mayos, “Elas surpreendem o poder, os políticos e as administrações, despertando-os de suas rotinas ‘partidárias’”. (citado por Russo, 2013, Folha de São Paulo, *on line*).

“Saímos do facebook!!! Quem falou que era impossível?” Esse “grito de guerra” pode estar revelando que as novas tecnologias para comunicação podem ser um meio de informação eficaz e não substituível do corpo em ato. O poder desse meio tem sido discutido entre intelectuais e ativistas, especialmente porque as redes sociais rompem com as organizações hierarquizadas.

O novo ativista luta por direitos e reconhecimento, não por poder. Não sacrifica a vida pessoal em nome de uma causa coletiva ou da glória de uma organização. Não se referencia por líderes ou ideologias. Age festivamente e sem rotinas fixas, valendo-se muitas vezes da sátira e do deboche. É multifocal, abraça várias causas simultaneamente. Sua mobilização é intermitente. Muitos atuam de modo pragmático, profissionalizam-se como voluntários, buscam resultados mais do que confrontação sistêmica. Seu ambiente são as redes sociais, sua maior ferramenta é a conectividade. (Nogueira, 2013, p. 54)

Essas características, como adverte Nogueira, podem ser perigosas, caso “se separem dos embates sociais concretos, das tradições enraizadas, das instituições que organizam o mundo real” (p. 56).

Ênfase no psicológico

O estado de espírito brasileiro como melancólico, sentimento de impotência: “As manifestações trouxeram vida, esperança. É um movimento de catarse. A insatisfação teve voz”, diz Sylvia Dantas, psicóloga (citada por Collucci & Werneck, 2013, Folha de São Paulo, 22 de junho, *on line*). Na revista Época, de 24 de junho, Kehl, psicanalista, coloca:

Nos últimos dez anos, as eleições de Lula e Dilma levantaram esperanças, especialmente nos jovens. Mas o modo de fazer política não mudou: continuamos a nos escandalizar com episódios de corrupção. Isso foi deixando a sociedade num estado depressivo. O que nos leva a sair dessa expressão depressiva é essa raiva que eclodiu, a partir das manifestações ... mais especificamente da reação da polícia. O que vemos não são apenas indignação – passageira. A juventude que está na rua não tem consciência disso. Está lá porque quer transformar essa sensação. (Dez analistas explicam o que leva milhões a protestar, p. 55)

Em uma dimensão mais existencial, a psicanalista Anna Verônica Mautner, em matéria do Jornal Folha de São Paulo (Opinião, 10 de setembro de 2013), sugere uma possível resposta para as manifestações:

Eu diria que nos esgueiramos para fora das quatro paredes, onde estamos enclausurados pelas tecnologias modernas, para reencontrar, nas ruas, em carne e osso, o “outro”... Eu diria que hoje saímos às ruas para mostrar aos céus que existimos. Diluem-se as reivindicações e se expressa inquietação. Por que acontece assim? Parece que queremos incomodar, mas não o suficiente para que provoque uma reação. (Mautner, 2013, *on line*)

Renato Janine Ribeiro, comparando com a Primavera Árabe: “Talvez o problema, para nós, não seja tanto a opressão, mas o tédio” – que para ele, está na origem do Maio de 68 (citado por Collucci & Werneck, 2013, Folha de São Paulo).

Ênfase no político

Em matéria sobre um debate ocorrido na USP, no Caderno Cotidiano, o jornal Folha de São Paulo pontua ideias dos intelectuais da USP.

Para José Álvaro Moisés, os protestos revelam o enorme mal-estar com a democracia no Brasil. Alfredo Bosi aponta a crise da democracia puramente formal e representativa. Para Sergio Adorno – “um momento de interrupção da comunicação entre os atores políticos ... Os canais considerados legitimamente aceitos de comunicação e reivindicação parecem insatisfatórios.” Bernardo Sorj entende que a arena da política ainda é a rua: “Milhares de assinaturas contra Renan Calheiros não levaram a nada, mas milhares de pessoas na rua, sim”. As ruas revelam a demanda por um novo tipo de democracia, com mais transparência e participação popular (Collucci & Werneck, 2013).

Em 08 de julho, no Caderno Poder, da Folha de São Paulo, Paolo Gerbaudo, sociólogo, assevera:

A noção de povo é a chave para entender esses novos movimentos. A alegação básica deles é que representam todo o povo, e não apenas uma classe, na luta contra um Estado visto como corrupto. Isto os diferencia dos movimentos antiglobalização, que reuniam minorias e tinham um espírito global. Esses novos movimentos são nacionais, dirigem suas reivindicações a cada país ... É um discurso populista. (citado por Franco, 2013, p. 12)

Ele analisa a quebra de contrato social:

A crítica à partidocracia é legítima. Por outro lado, às vezes parece haver nos movimentos uma crença quase religiosa de que é preciso eliminar todas as mediações. Há uma demanda correta por renovação moral, mas setores mais reacionários... podem explorá-la para fins antidemocráticos ... A luta principal é por uma nova forma de democracia, na qual os partidos não poderão mais lidar com os cidadãos apenas de quatro em quatro anos. (citado por Franco, 2013, p. 12)

Nessa linha de argumento, Nogueira (2013) entende as manifestações como um alerta para a esquerda partidária e sindical, assim como para a democracia representativa.

A revolta das ruas foi como o “espírito” de uma nova esquerda, anunciando aquilo que a velha esquerda deixou de valorizar: mais importante que “chegar ao poder” é elaborar novas maneiras de organizar a convivência e compartilhar poderes. Uma esquerda mais “cultural” e participativa, refratária a ordens unilaterais e hierárquias, que deseja uma nova economia, mas dá

mais destaque à igualdade, aos direitos, às liberdades, aos indivíduos. Ela mostrou à velha esquerda que a democracia é um valor que precisa ser praticado no Estado e no cotidiano, que luta política é mais que controle de votos e recursos de poder. (pp. 55-56)

Depois das ruas....

Passados alguns meses do ápice das manifestações, pouco parecem ter significado para a sociedade e o governo, predominando as notícias das ações dos Black Bloc⁷ (BB) e de manifestações anti-copa, ambas avaliadas negativamente pela grande mídia como expressões de violência, sem nenhum impacto político concreto, mas que assustam os governos e reduzem o apoio da sociedade às manifestações. Como caos, passaram a ser objeto apenas da ordem policial, colocadas à margem da democracia, como barulho. E como barulho pacífico, teriam produzido alguma mudança no sistema sociopolítico brasileiro? E os barulhos que ocorreram em outros países que precederam às manifestações no Brasil: a Primavera Árabe, os indignados anticapitalistas europeus (com destaque aos espanhóis), o movimento estudantil chileno, as ocupações de Wall Street, quais seus significados? Parece-nos que, embora inúmeros significados sejam apontados pelos intelectuais, predomina uma crítica ao sistema capitalista de produção em agonia. A pluralidade das bandeir-

⁷ Utilizamos o termo iniciando em letra maiúscula, em certa medida, atribuindo uma identidade aos que assumem a tática black block, o que é considerado um equívoco por alguns analistas. Para o jornalista e historiador Bruno Fiuza (2013), Em primeiro lugar, usam um artigo definido e letras maiúsculas para se referir ao objeto, como se “o Black Bloc” fosse uma organização estável, articulada a partir de algum obscuro comando central e que pressupusesse algum tipo de filiação permanente. Ora, tratar um black bloc desta forma seria o mesmo que tratar uma greve, um piquete ou uma panfletagem como um movimento. Talvez a melhor forma de começar a desfazer os mal-entendidos sobre os black blocs seja combater a fetichização do termo. Como chegou ao Brasil por influência da experiência americana, essa tática manteve por aqui seu nome em inglês, mas não é preciso muito esforço para traduzir a expressão. Por mais redundante e bobo que possa parecer, nunca é demais lembrar que um “black bloc” (assim, com artigo indefinido e em letras minúsculas) é um “bloco negro”, ou seja: um grupo de militantes que optam por se vestir de negro e cobrir o rosto com máscaras da mesma cor para evitar serem identificados e perseguidos pelas forças da repressão. (**Black blocs, lições do passado, desafios do futuro**, publicado em 08 de outubro de 2013, no site Viomundo, o que você não vê na mídia. Disponível no site: <http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>)

ras de lutas expressas nas manifestações brasileiras⁸ revela que não são as demandas, em si mesmas, que levaram as pessoas às ruas, mas todo o sistema sociopolítico. Referindo-se à ocupação de Wall Street, Žižek (2012) assevera:

Nesta etapa, devemos resistir precisamente a uma tradução assim apressada da energia das manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas “concretas”. Sim, os protestos realmente criaram um vazio – um vazio no campo da ideologia hegemônica –, e será necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada posto que se trata de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo. A razão de os manifestantes saírem às ruas é que estão fartos de um mundo onde reciclar latinhas de Coca-Cola, dar alguns dólares para a caridade ou comprar *cappuccino* da Starbucks com 1% da renda revertida para os problemas do Terceiro Mundo é o suficiente para se sentir bem. Após a terceirização do trabalho e da tortura, após as agências matrimoniais começarem a terceirizar até nossos encontros, os manifestantes perceberam que por um longo tempo permitiram que seus compromissos políticos também fossem terceirizados – e querem-nos de volta. (p. 18)

Para Žižek, o capitalismo global mina a democracia quando tenta dela se aproximar. A luta democrática liberal contra os excessos econômicos que produzem a injusta desigualdade social, luta para democratizar o capitalismo, sem questionar a “moldura institucional democrática do Estado de direito (burguês)” (p. 22) é uma armadilha cruel.

⁸ Exemplos das frases ostentadas em faixas e cartazes: MENOS CORRUPÇÃO, MAIS EDUCAÇÃO/LEGALIZE VINAGRE (referência a detidos por portar vinagre no quarto ato)/Mãos para o alto, R\$3,20 é um assalto/Povo unido contra corrupção/Enfia os R\$0,20 no SUS/Quem manda é o povo/Os bandidos de verdade tão em Brasília. Tudo solto/Não à pEC 37/Fora todos os partidos/O rei da baderna está nu.# VEM PRA RUA!/Saímos do facebook!!! Quem falou que era impossível?/Joaquim Babosa. Esse é o cara/Fora Renan Calheiros/R\$ 26.700,00. Salário de deputado que trabalha 3 dias por semana/Governantes, aprendam a ceder à vontade do povo, pois esse é só o começo/PEC 37 PEC 35/Polícia Não me bate, Me proteja/Queremos escolas no padrão FIFA/Vendo Palio 98/Eu quero é “CURA” para corrupção, transporte, saúde e educação/A LUTA CONTINUA. CHEGA DE DEMOCRACIA PARA INGLÊS VER. # OGIGANTEACORDOU#VEM PRA RUA#O BRASILACORDOU/R\$ 0,20 TODA REVOLUÇÃO TEM UM ESTOPIM. TÁ LINDO, BRASIL/REFORMA POLÍTICA JÁ/Brasil, vamos levar o protesto para a urna/O Brasil acordou. A periferia nunca dormiu/A PM está fazendo na Paulista o que faz todo dia na periferia/Um professor vale mais que o Neymar/Queremos hospitais padrão Fifa/Dilma, me chama de Copa e investe em mim. Assinado: Educação/Já temos estádios para a Copa, só falta um país em volta deles/Não tenho partido. Tenho amor pelo meu país/Ideias são a prova de balas/As ruas falam/Feliciano a gente não te esqueceu. Só estamos arrumando uma merda por vez!

Precisamente nesse sentido, Badiou está certo ao afirmar que hoje o nome do pior inimigo não é capitalismo, império, exploração ou algo similar, mas democracia: é a “ilusão democrática”, a aceitação dos mecanismos democráticos como moldura fundamental de toda mudança, que evita a transformação radical das relações capitalistas. (p. 23)

Essa mesma linha analítica está presente entre outros intelectuais (Alves, G., Davis, M., Harvey, D., Ali, T., Walerstein, I.; Teles, E.; Sader, E., Carneiro, H.; Peschanski, J.; e Safatle, V.)⁹ que apontam a desmistificação da democracia ocidental nos movimentos dos indignados europeus e norte-americanos (incluimos os brasileiros), mas nem todos entendem que tais movimentos sejam o embrião de algo novo.

Não podemos ser apenas seduzidos pelo fascínio da contingência indignada nas praças e ruas. Os novos movimentos sociais de indignados compõem o quadro da barbárie que impregna a ordem burguesa do mundo, abrindo um campo de sinistras contradições sociais que dilaceram por dentro a ordem do capital – mas são incapazes, em si e por si, de ir além. (Alves, 2012, p. 37)

Entendemos que, no caso brasileiro, como manifestações de massa, sem um vínculo antecedente ou conseqüente com movimentos sociais antagonistas, não podem ser tomadas como capazes de definir uma nova ordem, mas revelam o colapso da ordem democrática de nosso Estado de Direitos. Nesse sentido, Teles (2012), ao discutir segurança pública e democracia, na análise da ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo em Pinheirinhos e o projeto higienista em relação aos usuários de crack, no centro de São Paulo, problematiza a democracia brasileira como um dispositivo que cala a voz dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o Brasil realiza, ao menos desde os anos 1990, a construção de um Estado social sob a ideia de que a democracia se consolida com base no discurso dos direitos humanos combinado com a lógica de mercado, o que limita a própria ideia de humano. O novo modo de agir, corroborado pelo discurso em questão, vem substituindo há algumas décadas

⁹ Intelectuais que escreveram para a coletânea da Boitempo Editora “Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas” sobre os movimentos populares ao longo de 2011 em vários países. A mesma editora publicou outra coletânea sobre as manifestações no Brasil: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, em 2013, na qual a ênfase está na usurpação do direito à mobilidade urbana nas grandes cidades.

o movimento social organizado independente do ordenamento do Estado de direito. No lugar da ação política, os novos atores sociais são instados a fomentar, no teatro da fabricação dos resultados, a governança do sofrimento por meio de mudanças contabilizadas nos índices de desenvolvimento da humanidade. (p. 80)

Temos discutido os significados e sentidos de nossa democracia liberal que produziu um discurso participacionista neutralizador do **sentido político** da participação social.

Tratamos aqui como políticos¹⁰ os movimentos antagonistas, aqueles que, segundo Melucci (1982/1991), atingem a produção de recursos de uma sociedade: “Luta não só contra o modo pelo qual os recursos são produzidos, mas coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento” (p. 27). Mas nenhum movimento, para Melucci, poderá ser apenas antagonista, eles não ocorrem em estado “puro”, sem alguma mediação no sistema político ou na organização social, o que entendemos reiterar as preocupações com o depois das manifestações, visto não terem produzido ainda uma organização para além das ações diretas¹¹. Melucci aponta os riscos da ausência de uma base instrumental nos movimentos antagonistas.

Um movimento antagonista “puro”, que não consiga uma base instrumental e não tenha alguma relação com os mecanismos de representação e de decisão, tende a “fragmentar-se” e a dividir-se ao longo das dimensões que definem a sua ação. Conflito e ruptura dos limites de compatibilidade se separam. O conflito perde a sua raiz social e as suas conotações de antagonismo, e se transforma em busca simbólica de inovação, que toma facilmente a forma de uma contracultura evasiva e marginal, sem alguma incidência sobre os mecanismos cruciais do sistema. A ação de ruptura perde as suas referências conflituais (adversários e aposta em jogo) e torna-se a repetição desesperada de uma rejeição, que se esgota em si mesma, que encontra na marginalidade violenta a única forma de expressão”. (1991, p. 28)

¹⁰ Ou sentido político, que entendemos como um espaço do dissenso, do confronto entre adversários que lutam pela apropriação dos códigos organizadores do social, ou ainda, que lutam pelo monopólio da hegemonia, no sentido gramsciano.

¹¹ Embora reconheçamos muitos movimentos relacionados às bandeiras de luta expressas nas manifestações, incluindo movimentos para democratizar a democracia, tais como: Artigo 19, Movimento Pela Moralidade Pública e Cidadania, Coletivo Digital, Transparência Hacker, Fórum de Transparência e Controle Social - São Paulo, etc.

Pensamos que essas questões devem ser aprofundadas e podem nos ajudar a entender os sentidos do “movimento” *Black Bloc*, criminalizado no Brasil e alvo da ação policial¹².

Observamos que Melucci distingue os movimentos antagonistas dos movimentos políticos, esses últimos exprimem um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político, buscando ampliar a participação nas esferas de decisão. Essa distinção faz sentido no caso brasileiro, pois, em que pese o clamor pela democracia estivesse presente nas ruas, reclamando sua ausência, temos no Brasil uma “democracia participativa” formatada nos “Espaços Públicos”, ou nas instituições participativas que vem se alargando cada vez mais para incluir demandas sociais, mas sem resvalar os limites dos poderes políticos da democracia representativa, ou seja, sem ser antagonista.

É interessante observar que as matérias publicadas na mídia jornalística apontam com destaque a demanda por reforma política e a descrença da população nas instituições políticas brasileiras, sempre fazendo referência aos partidos, parlamentos e governos, sem incluir os Espaços Públicos de nossa democracia participativa, como as conferências, conselhos gestores, e outros. Isso indica que tais espaços não fazem sentido para a população como um todo e, para os que deles participam, podem representar um espaço saturado (tudo já está definido *a priori*); um lugar de lutas instrumentalizado pelos interesses hegemônicos, portanto sem a partilha de poder, como se pretendem, e sem a possibilidade do dissenso, o que impede a produção de mudanças substanciais na vida social.

As manifestações de massa ocorridas no Brasil não apresentaram uma alternativa para o alargamento da participação para além do que já

¹² Observamos que a reprovação dos BB também foi manifesta na grande mídia por intelectuais, como Alba Zaluar. No Caderno A do jornal Folha de São Paulo, seção Tendências/Debates (em 12 de dezembro de 2013), Zaluar afirma: No Brasil, estamos na fase de consolidar a democracia, os direitos sociais tão importantes para combater a desigualdade, o respeito ao bem público, o acatamento ao espaço público ainda mal definido, mal compreendido e pouco respeitado. Não é hora de impor mal-alinhavadas ideias sobre uma suposta sociedade futura sem mercado, sem Estado, portanto sem tudo que sabemos fazer parte da democracia ... Ainda bem que o Estado democrático de Direito está se consolidando no Brasil e suas instituições ainda não foram desconstruídas como propõem Foucault, Negri e outros ideólogos do neanarquismo (2013).

está dado. Parecem demandar uma participação plena, como expresso pelo Movimento Passe Livre – São Paulo (2013)¹³:

Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais –, que se dá a verdadeira gestão popular. (p. 16)

Por uma necessidade pragmática (vícios do ofício), entendemos que não é possível a realização de uma democracia tão direta como a ideia acima parece sugerir. Mais uma vez, recorremos a Melucci (1994), que sugere a necessidade do espaço público ser continuamente repensado:

Os movimentos sociais, as culturas inovadoras e tudo aquilo que não toma forma dentro dos canais institucionais deve encontrar possibilidade de se exprimir e de ser escutado. Na vida cotidiana existe um enorme laboratório de inovações onde se prepara tudo que permitirá a mudança das instituições, das organizações, do sistema político. O problema central é a passagem desse nível submerso à capacidade de traduzi-lo em novas regras e novos direitos. Se trata de passar da identificação imediata das novas necessidades à definição de um espaço comum no qual possa haver espaço para toda diversidade. (p. 133)

Para finalizar essa breve discussão e ainda provocar a continuidade do debate em aberto, reproduzo o que considero uma “provocação” de Žižek (2012):

Os protestos de *Wall Street* estão apenas começando, e é assim que o início deve ser, com um gesto formal de rejeição, mais importante do que um conteúdo positivo – somente um gesto assim abre espaço para um conteúdo novo. Portanto, não devemos ficar aterrorizados pela eterna questão: “Mas o que eles querem?” Recorde que esta é a questão arquetípica dirigida por um mestre masculino a uma mulher histérica: “Todos esses seus lamentos e reclamações – você ao menos sabe o que realmente quer?”. No sentido psicanalítico, os protestos são efetivamente um ato histérico, provocando o mestre, minando sua autoridade, e a questão: “O que você quer?” procura

¹³ Texto redigido por uma comissão, estabelecida em reunião do Movimento Passe Livre – São Paulo, conforme nota da Editora Boitempo no livro *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013)

exatamente impedir a resposta verdadeira. Seu ponto é: “Fale nos meus termos ou se cale!”.

Isso, é claro, não significa que os manifestantes devam ser mimados e adulados – hoje, se é que isso é possível, os intelectuais devem combinar o apoio integral aos manifestantes com uma distância analítica fria e não paternalista, começando por sondar a autodesignação dos manifestantes como os 99% contra o ganancioso 1%: quantos dos 99% estão prontos para aceitar os manifestantes como sua voz e até que ponto? (p. 23)

Referências

- Alves, G. (2012). Ocupar Wall Street... e depois? In D. Harvey et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* (pp.31-38). São Paulo: Boitempo.
- Cabral, O. (2013, 03 de julho). Não é que funciona mesmo? Veja. Edição 2328, 54-59.
- Carneiro, H. S. (2012). Rebeliões e ocupações de 2011. In D. Harvey et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* (pp. 07-14). São Paulo: Boitempo.
- Carneiro, E. F. M. (2013, 23 de junho). Erro de cálculo: estratégia econômica equivocada detonou inquietação popular [Caderno Ilustríssima]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/115341-erro-de-calculo.shtml>.
- Collucci, C. & Werneck, P. (2013, 22 de junho). Debate aponta tédio e crise na democracia como causas. Pesquisadores da USP discutiram os protestos que se espalharam pelo país [Caderno Cotidiano]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/115283-debate-aponta-tedio-e-crise-na-democracia-como-causas.shtml>
- Dez analistas explicam o que leva milhões a protestar (2013, 24 de junho). Época (Edição especial), 54-58.
- Fiuza, B. (2013), **Black blocs, lições do passado, desafios do futuro**. Viomundo, o que você não vê na mídia. Acesso em 05 de maio, 2014, em <http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>

- Franco, B. M. (2013, 08 de julho). Objetivo de manifestações é nova forma de democracia. Sociólogo Italiano critica presidente Dilma e diz que protestos voltarão em “novas ondas e novas formas” [Caderno Poder]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/117886-objetivo-de-manifestacoes-e-nova-forma-de-democracia.shtml>.
- Gama, P. (2013, 20 de setembro). Na avenida Paulista, major da PM ‘ensina’ grupo a protestar. [Caderno Poder]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/129929-na-avenida-paulista-major-da-pm-ensina-grupo-a-protestar.shtml>
- Machado, C. E. & Rocha, G. (2013, 23 de junho). Olhem para Paris. Cientistas sociais procuram modelo para onda de protestos no Brasil. [Caderno Ilustríssima]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/115335-olhem-para-paris.shtml>
- Mautner, A. (2013, 10 de setembro). De olho na passeata. [Opinião]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/09/1339523-anna-veronica-mautner-de-olho-na-passeata.shtml>
- Mello, P. C. (2013, 18 de junho). Por que fui? Por direitos e pela livre manifestação, ‘virgens de protesto’ e ‘habitués’ de marchas se reuniram no largo da batata. [Caderno Cotidiano]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/114607-por-que-fui.shtml>
- Melucci, A. (1991). *L’invenzione del presente. Movimenti sociali nelle società complessa*. Bologna: Il Mulino (Original publicado em 1982)
- Melucci, A. (1994). *Passaggio d’epoca. Il futuro è adesso*. Milano: Feltrinelli
- Movimento Passe Livre – São Paulo. (2013). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In E. Maricato et al *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 13-18). São Paulo: Boitempo.
- Nogueira, M. A. (2013). *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira ; Rio de Janeiro: Contraponto.
- Osefeitos das manifestações, segundo a população em geral. (2013). *Opinião Pública*, 19(2), 475-485. Acesso em 04 de novembro, 2013, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000200010&lng=es&tlng=es.10.1590/S0104-62762013000200010

- Romão, W. M. (2013). As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. In Boletim de Análise Político-Institucional (Vol. 4, pp. 11-17). Brasília, DF: Ipea.
- Russo, R. (2013, 23 de junho). Acordes dissonantes na avenida principal. Dos 20 centavos na passagem ao saco sem fundo das insatisfações. [Caderno Ilustríssima]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/115330-acordes-dissonantes-na-avenida-principal.shtml>
- Teles, E. (2012). Democracia, segurança pública e coragem para agir na política. In D. Harvey et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas (pp. 77-82) São Paulo: Boitempo.
- Zaluar, A. (2013, 12 de novembro). Táticas fora de lugar. [Opinião]. Folha de São Paulo. Acesso em 29 de abril, 2014, em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/11/1370009-alba-zaluar-taticas-fora-de-lugar.shtml>.
- Žižek, S. (2012). O violento silêncio de um novo começo. In D. Harvey et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas (pp. 15-25). São Paulo: Boitempo.

Greenpeace e Estado: paradoxos no ativismo ambiental

Marcela de Andrade Gomes

Kátia Maheirie

Marco Aurélio Máximo Prado

Introdução

A sabedoria consensual repete de bom grado que o sono de uma razão embriagada por sua força engendrava os monstros da guerra. Opõe a isso a figura “modesta” de uma letargia da razão: um sono sem sonhos que deve engendrar a paz. (Rancière, 1995, p. 70, tradução nossa)

Diante da complexidade das práticas políticas no contemporâneo, este capítulo, fruto de uma tese de doutorado, busca problematizar a relação estabelecida entre a Organização Não-Governamental (ONG) Greenpeace e o Estado - aqui entendido como os equipamentos e dispositivos de governança, como os setores, legislações e sujeitos relacionados à gestão pública do país. O interesse em analisar essa relação deveu-se a um estudo de campo realizado no Greenpeace do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus) e no da Espanha (Madri e Barcelona), o qual revelou uma relação bastante íntima e paradoxal dessa ONG com o Estado.

Em termos teóricos, recorreremos à obra do filósofo Jacques Rancière, a qual nos auxilia a compreender a política como um campo paradoxal, composto pela organização, gestão e consenso, mas, também, pelo seu antagonismo, pela subversão e litígio da ordem vigente. Em linhas gerais, Rancière (2005) define que a vida coletiva é partilhada de forma estética, ou seja, por meio da inscrição de alguns regimes de sensibilidades, audibilidades e visibilidades. Esses “sistemas de evidências sensíveis” realizam uma determinada distribuição dos corpos, das funções, das palavras e das competências, de tal forma que alguns terão parte nessa partilha, enquanto outros ficarão no grupo do “sem-parte”. Essa partilha que, de

acordo com o autor, pressupõe união e divisão, faz com que alguns agenciamentos discursivos e modos de experiência sejam visíveis e audíveis, enquanto outros, de forma ideológica, ficam invisibilizados e são sentidos como ruídos na sociedade.

A partir dessa leitura, iremos problematizar de que maneira o Greenpeace busca tornar audível o discurso ambientalista na ordem vigente (capitalista, individualista e consumista), em especial, por meio de sua paradoxal relação com o Estado. Se, em alguns momentos, o Estado emerge como o inimigo, contra o qual as ações da ONG se voltam para atacá-lo, por outro, é por meio do diálogo e da parceria com este, que o Greenpeace vislumbra efetivar suas conquistas. Notamos, então, a presença do próprio paradoxo da política destacado por Rancière – a gestão e a subversão, o consenso e o dissenso – nas diferentes ações elaboradas pelo Greenpeace. Atos espetacularizados, exagerados, inusitados, criativos e irreverentes – marcas das chamadas “ações diretas” realizadas pela ONG – compõem, junto às ações mais formais – como as reuniões periódicas com o Estado –, o mosaico diverso de atividades e formas de politização do espaço público elaboradas pelo Greenpeace.

Em termos metodológicos, utilizamos a entrevista aberta, norteadas por um roteiro, com quatro participantes que possuem ou possuíam vínculo com o Greenpeace, por ser funcionário ou ativista dessa ONG. A partir da compreensão dialógica de pesquisa (Bakhtin, 2010), bem como do uso da chamada Análise Crítica do Discurso, ressaltamos enunciados, produzidos na relação pesquisador-pesquisado, os quais nos auxiliaram a compreender e problematizar a relação paradoxal do Greenpeace com o Estado, contribuindo, dessa forma, com possíveis análises da cena política no espaço contemporâneo.

Greenpeace: um breve relato sobre sua história, percursos e princípios

A ONG Greenpeace surgiu no Canadá em 1970 e, desde então, vem lutando “pelo verde e pela paz”, em prol de uma sociedade mais sustentável. Sua formação se deu a partir de um ato no qual um grupo de ecologistas tentou interceptar um teste nuclear que seria realizado em uma ilha no Polo Ártico, nascendo, nesse momento, um de seus princípios, o

qual é se tornar testemunha ocular diante de um acontecimento que, sob a perspectiva do Greenpeace, agride o meio ambiente e fere a lógica da sustentabilidade (Campos, 2006; Gabeira, 1988; Gomes, 2014; Lycarião, 2008, 2010; Marzochi, 2009).

Atualmente, o Greenpeace é uma ONG atuante em 43 países, sobrevivendo financeiramente, conforme dados fornecidos pela própria instituição, exclusivamente de doações cedidas por pessoas físicas, sendo vetada a colaboração fornecida por “pessoa jurídica” (empresas, instituições etc.). Essa recusa em aceitar parcerias e doações de outros atores coletivos está, fundamentalmente, pautada na busca pela garantia de independência e autonomia, já que essa ONG atua especialmente contra o Estado e contra grandes multinacionais. Conforme dados disponíveis no site Greenpeace, e as informações coletadas em pesquisas realizadas sobre essa ONG, atualmente a instituição conta com uma rede de aproximadamente 4 milhões de colaboradores e 18 mil voluntários, os quais realizam diversos tipos de ações em defesa do meio ambiente, buscando soluções “economicamente viáveis e socialmente justas”, em prol da proteção da biodiversidade e do equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e econômicas (Campos, 2006; Gabeira, 1988; Gomes, 2014; Lycarião, 2008, 2010; Marzochi, 2009).

Tendo em vista que não faz parte do objetivo deste trabalho analisar as diferentes ações do Greenpeace, citamos a seguir uma breve síntese dos tipos de ações realizadas de forma a, minimamente, contextualizar essa ONG ao leitor: ações voltadas para a conscientização ambiental (instalação de postos informativos sobre o meio ambiente, os chamados “pontos verdes”); coleta de assinaturas para ingressar com alguma ação que pode ser realizada tanto de forma presencial como virtual (no próprio site da organização há várias petições, abaixo-assinados, fóruns de discussão etc.); instalações em pontos estratégicos da cidade; a chamada “*photo oportunity*”, que tem como objetivo montar uma foto com corpos humanos para elaborar uma mensagem que seja veiculada na mídia para chamar a atenção pública; busca de diálogos com o Estado, com intuito de participar na gestão das políticas públicas ambientais; o trabalho junto ao Ministério Público Federal, tanto para entrar com uma ação civil pública como para participar em audiências públicas; a produção de relatórios científicos; e, por fim, as ações diretas, que se caracterizam pela inserção

presencial no espaço público de modo a protestar de forma pacífica e não violenta, as quais são ações de caráter espetacular e midiático.

A seguir, discorreremos sobre nossa perspectiva metodológica e descreveremos os procedimentos utilizados. Depois, faremos uma breve descrição de cada participante deste estudo. Por fim, a partir dos conceitos da literatura de Rancière – em especial, as noções de “política”, “polícia” e “sujeito político” –, analisaremos alguns enunciados com o intuito de provocar um debate e uma problematização sobre as múltiplas formas de relação entre o Greenpeace e o Estado.

Métodos e procedimentos

Recorremos ao uso de entrevistas abertas, realizadas em forma de diálogo, com sujeitos que são ou eram vinculados ao Greenpeace no momento da entrevista. A partir de uma perspectiva bakhtiniana, Freitas (2003) entende que a entrevista se configura como uma construção dialógica em que pesquisador e pesquisado são autores dos processos de significação construídos. Nesse sentido, não podemos “colocar” o sentido veiculado nem no participante, nem pesquisador, mas na relação estabelecida entre eles nesse contexto de pesquisa. Sendo assim, toda e qualquer interpretação elaborada por parte do pesquisador está relacionada à sua forma singular de se apropriar e articular os diferentes enunciados escutados e visualizados, demarcando que o sentido atribuído às falas é subjetivo, singular e histórico. De acordo com a autora:

O pesquisador é um dos principais instrumentos da pesquisa porque, sendo parte integrante da investigação, sua compreensão se constrói a partir do lugar sócio-histórico no qual se situa e depende das relações intersubjetivas que estabelece com os sujeitos com quem pesquisa. (Freitas, 2003, p. 28)

A partir desse encontro, dialógico por condição, buscamos destacar enunciados que, em alguma medida, se aproximavam da temática alvo deste trabalho, isto é, a relação do Greenpeace com o Estado. A partir da chamada Análise Crítica do Discurso (ACD), corrente europeia orientada por uma tradição mais política e sociológica (Rueda, 2011), compreendemos que a linguagem, histórica e ideologicamente constituída, se revela como reflexo, expressão e constituição dos processos sociais. Sendo

assim, elegemos discursos que, de alguma maneira, nos aproximavam dos processos sociais vividos e construídos pelo Greenpeace, a partir da elaboração singular de cada participante, tomando Rancière como aporte teórico para sustentar nossa análise, a qual busca construir um olhar interpretativo e problematizador acerca da relação que o Greenpeace estabelece com o Estado.

Participantes da pesquisa

Paulo¹, brasileiro, 30 anos, formado em História e Ciências Sociais, especializado em Política Urbana, foi voluntário do Greenpeace por três anos e depois se tornou funcionário dessa organização. Na época da entrevista, trabalhava como Coordenador de Campanha há dois anos. Pâmela, espanhola, 37 anos, bióloga, mestrado em Recursos Naturais, na época da entrevista trabalhava como Coordenadora de Campanha há cinco anos. Luana, 30 anos, bióloga com mestrado em Biologia Marinha, doutoranda em Políticas Ambientais Internacionais, trabalhou no Greenpeace durante cinco anos como Coordenadora de Campanha. O último participante não autorizou qualquer descrição sobre seu sexo, idade, nacionalidade, assim, utilizaremos “anonimato” quando o discurso se referir a esse sujeito.

Discussão dos resultados

O Greenpeace possui uma maneira peculiar de se relacionar com o Estado que nos fez pensar a relação existente entre a política e aquilo que Rancière (1996, 2006, 2007, 2011a, 2011b) denominou de *polícia*. O autor critica a visão tradicional de política, a qual se daria por um processo consensual de gestão das populações e por meio do consentimento das coletividades. Ao contrário, o autor define política como a instauração de dois mundos em litígio, em que um deles busca sair do lugar do “sem-parte” na partilha do sensível, almejando se tornar um ser audível e contado no computo da ordem social. A política seria, então, uma ruptura com um determinado modo sensível de apreender, pensar, olhar, escutar e sentir a

¹ Todos os nomes utilizados são fictícios para garantir o anonimato do participante. Todos os participantes foram esclarecidos dos objetivos da pesquisa, autorizaram a gravação e uso de suas falas para publicações.

realidade, já que ela se “manifesta pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável” (Rancière, 1996, p. 372).

Aquilo que as teorias tradicionalmente denominam de política, Rancière (1996, 2006) vai chamar de “polícia”, defendendo que não se trata de conotar um tom pejorativo, mas, sim, de dar um nome ao modo de gestão e governança da população. A polícia, então, se define por: “um conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação desta distribuição” (Rancière, 1996, p. 372).

O autor propõe, nesse sentido, restringir o conceito de política e ampliar o conceito de polícia, compreendendo que o dissenso, antes de ser um conflito entre governo/pessoas, é um conflito sobre a própria configuração do sensível. Conforme o autor, o político se constitui por um tripé composto pela política (ato precário de causar o dissenso), a polícia (uma forma de governança) e a igualdade (compreendida como o operador lógico da política que se pauta na condição igual de todo ser humano em ser falante). O encontro dessas duas lógicas operacionais, a política e a policial, pautadas no princípio da igualdade, é que possibilita, conforme Rancière (2011 a), a inscrição de momentos políticos e espaços democráticos na ordem vigente.

A partir dessa leitura, a de pensar na possibilidade de se construir uma comunidade política democrática, torna-se necessário incluirmos estes dois processos heterogêneos: a política e a polícia, pois, se um existe para organizar, classificar e nomear, o outro emerge com intuito de desorganizar, desclassificar e renomear, e, somente com a presença desses dois movimentos, “politizar” e “policiar”, é que podemos instaurar caminhos democráticos, ainda que instáveis, na ordem vigente.

A partir dos discursos produzidos no contexto desta pesquisa, notamos um paradoxo presente na maneira do Greenpeace se (des)articular com o Estado que, podemos pensar, é o próprio paradoxo da política apontado por Rancière. A política se sustenta em um paradoxo, o qual, de forma antagonística e simultânea, se configura como uma arena conflitiva entre a polícia e a política. Em outras palavras, a esfera da política se institui por meio do consentimento das coletividades, pautado em um sistema

de legitimação que define lugares, funções e competências e, também, por atos intermitentes que desregulam e subvertem essa disposição historicamente instituída, denunciando o caráter contingencial da hierarquia estruturante da sociedade.

Essa posição paradoxal da política esteve, de alguma maneira, presente em ambos os países. O Greenpeace ocupa, em alguns momentos, um lugar de oposição frente ao Estado – quando realiza ações diretas contra algumas normas, leis, códigos instituídos – e, também, em outros, se posiciona em forma de parceria com relação a este, realizando reuniões e debates periódicos acerca das questões ambientais. Essa posição paradoxal é apreendida de diversas maneiras pelos entrevistados. Paulo e Pilar compreendem que essa relação parceiro/adversário é fundamental para conseguirem transformações mais sólidas e consistentes na sociedade:

Nosso objetivo muitas vezes é espalhar uma mensagem, imagino que seja um canal, um meio político, um canal de comunicação ... O Green é um forte canal de comunicação para chegar mais clara uma determinada mensagem, que são as questões que o Green acha mais importante ... é uma forma de fazer denúncia, de mostrar para a população o que as grandes empresas e, até o próprio Estado, estão fazendo sem considerar a biodiversidade. Ao mesmo tempo que nosso principal alvo é o Estado, ele pode ser também um de nossos aliados, principalmente o presidente da república. Acho que é a partir de um movimento político, de fazer pressão... Então, a presidente tem um status, um alvo importante para a gente atingir. Então a gente acha que para fazermos política é fundamental esse espaço de diálogo com a câmara e com a presidente. Isso ficou cada vez maior pra gente... A gente viu que no Brasil, a gente pode mexer com as corporações, mas o poder do Estado ainda é muito forte, e se o poder do Estado é muito forte, agente tem que conversar com o Estado. (Paulo)

Nos nutrimos de la política, somos un grupo político porque trabajamos con los políticos para conseguir los cambios, no hay que negar que en las democracias sanas, y tan poco las insanas, que los políticos son vehículos para cambiar las leyes, sobretudo son los que poden conseguir mejorar el Estado. Entonces, tenemos que actuar contra y junto del... (Pilar)²

² “Nos servimos da política, somos um grupo político porque trabalhamos com os políticos para conseguir as transformações, não há como negar que nas democracias saudáveis e, também, nas insanas, que os políticos são os veículos para transformar as leis, sobretudo, são eles que podem conseguir melhorar o Estado. Então, temos que atuar, junto e contra ele” (tradução nossa).

Trazemos duas ações realizadas pelo Greenpeace que se revelam em um campo empírico interessante para refletirmos sobre as fronteiras entre a política e a polícia na contemporaneidade. Uma delas ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 2011, em que ativistas, fantasiados de baleias, ocuparam o saguão da empresa OGX³ em oposição à exploração de petróleo que ela realizava na região de Abrolhos (Bahia). As “baleias” ficaram acorrentadas no saguão da empresa por 12 horas, esguicharam “óleo” – falso – em todo o espaço e, por fim, foram retiradas à força pela tropa de choque⁴.

A outra ação foi realizada também na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2009, quando um grupo de ativistas escalou a ponte Rio-Niterói para estender uma imensa faixa (50 x 30m) com a mensagem: “*World Leaders: climate and people first*”⁵. Nesse período, os líderes do G-20 se reuniam para debater questões relativas à economia mundial e, em uma tentativa de chamar a atenção da mídia e da sociedade civil acerca da importância de incluir o aspecto climático no debate da economia, o Greenpeace realizou uma ação direta com intuito de polemizar tal questão.

Quando os ativistas escalam a ponte Rio-Niterói, estendendo uma grande faixa com um discurso em defesa da inserção da questão climática na agenda dos principais países do mundo em termos econômicos, buscam deslegitimar a função da polícia, já que essa é “a ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis ao determinar primeiramente a visibilidade mesma das ‘capacidades’ e das ‘incapacidades’ associadas a tal lugar ou tal função” (Rancière, 2006, p. 372).

Nesse caso, quem é que possui título, capacidade e competência para eleger as principais preocupações mundiais? Ao tentar perturbar a partilha do sensível, o Greenpeace busca tornar audível e visível um objeto – a questão climática – no cotidiano das pessoas, tentando confi-

³ A empresa OGX (Óleo e Gás Participações), quando a ação foi realizada, era uma das empresas responsáveis pela exploração de petróleo na região de Abrolhos. O proprietário da empresa então era Eike Batista - o uso da máscara dos ativistas remetia a ele -, e o uso da coleira no pescoço remetia ao episódio em que, na época, sua esposa, Luma de Oliveira, desfilou em uma escola de samba usando uma coleira com o seu nome.

⁴ Para maiores informações sobre essa ação, acessar: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Baleias-ocupam-sede-da-OGX/>

⁵ Para maiores informações sobre essa ação, acessar: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/g20-e-preciso-construir-o-fut/>

gurar um outro status de legitimação ao discurso ambiental. Nesse sentido, “os manifestantes põem na rua um espetáculo e um assunto que não tem aí o seu lugar (Rancière, 2006, p. 373), “falam num mundo que não existe e de coisas que não existem, coisas para cujo enunciado eles não possuem nenhum título” (p. 376). O discurso da sustentabilidade e proteção das baleias existe apenas no mundo do Greenpeace, já que no universo das empresas petrolíferas a preocupação com a biodiversidade é inexistente.

Na ação em que o Greenpeace protesta contra a exploração de petróleo na região de Abrolhos, a ONG cria um litígio entre agenciamentos discursivos antagônicos (ambientalistas x capitalistas), os quais possuem diferentes formas de apreender e organizar a partilha do sensível. De modo algum esses universos são dicotômicos, mas, se um possui como norte o acúmulo da riqueza e se sustenta na lógica individualista e consumista, o outro se pauta no princípio da sustentabilidade (Bell, 2000), que possui como pressuposto a proteção da biodiversidade, a qual inclui todas as espécies vivas existentes no planeta.

Nesses atos exagerados e escandalosos realizados na esfera pública – características típicas dos atos políticos (Rancière, 2006, 2011a) –, o Greenpeace busca desregular o agenciamento discursivo relativo à extração dos recursos naturais. Hegemonicamente, sob a lógica capitalista, esse regime discursivo é entendido como propulsor do desenvolvimento e próspero à sociedade, já que o sistema produção depende, fundamentalmente, do petróleo para existir. A lógica sustentável de produção de energia, dessa forma, não possui um lugar inscrito na ordem simbólica vigente. Por meio da inserção de um objeto que existe (as baleias) somente no mundo do Greenpeace, a ONG busca configurar um novo *sensorium*, uma nova forma de partilhar o sensível, de modo a polemizar o (não) lugar dessa forma de ver, pensar e sentir a exploração de petróleo no universo das empresas petrolíferas.

Sendo assim, em alguns momentos, entendemos que o Greenpeace funciona como um sujeito político, pois, por meio de atos dessa natureza, se coloca no lugar de “um operador de desclassificação, uma potência de desfazer a estrutura policial que se opõe aos corpos em seu lugar, em sua função, com a parte que corresponde a essa classe e a essa função” (Rancière, 2006, p. 378).

Dessa forma, a possibilidade da política emergir é por meio de um ato inesperado, pois somente dessa maneira conseguirá escapar do ordenamento da polícia (o princípio do “efeito surpresa” do Greenpeace busca burlar esses dispositivos de controle). Nesse sentido, sob a ótica de Rancière, o ato político é inusitado, fugaz, precário e instantâneo, já que, possivelmente, será identificado e incorporado na partilha do sensível de uma forma polícialasca.

Os sujeitos políticos não existem como entidades estáveis. Existem como sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Portanto, são sempre atos precários, sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização de sua parte. (Rancière, 2006, p. 378)

Partimos da compreensão que as ações diretas do Greenpeace são formas de colocar em ato a instauração de mundos polêmicos, na medida em que podem provocar uma perturbação na ordem do sensível, transformando a rua, entendida pela polícia como espaço de circulação, em espaço político. Por meio dessas práticas, possibilita que o espaço público discuta assuntos da comunidade, fazendo circular novos discursos, tornando voz o que antes era ruído e, ainda, subvertendo as funções “consensualmente” definidas da partilha hegemônica: quem possui a função e competência para agir sobre a exploração de petróleo em Abrolhos?

Se a base política começa com o cômputo litigioso dos não-contados, isso implica que os sujeitos políticos em geral só existem por sua distinção em relação a qualquer grupo social, a qualquer parte da sociedade ou função do corpo social. O que os constitui é o próprio litígio. Os sujeitos políticos são potências de enunciação e de manifestação do litígio que se inscrevem como algo a mais, algo sobreposto, em relação a qualquer composição do corpo social. (Rancière, 2006, p. 377)

O sujeito político é aquele que inscreve algo novo no sensível, que faz com que essa partilha tenha que se rever para lidar com algo que antes não era existente, visto e ouvido. A partir dessa leitura, entendemos que o Greenpeace, em alguns momentos, opera como um sujeito político ao inscrever esse “algo a mais” que não é disseminado nos dispositivos hegemônicos da ordem vigente, revelando e provo-

cando um litígio sobre as múltiplas formas de se relacionar esteticamente com a natureza.

De acordo com a perspectiva de Rancière (2012a, 2005), o ato político ocorre por meio de uma subjetivação política que diz respeito a uma experiência que amplia as formas de inteligibilidades e sensibilidades do sujeito em relação ao regime hegemônico, visibilizando corpos que foram invisibilizados pela polícia, subvertendo a partilha do sensível e desregulando os lugares e funções na ordem vigente. É por meio de atos que possuem como norteador o princípio da igualdade que podemos pensar em um movimento de emancipação, entendido por Rancière (2009, 2011a) como a redistribuição da configuração do sensível, e da possibilidade de emergir novas experiências na vida coletiva.

Além desse ato conflitivo frente ao Estado e às grandes corporações, o Greenpeace busca, também, construir um canal de diálogo, tentando argumentar e demonstrar seus ideais e projetos para a sociedade, aproximando-se de um modelo mais policial (de governança consensual) do que de um ato político. A argumentação e a demonstração compõem o modelo comunicativo da racionalidade política, revelando-se em dois importantes processos de configuração do sujeito político. Essas duas modalidades de subjetivação são entendidas como uma situação de fala a qual dois locutores se veem confrontados e impelidos a ampliarem seus limites discursivos. Os locutores são “obrigados a explicitar as normas que os guiam, a experimentar seu caráter contraditório ou não contraditório. São assim levados a universalizá-las tendencialmente e a se aproximarem um do outro neste movimento de universalização (Rancière, 2006, p. 376).

Conforme nos conta Paulo, a estratégia da ação direta é o último recurso a que o Greenpeace recorre, pois, além de ser algo trabalhoso, é extremamente caro (as ações podem custar, em média, de 30 a 200 mil reais). Esse participante entende que é importante e eficiente manter um canal de diálogo com o Estado. Porém, outro participante (anonimato) compreende que o Greenpeace “*perde seu DNA*” quando senta para dialogar com o Estado, funcionando não apenas com o, mas exatamente da mesma maneira que o Estado:

O Green não tem que funcionar como o Estado, fazer acordos e moratórias que depois não terá como fiscalizar, se nem o Estado consegue, quem dirá o Green... Este não é o papel do Green... Só para estar na mesa, fazendo

acordo, muito chique, recebendo dinheiro, porque vai bombar na mídia e atrair mais colaboradores. Mas depois não vai ter cacife para controlar e fiscalizar... Acho que o papel do Green é o de “jogar merda no ventilador”, mostrar todas as falhas que as grandes empresas fazem, é de fazer um trabalho junto nas comunidades, para mudar mesmo a consciência ambiental... Não ficar em uma mesa definindo as regras e leis do meio ambiente em Brasília... (anonimato)

Notamos que essa relação paradoxal do Greenpeace enquanto polícia (participando nas formas de governança e suas respectivas legitimações no que tange às decisões relativas ao meio ambiente) e política (realizando protestos com caráter de denúncia, subversão, resistência e enfrentamento) é significada de diferentes maneiras por esses três participantes, ora sendo entendida como uma estratégia necessária para efetivar as transformações almejadas, ora compreendida como um esvaziamento do elemento “*idealista*” da ONG, revelando-se como o próprio esvaziamento identitário dessa organização.

O ingresso do Partido dos Trabalhadores no Estado brasileiro tem trazido novos questionamentos para o Greenpeace que, novamente, são paradoxais, podendo ser fortalecedores, no que diz respeito à emergência de novos sujeitos políticos, como também de sua própria dissipação no campo da polícia. Para a participante Luana, o fato de o Greenpeace ser independente o protege dos mecanismos policialescos de cooptação:

Acho que a independência é um fator bem importante, porque o Greenpeace pode fazer oposição com qualquer empresa pois ele não tem “rabo preso” com ninguém. Por exemplo, o que ocorre muito no nosso atual governo, os movimentos sociais que antes era oposição, hoje muitos deles são cooptados no governo do PT, não são mais oposição, inclusive alguns recebem ajuda financeira do Governo. Com o Greenpeace isso nunca vai acontecer, ele não vai receber ajuda do governo, não vai receber ajuda de empresas, só vai receber ajuda das pessoas... (Luana)

A relação que vem sendo estabelecida entre o Governo e os diferentes sujeitos coletivos desde o ingresso desse partido político em 2003 foi objeto de análise da pesquisa de Machado (2013), a qual ressaltou o risco da diluição do caráter político dos atores quando esses se adentram na lógica policial, em especial quando suas lideranças passam a ocupar car-

gos públicos e administrativos no Estado. Do mesmo modo, a complexidade da relação entre política/polícia no Greenpeace é acentuada quando escutamos o discurso de Paulo, referente à relação do Greenpeace com alguns setores do atual Governo brasileiro:

o Ministro ligava pra gente e dizia: vocês não estão a fim de fazer uma ação? Eu sozinho não estou conseguindo. Eu sento na sala com 30 ministros, só que só tem 1 ou 2 que entende o que eu estou falando, os outro 28 não entendem e são contra. Só eu falando aqui sozinho no Governo, eu não faço barulho. Venham fazer um protesto, a gente dá um jeito. Vem aqui na porta e encham o saco, porque aí eu posso falar: tá vendo, presidente? A sociedade civil tá protestando. E aí eu me coloco na reunião ministerial de uma forma diferente. (Paulo)

Esse convite e consentimento por parte do Estado para a realização de um protesto pode, em alguma medida, ser o próprio elemento esvaziador do caráter político das ações do Greenpeace, pois, se o ato político emerge a partir de um litígio entre dois mundos que disputam diferentes formas de partilhar o sensível, nessa esteira, como pensar em um ato político consentido?

Este discurso de Paulo também nos aponta que não é possível compreender “o Estado” como uma instância única, homogênea, coesa e absoluta. Ao contrário, trata-se de um espaço composto por múltiplas forças heterogêneas e antagônicas que buscam encontrar uma parte para que seu agenciamento discursivo tenha legitimidade. Assim, o telefonema do ministro pode tanto indicar uma “policiação” do ato político como uma tentativa de inscrever um momento político dentro da ordem policial, buscando, neste último caso, a colaboração de outros movimentos sociais e coletivos políticos.

A gente tem vivido um drama nos últimos dois anos, não só no Brasil, mas no mundo, é que, como a gente sempre faz ação em lugar público, por exemplo, na câmara dos vereadores, eles não querem que apareça na mídia a segurança pegando a gente. Então, vem aquele discurso, geralmente daqueles deputados mais bonzinhos, de pessoas que são articuladas aos movimentos sociais e tal.. “ah, deixa os meninos protestarem”, “sem bater, sem bater!”. De um tempo pra cá, esta ordem não chega mais [referindo-se à ordem de agir de forma a impedir o protesto]. Então a gente faz uma intervenção e qual o efeito? “Ah tá... então, continuando...” Assim, entende? A ação perdeu o fim, porque a política não age mais contra a gente! (Paulo)

As ações diretas podem ser entendidas como atos (performáticos, midiáticos, estéticos, criativos, irreverentes, inusitados...) que provocam uma desregulação do sensível, fazendo com que as pessoas pensem e sintam a realidade de uma outra maneira e de um outro lugar. Contudo, para que ocorra um processo de subjetivação política, é necessário que a arena discursiva, argumentada e demonstrada, ocorra entre os mundos litigiosos. Podemos pensar que esses processos também ocorrem em outros tipos de atividades do Greenpeace, como a produção dos relatórios científicos, publicação de dados estatísticos, elaboração de materiais denunciando as falhas ambientais de grandes empresas e, fundamentalmente, por meio da interlocução direta com o Estado.

Mas, ao mesmo tempo em que podemos pensar que essa interlocução é o elemento que traria o caráter político das ações do Greenpeace, é justamente aí que a política escapa e é capturada pela polícia. Nesse momento, não há mais uma relação de litígio e dissenso entre Greenpeace e Estado – ainda que discordem sobre seus ideais –, mas, sim, uma relação de parceria para elaborar a governança e gestão da sociedade, ou seja, a polícia.

A reabsorção do político pelo estatal seria o fim da própria política, pois se sustenta no governo modesto e gestor da riqueza e da distribuição dos corpos e funções, fazendo desaparecer o exercício do dissenso. A política está sempre ameaçada a se dissipar, e seu principal risco não é o desaparecimento, mas sim a confusão com seu contrário, a polícia: “o risco dos sujeitos políticos é confundir-se de novo com partes orgânicas do corpo social ou com esse próprio corpo” (Rancière, 2006, p. 378).

Como nos aponta Rancière (2006), não há uma lacuna existente entre a política/polícia, pois a polícia busca incorporar a política em sua lógica de funcionamento, capturando-a de tal maneira que sua função política acaba por esvair: “O principal desaparecimento da reflexão e ação política é a sua identificação com o corpo de uma comunidade... mas se a política é algo diferente de polícia, ela não pode se encaixar em tal identificação...” (p. 379), pois, se isso ocorrer, o ato político perde seu caráter dissensual, litigioso e fissurador da lógica vigente.

Nesse sentido, Rancière localiza o sujeito político em um hiato, *in between*, no intervalo entre a lógica de subjetivação e a lógica de identi-

ficação, em que em alguns momentos esporádicos irá conseguir interpe- lar a ordem policial mas, em seguida, será capturado por ela. Portanto, pensar em democracia significa pensar em processos de emergência de sujeitos políticos que rompem o consenso, desregulam a partilha do sensível, denunciam a hierarquia e provocam novas experiências, ainda que de forma fugaz e instantânea, mantendo-se em constante exercício de inscrever o dissenso.

A impressão que fica é que, quando o conjunto desses atos políticos irá alcançar o ponto máximo de argumentação e reconfiguração do sensível - quando conseguem marcar uma reunião com o presidente da República, por exemplo -, a política se dilui nos dispositivos e agenciamentos policiais que regulam a ordem vigente. Isso, *a priori*, não é bom ou ruim. Esse movimento de intensificação e dissipação é a condição da própria política, pois, às vezes, a política “alcanza entonces un punto en que ella también se anula (Rancière, 2009, p. 14), já que o consenso “es la forma de transformación de la política en policía” (Rancière, 2012b, p. 93).

O Greenpeace nos revela a precariedade da fronteira entre a política e a polícia, mostrando que essa ONG se situa no intervalo entre as duas funções, ora como produtora de dissenso, ruptura e desordem da polícia, ora como a própria polícia, elaborando formas e regras de governabilidade. Exatamente no momento em que mais se aproxima de se caracterizar como um sujeito político, a política se esvai e em seu lugar emerge a polícia, demonstrando que, como afirma Rancière, o sujeito político é ocasional, raro e intermitente.

Considerações finais

Por fim, ressaltamos que só é possível pensar na criação de processos democráticos quando resguardamos o caos dissensual dos sujeitos políticos, que, mesmo sendo domesticados pela ordem policial, possuem um poder emancipatório de produzir novas maneiras de viver, pensar, entender e sentir o espaço comum. A polícia não inviabiliza a política, já que “não se deve esquecer também que, se a política emprega uma lógica totalmente heterogênea da polícia, está sempre amarrada a ela” (Rancière, 1996, p. 44).

Nesse sentido, compreendemos que a articulação, em forma de enfrentamento ou de diálogo, que o Greenpeace realiza com o Estado não desqualifica suas ações políticas. Ao contrário, multiplicam-se os canais de interpelação da ordem vigente, ampliando os alcances de suas lutas. Assim sendo, o Greenpeace pode ser entendido como um dispositivo que, em alguns momentos, fortalece a democracia, a qual só é possível ser pensada por meio da garantia de “formas disensuais de combate, de vida y de pensamento colectivo” (2012b, p. 148) que se endereçam à verificação da igualdade.

Retomando a epígrafe inicial, ressaltamos que é importante coexistir a “letargia da razão consensual” e o seu desmonte, ou seja, existir a população e o povo, a vigília e o sono. Se pretendemos construir espaços democráticos e emancipatórios na sociedade, é preciso que essa razão letárgica se faça presente. Porém, é de suma importância que ela vá dormir e se embriague de vez em quando, enfraquecendo seu sistema de controle e de vigília, permitindo que o novo possa emergir, possibilitando que a política construa sonos com sonhos.

Pensar em política a partir do princípio da igualdade é pensar, também, na sua impossibilidade, por isso temos que incluir o ato de sonhar no campo da política, pois somente a partir do escândalo o que é sonhar com um mundo igualitário, é que podemos fazer irromper no real fissuras as quais permitam o escoamento do diferente, desenhando novas inscrições no tecido social, tornando-o mais igualitário e emancipatório.

Referências

- Bakhtin, M. (2010). *Marxismo e filosofia da linguagem* (14ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Bell, D. V. J. (2000). A cultura da sustentabilidade. In P. J. Krischke (Org.), *Ecologia, juventude e cultura política* (pp. 27-58). Florianópolis: EDUFSC.
- Campos, E. O. (2006). *Ativismo na rede: informação, organização e espetáculo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Freitas, M. T. (2003). A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In S. Kramer, S. J. Souza, & M. T. Freitas (Orgs.),

- Ciências Humanas e pesquisa: Leituras de Mikhail Bakhtin* (pp. 26-38). São Paulo: Cortez.
- Gabeira, F. (1988). *Greenpeace: verde guerrilha da paz*. São Paulo: Clube do Livro.
- Gomes, M. A. (2014). *Política, estética e ativismo ambiental: um estudo sobre as ações do Greenpeace no contemporâneo*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Lycarião, D. (2010). *Greenpeace, espetáculo e internet: o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para a sustentação de debates na esfera pública*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Lycarião, D. (2008). O Greenpeace e os media: pode tanto espetáculo não degradar a esfera pública? *Comunicação e política*, 26(3), 55-77.
- Machado, F. V. (2013). *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Marzochi, S. F. (2009). *Metamodernidade e política - A ONG Greenpeace*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Campinas, Campinas, SP.
- Rancière, J. (1995). Politics, identification, and subjectivization. In J. Rajchan (Ed.), *The question of identity* (pp. 63-72). New York: Routledge.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Eixo.
- Rancière, J. (2006). O dissenso. In A. Novaes (Org.), *A crise da razão* (pp. 367-382). São Paulo: Companhia das Letras.
- Rancière, J. (2007). *En los bordes de lo político*. Buenos Aires: La Cebra.
- Rancière, J. (2009). Políticas estéticas. In J. Rancière, *Sobre políticas estéticas* (pp. 13-36). Barcelona: Museo de Arte Contemporánea.
- Rancière, J. (2011a). *Momentos políticos*. Madrid: Clave Intelectual.
- Rancière, J. (2011b). *El tiempo de la igualdad: diálogos sobre política y estética*. Barcelona: Herder.
- Rancière, J. (2012a). *El mal estar en la estética*. Madrid: Clave Intelectual.
- Rancière, J. (2012b). *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rueda, L. I. (2011). El análisis del discurso en las ciencias sociales: variedades, tradiciones y prácticas. In L. I. Rueda (Ed.), *Análisis del discurso. Manual para las ciencias sociales* (pp. 89-128). Barcelona: UOC.

A produção de documentários como estratégia em Psicologia Comunitária

Elisa Harumi Musha

Erich Montanar Franco

Introdução

O presente trabalho é um relato de atividade de estágio em Psicologia Comunitária realizado em parceria com a União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de *Heliópolis* e São João Clímaco (UNAS). A experiência descrita e analisada abaixo foi desenvolvida em conjunto com um grupo de seis jovens que fazem parte de um projeto denominado Jovens Alconscientes (J. A.). Desde 2010, essa iniciativa vem ganhando grande visibilidade por meio da mídia e redes sociais. O projeto desenvolve ações voltadas para conscientização sobre a importância do uso consciente da bebida alcoólica. O J. A. é formado por um grupo de 20 adolescentes que, sob a orientação de um coordenador e de um educador, desenvolvem atividades de inclusão social, culturais ou esportivas, de acordo com a realidade local. Além disso, busca-se a formação de multiplicadores do conhecimento adquirido, incluindo a participação cidadã.

A formação dos jovens ocorre por meio de diversas oficinas ligadas às áreas de comunicação, educação e promoção da saúde. Os jovens participam do projeto durante dois anos e recebem uma bolsa de estudo financiada pela Companhia de Bebidas das Américas (AmBev).

A demanda mais importante apresentada pelos integrantes da oficina foi a conscientização dos jovens de Heliópolis acerca do consumo excessivo do álcool. É importante destacar que, embora essa demanda esteja alinhada aos objetivos institucionais do projeto J. A., ela surgiu dos próprios jovens durante discussões sobre os interesses coletivos e possíveis atividades. A partir desses questionamentos, os jovens se mobilizaram e afirmaram seu interesse na criação de vídeos que pudessem ins-

pirar reflexões sobre o tema do uso da bebida alcoólica. Nesse sentido, sugeriu-se a organização de uma oficina de produção de documentários.

Assim, um dos desafios foi o de proporcionar uma experiência que instigasse tanto a discussão sobre o uso do álcool quanto a autonomia dos jovens. Foi necessária atenção para que o trabalho com os jovens oferecesse um espaço que não focasse apenas na atividade como um fim em si mesmo, mas que também pudesse servir como um dispositivo que possibilitasse o questionamento sobre a própria realidade em que estão inseridos.

Conforme os parâmetros da Psicologia Social Comunitária, buscamos participar da criação de possibilidades para compartilhar saberes e práticas com grupos comunitários e articular as demandas com possibilidades concretas de ação.

Nosso objetivo consistia em mobilizar os participantes para o debate sobre os riscos do consumo excessivo do álcool a partir do registro dos posicionamentos de diversos atores sociais da comunidade e de outros setores da sociedade organizada. Embora o foco das atividades tenha sido seu processo, isto é, a produção do documentário como dispositivo para apropriação crítica da realidade, seu produto audiovisual também serviria como estratégia disparadora de reflexão e debate em atividades multiplicadoras, executadas pelos membros da comunidade.

Durante as discussões realizadas ao longo da oficina, adotamos a perspectiva de que a autonomia está relacionada com a capacidade que cada sujeito tem de se apropriar de sua história e, a partir disso, assumir o papel de protagonista e agente transformador do cotidiano que o circunda (Freitas, 2000). Por esse motivo, tornou-se importante criar um espaço no qual os jovens pudessem participar ativamente das tomadas de decisões e da construção do vídeo, tendo em vista que as emoções e afetos são mediações fundamentais para o desenvolvimento social e para a práxis da Psicologia Comunitária (Lane, 1996).

Problematização do uso do álcool e outras drogas

A produção e o consumo de álcool e outras drogas tem sido objeto de estudo e debate em diversos campos do conhecimento e tem gera-

do intensos embates entre as muitas perspectivas, que incluem posicionamentos morais, esforços para garantir direitos e propostas de atuação com foco na saúde. Além disso, há que se considerar que tanto o tráfico de drogas como a venda de bebidas alcoólicas integram a dinâmica econômica da estrutura capitalista. Essa dinâmica é influenciada pela repressão policial, que impulsiona as margens de lucro e o monopólio do comércio por grupos armados. Isso contribui para que o tráfico de drogas seja uma das atividades econômicas mais rentáveis (Nascimento, 2006). Garcia, Leal e Abreu (2008) enfatizam que o consumo de drogas tornou-se um produto com mercado e marketing estabelecidos e que gera um lucro de aproximadamente 500 bilhões de dólares ao ano.

Ao mesmo tempo, os meios de comunicação difundem uma perspectiva moralista e criminalizante dos usuários de drogas ilícitas, mas abrem espaços publicitários que banalizam o uso do álcool (Noto et al., 2003). Para Coelho (1980), os meios de comunicação alimentam a indústria cultural que contribui para a alienação do indivíduo e o forçam a substituir o questionamento pelo entretenimento.

Pereira, Jesus, Barbuda, Sena e Yarid (2013) destacam que o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) previne o abuso e privilegia a atenção e a reinserção social. Além disso, normatiza as estratégias de repressão à produção não autorizada e ao tráfico. Segundo os autores, o desafio consiste em evitar desequilíbrio entre as ações de saúde e o controle repressivo do tráfico.

Silveira e Moreira (2005) retomam levantamento da Organização Mundial de Saúde (OMS) e afirmam que aproximadamente 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo fazem uso abusivo de drogas. Para ele, a ausência de políticas claras e concretas de atenção motivou a instalação de propostas que visam, exclusivamente, à abstinência e à repressão. Contudo, essas medidas contrariam as diretrizes do Ministério da Saúde brasileiro, que propugnam a defesa da vida e da atenção integral, a fim de prevenir, tratar e reabilitar dependentes químicos. Dessa forma, para evitar a aplicação de modelos calcados no julgamento moral e na criminalização do usuário, preconizam-se medidas de redução de danos (Dias et al., 2003). Nesse sentido, pode-se afirmar que há um profundo descompasso entre a Legislação Federal e as práticas de controle dos usuários de drogas.

Atualmente, o debate sobre o tema do uso e do abuso de drogas vem se ampliando, juntamente com as críticas à ineficácia das ações punitivas sobre o usuário. Evoca-se o direito constitucional à saúde como norteador das estratégias de cuidado com os usuários de drogas lícitas ou ilícitas. Ao mesmo tempo, denuncia-se a banalização do uso abusivo do álcool e a ação repressora do Estado, dirigida, prioritariamente, aos grupos sociais de baixo poder aquisitivo. Esse debate traz, em seu bojo, a temática da legalização das drogas, seus pressupostos e suas implicações. As perspectivas em relação ao problema do álcool e outras drogas devem ser encaradas como a expressão de compromissos, interesses e ideologias pertinentes ao campo político contemporâneo (Tralhão, 2003). Garcia, Leal e Abreu (2008) enfatizam que o processo de formulação e implementação da política pública sobre drogas deveria corresponder às necessidades dos cidadãos, mas tem sido afetado por pressões externas e por interesses das indústrias privadas.

Segundo Tralhão (2003), as novas estratégias legais para o problema da droga tendem a ser apresentadas em termos empíricos e factuais. Inventariam, por exemplo, qual proporção da população utiliza drogas, quais os tipos de substâncias consumidas, em que frequência e intensidade o são e quais os seus efeitos. Para ele, as várias abordagens objetivistas não são produtivas para se avançar nesse debate, pois seus conteúdos e formas estão a serviço de posicionamentos políticos, morais e ideológicos. Por sua vez, Pereira et al. (2013) apontam os avanços conquistados no caminho da humanização das formas de enfrentar os agravos resultantes do uso de drogas. Os autores apontam que, gradualmente, antigos dogmas fundamentados na repressão estão sendo superados, dando lugar a ações de prevenção e de tratamento mais adequados, com enfoque na saúde pública, e articulados com os ideais da bioética e da proteção dos usuários. Nesse contexto, a Política Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas deve ser modificada por novas estratégias de enfrentamento contra o uso abusivo de drogas (Garcia et al., 2008).

Retomando a perspectiva da Psicologia Comunitária, entendemos que esse ramo da Psicologia pode contribuir para os debates e ações relacionados ao uso abusivo de drogas por meio da metodologia de pesquisa-ação. Tal metodologia, originária da Educação Popular e da Antropologia Social, é um instrumento precioso para atuar em comunida-

de. Para Góis (2008), outra característica da Psicologia Comunitária é sua orientação para uma práxis libertadora, que busca o reconhecimento das potencialidades da comunidade a partir da compreensão do modo de vida das pessoas. Nesse sentido, entendemos que a Oficina de Documentário pôde servir como práxis libertadora, ao possibilitar que cada jovem exercitasse seus diferentes modos de expressão. De acordo com a autora, a formação e a atuação em coletivos são relevantes por ensejarem novas formas de atuação instituinte e por favorecerem as sociabilidades contra-hegemônicas.

O uso do documentário como estratégia de problematização

A opção metodológica pela oficina de documentário foi motivada pela grande disseminação de novas tecnologias. Essa metodologia permitiu a construção de uma narrativa própria e crítica acerca de elementos da realidade vivida pela comunidade do bairro de Heliópolis, na cidade de São Paulo. Além disso, o processo de elaboração do documentário foi uma oportunidade para experimentar e reconhecer o papel mediador das produções audiovisuais.

Segundo Vicentini e Domingues (2008), na década de 70 observou-se o surgimento de diversas tecnologias, entre as quais o vídeo, que ganhou destaque ao ser considerado um instrumento de uso comum nos anos 80. Atualmente, passou a ser utilizado pela população em geral, devido à sua evolução técnica, ao barateamento e à popularização dos equipamentos. Eles afirmam que:

A popularização da Internet e o custo reduzido das filmadoras e máquinas digitais conferiram às pessoas a possibilidade de produzir e distribuir o próprio material audiovisual. A princípio, acreditou-se que tal processo colocaria a disposição do professor um recurso barato, acessível e com potencial para dinamizar as atividades didático-pedagógicas. Por isso, multiplicaram-se os programas de incentivo ao uso do vídeo em sala de aula, passando a constar, inclusive, como política estratégica para superar o descompasso da escola em relação ao monumental avanço dos meios de comunicação de massa que se operava fora dela. (p. 03)

Figueiró, Neto e Sousa (2012) abordam o alcance do trabalho do cineasta e as possibilidades de intervenção social por meio do documentário.

Para eles, é possível transformar o cotidiano através do uso socialmente engajado do recurso audiovisual, criando condições para a produção de novas leituras de mundo e formas de ser que sejam menos excludentes para determinados coletivos. Contudo, para que o sujeito possa compreender como se dá a passagem do imaginário para o real, é necessário ter em vista que o documentário só é possível com a participação de pessoas reais, que não atuam em um drama de ficção. A fala das pessoas envolvidas no vídeo propicia uma produção imagética com um forte compromisso com a realidade.

Nesse sentido, o documentarista/pesquisador se coloca em campo não apenas com a intenção de coletar dados, mas também de produzi-los, à medida que assume uma postura de sujeito ativo, disposto a entender a produção de subjetividade. Nas palavras de Figueiró et al. (2012, p. 60): “produzimos intervenções, linhas de fuga, bifurcações, que permitam que a vida siga seu fluxo por caminhos mais potentes”.

O potencial educativo dos recursos audiovisuais vem sendo discutido pelo Ensino de Ciências com o intuito de repensar os pressupostos dessa modalidade, por meio de uma contextualização na interface entre Ciência-Tecnologia-Sociedade (Alves & Messeder, 2011). Segundo Von Linsingen, Pereira e Bazzo (2003, p. 119):

A expressão ciência, tecnologia e sociedade (CTS) procura definir um campo de trabalho acadêmico cujo objeto de estudo está constituído pelos aspectos sociais da ciência e da tecnologia, tanto no que concerne aos fatores sociais que influem na mudança científico-tecnológica, como no que diz respeito às consequências sociais e ambientais.

Para que as propostas de abordagem CTS sejam realmente colocadas em prática, uma nova configuração curricular na abordagem de temas de relevância social é necessária. Ela deve problematizar as construções históricas e a utilização de diferentes tipos de materiais didáticos confeccionados com conteúdos do cotidiano dos jovens. Esses materiais devem estar de acordo com a necessidade de construção da cidadania científica e tecnológica, ao incorporar ciência e tecnologia ao trabalho pedagógico e levar em conta a transdisciplinaridade no estudo dos conteúdos. De acordo com Santos (2001), as seguintes características devem estar presentes, ao selecionar os materiais para CTS: (a) responsabilidade socioambiental dos cidadãos, (b) influências mútuas, (c) relação com as questões sociais, (d) ação responsável, (e) tomada de decisões e (f) resolução de problemas.

É possível afirmar que os recursos audiovisuais podem contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, pois possuem funções que variam desde a introdução a um determinado tema até a motivação do grupo para trabalhar o assunto escolhido. Por meio do conteúdo, da linguagem e da comunicação, os vídeos ganham qualidades que são essenciais para envolver o espectador em um processo significativo de aprendizagem (Alves & Messeder, 2011). Além disso, o recurso audiovisual codifica a realidade por meio de elementos simbólicos que são próprios à cultura do grupo que produziu a obra e às pessoas nela retratadas (Rosa, 2000).

Nossa proposta apoiou-se na concepção de que o saber e a ação não podem ser separados. São inerentes um ao outro e, no limite, ao saber em ação. O tripé formado por ensino, pesquisa e extensão é questionado, propositivamente, por uma visão integrada dessas modalidades da ação universitária, que propõe educação-pesquisa-aprendizagem em ação. Substituímos a noção de extensão como acúmulo de informações por construção partilhada de conhecimentos e práticas (Sandeville Jr., 2010).

Por fim, não é possível desprezar as tensões que podem surgir entre as experiências comunitárias típicas e as abordagens segundo as quais deve haver uma nova inserção da Universidade nas lutas e nas contradições urbanas. Além disso, devem-se considerar as implicações de caráter ético, estético, político e ideológico, inerentes a essa nova inserção. Essas tensões irrompem do choque de valores e de visões de mundo entre essas diversas realidades. No entanto, dessas tensões e contradições podem advir benefícios mútuos. As comunidades beneficiam-se desse intercuro com a Universidade, uma vez que dele surgem novos vetores de pensamento e de reflexão crítica acerca do contexto social em questão; por sua vez, a Universidade ganha com a análise ampliada e ora mais concreta e mais específica de seus objetos de estudo: as comunidades.

Relato da experiência

Aproximação do campo de ação

A experiência relatada dividiu-se em duas partes. Na primeira, o esforço foi concentrado em atividades de aproximação e diálogo com

atores sociais engajados em diversos projetos da UNAS. Buscou-se o reconhecimento das demandas e uma maior apropriação da história, das potencialidades e do universo simbólico das pessoas envolvidas. Nessa aproximação entramos em contato direto com o Movimento Sem Teto, o Centro da Criança e Centro do Adolescente, os Jovens Alconscientes, a Rádio Heliópolis e uma unidade de Medidas Socioeducativas. Sobre essa aproximação, Sandeville Jr. (2010) afirma que a cidade e a paisagem são espaços de produção social, de experiências, significações, intersubjetividades e contradições; fazem parte do *locus* fundamental do processo de aprendizagem, de reflexão e da ação criativa.

Transitando entre os diversos espaços ocupados pelos movimentos sociais, dialogamos com integrantes de diversos grupos. Além de realizar pesquisa sobre as necessidades dos integrantes do Movimento Sem Teto em parceria com seus dirigentes, também participamos de uma oficina de intervenção urbana com grafite, dirigida ao público infantil dentro do Polo Cultural de Heliópolis. Aproximadamente 100 crianças participaram da confecção de cartazes utilizados em uma manifestação contra a violência no bairro. Naquele momento, ainda não havíamos nos inserido no projeto com os Jovens Alconscientes, contudo, acreditamos que a participação nessas atividades contribuiu para que houvesse um maior entendimento das dinâmicas institucionais, além da criação de vínculos com as pessoas da comunidade.

Fomos surpreendidos por um lugar no qual se respira a coletividade. Ao mesmo tempo em que se sentia o distanciamento da estagiária em relação a essa realidade, devido a diferenças culturais e econômicas, eram claras as possibilidades de participação para a futura psicóloga. A UNAS se mostrou um espaço político e organizado de grande efervescência: ao mesmo tempo em que se destacam inúmeras necessidades associadas à histórica negação de direitos da classe trabalhadora, observou-se intensa mobilização na luta pela garantia dos direitos negados. Também foi evidente o quanto essa entidade se caracteriza como um espaço politizador e potencial para a elaboração de propostas para a superação das dificuldades. A cidadania está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais que conhecemos. Neles, a luta por direitos e pela ampla construção da democracia constituiu a base fundamental para a emergência da cidadania.

Como Dagnino (1994), analisamos que o modo de inserção e participação da UNAS junto à comunidade sugere uma ampliação da noção de cidadania, pois:

ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexu constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática. (Dagnino, 1994, p. 133)

Assim, afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida por interesses concretos e práticas de luta pela sua contínua transformação. Lutas que são representadas a partir de todos os projetos que a UNAS realiza, tendo como proposta a formação de um cidadão autônomo que tem o direito de ser atendido em suas diversas necessidades – sejam elas culturais, de saúde, de educação, de lazer ou de moradia.

A produção coletiva do documentário

A convite da UNAS, fomos conhecer o projeto Jovens Alconscientes e refletir com eles sobre as possibilidades de ação comunitária junto aos seus membros. No primeiro encontro da estagiária com os J. A., 20 jovens de ambos os sexos estiveram presentes. É importante ressaltar que esses jovens estavam concluindo a formação como membros do projeto e, portanto, sua participação na oficina de documentário deveria ocorrer de forma independente e sem a ajuda financeira na forma de bolsa de estudo. Uma vez expostos os objetivos e a duração da oficina, seis dos 20 jovens demonstraram interesse pela atividade oferecida. Todos os participantes eram do sexo masculino, suas idades variavam de 16 a 21 anos, alguns já haviam concluído o ensino médio e outros o estavam cursando. Eles também integravam o J. A. há dois anos e participam ativamente de atividades comunitárias que envolvem a promoção de saúde e promoção da paz e da educação. Todos participaram de forma livre e esclarecida. No caso dos jovens com menos de 18 anos, a autorização dos pais é condição para o ingresso nas atividades do projeto Jovens Alconscientes.

A atividade teve por objetivo gerar um espaço que possibilitasse o debate sobre os meios de comunicação e sua ação mediadora da realidade, a problematização sobre o consumo excessivo do álcool e de outras drogas, discussões sobre a importância dos documentários e a experiência da produção de uma narrativa própria sobre o problema em questão.

O processo de documentação audiovisual foi composto por quatro etapas práticas e reflexivas: (a) Problematização da proposta do cinema documentário e das produções audiovisuais, compreendidas como ação mediadora da realidade; (b) Elaboração de projeto de vídeo documentário (delimitação dos objetivos, escolha dos participantes, apropriação dos instrumentos de registro, papel do entrevistador e modo de interação com os entrevistados); (c) Execução do projeto (entrevistas, debate sobre as entrevistas, organização do material e edição) e (d) Apresentação e debate dos vídeos produzidos com outros membros da comunidade.

Durante os primeiros encontros, criamos um cronograma com as atividades a serem desenvolvidas. Foram elas: elaboração de uma proposta de entrevista, gravação de entrevistas com as pessoas selecionadas para participarem do vídeo, criação de um roteiro para o documentário, edição do vídeo e apresentação para a comunidade seguida de debate.

Nos encontros iniciais, ocorreram discussões espontâneas sobre os seguintes temas: o papel dos meios de comunicação, as propagandas para o consumo de bebidas alcoólicas e o uso da bebida alcoólica entre os jovens.

Durante as atividades, os participantes refletiram sobre as contradições presentes no espaço midiático e como as peças publicitárias estão prioritariamente dirigidas aos jovens. Um dos integrantes comentou: “é... é engraçado né! Porque você vê a propaganda que diz: se dirigir não beba. Mas depois eles passam várias propagandas de bebida falando que é bom beber o tempo todo! Isso é contraditório!” (Igor, 16 anos, cantor de rap)¹.

Os jovens abordaram a imposição de padrões de beleza e a competitividade associada ao consumo das bebidas e o quanto esse comportamento passa a ser reconhecido como uma condição para a inserção nos

¹ Para garantir o sigilo, foram criados nomes fictícios para todos os jovens que participaram das atividades.

grupos. Surgiram entre eles as seguintes reflexões: *“o moleque passa a acreditar que precisa se vestir de tal jeito pra ser aceito”* (Bruno, 21 anos, educador do J. A.), *“se a maioria dos amigos bebe, ele também vai beber porque a mídia divulga uma imagem de que é legal!”* (André, 19 anos, locutor na Rádio Comunitária de Heliópolis).

Após os debates iniciais, evidenciou-se a pressão dos interesses comerciais sobre o comportamento dos jovens em relação às bebidas alcoólicas e foram feitas associações entre o consumo e a alienação. Ao serem solicitados a esclarecer esse conceito, um dos integrantes do grupo comenta: *“ah, as pessoas fazem as coisas sem saber o porquê e depois seguem o que a massa faz!”* (Rubens, 20 anos, sonoplasta na Rádio Comunitária de Heliópolis).

Essas questões foram retomadas em diversos momentos, quando se analisou o quanto a linguagem publicitária atingia o adolescente. Essas discussões foram fundamentais, pois, conforme Carvalho (1998), a produção publicitária enfatiza o individualismo e difunde, de forma mais ou menos explícita, valores, mitos e ideais que sustentam uma ditadura da beleza, da juventude e do consumo como forma de existência e pertencimento.

Em função dessas reflexões, o grupo optou por gravar as primeiras entrevistas dentro da quermesse, evento realizado pela UNAS com o patrocínio da Companhia de Bebidas das Américas (AmBEV). Os documentaristas estavam interessados em conversar com pessoas que comercializavam bebidas e verificar seus posicionamentos acerca do uso de bebidas alcoólicas por jovens em situações de entretenimento. Assim, gravaram entrevistas com duas pessoas responsáveis pelas barracas de comida e de bebidas. Foram abordados dois aspectos: (a) a opinião do comerciante em relação ao uso de álcool entre os jovens na quermesse e (b) se eles tinham o costume de vender bebida para menores de 18 anos.

Nessas entrevistas, os jovens constataram a dificuldade das pessoas em tratar do tema abertamente diante de uma câmera. Nessa atividade emergiram contradições que explicitaram a tensão entre os interesses públicos e privados. Ficou evidente para os jovens que registravam imagens e discursos que, apesar do conhecimento sobre a proibição da venda para menores de 18 anos e da afirmação dos riscos do consumo dessas bebidas, na quermesse prevalecem os interesses econômicos que se acentuam em

função da pobreza. Entre os entrevistadores, as dificuldades econômicas e o individualismo típico da sociedade contemporânea foram considerados como variáveis importantes para esses posicionamentos contraditórios.

Nas demais entrevistas, os participantes puderam indagar sobre as opiniões relacionadas ao consumo do álcool entre jovens e sobre o consumo dos próprios entrevistados. De maneira geral, foi possível detectar as diversas formas de consumo e debater a liberdade individual para o uso do álcool e de outras drogas. Nesse momento, refletiu-se acerca da importância da tomada de consciência sobre a complexidade do problema, que envolveria aspectos culturais, políticos e econômicos. A partir disso, o grupo expressou a necessidade da obtenção de informações mais precisas sobre os riscos à saúde e sobre a questão da legalização das drogas. Dessa forma, houve uma busca de informações sobre os serviços de saúde e as diretrizes das políticas públicas para o atendimento de usuários de álcool e drogas, as tensões e interesses frente à legalização e a proibição das drogas e sobre a violência e o tráfico.

A etapa final consistiu na apresentação do documentário seguida de debate que ocorreu no Polo Cultural, espaço educativo comunitário associado a um centro educacional infantil. O documentário recebeu o título “Álcool para quem? Para que o álcool?”. Participou ativamente do evento uma nova turma dos Jovens Alconscientes. Durante o debate com os jovens, surgiram questionamentos importantes: “*Qual foi o objetivo de vocês com o documentário? O que vocês queriam passar?*”. Um dos documentaristas respondeu:

a gente não quis dar uma resposta pronta, a ideia não foi dizer se o álcool é bom ou ruim. Porque é a pessoa que vai dizer isso. O que a gente fala é sobre o uso consciente... Acho que o documentário, ele teve como objetivo deixar o ponto de interrogação pra pessoa que assistiu! Pra que ela possa ficar pensando, refletindo sobre o que viu. (Lucas, 19 anos, educador do J. A.)

O diálogo entre o documentarista e a expectadora ilustra o sentimento de apropriação do espaço coletivo para o debate e o reconhecimento da importância da postura problematizadora frente à realidade. Além disso, a resposta oferecida indica o claro entendimento da proposta da modalidade cinematográfica do documentário.

Nesse evento, todos os participantes puderam relatar e avaliar sua experiência de participação na oficina de documentário. Os jovens enfatizaram que as filmagens e a edição não foram uma experiência nova, mas apontaram a importância das reflexões compartilhadas de forma divertida e da liberdade de expressão durante as atividades. Nas palavras de um dos participantes:

Teve brincadeiras, mas não foi só uma brincadeira. Acho que nos nossos encontros a gente conseguiu compartilhar as ideias. Quando a gente se reunia sempre acabava discutindo outras coisas, que não eram só sobre o álcool, mas que também tinha relação. A oficina serviu pra gente poder compartilhar, cada um pensa diferente e teve essa troca de ideias sobre coisas que são importantes. (Felipe, 19 anos, estudante na Escola Técnica)

Dessa forma, reafirma-se a premissa de que o grupo é uma experiência histórica resultante de relações que ocorrem em um cotidiano que reflete diversos elementos da estrutura social, expressos nas contradições que emergem no grupo que articula indivíduo e sociedade, vivência subjetiva e realidade objetiva (Lane, 1984).

Frente a isso, é possível enfatizar que o trabalho de produção audiovisual consistiu em uma ação cultural que codificou a realidade a partir de símbolos fornecidos pela cultura partilhada do grupo que produziu a obra, bem como as pessoas que são retratadas na obra (Rosa, 2000). Apesar de ser uma intervenção pontual, o processo grupal de produção e compartilhamento crítico do documentário demonstrou ser uma importante estratégia em Psicologia Comunitária, pois seus objetivos consistem em ampliar o poder de transformação dos atores sociais envolvidos e implicá-los em ações voltadas para mudanças sociais e psicossociais em sua comunidade (Montero, 2003), além de priorizar o desenvolvimento de consciências críticas e de identidades orientadas por concepções éticas solidárias (Freitas, 2000).

Após o término das atividades, o conselho gestor da UNAS passou a discutir a possibilidade da reprodução do documentário para fins pedagógicos e, devido à grande aceitação da plateia, aventou-se a possibilidade da realização de uma nova oficina com a temática bailes *funk*.

Considerações finais

A construção do documentário auxiliou a mediar a discussão sobre uso da bebida alcoólica entre os jovens. Foram vividas diversas situações que envolveram tomadas de decisão, participação nas discussões, engajamento com a atividade proposta e disponibilidade para resolver os conflitos. A oficina de documentário proporcionou um papel ativo aos jovens na construção de uma visão crítica do mundo, durante a apropriação do recurso do audiovisual. Isso favoreceu a elaboração e difusão de uma narrativa própria acerca dos problemas associados ao álcool e às drogas. Nesse sentido, tem-se em vista a necessidade de os moradores das comunidades se apropriarem da história e das possibilidades de transformação do lugar onde vivem.

Destaca-se, ainda, que a atividade realizada impactou a comunidade de forma mais ampla à medida que o resultado final do trabalho pôde ser compartilhado e debatido com outros jovens. Além disso, o documentário produzido poderá ser utilizado de forma crítica e autônoma em outras ações dentro do bairro.

É importante abordar a reciprocidade transformadora da oficina de documentário realizada, pois consistiu em uma importante atividade profissionalizante para a estagiária que esteve mais diretamente ligada à atividade desenvolvida. A vivência grupal e a aproximação do cotidiano da comunidade do bairro de Heliópolis, por meio do contato com os movimentos sociais, foram vitais para um processo de apropriação e produção de conhecimentos em Psicologia Comunitária, que ocorreu de forma associada à politização da estudante e reafirmou a importância de práticas em psicologia dirigidas ao fortalecimento da cidadania. Com efeito, os estágios para a formação de profissionais em psicologia têm se apresentado como um importante espaço para a execução de ações que integram ensino, pesquisa e extensão. O projeto foi extensionista, pois permitiu que a comunidade se beneficiasse dos conhecimentos produzidos na universidade, teve caráter educativo (para os membros da comunidade e para a estagiária) e científico, à medida que permitiu o registro, a análise e a divulgação da experiência proposta.

A respeito das dificuldades encontradas para a realização da oficina, apontamos a falta de um horário fixo para a realização das atividades, o

que acarretou encontros em finais de semana e em feriados. Contudo, isso foi necessário para reunir todos os participantes e garantir que o trabalho pudesse ser discutido em conjunto. Nos últimos encontros, em que as edições finais do documentário foram realizadas, houve maior dificuldade para reunir todos do grupo. Destaca-se o fato de que a participação no projeto J. A. tem grande impulso das bolsas de estudo, assim, findo o período de formação, poucos jovens se dispuseram a participar de uma nova proposta para refletir e pensar sobre a questão do álcool e das drogas. Nesse sentido, cabe refletir sobre a longa duração da oficina e sobre a possibilidade de atividades mais pontuais e mais abertas para outros membros da comunidade.

Referências

- Alves, E. M. & Messeder, J. C. (2011). Produção de um recurso audiovisual com enfoque CTS como instrumento facilitador do ensino experimental de ciências. *Experiências em Ensino de Ciências*, 6(3), 100-117.
- Carvalho, N. (1998). *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática.
- Coelho, T. (1980). *O que é indústria cultural?* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Dagnino, E. (1994). *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. Anos 90 - Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Dias, J. C., Scivoletto, S., Silva, C. J., Laranjeira, R. R., Zaleski, M., Gigliotti, A. et al. (2003). Redução de danos: posições da Associação Brasileira de Psiquiatria e da Associação Brasileira para Estudos do Álcool e Outras Drogas. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 52(5), 341-348.
- Figueiró, R. A., Neto, C. L. C., & Sousa, R. C. (2012). Transpondo limites: o cinema na pesquisa-intervenção e o documentário enquanto estratégia de empoderamento em saúde mental. *Quipus*, 2, 57-66. Acesso em 12 de outubro, 2013, em <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/160>
- Freitas, M. Q. (2000). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 1960 a 90, no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (4ª ed., pp. 54-80). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Garcia, M. L. T., Leal, F. X., & Abreu, C. C. (2008). A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 257-260.

- Góis, C. W. L. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Hucitec.
- Lane, S. T. M. (1984). O processo grupal. In S. T. M Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Nascimento, A. B. (2006). Uma visão crítica das políticas de descriminalização e de patologização do usuário de drogas. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 185-190.
- Noto, A. R., Baptista, M. C., Faria, S. T., Nappo, S. A., Galduróz, J. C. F., & Carlini, E. A. (2003). Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), 69-79.
- Pereira, L. C., Jesus, I. S., Barbuda, A. S., Sena, E. L. S., & Yarid, S. D. (2013). Legalização de drogas sob a ótica da bioética da proteção. *Revista Bioética*, 21(2), 365-374.
- Rosa, P. R. S. (2000). O uso dos recursos audiovisuais e o Ensino de Ciências. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, 17(1), 33-49.
- Sandeville Jr., E. (2010). Aprender sobre a cidade ou aprender com a cidade? Projeto arte no Heliópolis. *Revista Pós*, 17(28), 234-249.
- Santos, M. E. V. M. (2001). *A cidadania na "voz" dos manuais escolares*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silveira, D. X. & Moreira, F. G. (Orgs.). (2005). *Panorama atual de drogas e dependência*. São Paulo: Atheneu.
- Tralhão, R. (2003). O debate sobre a legalização da droga: ideologia e cultura política. *Revista Interações*, 4, 59-91.
- Vicentini, G. W; Domingues, M. J. C. S. (2008). Uso do vídeo como instrumento didático e educativo em sala de aula. In Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Org.), XIX ENANGRAD. Curitiba. Acesso em 15 de novembro, 2013, em <http://home.furb.br/mariadomingues/site/publicacoes/2008/eventos/evento-2008-09.pdf>
- Von Linsingen, I., Pereira, M. V., & Bazzo, W. A. (2003). *Introdução aos estudos CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade* (Cadernos de Ibero - América). Madri: Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Política, ambiente e comunidade: interfaces entre mundialização e Psicologia Social

Marco Antonio Sampaio Malagodi

Luis Guilherme Galeão-Silva

Gustavo Martineli Massola

Introdução

As questões ambientais tornaram-se, nos últimos 30 anos, centrais para a compreensão da dinâmica social global. A análise dos fenômenos socioambientais não pode prescindir, porém, de uma rigorosa compreensão dos processos psicossociais que se relacionam, direta ou indiretamente, com tais fenômenos. Em sua acepção mais ampla, essas questões implicam uma crise civilizatória de amplas proporções, cujas consequências espriam-se para um questionamento dos próprios fundamentos da civilização ocidental, pautados por uma cisão entre natureza e cultura que está posta como problema fundamental por toda a tradição filosófica da antiguidade (Guba, 1990). A concepção da natureza como *um outro* frente à cultura e o esforço milenar para dominá-la tornam-se um grave problema quando se demonstra, pelo uso dos próprios meios técnicos desenvolvidos para realizá-lo, que tal esforço poderia redundar, caso fosse bem-sucedido, na aniquilação da própria cultura. Neste sentido, a crise ambiental é maior que o esgotamento dos recursos naturais disponíveis para a reprodução da existência humana (Gerhardt & Almeida, 2005).

A eleição da preocupação com este esgotamento pode, em outro sentido, ser lida como uma ação estratégica para privar a percepção desta crise de seus elementos potencialmente mais transformadores.

Assim, a crítica radical à sociedade de consumo e suas consequências, presente na origem do ambientalismo como movimento social e político, tem sido enfraquecida pela adoção hegemônica de estratégias de

educação ambiental alienantes que responsabilizam o indivíduo, na sua condição de consumidor final, pelas mais graves consequências da referida crise. Entendemos que a Psicologia Social deve posicionar-se no centro de tal debate, e neste aspecto, sua ausência neste campo de discussões não implica apenas a perda de uma oportunidade histórica para fazer valer seu papel nas Ciências Sociais. O próprio debate torna-se incompleto e fragmentário ao desconsiderar a instância psicossocial como uma das mediações logicamente necessárias para que se possa compreender a origem e a possível superação desta crise. A crise ambiental é, então, ao mesmo tempo um fenômeno econômico, político e psicossocial, gerador de tensões sociais de diversos tipos e fomentador de ações de resistência organizada que, se constitui um fenômeno social de grande importância, não deixa de relacionar-se intrinsecamente com fenômenos de caráter psicossocial.

É assim que alternativas de apropriação material e simbólica da natureza, territorialidades alternativas, resistem e surgem em diversos lugares, impulsionando a emergência de inúmeros conflitos socioambientais e criando redes de sociabilidade mundiais organizadas em torno da tentativa de resistir a este processo e criar caminhos e condições para a expressão de alternativas identitárias, constituindo o fenômeno que, por oposição à globalização hegemônica, tem recebido o nome de “mundialização” (Agrikoliansky, Sommier, Cardon, & Lévêque, 2005). A mundialização implica o reconhecimento da globalização em seu caráter hegemônico, contraditório e produtor de desigualdades. Reconhece também que uma de suas principais consequências é a destruição dos modos de vida baseados na solidariedade e sua substituição por relações mediadas pelo capital. Por outro lado, não entende este processo como inevitável ou inescapável e propõe que a luta contra a opressão e a desigualdade se dê em inúmeras frentes.

Buscamos destacar aqui algumas destas formas de resistência. Especificamente, aquelas que se expressam na interface entre fenômenos comunitários e identitários e suas relações com o território (algumas das quais consideraremos como *territorialidades em disputa*). São discutidas então duas perspectivas analíticas sobre tais formas de resistência: por um lado, a perspectiva da identidade psicossocial e sua relação com o ambiente; por outro, a perspectiva dos conflitos ambientais.

A primeira é derivada dos estudos oriundos da Psicologia Ambiental Crítica que encontram na noção de enraizamento de Simone Weil (1996) inspiração e fundamento. A partir desta perspectiva, crise ambiental e globalização são entendidas como fenômenos cuja compreensão exige a investigação sobre a relação entre a constituição da identidade psicossocial e o lugar, em sentido físico e também social, ou, sob outra designação terminológica, entre identidade e território. A crise ambiental representa ao mesmo tempo uma crise na relação entre identidade e lugar, relação que, nas sociedades tradicionais e mesmo durante boa parte do século XX, podia ser tomada como necessária, mas que o dinamismo das sociedades do pós-Guerra levou muitos pensadores a questionarem. As sociedades em que se desenvolveu a crise ambiental são as mesmas sociedades em que o indivíduo se encontra, em grau elevado, “livre” de suas amarras geográficas. Procuraremos mostrar que tal coincidência pode ser entendida tendo como mediação os fenômenos estudados pela Psicologia Social. Esses fenômenos implicam formas organizadas de reação que estabelecem situações específicas de conflito e luta.

A segunda perspectiva enfatiza a (re)ação de sujeitos sociais no terreno, historicamente vulnerabilizados, que acionam situações caracterizadas como *conflitos ambientais*, quando estão sob a ameaça de des-territorialização por outras práticas sociais de agentes sociais mais poderosos (representados por empresas de celulose, hidrelétricas, obras de infraestrutura do Estado, indústrias, *resorts*, agricultura e pesca industrial, etc), associados à operacionalização de uma lógica econômica desenvolvimentista, hegemônica¹. Na abordagem dos *conflitos ambientais* (Acselrad, 2004a), vemos que os modos de apropriação (práticas sociais) da base material da sociedade devem ser compreendidos tanto em sua dimensão política (material, de poder) quanto cultural (simbólica, discursiva, imaginária), quando novas identidades se (re)criam, em meio à emergência e vivência de tais conflitos sociais, gerando, nas últimas décadas, novas formas de resistência.

Se, na primeira perspectiva, o trabalho problematiza a relação entre fenômenos socioambientais e psicossociais, defendendo o valor heurístico da Psicologia Social para a compreensão desses fenômenos e sua re-

¹ Resgatam-se aqui as reflexões já realizadas anteriormente em outros trabalhos (Malagodi & Siqueira, 2012; Malagodi, 2012; 2013).

levância para o estudo das possibilidades e características da resistência coletiva à globalização na contemporaneidade, na segunda perspectiva, os próprios conflitos originados deste quadro serão o objeto de discussão, apresentando-se algumas de suas características e algumas das formas pelas quais se mostram, além de se apresentar algumas reflexões sobre sua gênese específica.

Por fim, fazemos um balanço de tais contribuições colocadas como desafio ao *campo* da Psicologia Social, e mais amplamente, para o avanço de novas solidariedades na produção de saberes **interdisciplinares**, neste momento de transição paradigmática.

Crise ambiental, identidade e enraizamento: o campo da Psicologia Social

De acordo com Tassara e Ardans (2004), podemos chamar de Política Ambiental a construção intencional e compartilhada do futuro e podemos chamar de ambiente a organização humana no espaço total, que compreende os seus fragmentos territoriais. Neste sentido, ambiente é a organização humana no sistema-mundo e a Política Ambiental confunde-se com a própria política em geral, como a práxis humana voltada para a consecução do bem comum. Se o ambiente, assim, é uma construção humana, podemos chamar de crise ambiental este fenômeno amplo e complexo pelo qual o ambiente é construído de forma subjugadora e não participativa, e pelo qual, em decorrência, os indivíduos sentem-se alienados dos próprios espaços que habitam e constroem. A crise ambiental não se refere apenas à degradação dos recursos naturais, mas à própria possibilidade de problematizar esta degradação (Gerhardt & Almeida, 2005), aproximando-a de modelos distópicos de futuro, ou seja, opostos aos padrões de desejabilidade esperados de uma humanidade emancipada, quer dizer, livre da dominação.

Tal crise deve ser pensada tendo como pano de fundo o fenômeno da globalização. Podemos entender a globalização como a expansão mundial das instituições que surgiram na modernidade europeia e que carregam consigo uma forma civilizatória. Esta globalização relaciona-se dialeticamente com fenômenos tecnológicos e culturais, e as reverberações em um campo produzem reverberações em todos os outros cam-

pos ou esferas sociais ao mesmo tempo (Castells, 2007, p. 43). Também produzem reverberações no âmbito psicossocial, pois marcam as identidades individuais como colonizadas e subjugadas e impedem o surgimento de alternativas culturais e identitárias. Tassara e Ardans (2006, p. 16) afirmam: “Todas as formas de alienação identificadas podem ser consideradas como formas de alienação política geradas pela exclusão e pelo domínio subjugador no transcorrer da socialização e da constituição da identidade”. Isso ocorre, pois, simultaneamente, a globalização hegemônica cria modelos de deseabilidade inquestionáveis e subsume todas as formas culturais no processo de criação e compartilhamento de informações, recusando a existência de processos culturais mais antigos, como os rituais, as instituições e as formas de narrativa (Benjamin, 1975).

A identidade psicossocial, em seu nível individual, pode ser apreendida através das representações de si em resposta à pergunta “quem és” (Jacques, 2002). A identidade, que historicamente se relaciona com as expressões do *eu*, tem sido objeto de atenção variável ao longo da história, em conformidade com a valorização ou desvalorização do indivíduo e da individualidade (Fromm, 1983; Jacques, 2002, p. 159). De maneira geral, podemos definir *identidade* como a forma pela qual os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros, discorrem sobre suas experiências, comunicam e avaliam sua situação em novos ambientes, expressam pontos de vista e visões de mundo, e interpretam e raciocinam acerca de suas vidas cotidianas em novas situações (Martel, 2006).

Devemos à Psicologia Ambiental o estudo de um componente da identidade que é fundamental para a presente discussão: *a identidade de lugar*. A psicologia ambiental, como muitas áreas da Psicologia, é ao mesmo tempo uma área científica relativamente nova e antiga. Como campo de pesquisa, dirige sua atenção não “para o indivíduo singular, mas sim para as relações pessoa-ambiente” (Kruse, 2004, p. 134). Definida assim sucintamente, de acordo com Tassara (2004, p. 5), a psicologia ambiental, em sua origem, “conota-se com o comportamentalismo de Watson”, tendo, ao longo do século XX, sofrido a influência de outras escolas, como a *gestaltista*. Como subdisciplina da psicologia, a Psicologia Ambiental apresenta atualmente uma estrutura institucional, composta por organizações de ensino e pesquisa; organizacional, composta por associações profissionais; e de publicações, bem delimitada, o que não permite mais entendê-

-la como simples enfoque dentro de outras subdisciplinas psicológicas (Günther, 2004). Mas, frente à crise ambiental mencionada anteriormente, a Psicologia Ambiental tem um objeto, segundo Tassara (2004), que se mimetiza, inter-relaciona e confunde com a própria crise ambiental, exigindo uma compreensão complexa e ampla do conceito de *ambiente* que incorpore a dimensão da subjetividade e que requer que se entenda o ambiente como algo produzido pelo homem mediante decisões tomadas coletivamente no âmbito das políticas públicas.

Tal entendimento leva necessariamente à crítica do processo de formulação dessas políticas públicas e exige a participação dos indivíduos, participação que apresenta como condição essencial a elaboração das resistências individuais ao trabalho participativo. A elaboração de tais resistências exige a crítica aos pressupostos trazidos por esses indivíduos nas situações de interação por eles vivenciadas, ou seja, a uma atitude reflexiva em relação aos pressupostos das crenças partilhadas pelos referidos indivíduos. Num processo político democrático, esta é a tarefa da Psicologia Social, e, assim, conforme Tassara e Ardans (2007), “a Psicologia Social é esse processo de desconstrução crítica e o conhecimento dele derivado sobre a vida social como um todo”. Assim, a Psicologia Ambiental que assume criticamente a crise ambiental como objeto de reflexão e a remete a uma crise política da razão – e, por este motivo, podemos chamá-la de “psicologia ambiental crítica” – se insere nos esforços da Psicologia Social pela construção de uma sociedade mais democrática. Por isso, é possível afirmar que a psicologia ambiental crítica é uma “psicologia social voltada para subsidiar, pelo conhecimento e pela ação, o enfrentamento da crise ambiental” (Tassara, 2004).

Muitos estudos em Psicologia Ambiental destacam a existência de vínculos identitários específicos com o ambiente vivido. Uma das expressões cunhadas para entender esta relação é a de apego ao lugar, “um vínculo afetivo que as pessoas estabelecem com áreas específicas onde preferem permanecer e onde se sentem seguras e confortáveis” (Hernández, Carmen Hidalgo, Salazar-Laplace, & Hess, 2007). Outra é a de identidade de lugar, isto é, aquelas dimensões do eu, como a mistura de sentimentos a respeito de contextos físicos específicos e conexões simbólicas com os lugares, que definem quem nós somos (Raymond, Brown, & Weber, 2010). As tentativas de conceituar tais noções, compreender suas causas

e consequências e, fundamentalmente, medi-las, produziram milhares de pesquisas nos últimos 20 anos. A importância deste tema pode ser lida por vários prismas, sendo um deles a recente percepção de que os lugares, considerados como um local específico que em sua expressão concreta não se iguala a qualquer outro lugar (Devine-Wright & Clayton, 2010), perdem crescentemente o papel que possuíam nos processos de socialização e na dinâmica social (Castells, 2007). É amplamente aceito que os lugares marcavam a vida social dos grupos humanos pré-modernos de tal forma que, de maneira geral, não se podia separar a dinâmica e a estrutura social de tais grupos dos lugares por eles ocupados. O desenvolvimento das instituições modernas levou o Ocidente a uma situação oposta, que se acentua contemporaneamente. Pode-se falar no caráter fantasmagórico dos lugares (Giddens, 1991), na existência de processos de desterritorialização (Ianni, 1997) ou na crescente dependência das regiões frente a outras regiões do globo (Santos, 1997) - de qualquer forma, o problema aqui considerado diz respeito à crescente interdependência econômica e social que marca nossa época em escopo global e parece tornar os lugares específicos intercambiáveis e pouco importantes por eles mesmos. Os efeitos deste fenômeno em nível individual podem ser muito variáveis, indo desde uma atitude blasé e indiferente face aos lugares habitados até um sentimento de alienação e perdimento que, segundo Ianni (1997), marca a psicologia do homem contemporâneo. Outros autores, ao contrário, entendem que a globalização e a mercantilização dos ambientes tornaram os lugares mais, e não menos, importantes em uma era dominada pela ameaça do aquecimento global. Por esta razão, pesquisas sobre a relação eu (self)-ambiente continuam a ser fundamentais para a pesquisa em Psicologia Ambiental (Devine-Wright & Clayton, 2010).

Apego ao lugar, identidade de lugar, senso de lugar, enraizamento, identidade ambiental e conectividade com a natureza são algumas das expressões cunhadas pela Psicologia Ambiental para se referir a esta relação entre eu (*self*) e ambiente ou lugar (Devine-Wright & Clayton, 2010). De modo geral, as diferenças entre os fenômenos indicados por tais expressões não são claras e há um longo caminho a ser percorrido para que essas noções ganhem rigor suficiente para permitirem análises precisas sobre a relação à qual se referem. Mas inúmeros estudos têm sido publicados com a intenção de investigar algumas das causas e consequências de tal relação. Ente as consequências que mais atenção têm

atraído, está a relação da força do vínculo com o lugar e a participação em atividades coletivas voltadas ao bem comum. Uma das razões para sua importância vem da relação entre participação e defesa do ambiente, no sentido da oposição à degradação ambiental e do combate à crise ambiental entendida de forma mais ortodoxa (Lewicka, 2010). Mas no sentido em que aqui se utiliza, a relação entre vínculo com o lugar e participação ganha relevância por outro motivo.

Podemos partir do princípio de que o enfrentamento das condições geradas pela globalização hegemônica exige formas de ação coletivas, em decorrência da impossibilidade, no presente contexto histórico e social, de o indivíduo fazer frente às determinações estruturais que sustentam este modo de subjugação (Adorno, 1995). A discussão a respeito das formas pelas quais os indivíduos resistem à globalização hegemônica ou enfrentam suas consequências exige, assim, que se estudem as formas de associação voltadas ao enfrentamento dessas condições e, enfim, que se estudem as formas de associação civil em geral.

Para Scherer-Warren (2002), associações civis são “formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns” (Scherer-Warren, 2002, p. 42). Trata-se, na forma como estão aqui definidas, de organizações formais, originadas, muitas vezes, de interesses específicos de seus integrantes.

Conforme a autora, o associativismo indica a participação dos sujeitos na esfera pública: através da criação dessas organizações, os indivíduos podem gradualmente constituir uma identidade coletiva que lhes permite, por hipótese, formular reivindicações coletivas e criar novos valores e normas para a vida em sociedade. Tais associações formam a base para os movimentos sociais, que surgem como “síntese dessas múltiplas experiências referenciadas a um campo simbólico” (Scherer-Warren, 2002, p. 45). Uma das dimensões fundamentais do associativismo é a espacialidade. Com isso, a autora entende a relação específica entre as tecnologias da informação e as demandas territoriais, que faz com que tais demandas sejam continuamente redimensionadas, na medida em que o âmbito da localidade passa a ser invadido por problemas globais e, inversamente, problemas locais podem projetar-se, a partir das novas tecnologias, em escala global (Scherer-Warren, 2002, p. 53). Dessas

questões, surge a necessidade de discutirmos o problema do território ou do “lugar”.

O problema da espacialização desses fenômenos grupais pode nos sugerir um recorte para seu estudo. Na medida em que o que interessa ao presente trabalho são os grupos que se formam a partir de demandas fortemente vinculadas ao território, podemos, assumindo o sentido territorial deste termo, utilizar para tais organizações a expressão *associação comunitária*. Assim, as associações comunitárias são organizações formais cuja origem grupal e cujo princípio de dinamismo psicossocial estão relacionados a demandas fortemente vinculadas ao território ocupado pelos seus participantes.

O problema coloca-se, neste nível, sob o signo da sociabilidade. Scherer-Warren (Scherer-Warren, 2002, pp. 52-54) sugere que a noção de “rede” pode ser proveitosa para compreender os processos de sociabilidade dos movimentos sociais. Para a autora, formam-se redes sociais do cotidiano, que se originam das redes sociais primárias tradicionais, atravessadas por redes virtuais (ligadas às tecnologias da informação), processo este que é responsável pela formação de novas identidades na era da informação. Tais redes são expressão das tradições e das raízes históricas locais da comunidade, e podem cruzar-se com redes sociais construídas no tecido social associativista. Estas últimas são portadoras de utopias de transformação e apresentam caráter propositivo. O movimento social, sob este ponto de vista, estrutura-se a partir do encontro das redes sociais do cotidiano, que apresentam intensas relações de solidariedade, com as redes sociais associativistas, que apresentam caráter estratégico. Uma associação de bairro ou uma ONG tende a aparecer no entrecruzamento destas duas formas de redes sociais.

Ao psicólogo social, porém, é importante compreender se as demandas originárias dos grupos primários apresentam marcas significativas de sua territorialidade; se essas marcas indicam a possibilidade de sobrevivência de identidades individuais e coletivas enraizadas numa sociedade crescentemente marcada pelo espaço de fluxos; se tais marcas permanecem durante a aproximação frente às redes associativistas; e se há a possibilidade de permanência quando da aproximação entre esses grupos e os aparelhos de Estado. Em suma, o problema é se a motivação para a constituição de grupos populares que surge de demandas

locais permite aos mencionados grupos que se articulem de uma maneira mais permanente e autônoma, e até mesmo resistente ao processo de globalização, podendo conduzir à proposição de alternativas à globalização hegemônica, que, neste específico sentido reportado, poderiam ser consideradas altermundialistas (Agrikoliansky et al., 2005). Este objetivo, de relevância teórica para uma psicologia social dos fenômenos da globalização, geraria um conhecimento sobre relações entre grupos geneticamente vinculados a fortes demandas territoriais e o crescimento de uma originalidade nas manifestações de sua potência de ação frente à globalização hegemônica, apontando a existência de formas de enraizamento, ou territorialização da identidade, que indicariam, por sua vez, a permanência da importância dos espaços locais, e que seria reconhecível na constituição identitária enraizada dos participantes de grupos locais.

Há uma dimensão temporal no conceito de enraizamento de Simone Weil. Esta dimensão é expressa por uma determinada relação com o passado e com o futuro. A revolução, no sentido do movimento político que deseja transformar a sociedade de forma a que as pessoas possam ter nela suas raízes, extrai sua seiva de uma tradição (Weil, 1996, p. 418). No desenraizamento, a situação pode ser tão desesperada que só se pode achar socorro nas ilhotas de passado que permanecem vivas na superfície da terra. “De todas as necessidades da alma humana, não há outra mais vital que o passado” (Weil, 1996, p. 418).

Há outra dimensão no enraizamento, que poderíamos por aproximação denominar de “espacial”. É assim que Simone Weil explica o que significa “participação natural”: “Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente” (Weil, 1996, p. 411, grifo nosso). A inserção na cidade, a recorrência dos ambientes vividos e experimentados, cria um vínculo entre o indivíduo e o lugar que produz enraizamento, mas que pode ser facilmente rompido nas condições sociais contemporâneas: “A vida de um grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento” (Bosi, 1994, p. 447).

As dimensões temporal e espacial do enraizamento reverberam naquele vínculo entre reconstrução institucional, conservação do passado e construção individual a que podemos chamar memória. A memória não é apenas uma função da codificação, do armazenamento e da recuperação de informações, interrompida pelos ruídos existentes neste processo – a existência da memória pressupõe um vínculo do indivíduo com seu passado e um objetivo na rememoração, sem o qual a torna-se destituída de sentido (Bosi, 1994).

O desenraizamento impede o acesso à memória. A memória, por sua própria condição, refere-se ao vínculo com os tesouros do passado que dão sentido à história do indivíduo e do povo e que a dominação procura primeiro destruir. O escravo é estrategicamente gestado como um ser sem passado. Na memória, convivem o fato em si, uma centelha de crítica pessoal e a convenção idealizadora final, ou o estereótipo mítico peculiar ao grupo (Bosi, 1994, p. 459), e neste campo situa-se a luta entre a ideologia e a crítica social. E esta luta, assim definida, recai centralmente no campo psicossocial. É justamente aí que se situam os fenômenos cuja compreensão poderá permitir identificar, na constituição de identidades individuais e coletivas, a existência de forças que possibilitem supor a resistência à globalização hegemônica.

Os fenômenos identitários, que são centrais para a Psicologia Social, sofrem uma inflexão deste quadro sócio-político-tecnológico. Se considerarmos a identidade como constituída por uma relação entre os modelos oferecidos ao indivíduo, seus padrões de desejabilidade pessoais, e seu desempenho pessoal dos papéis sociais, que forma a base referencial psicossocial do indivíduo, podemos considerar que, quanto maior a ênfase no seu desempenho pessoal, ou seja, na personagem que o indivíduo representa, e menor a reposição identitária decorrente do estrito papel social – fenômeno que Ciampa (1990) chama de *mesmice* – maior a capacidade individual de crítica social e maior o teor democrático das relações sociais. Ao contrário, se o desempenho individual coincidir com o papel social prescrito, estaremos aproximando-nos do totalitarismo. Na sociedade marcada pela globalização hegemônica, ou seja, pela globalização que sufoca a possibilidade de livre desenvolvimento de alternativas identitárias, as identidades pessoais tendem a sofrer com o mesmo processo de colonização que atinge os territórios, direcionando

os padrões de desejabilidade individuais para modelos pré-definidos e inquestionáveis, ligados, em geral, a padrões de desejo de consumo.

Este conjunto de fenômenos está relacionado ao surgimento de um tipo específico de conflito observado contemporaneamente e que será discutido na próxima seção, o qual tem recebido a denominação de *conflito ambiental*. Seu surgimento pode ser identificado com a possibilidade de resistência a este tipo de dominação que se exerce por meio da difusão de instituições sociais de amplo escopo, mas que reverbera também nos fenômenos psicossociais, revelando a necessidade do desenvolvimento de estudos e intervenções neste nível com o fim de permitir o surgimento e a consolidação de alternativas altermundialistas à globalização hegemônica. Neste sentido, inúmeros fenômenos cuja dinâmica parece processar-se em outras esferas sociais e mesmo externamente à sociedade, como os desastres naturais, podem ser analisados, como se verá adiante, como resultado deste amplo quadro socioambiental, e têm na sua relação com a identidade psicossocial um elemento explicativo central.

Conflitos na apropriação social da natureza no Brasil

Diante da retomada do desenvolvimentismo, tal como presenciemos hoje no Brasil e na economia globalizada, há a necessidade de se “recolocar a natureza” no interior do campo dos conflitos sociais, como diz Henri Acselrad, de modo a combater a degradação socioambiental de modo contundente. Daí a crítica à inclusão de uma natureza alienada da sociedade nas representações dominantes que sustentam as intervenções governamentais. Nesta retomada contemporânea do antagonismo entre sociedade e natureza nas representações hegemônicas da natureza, percebe-se no Brasil a predominância de abordagens técnicas e objetivistas, convenientes a intervenções governamentais relacionadas ao contexto dos grandes empreendimentos e da transformação das populações de baixa renda em objetos de políticas de fraco teor democrático. Questionando uma lógica societal cada vez mais naturalizada em nosso meio, algumas pesquisas recentes realizadas no Brasil discutem tal conflituosidade em suas dimensões teóricas e empíricas, na perspectiva de superação das condições de injustiça socioambiental.

A importância de explicitação dos conflitos socioambientais

Começamos por compreender o que são os conflitos ambientais (ou socioambientais, como preferem alguns). Para Henri Acselrad (2004a), esses conflitos se originam quando a forma de sobrevivência de alguns grupos sociais no território é ameaçada por impactos indesejáveis (transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos), causados pela ação de outros grupos sociais. Tais conflitos começam a aparecer a partir da ação de denúncia dessas atividades indesejáveis. Mas a configuração dos conflitos acontece mesmo é durante as ações de disputa entre esses atores sociais, quando fica explícito que a distribuição de poder entre eles e o respeito aos direitos de cada um são muito desiguais, motivo que faz com que as populações afetadas contestem e até se revoltem contra essa “realidade”. Passa a existir assim uma disputa por recursos, que não são apenas materiais: são também simbólicos, envolvendo o desafio de se conquistar espaços de expressão das insatisfações e injustiças, de comunicação com a opinião pública pela mídia, de cobrança da legislação e influência na elaboração de novas leis, de luta por reconhecimento de legitimidade e de identidades.

Acselrad, Herculano e Pádua (2004) indicam uma abordagem de justiça ambiental como a mais coerente para enfrentarmos a questão dos conflitos ambientais, evitando tratá-los apenas em termos de eficácia e eficiência na mediação entre interesses, típico de abordagens tecnocráticas e economicistas. Segundo Acselrad (2011), ao criticarmos a concentração dos riscos ambientais sobre as populações mais enfraquecidas, estaremos combatendo a degradação ambiental de um modo geral, visto que os impactos negativos não mais poderão ser transferidos para os mais pobres. Uma grande contribuição dos conflitos socioambientais é justamente sua saída da invisibilidade histórica para alcançar o debate público, reclamando a democratização das decisões sobre a produção socioespacial dos territórios, problematizando os consensos que nos são empurrados diariamente (tal como o consenso do *desenvolvimento sustentável*).

Acselrad (2005) utiliza a expressão *geografia do dissenso* para representar a dinâmica dos conflitos ambientais gerada no estado do Rio de Janeiro no contexto da recente busca de recuperação do crescimento

econômico a qualquer custo, quando se investiu contra a responsabilidade ambiental do Estado e entraram em conflito, de forma direta, agentes econômicos e “atores sociais no terreno”, como diz. Trata-se, portanto, de uma “geografia da crítica que a sociedade civil ... endereça à configuração espacial do modelo de desenvolvimento econômico instaurado no estado”. Esta dinâmica conflitual, salienta o autor, pode nos ajudar a compreender as ações de resistência que vêm contestando o modo como o desenvolvimento se foi configurando espacialmente no estado. Entre essas ações, estão aquelas que se confrontam com as “dinâmicas locais que têm penalizado os grupos sociais que pouco puderam se fazer ouvir nas esferas decisórias” (Acselrad, 2005, p. 8).

A relevante produção de conhecimento sobre o campo dos conflitos ambientais tem revelado que a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento é destinada prioritariamente às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis: a injustiça ambiental é o mecanismo que viabiliza e realiza isso tudo (Acselrad et al., 2004; Acselrad, 2004b; Leroy & Acselrad, 2006; Zhouri & Laschefski, 2010; Zhouri, Laschefski, & Pereira, 2005).

Pensar esse quadro em termos de justiça ambiental significa entender que os efeitos da degradação ambiental são desigualmente distribuídos entre a população (ao contrário do que se costuma dizer sobre as questões ambientais), dependendo de seu poder econômico e político de influenciar opinião e decisões públicas. Ao criticar a concentração dos riscos ambientais sobre as populações mais enfraquecidas, estaríamos então combatendo a degradação ambiental de um modo geral, uma vez que os impactos negativos não mais poderiam ser transferidos para os mais pobres.

As novas cartografias sociais

Associada ao tema anterior, vemos emergir no Brasil, nos últimos vinte anos, uma grande diversidade de estratégias de mapeamentos participativos em meio às disputas pela afirmação territorial de atores não hegemônicos, que em nossa abordagem retoma a discussão das questões socioambientais. Nesses mapeamentos, a proposta é a inclusão de populações locais nos processos de produção de mapas, quando historicamente estiveram envolvidas diferentes instituições, principalmente: agências

governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas e universidades (Acselrad & Colli, 2008).

Destacamos aqui o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, que tem como objetivo “dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia”. O interesse do projeto não é apenas obter um maior conhecimento acerca do processo de ocupação da Amazônia, “mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem” (Instituto Nova Cartografia Social, 2011). Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas. Estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. A força de tal processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto, apontam seus coordenadores.

O projeto, que hoje já conta com um grande número de fascículos representativos das pesquisas em autocartografias realizadas em muitas regiões do Brasil, traz uma forte perspectiva prática e de apoio ao fortalecimento dos movimentos sociais, além de o fazer a partir de suas expressões culturais diversas: “A cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a auto-afirmação social” (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2011).

O estudo dos desastres naturais: novas questões sobre justiça ambiental

Compreendendo-se os desastres como fenômenos sociais, torna-se relevante abordá-los tanto a partir da construção de suas condições sociais prévias quanto da dinâmica de enfrentamento, durante e após os eventos. Em outras pesquisas realizadas por um dos autores do presente trabalho, partiu-se do termo “risco” em direção à eleição da noção de “vulnerabilidade” como eixo heurístico que sustentasse uma reflexão interdisciplinar. Instigada por uma abordagem sociológica, tal caminho permitiu reconhecer a contribuição de perspectivas geográficas e demográficas, comparadas com aportes da abordagem de justiça ambiental. Isso reforçou a escolha pela consideração da vulnerabilidade socioambiental

pela ótica política e de direitos humanos, sem ignorar a dimensão física e ecológica dos desastres.

A ideia de que “os riscos produzidos na e pela modernidade são fabricados socialmente” (Marchezini, 2009, p. 50) retomam os argumentos que Ulrich Beck e Anthony Giddens desenvolveram ao final da década de 1980: perigos e riscos devem ser compreendidos a partir da própria estrutura social e não como eventos excepcionais. É neste sentido também que as pesquisas a respeito das “calamidades naturais” podem melhor colaborar no debate sobre as diferentes formas de interpretação dos problemas ambientais, problematizando-se ora a ênfase no agente causal “natural” (o fenômeno físico em si, como ameaça a ser combatida), ora na homogeneidade dos “impactos” negativos que seriam intrinsecamente gerados pelo sistema econômico e tecnológico sobre o ambiente natural (Mattedi & Butzke, 2001). Estes extremos parecem-nos arraigados em uma tradição epistemológica que fomenta mútua exterioridade entre sociedade e natureza, tendendo a abordagens objetivistas e cuja força vemos se expressar ainda hoje em propostas de planejamento e gestão que insistem em priorizar e naturalizar soluções técnicas e mercadológicas em detrimento de contextos socioculturais, ético-políticos, históricos e democráticos, realimentando assim a própria problemática (sócio)ambiental. De acordo com Mattedi e Butzke (2001, p. 16), as teorias dos perigos naturais (*natural hazards*) e dos desastres teriam promovido a inversão de tal abordagem metodológica ao contribuírem para o exame dos efeitos provocados pelo ambiente físico sobre as atividades humanas: “A dimensão social converte-se na pré-condição para que a dimensão natural se torne destrutiva”. Em termos gerais, em comum a estas duas últimas correntes teóricas haveria o reconhecimento da necessária reciprocidade das influências entre a dimensão social e a natural. A compreensão do problema ambiental passa a ser então um efeito negativo que aparece na interseção de sociedade e natureza, redimensionando, assim, o próprio debate sobre o que sejam os riscos, segundo os autores.

Conforme Mattedi e Butzke (2001), a teoria dos perigos (*hazards*) foi desenvolvida principalmente pelo ponto de vista geográfico. Ainda que pudesse compreender o perigo como uma composição das dimensões natural e social – definindo-o a partir de uma complexa rede de fatores físicos que interagem com a realidade cultural, política e econômica da

sociedade –, havia uma forte tendência nesta teoria em se considerar o agente do evento de forma isolada, o que teria se constituído em uma limitação de seu poder explicativo. Marandola e Hogan (2005) destacam outras contribuições da geografia, enfatizando um tipo de abordagem que teria conseguido conjugar variáveis ambientais e respostas das “populações em risco”, e que desenvolveu amplamente estudos de avaliação do risco (de um perigo ocorrer em determinado local), sendo pioneira no uso da noção de vulnerabilidade. Ainda ancorada no pressuposto de que as medições das probabilidades de os perigos acontecerem poderiam minimizar os efeitos destrutivos dos desastres (prognósticos), esta tradição já levava em conta as ações da população que poderiam colaborar na diminuição de sua própria vulnerabilidade (capacidade de ajuste e absorção), o que nos ajuda a compreender a atual ênfase dada ao “aumento de resiliência” das populações vulneráveis, no discurso oficial das principais políticas públicas. Mas teria sido apenas a partir do final dos anos 1980 que a ideia de vulnerabilidade ganharia densidade conceitual, quando os perigos passaram a incluir também a dimensão social e tecnológica (causas socioeconômicas), e não apenas a natural, dizem os autores.

Para Mattedi e Butzke (2001), diferentemente da teoria dos perigos, a teoria dos desastres teria se desenvolvido com base no ponto de vista sociológico, o que a levou a enfatizar os fatores sociais na análise das calamidades e desastres: o desastre é “um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, que alteram o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade” (Mattedi & Butzke, 2001, p. 9). Os estudos sobre os desastres a partir dos anos 1980 destacados por Mattedi e Butzke (2001) modulam tal ênfase dada às dimensões sociais, quando algumas correntes buscavam compreender o que influenciava o grau de vulnerabilidade das populações nestes eventos disruptivos: o desastre expressaria a materialização da própria vulnerabilidade social.

Marandola e Hogan (2005) afirmam que as categorias de risco, perigo e vulnerabilidade possuem caráter multidimensional e polissêmico, e acreditam não haver base conceitual comum entre as diversas abordagens e perspectivas de estudo relacionado a elas. A noção de vulnerabilidade pode assumir algumas especificidades conforme o âmbito em que é pensada. No contexto dos grupos afetados pelo desastre, o conceito de vulnerabilidade pode esclarecer a desigual exposição aos fatores de ameaça (Valencio, 2009). Desse modo, é considerado vulnerável o grupo

que, quando exposto a determinado fator de perigo, “não pode antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se dos impactos disso derivados, situação que está associada a mudanças inesperadas do ambiente e rupturas nos sistemas de vida” (Confalonieri, citado por Valencio, 2009, p. 40). Valencio (2009) ressalta que o desastre é fabricado no funcionamento “normal” da sociedade, que o enfrentamento desse processo não deve ter caráter reducionista, daí que “os fenômenos naturais (como chuvas intensas) afetam primeiramente a territorialização dos empobrecidos” (Valencio, 2009, p. 44). A autora considera que tal lógica transfere os custos ambientais para os mais fracos, configurando-se uma situação de injustiça ambiental (Acselrad, citado por Valencio, 2009). Eis a ligação estreita entre vulnerabilidade, território e cidadania. Valencio (2009, p. 20) argumenta que é recente no contexto brasileiro a preocupação das autoridades com o tema da vulnerabilidade frente aos eventos naturais. Persistiria ainda a cultura de abordagens matematizadas e a-históricas, dificultando a interação preventiva junto à diversidade de demandas sociais, o que levaria, assim, à adoção de práticas de mitigação pouco efetivas. A autora chama nossa atenção para a existência de um cálculo político envolvido na decisão institucional de não se enfrentar a discussão de fundo mais importante: a perpetuidade da injustiça social. Para a autora, em nosso meio institucional de defesa civil, tem havido uma excessiva valorização na compreensão de determinados fatores de ameaça, o que prejudica a consideração dos processos de vulnerabilidade aí relacionados (Valencio, 2009).

Seguindo a proposta de Valencio (2009), na problematização do uso do termo “área de risco”, interessa-nos compreender como essa noção informa as intervenções governamentais em nosso contexto mais específico e como ela é sustentada por outros discursos – como o técnico, o científico e o popular. Seja questionando a resultante autoimputação de responsabilidade pelos mais pobres, seja esclarecendo a política local de remoção amparada pelos “mapas de risco”, entendemos que a análise dos processos de territorialização e desterritorialização propostos pela autora é fundamental para a compreensão do desastre como um fenômeno próprio à dinâmica social. Por isso mesmo, na concepção de Valencio (2012), não se deve analisar o desastre e a condição de desabrigados que ele gera como uma mera ruptura da ordem social (como ocorre no discurso dominante que enfatiza o “dia do desastre”): trata-se da continuidade da lógica social que mantém populações em periferias

desatendidas, e sujeitas a um nível maior de degradação. Valencio insiste no questionamento da estigmatização que tal racionalidade hegemônica produz (com suas distâncias sociais e territoriais), cristalizando-se no *status* de desabrigado (Valencio, 2009). Esses mapeamentos das áreas de risco jogam, portanto, um papel político fundamental neste debate, pois, segundo a autora, a territorialização dos mais pobres – indesejável na cidade –, aí persistindo, torna-os alvos fáceis do que ela chama de “geografia física da cidade apartadora”, sempre seguida da intervenção pública que os removerá dali, como já o faz o discurso perito (Valencio, 2009, p. 44). Tal remoção é entendida pela autora como instrumento de uma estética e de uma funcionalidade monológicas, negando aos removidos o direito à autodeterminação e à equidade: à remoção das moradias subnormais segue-se a desconsideração ampla para com as razões da fixação, os vínculos e laços estabelecidos, as necessidades das pessoas que produziram aquele espaço na ausência de um melhor, dentro dos seus projetos de vida e de seus direitos ao espaço (Valencio, 2009, p. 44). Vargas (2006) critica uma abordagem objetivista do risco (interpretação que poderíamos estender para as noções de perigo e vulnerabilidade) por esta resultar em uma visão técnica ainda hoje dominante que aponta como verdade o seguinte silogismo (em nossa interpretação): (a) as populações de baixa renda são livres para realizar “opções de consumo” no território, quanto à habitação; (b) mas a ausência de um saber e o não investimento em seu capital humano fazem com que tais escolhas sejam “inconsequentes”; (c) em decorrência disso, surgem as situações precárias envolvendo grupos específicos no contexto das moradias e locais analisados como de risco; (d) o que legitima intervenções que desqualificam suas práticas e interferem sobre suas vidas, expulsando-os dos territórios em que vivem. Por isso, a autora defende uma abordagem construcionista do risco (construção social) e, como Acselrad (2006), sugere a análise das dimensões materiais e simbólicas dos conflitos envolvidos na questão, entre grupos sociais diferenciados e levando-se em conta uma estrutura de crenças e visões que sustentam as relações sociais. Esta abordagem favorece uma proposta de interdisciplinaridade mais ousada e densa, levando-nos ao encontro da questão da justiça (justiça ambiental) na qual a desigualdade (ambiental e social) possa ser tratada também como uma questão de direitos humanos, provocando-nos para análises mais aprofundadas e “estimulando e

potencializando a mobilização das pessoas para a transformação destas condições” (Acsehrad, 2006).

Este tipo de mobilização não pode ser obtido sem se considerar o caráter socialmente condicionado da crise ambiental, não só no sentido de uma crise de recursos, mas também como uma crise da relação entre natureza e cultura. Tal crise produz conflitos que podem permanecer submersos frente à aparente inevitabilidade dos modelos identitários pautados pela hierarquização dos indivíduos por sua capacidade de consumo e, de fato, não há garantias de que se possa fomentar as condições para que esses conflitos se explicitem e sejam potentes para gerar transformações nas condições existentes de desigualdade e dominação e promovam o acesso à justiça ambiental. Mas o caminho para a promoção desta forma de resistência passa necessariamente pela compreensão mais aprofundada das relações que podem ser estabelecidas entre grupos e indivíduos e os territórios nos quais se encontram. Deslocar esta questão para a margem do debate, considerando-se que a atual sociedade global é inevitavelmente produtora de identidades psicossociais desenraizadas, não responde ao problema essencial de entender os conflitos ambientais contemporâneos como algo mais que a luta por recursos naturais e a necessidade de mediação política para tal luta. Ou, por outro lado, como o resultado de dificuldades inerentes ao planejamento técnico do uso e ocupação do solo. Trata-se do resultado de um amplo processo histórico pelo qual se produziu uma forma civilizatória que proclamou sua autonomia frente à natureza e percebeu-se submetida ao processo natural ali mesmo no seu interior, onde imaginava que ela estaria sob seu inteiro domínio. A existência e a importância política dos conflitos ambientais indicam que há muito que entender a respeito dessas formas de luta e do que elas permitem deduzir sobre a relação estabelecida entre grupos, indivíduos e territórios. Além disso, o reconhecimento de tais conflitos conduz à conclusão de que, por meio dos instrumentos teórico-conceituais fornecidos pela Psicologia Social, a relação entre identidade psicossocial e território mostra-se um nível fundamental de análise e uma mediação essencial para a adequada compreensão deste processo. E sua importância, neste caso, vai muito além da compreensão dos impactos da globalização hegemônica sobre a relação com o ambiente – mostra-se essencial em qualquer forma de planejamento que vise explicitar os conflitos por território e enfrentá-

-los por vias pacíficas que aumentem o teor democrático das relações na sociedade.

Se a Psicologia Social desejar, de fato, contribuir para a produção de um mundo democrático, ela necessita aceitar como sua a tarefa de imprimir nos indivíduos e nos Grupos as características psicossociais ligadas à tolerância e à reflexividade, condições fundamentais para a participação. Caso contrário, ela corre o risco de instrumentalizar-se como meio de controle, vigilância, dominação e propaganda, em conformidade com o alerta de Solomon Asch (1972). Este risco, de, ela própria, tornar-se meio tecnológico em relação com a globalização hegemônica, a indústria cultural em grande medida já realizou, recrutando-a no planejamento publicitário. Cabe a ela lutar contra tal papel, jamais se esquecendo de que, em um mundo desigual, cada passo no sentido da emancipação é acompanhado de perto por um movimento no sentido da barbárie, exigindo de todos a qualidade fundamental destacada por Brecht – lutar a vida toda.

Referências

- Acselrad, H. (2004a). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In H. Acselrad (Ed.), *Conflitos ambientais no Brasil* (pp. 13-35). Rio de Janeiro: Relume/Dumará; Fundação Heinrich Boll.
- Acselrad, H. (Ed.). (2004b). *Conflito ambiental e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: FASE.
- Acselrad, H. (2005). Editorial. *Revista Rio de Janeiro*, (16-17), 7-10.
- Acselrad, H. (2006). Vulnerabilidade ambiental, processos e relações [comunicação]. In *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro: FIBGE. Acesso em 10 de fevereiro, 2014, em <http://www.ettern.ippur.ufrj.br/publicacoes/69/vulnerabilidade-ambiental-processos-e-relacoes>
- Acselrad, H. (2011). *O projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FASE/ ETTERN.
- Acselrad, H. & Colli, L. R. (2008). Disputas territoriais e disputas cartográficas. In H. Acselrad (Org.), *Cartografias sociais e territórios* (pp. 13-43). Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.
- Acselrad, H., Herculano, S., & Pádua, J. A. (Eds.). (2004). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará; Fundação Ford.

- Adorno, T. W. (1995). Sobre sujeito e objeto. In *Palavras e sinais: modelos críticos* (2ª ed., pp. 62-75). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1969)
- Agrikoliansky, E., Sommier, I., Cardon, D., & Lévêque, S. (2005). *Radiographie du mouvement altermondialiste : Le second Forum social européen*. Paris: La Dispute.
- Asch, S. E. (1972). *Psicologia Social*. (D. M. Leite & M. M. Leite, Trans., 3ª ed.). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- Benjamin, W. (1975). O narrador. In *Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas* (Coleção os Pensadores) (pp. 63-81). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1936)
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Castells, M. (2007). *A sociedade em rede* (10ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Ciampa, A. (1990). *A estória do Severino e a história da Severina* (2ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Devine-Wright, P. & Clayton, S. (2010). Introduction to the special issue: Place, identity and environmental behaviour. *Journal of Environmental Psychology*, 30(3), 267-270.
- Fromm, E. (1983). *O medo à liberdade* (14ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Gerhardt, C. H. & Almeida, J. (2005). A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente & Sociedade*, 8(2), 1-31.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (5ª ed., p. 156). São Paulo: UNESP.
- Guba, E. G. (1990). *The paradigm dialog*. California: Sage.
- Günther, H. (2004). Reflexões sobre a sustentabilidade da psicologia ambiental no Brasil. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Eds.), *Psicologia e ambiente* (pp. 119-131). São Paulo: EDUC.
- Hernández, B., Hidalgo, M. C., Salazar-Laplace, M. E., & Hess, S. (2007). Place attachment and place identity in natives and non-natives. *Journal of Environmental Psychology*, 27(4), 310-319.
- Ianni, O. (1997). *A sociedade global* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Instituto Nova Cartografia Social. (2011). *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia*. Acesso em 05 de setembro, 2013, em <http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>
- Jacques, M. G. (2002). Identidade. In M. N. Strey (Ed.), *Psicologia Social contemporânea* (pp. 159-167). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Kruse, L. (2004). Globalização e desenvolvimento sustentável como questões da psicologia ambiental. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Eds.), *Psicologia e ambiente* (pp. 133-142). São Paulo: EDUC.
- Leroy, J. P. & Acselrad, H. (Orgs.). (2006). *Mapa dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FASE/BSD; IPPUR/UFRJ.
- Lewicka, M. (2010). Place attachment: How far have we come in the last 40 years? *Journal of Environmental Psychology*, 31(3), 207-230.
- Malagodi, M. A. S. (2012). Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. *Espaço e Economia*, 1(1), 2-11.
- Malagodi, M. A. S. (2013). Direito, educação, ética e sustentabilidade: diálogos entre os vários ramos do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe [Trabalho completo]. In *Tercera versión del Congreso Ciencias, Tecnologías y Culturas. Diálogo entre las disciplinas del conocimiento. Mirando al futuro de América Latina y el Caribe*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile.
- Malagodi, M. A. S. & Siqueira, A. M. (2012). Enchentes, vulnerabilidade e remoção em Campos dos Goytacazes (RJ) [Trabalho completo ou Resumo]. In *VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPASS)* (pp. ??). Belém: UFPA.
- Marandola., E. & Hogan, D. J. (2005). Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 22(1), 29-53.
- Marchezini, V. (2009). Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini, & J. C. Gonçalves (Eds.), *Sociologia dos desastres - construção, interfaces e perspectivas no Brasil* (pp. 48-57). São Carlos, SP: RiMa.
- Martel, J. (2006). To Be, One Has to Be Somewhere: Spatio-temporality in Prison Segregation. *British Journal of Criminology*, 46(4), 587-612.
- Mattedi, M. A. & Butzke, I. C. (2001). A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Ambiente & Sociedade*, IV(9), 1-22.
- Raymond, C. M., Brown, G., & Weber, D. (2010). The measurement of place attachment: Personal, community, and environmental connections. *Journal of Environmental Psychology*, 30(4), 422-434.
- Santos, M. (1997). *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.
- Scherer-Warren, I. (2002). *Movimentos sociais e participação*. São Paulo: Educ; FAPESP.
- Tassara, E. T. O. (2004). Apresentação. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Eds.), *Psicologia e ambiente* (pp. 5-10). São Paulo: EDUC.

- Tassara, E., & Ardans, O. (2004). *Psicologia socioambiental, identidades urbanas e intervenção social*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Tassara, E. T. O. & Ardans, O. (2006). *Mapeamentos, diagnósticos e intervenções participativos no campo socioambiental*. [Relatório]. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Tassara, E. T. O. & Ardans, O. (2007). Mapeamentos, diagnósticos e intervenções participativos no campo socioambiental. In L. A. Ferraro (Ed.), *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores* (Vol. 2, pp. 219–226). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.
- Valencio, N. (2009). Da “área de risco” ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In N. Valencio, M. Sienna, V. Marchezini, & J. C. Gonçalves (Eds.), *Sociologia dos desastres - construção, interfaces e perspectivas no Brasil* (pp. 34-47). São Carlos: RiMa.
- Valencio, N. (2012). *Para além do “dia do desastre” - o caso brasileiro*. Curitiba: Appris.
- Vargas, M. A. R. (2006). *Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência. A experiência de Juiz de fora/MG*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ.
- Weil, S. (1996). O desenraizamento. In E. Bosí (Ed.), *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* (pp. 407–440). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Zhour, A., & Laschefski, K. (Orgs.). (2010). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Zhour, A., Laschefski, K., & Pereira, D. B. (Eds.). (2005). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica.

Sociedade civil e democratização: cartografias da psicologia social

Mariana de Castro Moreira

Introdução

O mapa de Canoas: ali estão desenhados os rios, matas, casas, escolas, igrejas, histórias, silêncios, desassossegos, descobertas, conquistas daqueles que passaram a escrever uma história diferente, a história de cada um, as histórias daquele lugar.



Figura "O mapa de Canoas" (Fonte: Espaço Compartilharte)

Este artigo faz parte da pesquisa de tese (Moreira, 2014) em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ) e tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. Lançamos um olhar especial para o campo dos projetos sociais como territórios de ação que dão materialidade às assim chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e nos valemos da experiência da OSC Espaço Compartilharte, situada em Teresópolis/RJ.

Organizações não governamentais, associações, institutos, fundações, terceiro setor: terminologias diversas que apontam práticas múltiplas e referenciais distintos, sinalizando o necessário reconhecimento da complexidade deste campo. A abordagem proposta não se dá em direção ao consenso, mas no desafio de transitar entre fronteiras, heterogeneidades e controvérsias.

Em comum, encontramos nessas práticas a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública e que têm o princípio democrático como projeto político que nor-teia as bases da convivência em sociedade.

Um olhar sobre as últimas décadas nos possibilita perceber o quanto a atuação das referidas organizações vem se metamorfoseando e se reconfigurando de múltiplos modos. Uma cartografia destas práticas potencializa a multiplicação de vozes, sentidos e possibilidades de reinvenção de modos de ser e de viver juntos.

Destaca-se em tal trajetória o surgimento dos chamados novos movimentos sociais (Sader, 1988) e seu trabalho de “alargamento do espaço da política” (Sader, 1988, p. 20), reinventando no cotidiano novas formas de se fazer política, distintas – mas em diálogo - com os modos instituídos desta ação.

A luta contra a ditadura militar, nas décadas de 60 a 80, produziu formas instituintes de se fazer política, numa tentativa não somente de transformação de um regime de governo, mas, sobretudo, de construção de um projeto de sociedade que ampliasse as possibilidades de vivência do espaço público.

Dentre esses movimentos sociais, as chamadas Organizações da Sociedade Civil ganham relevo sendo atores primordiais na luta pela garantia

de direitos sociais básicos, inscrevendo o país em uma proposta/perspectiva de participação, aqui entendida como

um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. (Gohn, 2005, p. 30, grifos nossos)

Importante ressaltar o longo processo de lutas e mobilizações para que a perspectiva da garantia de direitos e a participação da sociedade se tornassem bases da gestão democrática. Ao contrário do que possa parecer, a participação não pode ser entendida como uma simples concessão estatal. Destacamos aqui a intensa militância de pessoas, organizações e movimentos sociais que atuaram, especialmente a partir dos anos 60, denunciando contradições e abusos do Estado, reivindicando espaços para participar da construção de realidades menos desiguais.

Ocorre que, conforme sinaliza Nogueira (2011, p. 25),

embora ganhando força e diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançava a consciência democrática e ampliava-se a participação, mas inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares.

Se, no aparelho estatal, percebemos a fragmentação das ações sociais, igualmente nos movimentos sociais, iremos encontrar a diversificação e pulverização de práticas e bandeiras, denotando a ausência de uma plataforma político-social unificada no país. Assim, historicamente, a atuação do Estado e da sociedade civil vem se dando de forma autônoma e sua relação tem sido pautada por embates, dissonâncias e conflitos.

De todo modo, progressivamente, a participação, a garantia de direitos e a democratização passaram a pautar a agenda dessas organizações. Como assinala Scherer-Warren (1999), “de maneira geral, com o fim dos regimes militares, a questão da democratização do poder local e da participação no estabelecimento de políticas públicas passou a fazer parte dos debates e das ações das ONGs dos países latino-americanos” (Scherer-Warren, 1999, p. 49), e complementa mais adiante:

No Brasil, muitas conquistas sociais da nova Constituição foram obtidas graças à pressão e apoio das ONGs e movimentos sociais. Seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no controle do uso dos recursos públicos e políticas sociais, as ONGs vêm reforçando sua relação com o poder político, passando a atuar para a descentralização do poder e para uma crescente participação da sociedade civil. (Scherer-Warren, 1999, p. 49, grifos nossos)

O sociólogo Herbert de Souza, uma referência deste debate, corrobora tal argumentação situando que:

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade ... As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham. (Souza, 1995, p. 03)

Olhar os anos 60 e os dias de hoje nos ajuda a (re)conhecer que o mundo mudou. À época, OSC eram espaços de acolhimento de sonhos, utopias e lutas. Hoje, os discursos que acompanham esta mobilização se transformaram: há um movimento de criminalização dessas iniciativas, associando-as a escândalos que envolvem corrupção, política partidária e desvio de recursos públicos, de tal modo que a própria legitimidade deste trabalho é colocada em xeque.

Parece-nos que, nos anos 60 e 70, as fronteiras entre o que se entendia por sociedade civil, Estado e iniciativa privada eram mais claramente delimitadas. Hoje, frente à complexificação das próprias demandas sociais, muitos atores passam a atuar e a fazer parte do que se chama de sociedade civil organizada, configurando um campo de forças e disputas por territórios, poder, públicos, financiamento.

Ao mesmo tempo, mesclam-se novas identidades e configurações híbridas a partir das parcerias que se estabelecem. Em uma mesma iniciativa, podem estar associadas OSC como executoras de projetos públicos que contam com recursos da iniciativa privada. Certamente a discussão sobre quem faz o quê – e principalmente quem entra com qual recurso – não está dada, mas encerra desdobramentos éticos e políticos que precisam ser problematizados.

Sobretudo a partir dos primeiros anos do séc. XXI, acompanhando a crise econômica mundial, inaugura-se longo período de transformações para as OSC quando a *sustentabilidade financeira* acaba por comprometer, muitas vezes, a própria *sustentabilidade política* de projetos de transformação social.

Dados da FASFIL 2010, a mais recente pesquisa sobre Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos, no Brasil (IBGE, IPEA, GIFE, 2012), demonstram um decréscimo no número de associações: entre 2006 e 2010, elas cresceram em torno de 8,8%, número significativamente menor quando comparado aos 22,6% do período anterior (2002-2005).

Nos últimos anos, inúmeras organizações vêm encerrando suas atividades, corroborando para o que um entrevistado em nossa pesquisa¹ – gestor de uma grande OSC – afirma:

ONG é capital social, né, ONG é riqueza de um país, ONGs são pessoas se associando por uma causa pública ... foram pessoas que se uniram para lidar com questões públicas, questões de bem comum, então é uma riqueza que a gente desenvolveu e que na crise estrutural de financiamento que a gente tem hoje, está ameaçada. As pessoas falam do risco para a democracia na política quando tem corrupção, mas ninguém tá falando no risco pra democracia que é a gente não ter mecanismos estabelecidos de financiamento e ter um monte de onguizinha quebrando por aí. (R, 2012)

Decorridas quase três décadas desta recente história de democratização, parece-nos pertinente questionar como temos caminhado rumo à consolidação da democracia², quais novas questões se colocam, quem

¹ Em nossa pesquisa de tese, foram realizadas entrevistas com pessoas que trabalham em OSC, no Brasil, além de pessoas que acompanharam e/ou participaram do Espaço Compartilharte, OSC, que é foco de nossa investigação. Seus nomes serão omitidos a fim de preservar a privacidade dos entrevistados.

² Ao lado de tal questionamento, destaca-se a constatação de que “as teorias e os temas relacionados às discussões sobre os movimentos sociais foram deixados um tanto de lado na última década e restritos a poucos investigadores no Brasil, assumindo o seu lugar perspectivas e preocupações muito mais relacionadas com a “institucionalização” das práticas coletivas civis” (GT Movimentos sociais na atualidade: reconfigurações das práticas e novos desafios teóricos do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia). Neste âmbito, extensa investigação tem sido produzida sobre a consolidação dos conselhos gestores e conferências deliberativas, assim como sobre as experiências de orçamento participativo; estratégias institucionalizadas de participação que apontam conquistas e desafios frente à perspectiva de democratização, descentralização e controle social. Mas há ainda a demanda de discussão teórico-metodológica sobre novas formas de participação, muitas vezes desconsideradas pelos tradicionais esquemas conceituais.

são os atores deste cenário sociopolítico, como podemos reconstruir espaços de participação e ação política capazes de acolher nossa utopia e, em última análise, qual é nossa utopia hoje.

Algumas questões permanecem no debate e, dentre elas, o papel do Estado, a atuação da sociedade civil, a participação como pilar fundamental do processo democrático, a relação entre tais atores. Afirmar que elas permanecem como questão não permite assegurar continuidades ou permanências na forma como são pensadas.

De todo modo, e reconhecendo este fluxo, acreditamos que acompanhar a gênese e transformações dessas práticas possibilita reunir, problematizar e apontar algumas possíveis tendências e diretrizes de uma agenda para as próximas décadas.

Neste debate, é preciso enfrentar algumas interrogações: quem fará parte dos projetos sociais? Qual papel o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil desempenharão? Como será a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC)? Quais serão os focos prioritários de ação? Quem financiará estas práticas e de que modo? Como os atores envolvidos se relacionarão?

Questões que se articulam e se desdobram não como algo dado ou de forma natural, mas como construções necessariamente políticas. Política está sendo entendida aqui não apenas como instância ou modo de governo, mas especialmente como “forma de compartilhar destinos” (Nogueira, 2011, p. 250) e de reconstruir coletivamente a utopia de um futuro melhor.

Um olhar historiográfico: seguindo rastros e pistas da ação social no Brasil

Um olhar em perspectiva sobre os últimos cinquenta anos de projetos sociais, no Brasil, leva-nos um pouco mais longe, para o Brasil Colônia. Isso porque, de modo recorrente, encontramos nestas práticas notáveis raízes na filantropia, modelo trazido da Europa. A noção da *ajuda ao próximo enquanto prática social* está relacionada, desde o período colonial, a instituições religiosas e, sobretudo, à Igreja Católica.

Valores como a caridade, a benemerência e o amor ao próximo pautam as primeiras iniciativas que se tem conhecimento em nosso país, tendo como público-alvo prioritário aqueles que se encontram excluídos do processo produtivo: pobres, crianças, idosos e doentes são acolhidos e cuidados graças a ações voluntárias.

As Santas Casas de Misericórdia são ícones da ação social dessa época, abraçando, dentre seus objetivos, as chamadas “sete obras corporais”, quais sejam: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar pousada aos peregrinos; assistir aos enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos.

Os primeiros hospitais, asilos e manicômios instalados no Brasil estão ligados às Santas Casas, mantidas através da benemerência de doações à Igreja. Pouco a pouco, famílias mais abastadas e representantes da realeza vão somar-se aos religiosos, mas, de toda maneira, quase sempre estarão pautados pelo ideário da moral cristã.

Como assinala Oliveira (2005, p. 24, grifos nossos), a maioria da população era atendida dentro das grandes fazendas da época, atribuindo ares de privado ao atendimento prestado. Essa assistência individualizada e dependente de favores criava um vínculo protecionista entre o dono das terras e seus subordinados. Assim, o caráter comunitário inexistia, no sentido de que o povo beneficiado tivesse como participar, gerir ou contribuir. O que permanecia era a caridade alheia e a dívida de favores e gratidões que se eternizavam.

Nossa visão da história distancia-se de um suposto trabalho de desvelamento da realidade e aproxima-se da noção de invenção (Albuquerque, 2007). Cabe aqui esta digressão: nosso encontro com a história dessas práticas dá-se por dentro delas. Não somente pela implicação e atuação em tal campo, mas por trazermos uma abordagem historiográfica que toma o que é dito / escrito não como fato evidente, porém como construção humana e social que é tornada visível nesta forma de narrativa. Histórias, textos, depoimentos ganham contorno quando começam a ser contados. Como nos sinaliza Albuquerque (2007, p. 26),

somos nós que evidenciamos, colocamos em evidência dado evento ou conjunto de eventos e, no mesmo ato, esquecemos ou jogamos para os bastidores outros tantos acontecimentos.

Assim, retomamos nossa história, ressaltando que não por acaso, de modo recorrente, ainda hoje encontramos mescladas práticas assistencialistas e assistenciais nestes projetos.

E mais: se hoje nos perguntamos em que medida exercemos nossa cidadania ou mesmo quando criticamos a despolitização ou baixa participação do povo brasileiro nos processos democráticos decisórios e nas políticas públicas, é também porque poucas vezes temos problematizado nossa história, nossas raízes neste campo.

A partir da República e com a Constituição de 1891, Igreja e Estado separaram-se formalmente como instituições. O caráter privatista, confessional e caritativo das ações sociais prolonga-se. Somente bem mais adiante, no governo Vargas, surge o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), órgão que tinha, dentre suas atribuições, o repasse de recursos públicos, sob a forma de subvenção, a instituições sem fins lucrativos que atuavam nas áreas da saúde, educação, assistência social ou cultura. Grandes nomes da filantropia e da alta elite da sociedade compunham o CNSS e avaliavam quais entidades receberiam as subvenções estatais. Nota-se que se, por um lado, há um embrião da proposta de autonomia frente ao Estado, por outro, reforça-se o compromisso entre este e a elite brasileira.

Nesta mesma época, surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA) inicialmente com a missão de reunir os patriotas e organizações de “boa vontade”. Com a LBA, ações emergenciais e campanhas pontuais ganham capilaridade, mas ainda não estão associadas à perspectiva da garantia de direitos. O *primeiro-damismo* na ação social – D. Darcy Vargas foi a primeira presidente da LBA - é outra tendência que se estende ainda hoje em muitos municípios brasileiros.

Por mais paradoxal que pareça, na Era Vargas encontraremos inúmeros avanços na legislação não somente na área social, mas também trabalhista e ambiental. Por ora, vale destacar que até então a pobreza era vista como um desvio individual, sendo tratada como “caso de polícia”. A partir dos anos 30, a pobreza passa a ser abordada como uma questão social sob a responsabilidade também do Estado.

Sposati (2001, p. 76, grifos nossos) enfatiza que:

o trato da assistência social no âmbito da moral privada, e não da ética social e pública, é um dos equívocos dessa versão filantrópica. O primeiro-

-damismo, a benemerência está no âmbito da moral privada. Neste sentido, é que os conservadores pretendem agir (e agem) modelando a atenção àqueles mais cravados pela destituição, desapropriação e exclusão social, organizando atividades que vinculam as relações de classe, sob a égide do favor transclassista, do mais rico ao mais pobre, com a vinculação do reconhecimento da bondade do doador pelo receptor ... O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial ... Neste modelo, a assistência social é entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais.

Importante destacar o quanto ou como tais práticas sociais vão sendo engendradas, desde o século XVII, na medida em que se configuram determinadas *disfuncionalidades* na sociedade. Essa problematização possibilita desnaturalizarmos nossas tradicionais concepções sobre quem são nossos beneficiários ou o público-alvo das políticas, programas e projetos sociais.

Castel (2000) é referência ao situar a relação com o trabalho como divisor entre *válidos e inválidos*. Em um primeiro grupo, estariam todos os que estariam “legitimados” a não trabalhar, seja por incapacidade física ou psíquica, aí incluídos crianças e idosos. Para estes, a “necessidade” de uma “proteção” do Estado ou intervenção que, hoje, chamaríamos de socioassistencial. Em um segundo grupo, estariam os indigentes, ou seja, aqueles que poderiam trabalhar, mas que não o fazem de forma suficiente para garantir sua própria sobrevivência.

Diversos autores (Ariès, 1986; Donzelot, 1984; Foucault, 1993) dedicaram-se a acompanhar como a criança e o velho, sem família, o louco e o indigente tornaram-se foco de uma determinada forma de intervenção peculiar, constituindo-se objeto de certos *saberes e práticas sobre o social*.

Silva (2005, p. 18) ressalta:

É a partir do momento em que certos “disfuncionamentos” de uma sociedade não são mais regulados de uma maneira relativamente informal no tecido dessa sociedade que podemos falar de uma “problematização”

do social. As relações sociais informais não são mais suficientes para resolver tais “disfunções”. Assistimos então à criação de alguns espaços institucionais e, por conseguinte, de um corpo profissional especializado que passará a ocupar-se de tais “disfuncionamentos”.

Proteger os mais carentes, definir quem e o que será protegido (de quem); construir espaços, técnicas e modos de cuidado e proteção são práticas construídas historicamente. O que hoje nos parece estar dado ou por demais natural, deixou rastros nas práticas engendradas por pessoas, grupos e instituições.

Este talvez seja um detonador crucial em nossa argumentação sobre os projetos sociais hoje: nosso movimento busca, em um primeiro momento, desnaturalizá-los, acompanhando a história de sua constituição ou mesmo da objetivação do social.

Esta breve viagem por algumas pistas da história do trabalho social no Brasil possibilita identificar e refletir acerca de certas heranças dos modelos atualmente vigentes. Tal digressão no tempo justifica-se não por buscar encontrar ali fatos ou verdades acabadas que expliquem ou representem as práticas sociais, mas sobretudo no intuito de buscar acompanhar como determinadas condições sócio-históricas contribuíram para configurar modos peculiares de se pensar/fazer trabalho social no Brasil.

Primeiras pistas para uma “cartografia de controvérsias”

O movimento em busca de *colocar história* nos projetos sociais levou-nos à desnaturalização da própria ideia de social. Um olhar sobre estas práticas encontra, de modo recorrente, o social como algo dado, explicando ou qualificando uma forma de abordar a realidade, como se definisse a própria “natureza” dos fenômenos.

Aparecem aí entendimentos que contrapõem o social ao individual, como sinônimo de quantidade, de número grande de pessoas; o social como eufemismo para se referir à pobreza ou à miséria; o social articulado ao comunitário e/ou ao coletivo; o social como barreira ou obstáculo a ações estabelecidas (problemas sociais em oposição a “determinantes” biológicos ou psicológicos, por exemplo).

Latour (1994, 2005) nos convida a colocar as grandes categorias analíticas em suspeição, aproximando-nos de uma visão da *realidade como um fluxo de relações heterogêneas entre elementos justapostos*. Assim o social deixa de estar inserido para explicar a realidade e passa a ser visto como um resultado – sempre parcial e provisório – de processos de agenciamentos entre humanos e não-humanos que se faz o tempo todo.

Nas palavras do autor (Latour, 2005, grifos nossos),

Em cada momento, temos de reconstruir a concepção do que estava associado porque a anterior definição passou a ser, até certo ponto, irrelevante. Já nem sequer estamos mais certos do que significa ‘nós’; parece que somos sustentados por ‘laços’ que já não assemelham aos laços sociais regulares ... Portanto, o projeto global daquilo que supostamente fazemos em conjunto é colocado em dúvida. O sentido de pertença entrou em crise. É justamente para dar conta deste sentimento de crise e para seguir estas novas conexões que nos será necessário uma outra concepção do social. Com efeito, será necessário que esta seja muito mais ampla do que comumente se designa por este termo, e todavia estritamente limitada no que respeita ao delinear das novas associações e à arquitetura criada pelos seus agregados. Eis a razão pela qual irei definir o social não já como um domínio especial, uma realidade específica ou uma coisa particular, mas apenas como um movimento muito particular de re-associação ou de reagrupamento.

Frente a uma Sociologia do Social, o autor propõe uma Sociologia das Associações para estudar os fenômenos em movimento, em constituição, antes de se estabilizarem. O trabalho de investigação a ser feito envolve seguir as configurações provisórias da realidade, sem buscar generalizações, mas nas pequenas narrativas.

Neste sentido, inspirados no trabalho realizado por Latour, em sua etnografia da ciência, temos buscado desenvolver uma etnografia do trabalho das OSC, *“entrando pela porta de trás”*, como sugere o autor, isto é, pelos vestígios que apontam como são construídas em seu dia a dia e não em seu caráter definitivo ou institucionalizado, o que implica olhar as práticas e seguir os atores, acompanhando as discussões, incertezas e embates em jogo.

A metáfora da caixa-preta talvez seja pertinente para pensarmos a constituição das OSC, sendo utilizada

na sociologia das ciências para falar de um fato ou de um artefato técnico bem estabelecido. Significa que ele não é mais objeto de controvérsia, de interrogação nem de dúvidas, mas que é tido como um dado ... Quando uma técnica ainda não está completamente estabelecida como caixa-preta, falamos de caixa cinza (Latour) ou caixa translúcida (Jordan e Lynch). (Pedro, 2010, p. 87)

Pedro (2010, p. 87) nos ajuda ainda nessa argumentação afirmando que,

de modo simples, pode-se definir controvérsia como um debate (ou uma polêmica) que tem por 'objeto' conhecimentos científicos ou técnicos que ainda não estão totalmente consagrados. Isto significa que os objetos privilegiados de tais análises são as chamadas 'caixas-cinza', ou seja, questões de pesquisa que ainda portam em si controvérsias, interrogações, que ainda não se constituíram em uma 'caixa-preta'.

Esta pesquisa tem sido mobilizada pelas transformações nas práticas das Organizações da Sociedade Civil – *nossas “caixas-cinza”*, *portadoras de controvérsias e interrogações* - problematizando o papel e a atuação de tais projetos nas últimas décadas. Nossa entrada neste campo de investigação se dá na análise da experiência do Espaço Compartilharte, OSC, que atua há mais de 20 anos em Teresópolis/RJ.

No texto de apresentação da instituição, encontramos:

As primeiras atividades foram iniciadas em 1991, a partir da união voluntária de um grupo de amigos - respaldados em seu passado de militância em movimentos sociais - que começou a se reunir, inspirados pela busca por contribuir na construção de um mundo mais justo, fraterno e igualitário. Tratava-se de compartilhar com outros aquilo que a vida nos tinha propiciado... Tratava-se de criar formas de multiplicar e dividir conhecimentos, sentimentos, atitudes, valores.

Interessante notar que o trabalho começa no início da década de 90, quando o país vivia o período de democratização. O ano de 1988 está marcado pela promulgação da Constituição, após a abertura de amplo processo de discussão e negociação com representantes da sociedade civil, então chamados a participar dos processos decisórios e formulação de políticas públicas.

Embora recém-saído de um sistema de tutela, no qual o Estado regulava a vida e silenciava toda e qualquer voz dissonante, o país, após a abertura política e, dentro da perspectiva da descentralização, estava marcado pelo fomento à participação da sociedade civil, materializado especialmente na multiplicação e valorização de experiências locais.

Pesquisa sobre o perfil das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL), de 2002, apontava a existência de 276 mil entidades oficialmente cadastradas (IBGE, 2002), sendo que 62% delas haviam sido criadas a partir dos anos 90³.

Este ambiente-convide à participação e mobilização está presente nos relatos dos fundadores do Espaço Compartilharte. Embora não apareça de forma explícita para todos, há uma estreita sintonia com os movimentos em curso nessa época, seja participando da Conferência Rio-92 ou das mobilizações em torno da defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; em trabalhos com comunidades pobres ou nas manifestações dos “caras-pintadas”, no Movimento pela ética na política, que culminaria com o *impeachment* do Presidente Collor.

Nessa mesma época, Betinho – o “irmão do Henfil que voltou” - convoca a participação da sociedade na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-IBASE, 1993):

Olhe à sua volta. Dá para aguentar? Arrisque a pergunta: o que eu posso fazer? Lembre-se, o primeiro passo é a solidariedade ... Qualquer pessoa pode criar um comitê de campanha. Não é preciso autorização de ninguém ... Procure outras pessoas em sua família, no bairro, na comunidade religiosa, no clube ou no trabalho.

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE, em 1993, mostrava que 68% da população brasileira com mais de 16 anos conhecia ou já tinha ouvido

³ Interessante verificar que a pesquisa 2002 apontava uma progressiva ampliação no número de organizações, da seguinte forma: “As que foram criadas nos anos de 1980 são 88% mais numerosas do que aquelas que nasceram nos anos de 1970; esse percentual é de 124% para as que nasceram na década de 1990 em relação à década anterior”. (IBGE, 2002, p. 3). Já a última pesquisa FASFIL (2012) indica um decréscimo, conforme supracitado, o que reforça nosso questionamento sobre a atuação e tendências para as próximas décadas destas organizações. O que estaria contribuindo para tal decréscimo? Trata-se de um modelo de participação que se esgotou?

falar na ação que ficou conhecida como “Campanha do Betinho”. Destes, 32% já haviam participado de alguma iniciativa correlata e 11% pertenciam a algum Comitê de cidadania (Landim, 1998, p. 242).

O trabalho do Espaço Compartilharte emerge deste caldo de mobilização. Há, no entanto, uma opção por trabalhar com comunidades rurais, invisibilizadas neste processo. O grupo encontra em Canoas o espaço de experimentar a construção de uma “sociedade livre, justa e solidária”.

Canoas é uma pequena comunidade localizada a 40 minutos do centro de Teresópolis, cidade da região Serrana, distante 98 km da capital do estado do Rio de Janeiro. Teresópolis comumente é vista como um local aprazível e bucólico, ideal para veranejar, desde os tempos do Império. Ao lado das belezas naturais da região, o imaginário sobre a cidade reúne gente bem vestida, casinhas com lareira, queijos e vinhos.

Em 91, quando o trabalho foi iniciado, Canoas possuía aproximadamente 1400 moradores. Destes, 70% dos adultos eram analfabetos ou analfabetos funcionais, 60% viviam na linha da pobreza ou mesmo da miséria. A região era atendida por duas escolas multisseriadas de 1ª a 4ª séries. Uma terceira escola – Estadual – oferecia as outras séries do Ensino Fundamental e Médio e ficava a cerca de 20 km, para a maioria dos alunos, em uma época na qual ainda não existia transporte escolar público.

A região ainda hoje é ocupada por grandes fazendas improdutivas e sítios de veraneio, cujos donos residem nas metrópoles. Às vésperas das férias de verão, antes de findar o período letivo, a evasão escolar aumentava. Os pais tiravam as crianças da escola para que os *filhos de Canoas* ajudassem a preparar os sítios para os filhos de quem vinha da cidade.

O trabalho infantil, a baixa qualificação profissional dos adultos, a precarização de vínculos trabalhistas reforçavam o êxodo rural. Das famílias que saíam da região, muitas iam somar-se às favelas das periferias urbanas, mantendo-se no desemprego ou piorando suas condições de sobrevivência e qualidade de vida, principalmente no que se refere às crianças e aos adolescentes.

O relato de L., idealizadora do Espaço Compartilharte, reúne elementos para compor este cenário:

1991. Outubro. Numa *birosca* – é o nome usado localmente para qualquer comércio – perguntamos sobre alguém apto a realizar uma limpeza no terreno. Em suas áreas já desmatadas crescia o lírio do brejo ... Crescem fazendo um emaranhado de raízes profundas, com grandes batatas no final das mesmas. Por entre uma e outra planta, vai se formando um lodaçal de cor preta, como nos mangues. Indicaram-nos um senhor “bom para serviços pesados, muito forte e trabalhador.” Conversando com ele, sentimos alguma coisa errada; tinha baixa estatura, muito magro, sem dentes, pálido, a perfeita encarnação do famoso personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. Mostrou-se ávido pelo serviço. Acertamos com ele a empreitada, pois queríamos conhecer melhor a terra para iniciarmos a construção de uma casa que viabilizasse nosso pernoite no local. Pagaríamos por semana. Na primeira sexta-feira subimos para fazer o pagamento e lá estava ele, sentado, numa parte alta e seca do terreno, cabeça baixa, cigarro de palha na boca. Seus três filhos, R., de 11 anos; C, de 9, e L., de 3, mergulhados no brejo até as axilas, algumas tábuas à volta, fazendo o serviço contratado. Com toda a autoridade de “contratante” e sabedoria advinda de anos de estudo acadêmico, militância política e sucesso profissional, falei :“Fulano, você foi contratado para o serviço. Suas crianças estão em horário de escola e em vez de estarem em aula, estão fazendo este serviço brutal por você? Você tirou estes meninos da escola para trabalharem por você?” Ao que ele, calmamente, tirando o cigarro da boca, respondeu: “Tirei, sim, dona, pois aqui nós nascemos, vivemos e morremos para arrancar lírio de brejo e para isso ninguém precisa aprender”. Fiquei paralisada. Era preciso re-aprender a vida se quisesse compartilhar direitos e construir cidadania com a gente deste lugar.

Os primeiros contatos com as pessoas de Canoas eram tomados como oportunidades para conhecer os modos de viver e conviver na região. Para eles, o futuro era vivido como algo remoto. Se havia perspectiva de futuro, este já estava traçado, predeterminado. Os filhos de quem trabalhava na roça seriam trabalhadores da roça. A escola pouco tinha a oferecer como caminho de transformação de tais realidades.

Esta família trazida no relato acima vivia em um casebre sem luz, telefone, água encanada ou sistema de esgoto. Para chegar até eles, era preciso caminhar quilômetros por uma estradinha de terra. Não havia transporte público regular. Com as baixas temperaturas da região Serrana, principalmente as crianças eram acometidas, frequentemente, por pro-

blemas respiratórios (asma, bronquite, pneumonia). Somente na cidade havia acesso a serviços de saúde, mesmo assim de forma precária.

Na casa ao lado, a família vizinha se alimentava de sopa de pedra: cavavam um buraco no chão, acendiam a fogueira e cozinhavam o que podia ser colocado em uma panela. Crianças e animais faziam as refeições juntos. Entrar em contato com aquelas realidades desconstruía a visão idílica da bucólica cidade serrana e construía novos desenhos para reaperceber a ver a vida.

Assim, um novo aprendizado: o homem desta área rural não se alimentava do que plantava. Inhame era para os porcos, verduras davam trabalho ou não se sabia o que fazer com elas. Comia-se arroz, batata, macarrão e muito óleo.

Além de desconstruir certos imaginários a respeito da vida no campo e aprender com aquelas famílias sobre seus modos de vida, pouco a pouco, tornava-se visível o quanto aquelas crianças, mulheres e homens eram invisíveis para muitos. As discussões acerca de projetos ou ações sociais nas áreas rurais estavam geralmente ligadas a matrizes analíticas que não correspondiam àquela realidade: o trabalhador do campo, o extensionismo rural, os Sem Terra...

O texto de sistematização de um dos projetos institucionais⁴ nos ajuda nesta argumentação (Lacerda, 2007, p. 13):

Viver numa zona rural tão próxima da segunda maior cidade do país tem sua especificidade. Não chega a ser uma periferia, mas há forte influência do modo de vida urbano, transformando a região num híbrido de campo e cidade. A proximidade geográfica faz com que a convivência entre crianças e adolescentes rurais e urbanos seja constante. No entanto, a distância material e simbólica é grande entre ambos. A sedução de uma vida de consumo abundante acende os sonhos de mudança para a capital, e a histórica ausência de serviços básicos de educação, saúde e transporte nas zonas rurais conspira ainda mais para a crueza das desigualdades. Esse olhar desencantado dos adultos para o futuro, seus e de seus filhos, é um forte traço cultural regional que o Espaço Compartilharte diagnos-

⁴ Em 2004, o Espaço Compartilharte ganhou o Prêmio Criança 2004, na categoria convivência comunitária, concedido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Esta experiência foi sistematizada e está disponível para disseminação.

ticou e vem ajudando a desnaturalizar. Construir opções baseadas numa cultura de direitos ajuda a abalar a ideia de que as pessoas são aquilo que possuem, recapacitando os mais pobres a sonhar com um futuro mais igualitário e promissor.

A invisibilidade estava presente também nas políticas públicas. Em 2000, o Censo demográfico do IBGE não visitou Canoas. As crianças e os adolescentes que participavam então dos projetos, na instituição, questionaram os educadores e coordenadores: *“Vocês falam que nós temos direitos. Como, se nem existimos nos dados do município e do país? Eles nem sabem quem somos nós.”*

Provocados por tal questionamento, iniciou-se um projeto de construção de um Censo comunitário sobre Canoas. Órgãos municipais foram visitados e nenhum mapa ou informações detalhadas da região foram encontrados. Visitando o instrumento de pesquisa utilizado pelo IBGE, crianças, jovens e educadores adaptaram um questionário para a realidade local, reunindo, além dos dados demográficos, questões construídas a partir de suas problematizações: origem da água, destino do lixo, acesso ao lazer e à cultura, convivência comunitária.

De posse deste instrumento, partiu-se para uma capacitação dos re-censeadores comunitários. Cada casa foi visitada, dados colhidos, resultados problematizados. Mais que o resultado, o processo fala muito. A cada etapa parcial, o grupo se reunia no Espaço Compartilharte, conversando e problematizando sobre o que era ouvido, falado, silenciado. Um mapa da região foi pintado artesanalmente e, hoje, está exposto na instituição. Ali estão desenhados os rios, matas, casas, escolas, igrejas, histórias, silêncios, desassossegos, descobertas, conquistas daqueles que passaram a escrever uma história diferente, a história de cada um, as histórias daquele lugar.

Uma das três crianças que trabalhavam no brejo descrito na cena inicial, pela idealizadora da OSC, participou de diversos projetos. Hoje, quando perguntada o que essa experiência significou para sua vida, ela fala:

Vontade de vencer, de lutar pelo que eu quero. Me abriu portas pro mundo... Foi com o Espaço Compartilharte que eu fui ao cinema pela primeira vez, ao teatro, onde fiz minha primeira viagem... onde também fiz teatro e

aprendi a amar muiiito teatro, entre outras coisas. Sou grata a tudo que o Espaço me proporcionou. Foi onde eu encontrei meu lugar, onde meu mundo fez sentido.. onde eu aprendi a amar o próximo, a respeitar e sobretudo onde eu me tornei culta, seletiva e muiiito humana, respeitando todos, seja qual for sua diferença ou indiferença. Onde eu trabalhei pela primeira vez, pois fui jovem aprediz. E até hoje sinto muiiitiita saudades do Espaço Compartilharte e sei a falta que ele faz à nova geração!!!! Pois às vezes os pais não podem dar o que uma criança quer ,mas os sonhos podem!!! E foi no Espaço Compartilharte que eu aprendi a sonhar. (R., 2013)

Referências

- Albuquerque, D. M. (2007). *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc.
- Ariès, P. (1986). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Castel, R. (2000). A escolha do estado social. In *Sociologias*, 2(3), 18-35.
- Donzelot, J. (1984). *L'invention du social: essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1993). *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Gohn, M. (2008). *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez.
- IBASE. (1993). *Cartilha da Campanha - Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE. (2002). *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE. (2012). *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010*. Rio de Janeiro: Autor.
- Lacerda, P. M. (2007). *Compartilhando a arte de brincar: a experiência do Espaço Compartilharte no fortalecimento da convivência comunitária*. São Paulo: Fundação Abrinq.
- Landim, L. (Org.). (1998). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc*. Rio de Janeiro: NAU.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network Theory*. Nova Iorque: Oxford University Press.

- Moreira, M. (2014). *“O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?” Uma cartografia da atuação de organizações da sociedade civil no fortalecimento da democracia*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Nogueira, M. A. (2011). *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, S. B. (2005). *Ação social e terceiro setor no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- Pedro, R. M. L. R. (2010). Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. In A. A. L. Ferreira, L. L. Freire, M. Moraes, & R. J. J. Arendt (Orgs.), *Teoria Ator-Rede e Psicologia* (pp. 78-96). Rio de Janeiro: Nau.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Scherer-Warren, I. (1999). *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- Silva, R. N. (2005). *A invenção da psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Souza, H. (1995). A vez das ONGs: conheça e apoie. *Jornal da ABONG*, 9. Acesso em 04 de agosto, 2015, em http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/218/ABONG_OS%20PLANOS%20DA%20ATUAL%20GEST%C3%83O.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Sposati, A. (2001). Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. In *Serviço Social & Sociedade*, 68, 54-82.

Mapeamento etnográfico de movimentos de ocupação urbana em Porto Alegre

Cristiano Hamann
Rodrigo de Oliveira-Machado
João Pedro Cé
Adolfo Pizzinato

Introdução

Para além das construções, moradias, ruas e demais intervenções urbanas, as cidades situam socialmente uma série de valores e ideologias que produzem diferentes modos de vivenciá-la. Nesta multiplicidade que caracteriza o urbano, é inerente a presença de conflitos, dadas as diferentes possibilidades de vir a ser na cidade, novos e velhos rumos se entrecruzam naquilo que intitulamos cotidiano. O desequilíbrio entre as diferentes relações sociais que tem cabida na cidade chancela determinadas formas de organização em detrimento de outras. Tal processo tem como reflexo a assunção de debates que, por vezes, transbordam os apartamentos, casas e casebres, ocupando o meio da rua.

Esse campo de disputa toma novas dimensões a partir da possibilidade de uma conexão que outrora não existia, ressaltando-se assim o caráter viral da internet enquanto novo “espaço” público. As redes sociais, enquanto ferramenta que propicia a distribuição de vozes por um espaço virtual, e onde a audiência, e possível afiliação, assumem uma dimensão que antes supunha o encontro formal entre os corpos. A virtualidade expande as formas de organização dos encontros das pessoas e conseguem agregar os que antes não possuíam um canal de comunicação com movimentos ou ações coletivas, mas que também compartilhavam identificações e reivindicações com tais movimentos e ações. Na presente reflexão, busca-se compreender como cidade e internet configuram campos da ação psicossocial contemporânea.

As ações coletivas de caráter reivindicatório surgidas em diferentes partes do mundo após a década de 1990, potencializadas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação presentes desde a década de 1960, estimularam novos arranjos de relação social. A possibilidade que o trânsito da informação traz consigo rompe com as premissas anteriores de espaço/tempo, ou seja, da presença física e do tempo “real” de propagação da informação. Esta nova conjuntura revela uma configuração que imbrica as noções de local e global. Assim, a maioria das pessoas tem acesso a construções culturais diferentes daquelas às quais foram submetidas – se apropriaram – em seus locais de origem, podendo produzir novas significações para seus cotidianos. São novos panoramas culturais que surgem no horizonte interpretativo dos sujeitos, oportunizando a identificação com diferentes noções de *si-mesmo*, de existência propriamente dita e gerando comunidades que, a princípio, extrapolam o plano local e são globais enquanto exercício virtualizado de organização. Nessa relação podemos citar inclusive a batalha entre diversos países para ocupar o que se denominou enquanto “imperialismo simbólico”, uma organização da divulgação e implantação de sua cultura ao redor do globo através do rádio e da televisão com o intuito de manter viva e propagar pelo planeta a sua cultura, considerada como superior aos demais países (Mattelart, 2005).

Mattelart (2005) ressalta ainda que, localmente, as *medias* são apropriadas em seu formato e ressignificadas para dar ênfase às culturas dos diversos países. Além disso, é importante atentar que o acesso quase livre à internet possibilita um exercício de autoria por parte dos coletivos que acaba por debilitar o exercício do imperialismo simbólico, já que o acesso e produção de informação tornaram-se quase irrestritos, acarretando na presença de múltiplas ideias acessíveis para uma diversidade grande de pessoas. Esse cenário desponta como um desafio para a produção de conhecimento em Psicologia Social, devida à sua expressão na atualidade.

Desta forma, esse capítulo busca elencar alguns resultados e reflexões que emergiram a partir de uma pesquisa na cidade de Porto Alegre durante o ano de 2013. De caráter etnográfico, este estudo buscou mapear as ações coletivas desenvolvidas nesta cidade, utilizando de uma metodologia criada pelo próprio grupo, para acessar os participantes envolvidos nas ações coletivas mapeadas.

Para resgatar a importância destas ações coletivas, cabe salientar o processo global no qual se inserem. O ano de 2011 foi marcado pela eclosão de diversos movimentos sociais em diferentes partes do globo, que se tornaram relevantes em nome de sua atuação social e política. Mesmo apresentando uma agenda peculiar a seus contextos imediatos, tais movimentos, por apresentarem formas de luta e de solidariedade assemelhadas, tomaram a dimensão de *movimento global*. No norte da África, derrubando regimes políticos na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen; estenderam-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia, revoltas no subúrbio de Londres e ocupações na *Wall Street*, nos EUA, alcançando a Rússia no final do ano (Carneiro, 2012). Essa onda iniciada na chamada Primavera Árabe influenciou outros movimentos sociais aqui citados, pois através do uso da internet como ferramenta de mobilização pode burlar restrições de regimes autoritários que cerceavam os meios de comunicação. Dessa forma, o uso das redes sociais soa como uma tendência irreversível na atuação política e permite uma emancipação sobre a circulação das informações e discussões sobre os regimes políticos, colocando em xeque a hegemonia dos grandes meios de comunicação já que as novas tecnologias potencializam o exercício da cidadania (Lopes, 2013).

Em Porto Alegre, por exemplo, percebe-se a influência de tais protestos na atuação de grupos que se propõem a ocupar espaços urbanos com diferentes motivações e implicações com os temas potentes da cidade. Na pauta dos diversos movimentos porto alegrenses, figuram questões de gênero e identidades sexuais não hegemônicas, críticas à desigualdade socioeconômica, temáticas ambientalistas e contestação à privatização de espaços públicos. As atividades de ocupação, integrando elementos de festividade e protesto, ressignificam o espaço urbano tornando-o, novamente, um lugar de inter-relações. Dentre esses movimentos, destacam-se *Defesa Pública da Alegria, RUA – Rastro Urbano de Amor e Largo Vivo*, que promovem ocupações pautadas por manifestações artísticas; *Okupa Viaduto*, com ocupações no viaduto da Avenida Borges de Medeiros todas as terças-feiras; *PortoAlegre.cc*, de cunho mais institucional, revitalizando parques no horário noturno; *Batalha do Mercado*, realizando, no último sábado de cada mês, um torneio de *hip-hop* no centro da cidade; *Marcha das Vadias*, passeata feminista anual que luta pela igualdade de gênero, *Massa Crítica* iniciada em Los Angeles no ano de 1993 e difundida pelo resto do mundo, onde de ciclistas manifestam-se em prol de formas al-

ternativas de trânsito, além de manifestações baseadas na grafia urbana, como *PIXEyLUTE*, grupo de pichadores engajados em intervenções de cunho social; assim como *Maiorais* e *Insonia*, que através da pichação evidenciam fortes questões identitárias de pertencimento grupal e de afiliação ideológica.

Utilizamos aqui a noção de ação coletiva e não a de movimentos sociais, pois segundo Diani (1992), os movimentos sociais são constituídos por vínculos firmes e possuem alvos específicos e, estas ações que descrevemos aqui possuem uma identificação menos estável e mais fugaz. Devido ao grande número de movimentos e sua complexidade, a preferência pelo termo ações coletivas se justifica pela amplitude que esse conceito abarca, ao contrário da conceituação de movimentos sociais. Tal posicionamento teórico procura dar espaço à diversidade das ocupações/apropriações na urbe.

Nesse campo conceitual, a ideia de *happening*, que é oriunda das artes performáticas e recuperada pelas ciências sociais, serve como subsídio para compreensão destas ações coletivas. Nesse contexto, o *happening* é elencado como uma perspectiva de análise para conseguir elucidar a complexidade inerente a qualquer movimento de ocupação, posto que a sua singularidade e o seu efeito de descontinuidade no tecido semiótico da sociedade são úteis para a compreensão do funcionamento social. O conceito de *happening* também é utilizado a fim de chamar a atenção para a potencialidade dos lugares, pois, ocupando os espaços com manifestações artístico-estéticas, prima-se pela queda da barreira entre participantes e observadores. Este formato de ocupação pretende rearranjar as significações sobre algum conteúdo do cotidiano seja onde for realizado, buscando suscitar discussões sobre o caráter social da vida cotidiana (Hamann, Maracci-Cardoso, Tedesco, & Viscardi, 2013).

Segundo Rancière (2010), a arte torna-se política quando ela emancipa o espectador, ou seja, o encontro entre a política e a arte possibilita outra relação com o sensível (a predisposição significadora que percebe o cotidiano). Este encontro gera uma transfiguração do que pode ser visto, gerando um dissenso entre o que antes era visto/ouvido/sentido (percebido) e que com a arte passa a ser ressignificado. O que o artista/interventor faz, portanto, é oferecer outras possibilidades de significado para aquela experiência e assim emancipar o espectador, dar-lhe a possibilidade de

participar da construção da experiência estética mediante a ruptura com uma estética encerradora e naturalizada das artes e do cotidiano.

Waisbich (2013), ao circular pelas ocupações de junho de 2013, nota que as reivindicações sociais percebidas em sua etnografia se configuravam no que denomina “algo estranhamente festivo”. Uma percepção que denomina um “estranhamento”, configuração e comportamentos que parecem destoar das representações de manifestações reivindicatórias mais tradicionais do século XX. A sensação de festejo, neste contexto, quebra o curso ordinário da vida cotidiana, ou corrobora com o que Minois (2000) denomina de “atmosfera de festa permanente” (p. 602) tipicamente contemporânea?

Minois (2000) ainda destaca, recorrendo como exemplo o despontar dos *happenings* dos anos 1960 e 1970, a presença da perda de individualidade como uma temática importante. Estes atos públicos estariam, na concepção de *happenings* tomada nesta compreensão, imbricados em certo caráter espetacular, evidenciando jogos de contradição e corroboração.

Estas ocupações no espaço urbano geram práticas culturalmente significadas e podem incorporar novos elementos para as identidades dos participantes da comunidade, ainda que compreendam neste processo posicionamentos e vozes diferenciadas. São estes posicionamentos e vozes de mútua consideração, efeito, mudança e continuidade, que garantem ao fenômeno a construção de significados através da incorporação e (re)produção de sentidos. Estar na cidade é vivenciá-la como possibilidade interminável de inovações, já que “reúne uma multiplicidade de experiências humanas que, situadas em um substrato labiríntico, marcado pela fugacidade do que ali ocorre, permite uma situação de combinações no infinito de eventos” (Hiernaux, 2006, p. 200). O fortuito da urbe permite o transgredir, abre espaço para pequenas subversões no cotidiano.

Essa relação com a cidade sustenta-se na compreensão de um diálogo existente entre aqueles que nela residem. Ao incorporar novas formas de relacionamento, na maioria das vezes rompendo com o *status quo*, as pessoas que participam de tais ações coletivas estão dizendo aos demais seu posicionamento frente a determinadas resoluções acatadas (ou naturalizadas) na nossa sociedade. Com base em uma premissa dialógica, na qual se entende que a palavra é sempre originária dentro de uma relação, onde se inscreve de sentido para o outro e ao mesmo tempo

evoca uma contra-palavra, se compreende que mesmo aqueles que não aderem ou se identificam com estas ações acabam por se relacionar e construir novas vozes acerca de tais fenômenos. Essas vozes que povoam o imaginário da cidade também estão presentes na constituição identitária das pessoas, onde se aliam e formam discursos que pautam as noções de ser e estar na sociedade.

Neste contexto, as relações humanas passam a ser concebidas como *diálogos* entre diversos parâmetros e conceitualizações que juntos contribuem para a existência uma da outra através do tempo. Acoplam-se uma diversidade de pontos de vista que, em algum tipo de tensionamento, constituem uma polifonia, vozes que são sobrepostas e que, se isoladas perdem o sentido, são apenas sustentadas na relação que possuem entre si, criando um jogo de identidades.

Os jogos de identificações e diferenciações criam uma dinâmica de construção do *eu* e da noção dos *outros*, e em tal dinâmica, cabem cumplidades e antagonismos. Este processo ganha uma especial importância se pensarmos nas manifestações que ocorreram no mês de junho de 2013, onde as ruas das cidades brasileiras foram a plataforma de reivindicações que comportaram diversas pautas. Inicialmente o valor da tarifa dos ônibus era a motivação da aglomeração de pessoas e com a legitimação das manifestações, boa parte da população passou a juntar-se à massa, reivindicando o fim da corrupção, o fim dos partidos políticos, o cancelamento da copa, uma reforma política no país, amor e paz para o Brasil. Assim, constroem-se movimentos polifônicos, que instituem negociações entre diversos grupos que passam a considerar as alteridades presentes no mesmo espaço, podendo assim gerar embates baseados nas construções que constroem noções de si e dos outros.

Fomentando diálogos e ressignificações na cidade, esses eventos impõem a problematização do conceito autor/audiência, remetendo-nos a construção de subjetividades nos espaços urbanos, que se constituem como lugares no processo de significação e construção da alteridade. Não se refere, portanto, que estes processos se deem necessariamente através do apelo visual de determinados pontos da urbe, dedicados a uma memória legitimada, mas sim através de espaços que assumem, por atribuição dos membros das comunidades, um caráter de apropriação. Dessa forma, os habitantes da cidade constroem imagens e ideias male-

áveis sobre sua própria cidade, espaços de memórias, ou seja, com potencial de reelaboração da simbologia dos acontecimentos neste espaço (Nora, 1997).

Utilizamos neste trabalho a diferenciação dos conceitos de espaço, lugar e não-lugar como ferramentas teóricas para melhor elucidar as ideias presentes sobre a ocupação da urbe. Lugar refere-se à identificação e apego ao local, um processo que gera simbolismos que conectam as pessoas e suas experiências ao sentimento de pertença a determinado território, sentimento socialmente construído pelas relações entre os sujeitos. Leite e Dimenstein (2007) atribuem a este processo o nome de “território de subjetivação”. Não são apenas espaços, pois portam qualidades de movimento, tempo e trajetória. Também não se delimitam exclusivamente a espaços físicos, podendo ocorrer no meio virtual, como visto na contemporaneidade. O conceito de espaço caracteriza a potencialidade de um território em tornar-se *lugar* ou *não-lugar*. Aqueles espaços onde as relações não se enraízam, não potencializam identificações nem simbolismos, são os não-lugares. Esses não-lugares são espaços de pouca troca relacional, de transição e movimentação e circulação fugaz de indivíduos, que não tem a preocupação em promover sentimentos de pertença ou afiliação, apenas utilizam o local como via de transição.

Neste texto discutimos alguns aspectos do funcionamento das micropolíticas de ocupação no espaço urbano de Porto Alegre e da configuração de relações de *lugar* e *não-lugar* nesse território. Para tanto utilizamos, além dos marcadores teóricos, uma estratégia de aproximação/compreensão guiada metodologicamente a partir de três etapas sequenciais: o levantamento de informações através da mídia e redes de relacionamento; a observação de ocupações e o estabelecimento de contato com participantes e audiência; e a realização de entrevistas, auxiliadas por uma proposta de produção fotográfica estabelecida previamente com os entrevistados.

O levantamento de informações através de redes alternativas de organização, como a internet, mostra que são amplamente utilizadas pelas mais variadas formas de ação coletiva. As redes sociais (em especial o *Facebook*) mostram-se como uma ferramenta de organização e comunicação acessível para a maioria dos membros das ocupações. Para desenvolver esta reflexão, mostrou-se necessário, portanto, o acompanhamento

dessas redes – especialmente, o *Facebook* – para um maior monitoramento das ações coletivas que são planejadas na cidade. De outra forma, por meio de entrevistas abertas de caráter narrativo durante as próprias ações coletivas, buscou-se integrar aspectos da percepção de participantes e espectadores que influenciam no processo de construção de seus itinerários no que diz respeito a estas ocupações.

Além disso, a fotocomposição foi assumida como uma proposta de aproximação metodológica que se dispunha a operar enquanto forma alternativa de apreensão da significação que os(as) participantes fazem das ocupações. A escolha da produção de imagens se deve a seu potencial enquanto forma de linguagem em pesquisa, permitindo a apreensão de aspectos mais subjetivos que possivelmente não figurariam em entrevistas tradicionais. Nesse sentido, a produção fotográfica desponta como possibilidade de explorar espaços de autoria para os participantes da pesquisa. Tal aproximação metodológica se constituiu nos moldes defendidos por Maurense e Tittoni (2007) e Pizzinato (2008), em que a fotografia aperfeiçoa aspectos de expressão não tão diretamente apreendidos pelo discurso verbal e instrumentaliza o processo de construção da entrevista narrativa. Ainda, segundo Banks (2009), a produção de narrativas visuais se define como uma organização intencional de informações, desta maneira, os materiais devem ser entendidos como estruturas comunicativas. Neste sentido foi proposto aos participantes de diferentes ações de ocupação que além de elaborar considerações sobre as fotografias isoladamente, buscassem estabelecer sentidos para a construção da série fotográfica como um todo, seja estabelecendo ordens de importância, sejam ordens temporais.

Organização, manifestação e ocupação

Dentro deste contexto de análise, pretendeu-se verificar que ações por parte da comunidade e do poder público podem ser pensadas a fim de estabelecer relações não punitivas, que compreendam os direitos dos cidadãos e que promovam ações críticas e construtivas sobre a realidade. Os resultados explicitam os processos dialógicos que ocorrem nessas manifestações e que contam com a contribuição de vários fatores psicológicos, culturais e históricos.

Assim, as ocupações na cidade, são rompimentos com os fluxos padronizados de significação dos espaços urbanos. Sua natureza é popular, ou seja, organizadas por várias pessoas e camadas sociais, sem que o poder estatal tome iniciativa nestes movimentos. Este tipo de intervenção pode ser pensada como um transformador da percepção sobre o espaço, inclusive interferindo nos julgamentos feitos sobre determinado local. Estes *happenings* surgem guiados por sua efemeridade e se constituem como um corpo, referenciais na memória coletiva. Sua capacidade de transformação, seu caráter político, partindo dos pressupostos do Estatuto da Cidade, mostram-se exemplos das vinculações entre as pessoas e os lugares. E, nesta concepção, fica evidente a emergência de promover espaços na urbe em que se permita oferecer experiências subjetivas de qualidade política. Retomando a discussão de Rancière (2010), a criação de dissenso parece ser um efeito das ocupações. Ao transformar os espaços e retomá-los enquanto lugares os indivíduos criam discussões e rompem com o silêncio que estabiliza o status quo, permite-se que surja o dissenso frente ao o poder instituído, emancipa os cidadãos frente ao estado e colocam no cotidiano e na relação entre os diversos indivíduos a potência de construção dos lugares.

A análise das ações de ocupação sugere que a internet é o vetor central de comunicação para a organização das ações coletivas aqui discutidas. Tanto no mapeamento quanto nas entrevistas realizadas, a internet foi utilizada como uma ferramenta de organização da ação, pois muitas das manifestações e ocupações nas quais houve participação dos pesquisadores tinham páginas nas redes sociais, grupos e através disto convidavam os diversos manifestantes/ocupantes/militantes que delas participavam:

A proposta de uma Serenata Iluminada é bastante simples: vamos levar velas, lanternas, instrumentos musicais e outras manifestações artísticas para fazer um encontro que mistura alegria, expressão e reflexão sobre o uso dos espaços públicos de nossa cidade ... Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, pois será uma linda oportunidade de estarmos juntos cultivando o respeito e a tolerância. (Serenata Iluminada no Parque Farroupilha em Porto Alegre, organizado pelo PortoAlegre.CC)¹

Nestas páginas *web* constavam informações sobre os locais das ocupações, as ideias que pautavam as ações coletivas/movimentos sociais

¹ <https://pt-br.facebook.com/events/410575415652789/>

que as organizavam assim como “instruções” sobre as possibilidades de ação localizadas nestas ocupações. Um ponto chama a atenção: não há assinatura ou proclamação de liderança individual. Além das ações específicas, como o exemplo acima, os militantes de movimentos sociais mais formais, que foram entrevistados falaram da importância da internet para que essa configuração pudesse acontecer. Conforme aponta Castells (2011), a liberação de imagens, os debates e os chamamentos por parte dos manifestantes vai agregando pessoas, gerando identificações e assim, as ações coletivas, mesmo que propostas por movimentos formais utilizam-se a internet na organização das pautas e ações, abdicando da formalidade institucional de liderança personalizada.

É, e a gente entende a internet, em especial as redes sociais, como uma nova plataforma de comunicação, então isso para nós é muito importante também se utiliza de todas as formas, das redes da internet para revolucionar a comunicação. Acho que em termos de organização é mais ou menos isso. (Raquel² – Juntxs - Coletivo de jovens militantes vinculado ao PSOL)

Tem o boca-a-boca, né, tirando isso creio que o facebook seja a melhor forma de organização, assim, que especifica horário, lugar, não sei o que - fica mais organizado. É por esse meio que eu fico sabendo mais desses eventos, e a gente pode convidar pessoas, é mais prático. (Nicole - Marcha das Vadias)

As diversas ações coletivas trouxeram para embate nas ocupações um novo conceito de movimento, uma vez que a ação em rede, sem lideranças formais que representem todos aqueles que dela fazem parte, gerou realocações nas práticas de negociação das reivindicações junto aos poderes públicos. O caráter inovador desse formato de ação pode ser compreendido em parte pela descredibilidade dos representantes institucionalizados que atuam na política partidária nacional. A postura contrária ao representacionismo partidário também surge como elemento característico dessas ações. Tal condição apartidária produz discussões entre os integrantes da ação coletiva, onde alguns optam pela participação formalizada dos partidos e de que destes surjam representantes da ação enquanto no outro pólo aparecem aqueles que defendem que a presença dos partidos reproduz o “sistema falido e genérico” que eles questionam.

² Todos os nomes de participantes aqui usados são fictícios.

Por exemplo, o movimento “Agora vem pra rua”, tudo bem, muita gente entrou, mas, como foi muito grande a nível nacional, como existiam muitas ideias diferentes, ao mesmo tempo em que educou, também generalizou e banalizou tudo aquilo que as pessoas estavam lutando. Sei lá, tinha muito “reaça” e muita coisa que não tinha a ver com aquele movimento. (Luiza, manifestações de junho)

Eu acho que Porto Alegre é uma cidade que... não é à toa que as coisas aconteceram em Porto Alegre, né, porque especialmente nessa questão dos Espaços Públicos é uma pauta muito cara aos lutadores de Porto Alegre, né, nós tivemos um ataque brutal da última administração em relação à ocupação, falo em ocupação dos espaços públicos, não só de intervenção com a cidade, mas em especial de ocupação de largo, de espaços públicos, a privatização do largo, a proibição de artistas de rua, a SMIC cada vez mais é, atuando, e recolhendo material de artistas de rua, então isso é muito foda, a privatização do Araújo Viana. (Raquel –Juntxs)

Figura 1. Manifestações de junho de 2013 – terceira contra o aumento das passagens



Outra alternativa de compreensão, encontrada mais na reflexão dos pesquisadores (entre o campo teórico e o palco da pesquisa) do que nas entrevistas com os participantes, seria dessa organização tomar forma de rede devido ao papel das redes sociais virtuais em sua concepção e orga-

nização. Assim, essa horizontalidade nas decisões e representações poderia ser vislumbrada como um dos desdobramentos da sociedade em rede a que Castells (2005) se refere, especialmente ao analisar movimentos semelhantes no hemisfério norte. Os próprios participantes de algumas ocupações de Porto Alegre também referem afiliação, identificação com pautas e fazeres dessas ações coletivas.

Muito levando em conta os Indignados, aprendendo com os Indignados, então a gente ocupa muito praças, assim, então geralmente quando a gente tem reuniões, a gente funciona muito por assembleias que são amplamente divulgadas nas redes, qualquer um pode participar é completamente aberto. (Raquel – Juntxs)

Figura 2. Marcha da maconha, Porto Alegre, 25 de maio, 2013



Entre as consequências desse processo descentralizado está, mais uma vez, o desencontro entre Estado e participantes das ações coletivas. Tendo em vista que tal dinâmica revela-se como novidade contemporânea, as estratégias de diálogo, quando essa se apresenta como aceita por ambas as partes, ainda estão em fase embrionária. Acompanhando as mídias que divulgavam o discurso oficial do Estado se encontram adjetivos como “desorganizado”, o que pode significar dois itens: a não compreensão dessa nova organização das ações coletivas e/ou buscar a depreciação desses atos.

Figura 3. Marcha da maconha. Porto Alegre, 25 de maio, 2013



A escolha dos locais “palco” das ações também é um aspecto importante a ser ressaltado. Os locais escolhidos representam pontos chave da cidade. Espaços onde a memória social resiste à institucionalização capitalística da cidade, que transforma alguns locais – outrora palco de interação social - em *não-lugares*, em espaços não relacionais. Ocupar, portanto, pode ser um ato simbólico de transformar o espaço em lugar, naquilo que permite a troca de afetos, a construção de laços entre as pessoas e permite que potencializa a cidadania dos sujeitos.

O largo Glênio Peres anda com saudades da gente, de suas feiras proibidas pela Prefeitura, suas noites de circo, de música, de piquenique, de convívio! Nós que acreditamos que aquele espaço não merece chafariz-propaganda da Coca Cola nem estacionamento voltamos a convidá-los, a convidar-nos, a ocupar um dos espaços mais nobres deste Porto Alegre. ... Em defesa do espaço público e da cultura, à rua! Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchemos de vida a área que seria ocupada pelos carros. ... PARA LEVAR (se quiser, pois o mais importante é a tua presença) instrumentos musicais, malabares, slackline, pernas de pau, etc.- mate e comidinhas (comparamos ali no Mercado) para um grande piquenique. Uma cidade para as pessoas! Compartilha o evento no teu mural, convida os amigos. TODOS SÃO BEM-VINDOS!” (Pá-

gina do evento “Largo Vivo”, evento realizado no dia 23 de abril de 2013, organizado por meio do *Facebook*)³

Figura 4. Largo Vivo. Porto Alegre, 12 de dezembro, 2013



Luiza, participante do movimento Marcha das Vadias, quando convidada a fazer um exercício de se colocar no lugar das pessoas que caminham por espaços ocupados, ressalta o possível estranhamento sentido pelas pessoas que observam seu espaço de circulação diário modificado no momento de uma ocupação. Luiza acredita que a possibilidade de, furtivamente, se deparar com esses eventos, seriam como fendas de um cotidiano com um verniz homegenizado. Segundo Luiza, o espaço público é “o mais importante”, desta forma, o acontecimento se torna um momento que aciona tanto participantes como espectadores:

“Fico me perguntando como seria, né? Tipo, ser uma pessoa aleatória, ali, saindo para caminhar não sabendo que tem Marcha das Vadias, assim e, de repente chega um monte de gente, um monte de guria pela-da... deve ser bem engraçado” (Luiza, Marcha das Vadias).

³ https://www.facebook.com/events/378347612287653/?ref=3&ref_newsfeed_story_type=regular

Figura 5. *Marcha das Vadias*. Porto Alegre, 26 de maio, 2013



Considerações finais

A aproximação ao universo das ações coletivas e movimentos sociais na cidade de Porto Alegre foi um desafio, não apenas como pauta de discussão da organização social contemporânea, mas também um desafio metodológico, na tentativa de dirimir a suposta fronteira entre participantes e pesquisadores. Além da óbvia e necessária inserção no campo direto, observando, acompanhando e integrando as ações, contar com o “olhar” e a “voz” direta dos participantes através de suas reflexões fotográficas e discursivas foi realmente diferencial nesse processo.

Além disso, a pesquisa aproxima suas reflexões às de outros pensadores da contemporaneidade (em especial Racière e Castells) quando veem nas ações e movimentos sociais atuais mais do que uma “nova forma de protestar” e sim, uma nova forma de ser, de afiliar-se e relacionar-se com e na urbe de hoje. Mais do que uma nova forma de agir, pode-se pensar nessas ações de ocupação da cidade como um aforismo de uma nova ontologia do social – onde os processos identificatórios oscilam do local ao global, do coletivo ao *hiperindividual*. Ocupar a cidade pode ser ocupar-se de si mesmo, em um embate micropolítico que pode ser ir

além, questionando certezas aparentemente consolidadas sobre o que se acreditava ser consenso – as noções de democracia, participação e representatividade, por exemplo.

Evidentemente falamos aqui de uma nova forma de fazer política, de encontrar na intersecção desses múltiplos dissensos (locais/globais; coletivos/individuais...) as brechas necessárias para a criatividade e a reivindicação de algo novo, de uma nova forma e por motivos diferentes das leituras predominantes (ainda algo contaminadas pelos ares de 1968...). Essa nova “militância” nem sempre se identifica com esse ou com qualquer outro rótulo, nem sabe se quer (ou se se requer) identificar-se ou pertencer a um “movimento” (em uma leitura mais institucionalista). Mas se movem, e movimentam a cidade. Principalmente movem o foco da atenção da urbe para os outros lados de si mesma, para as muitas periferias (ou os muitos não centros), para seus *não-lugares*, para suas sombras e seus duplos.

Referências

- Banks, M. (2009). *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Art-med.
- Carneiro, H. S. (2012). Rebeliões e ocupações de 2011. In D. Harvey et al. (Orgs.), *Occupy* (pp. 7-14). São Paulo: Boitempo.
- Castells, M. (2011). *A sociedade em rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Diani, M. (1992). The concept of social movement. *The Sociological Review*, 40(1), 1-25.
- Hamann, C., Maracci-Cardoso, J. G., Tedesco, P., & Viscardi, F. (2013). Movimentos de ocupação urbana: uma integração teórica através do conceito de happening. *Diálogo*, 23, 19-33.
- Hiernaux, D. (2006). Repensar a cidade: a dimensão ontológica do urbano. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 20, 197-205.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2007). La intervención de los movimientos sociales en el área rural brasileira: cartografiando el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). In E. Saforcada et al. (Orgs.), *Aportes de la Psicología Comunitaria a problemáticas de la actualidad latinoamericana* (pp. 153-166). Buenos Aires: JVE Editores.

- Lopes, G. C. (2013). Redes sociais, emancipação política, desobediência civil e mobilização: resgatando o pensamento de Kant e Thoureau. *Cadernos de Comunicação*, 17(2), 215-231.
- Mattelart, A. (2005). *Diversidad cultural y mundialización* (Comunicación 168). Barcelona: Paidós.
- Maurenre, V. & Tittoni, J. (2007). Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 33-38.
- Minois, G. (2000). *História do riso e do escárnio*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Nora, P. (1997). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- Pizzinato, A. (2008). Psicología e imágenes: el proceso de narración digital en la investigación sobre la identidad en la infancia en riesgo de exclusión. *Hallazgos*, 11(2), 55-64.
- Rancière, J. (2010). *El espectador emancipado*. Castellón: Ellago Ediciones.
- Waisbich, L. T. (2013). Manifestejos de junho: negação e ocupação da coisa pública. *Jornal de Psicanálise*, 46(84), 141-150.

Psicologia e políticas públicas: possibilidades para a inclusão de catadores

Gláucia Tais Purin

Ana Paula Martins

Lorena De Fátima Prim

Introdução

O presente artigo é resultado do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Psicologia, realizado no decorrer do ano de 2012, no Programa de Extensão Universitária denominado de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB). Este Programa tem como objetivo central o apoio multidisciplinar para a consolidação de experiências coletivas de geração de trabalho e renda para grupos de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. A atuação da psicologia na ITCP/FURB se baseia na Psicologia Social Comunitária e ocorre no diálogo com as demais áreas atuantes na ITCP: Direito, Administração, Moda, Engenharia de Produção e Engenharia Florestal, Serviço Social e Ciências Sociais que cooperam no alcance dos objetivos do Programa.

Este trabalho tem como objetivo refletir e propor alternativas acerca da interação da Psicologia Social com as políticas públicas, em específico no caso do setor da cadeia produtiva da reciclagem organizada na perspectiva da Economia Solidária, visando à inclusão dos catadores. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: (a) caracterizar o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) mostrando sua história, objetivos, conquistas e desafios; (b) apresentar os avanços que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, 2010) possibilita à sustentabilidade ambiental e à inclusão dos catadores; (c) analisar as possibilidades e desafios da Economia Solidária como alternativa para a autogestão dos catadores; (d) discutir a contribuição da Psico-

logia Social Crítica, a partir do referencial teórico de Vigotski e Sawaia para a inclusão do catador. Para atender aos objetivos propostos, definiu-se realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico, ou seja, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2010).

Verifica-se, no decorrer do estudo, que o cotidiano dos catadores é marcado pela preservação da natureza há muitas décadas, mas também por uma duradoura luta pelo reconhecimento do seu trabalho. É a partir de sua organização coletiva mediante participação no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que conquistaram seu reconhecimento enquanto categoria profissional, e sua consequente participação nas políticas públicas resultou na publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em vigor desde o ano de 2010.

A situação dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis é caracterizada pela falta de oportunidades no acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade, tais como o acesso à escolarização, à profissionalização, aos cuidados com a saúde, entre outros. A exclusão vivenciada por eles, decorrente da intensa desigualdade social existente na sociedade, é um fenômeno complexo e multifacetado, isto é, um processo construído historicamente a partir de condições subjetivas e objetivas vinculadas à dimensão social. Isto significa dizer que o olhar da Psicologia deve superar as visões dicotômicas e fragmentadas que separam o sujeito do coletivo, o corpo do psicológico e o cognitivo do afetivo. Nesta perspectiva, Vigotski (2000) defende a importância de se compreender a produção de sentidos e significados dos sujeitos e o seu envolvimento com o contexto em que vivem.

O surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR): em busca de valorização e direitos sociais

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis¹ (MNCR) é um movimento social que organiza catadores de materiais recicláveis no Brasil. Foi fundado em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília, reunindo mais de

¹ Para mais informações, ver <http://www.mnrc.org.br>

1.700 catadores². Neste evento, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Apesar de sua fundação ter ocorrido em 2001, o surgimento do Movimento aconteceu em meados de 1999, no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, no qual os mesmos já impulsionavam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil.

O Movimento organizou três Congressos Latino-Americanos de Catadores. Em 2003 ocorreu o 1º Congresso Latino-Americano de Catadores em Caxias do Sul – RS, com 800 participantes; em 2005, o 2º Congresso em São Leopoldo, RS, com 1050 participantes, e em 2008, o 3º Congresso em Bogotá – Colômbia, com representação dos delegados de 15 países latino-americanos. Nos referidos congressos, aconteceram palestras, cursos para capacitação, oficinas, apresentações e discussões sobre a situação em que se encontrava esta categoria profissional, os desafios que enfrentavam, as lutas e as conquistas pelos seus direitos, entre outras problemáticas vivenciadas. Também foram elaborados, ao final do 1º e 2º Congressos, a Carta de Brasília e a Carta de Caxias, documentos esses que foram apresentados à sociedade e às autoridades responsáveis expressando a situação dos catadores da América, suas necessidades e reivindicações.

Em março de 2006, o MNCR organizou a Marcha em Brasília, que se tornou um marco histórico da luta dos catadores no Brasil, onde cerca de 1.200 catadores marcharam na Esplanada dos Ministérios e levaram às autoridades suas reivindicações. Uma das exigências foi a criação de 40 mil novos postos de trabalho para catadores e catadoras de todo o Brasil.

O MNCR tem como missão contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta.

Seus princípios se sustentam na organização da categoria de catadores de materiais recicláveis de forma solidária. O MNCR, no seu primeiro princípio, trabalha pela autogestão e organização dos catadores através

² Conforme dados do MNCR, a profissão Catador de Material Reciclável existe desde meados de 1950. Consideram que, enquanto categoria, sempre foram vistos como excluídos socialmente, mas que sempre prestaram serviço à sociedade, mesmo sem dela receber o reconhecimento, nem do poder público receber o pagamento devido por tal trabalho realizado.

da constituição de Bases Orgânicas e Comitês Regionais do Movimento em cooperativas, associações, entrepostos e grupos, garantindo a participação de todos os catadores na luta de seus direitos, por meio da democracia direta, na qual todos tenham voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo.

Seu segundo princípio diz respeito à ação direta popular, que faz com que os catadores partam desde a construção inicial dos galpões, sua manutenção, até às mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores.

Em seu terceiro princípio, o movimento busca garantir a independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mediante a luta pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados na execução da coleta seletiva, triagem e beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva, assim firmando com os poderes públicos e empresas privadas contratos que garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado à sociedade com a reciclagem.

Quanto ao quarto princípio, busca-se o apoio mútuo entre os catadores, e a Solidariedade de Classe com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países, para, desse modo, os catadores conquistarem o direito à cidade, ao trabalho, moradia, educação, saúde, alimentação, transporte, lazer, transformação dos lixões em aterros sanitários, transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas e a efetivação da coleta seletiva.

Atualmente, a categoria profissional Catador de Material Reciclável é reconhecida pelo Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), com a seguinte Descrição Sumária: “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (Ministério do Trabalho e do Emprego, 2010). Quanto às Condições Gerais de Exercício, o CBO considera que o trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas, para a venda de materiais às empresas ou cooperativas de reciclagem, reconhecendo que seu trabalho é exercido a

céu aberto, em horários variados, sendo expostos a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e muitas vezes à violência urbana.

O MNCR considera uma conquista o seu reconhecimento no CBO, porém destaca que muito ainda tem a ser feito enquanto reconhecimento da categoria, pois salienta que o catador é excluído do processo de produção e sobrevive do que a indústria e o comércio rejeitam. O movimento expõe que as grandes indústrias produzem seus produtos e enriquecem apenas a classe dominante, que, por sua vez, explora seus empregados. Essa indústria coloca seus produtos no mercado, lucra, mas não se responsabiliza pelas embalagens e resíduos por ela produzidos, permitindo que seus resíduos sejam despejados em aterros sanitários ou em lixões.

A economia solidária como alternativa para a autogestão dos catadores: possibilidades e limites

No Brasil, a proposta da Economia Solidária (ES) visa construir novos paradigmas nas relações sociais de produção. A ES surgiu durante a década de 70 na esteira da crise do modelo urbano-industrial, iniciada no nível mundial e que também atingiu o Brasil, nos anos 80, e que tinha por base o aumento da concentração de riquezas e de poder, o desemprego, a precarização das relações de trabalho e a destruição ambiental, entre outros problemas socioambientais. A ES nasceu, portanto, de um sério questionamento sobre o tipo de desenvolvimento político e socioeconômico que desejamos para a humanidade (Singer & Souza, 2000).

O autor enfatiza que a Economia Solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, pois possibilita uma economia (e uma vida em sociedade) baseada na cooperação, igualdade e na autogestão, tendo por base a reorientação da economia a serviço do ser humano.

No Brasil, desde a crise de acumulação capitalista, que se iniciou em 1980, acompanhada do crescente número de desemprego e exclusão social, a ES propõe a socialização e a democracia, partindo das lutas e práticas dos movimentos sociais para modificar a sociedade (Schiochet, 2009).

Assim, o autor mostra que, durante as décadas de 80 e 90, a globalização e a reestruturação produtiva vêm acompanhadas da desmobilização da sociedade civil devido ao enfraquecimento dos movimentos populares. Nesta perspectiva, o Estado passa a ficar mais comprometido com o poder privado e se descompromete com a questão social. Nas palavras do autor:

Essa ‘questão social’ caracteriza a conjuntura nacional na década de 1990. Após a derrota do projeto democrático popular em 1989, com perspectivas de reformas estruturais profundas, assistimos ao descenso da luta de massas, à desmobilização e à fragmentação do movimento sindical e dos movimentos sociais. No âmbito da ação do Estado, sua reorganização ao fazer frente às exigências da crise da acumulação do capital significou a implementação de políticas explícitas de crescente transferência dos recursos públicos para o sistema financeiro, e consequente redução da responsabilidade pública para a questão social. Então, aquilo que se chamou de ‘Estado mínimo’, nada mais foi do que um Estado máximo para o capital, na sua capacidade de transferência de recursos públicos da sociedade para um determinado setor da economia, mais estrangeiro do que propriamente nacional, e mínimo para atender aos direitos do povo e prover a nação de um projeto de desenvolvimento. (Schiochet, 2009, p. 55)

Com isso, conclui-se que esta situação socioeconômica advém do desemprego, precariedade, exclusão, descaso com os movimentos sociais e lutas políticas. Portanto, a ES é uma alternativa para promover a cidadania e a autogestão através da prática coletiva dos trabalhadores por meio de EES (Empreendimentos Econômicos Solidários). Estes propõem uma organização econômica mais justa e solidária. De acordo com tal ideia, Schiochet (2009, p. 56) ressalta que:

Não há como negar que a Economia Solidária é uma estratégia própria da sociedade civil. Contudo, com a chegada ao poder local das ‘forças democrático-populares’, passou a ser incorporada também na agenda dos governos. Foi na segunda metade da década passada [entre 1990 e 2000] que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária. Refiro-me aqui às iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgidas no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda.

Essas iniciativas ganharam maior destaque e importância quando implantadas em metrópoles como São Paulo, Recife, Bahia, entre outros. Para Schiochet (2009, p. 56), “do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do Estado mínimo para o social”, já que a ES, como ação do poder público, demandava cada vez mais atenção como: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos e integrar, como construção de políticas públicas, o Estado à economia real das comunidades. O autor aponta que as exigências da ES contribuíram para a crítica das políticas públicas neoliberais e também ressalta a necessidade da participação mais intensa do Estado no enfrentamento da desigualdade, pobreza e injustiça social. Neste sentido, o autor defende que a ES deve se constituir numa política pública que construa uma sociedade mais justa e sustentável.

Diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a inclusão dos catadores

Em 03 de agosto de 2010, foi publicada a Lei Federal n. 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada pelo Presidente da República. A referida lei estabelece princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e aos instrumentos econômicos aplicáveis, nos termos do art. 1º da referida norma. A norma é aplicável aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e a quem desenvolva ações relacionadas à sua gestão integrada ou ao seu gerenciamento.

A PNRS utiliza como norte diversos princípios assecuratórios do desenvolvimento sustentável, cidadania e inclusão social, através da geração de trabalho e renda, entre outros escopos do Estado democrático do direito. Ainda objetiva, como rol exemplificativo, a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos; o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; a capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos e a integração dos catadores

de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Essas previsões podem ser constatadas nos artigos 6º e 7º da Lei n. 12.305 (2010).

É de suma importância destacar o art. 8º sobre os instrumentos da PNCR, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e a educação ambiental.

A PNRS prevê, no seu Art. 15, um Plano Nacional de Resíduos Sólidos e, no seu Art. 17, um Plano Estadual de Resíduos Sólidos, para os próximos 20 anos, sendo que tais Planos deverão ser atualizados a cada 4 anos. Alguns requisitos obrigatórios para estes planos são: a apresentação de um diagnóstico de resíduos sólidos no Brasil e no estado, o estabelecimento de metas para a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos e rejeitos, a instituição de metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, o desenvolvimento de programas, projetos e ações para atender as metas previstas, a elaboração de meios para o controle e a fiscalização. União e estados também precisam criar normas para a concessão de recursos tendo em vista a implementação da política de resíduos sólidos.

Conforme a PNRS, o art. 18, § 1º, II, coloca como critério prioritante aos municípios implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis compostas por pessoas físicas de baixa renda para, assim, obterem recursos da União.

No art. 19, X e XI, ficam expressos os conteúdos mínimos para o Plano Municipal de Gestão Integrada, em que impõe a elaboração de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos e a elaboração de programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial o público já citado no art. 18 da PNRS.

Quanto ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, se refere aos geradores de resíduos sólidos: industriais, serviços de saúde, mineração, construção civil e geradores de resíduos perigosos, e o mesmo impõe alguns conteúdos obrigatórios para a elaboração de seu plano,

dentre tantos, destacamos o art. 21, § 3º, I que indica o estabelecimento em regulamento para normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Ainda que não haja um regulamento para normas relativas à atuação de cooperativas, conforme expresso acima, não poderá ser dificultada a atuação das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, segundo o Art. 50 da PNRS.

A PNRS assinala que poderão atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos de pilhas/baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas e produtos eletroeletrônicos para que se tomem todas as medidas necessárias a fim de assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa³. Essas previsões podem ser averiguadas no Art. 33 da Lei n.12.305 (2010).

O titular dos serviços públicos, sendo: União, Estados membros, Municípios ou Distrito Federal, deve priorizar a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis para atender o cumprimento do art. 36, que trata da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o qual deve estabelecer sistema de coleta seletiva, implantar sistema de compostagem, adotar procedimentos adequados referentes aos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis e aos rejeitos oriundos dos serviços, entre outros procedimentos. Esta norma está presente na PNRS, no art. 36, I, II, III, IV, V, VI e § 1º.

No mesmo sentido de apoiar aqueles que trabalham com resíduos sólidos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir regras com a finalidade de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, à população, de acordo com o Art. 44, II da PNRS.

³ Lei n. 12.305 (2010), art. 3º, XII - logística reversa: “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

Contribuições da psicologia social crítica para a construção da cidadania para os sujeitos da cadeia produtiva dos resíduos sólidos: um olhar a partir de Vigotski e Sawaia

Um olhar a partir da psicologia de Vigotski

Na busca da construção de uma nova psicologia, Vigotski, junto com seus colaboradores Luria e Leontiev, criaram uma nova psicologia, superando as duas tendências predominantes da época, a psicologia materialista (ciência natural) e mentalista (ciência mental) que considerava o ser humano somente como corpo ou mente. O ser humano é multideterminado e complexo, tendo ao mesmo tempo uma dimensão biológica, social e psicológica. Esta abordagem possui três pilares centrais, que definem a subjetividade humana, sendo: (a) as funções psicológicas têm base biológica, pois são frutos da atividade cerebral; (b) o funcionamento psicológico se fundamenta nas relações sociais entre o indivíduo e a realidade; (c) a relação que ocorre entre o homem e o mundo é uma relação mediada por sistemas simbólicos (Vigotski, 2000).

Dessa forma, na visão de Vigotski, não é possível entender a subjetividade, quando o homem é analisado de maneira isolada ou descontextualizado, mas sim a partir das interações sociais. A singularidade do ser humano deve ser compreendida num momento histórico determinado, numa sociedade específica, por meio das relações sociais específicas a cada indivíduo. A concepção da base biológica está diretamente ligada ao funcionamento psicológico, a partir do meio social, de modo que “o homem transforma-se de biológico em sócio-histórico, num processo em que a cultura é parte essencial da constituição da natureza humana” (Oliveira, 1997, p. 24).

Ainda a respeito do funcionamento psicológico, Vigotski destaca o conceito de mediação que ocorre nas relações entre o homem e o mundo, sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediários de tal relação. Assim, o indivíduo é mediado pelo social e também provocador de transformações no meio social. Desse modo, a “Mediação, em termos genéricos, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (Oliveira, 1997, p. 26, grifos no original).

Vigotski (2000) definiu dois tipos de elementos mediadores, os instrumentos e os signos. As ações concretas entre o sujeito e o mundo são viabilizadas pelos instrumentos, como, por exemplo, o uso da calculadora para a realização de cálculos de matemática. O controle das ações psicológicas no ser humano, no entanto, é direcionado através dos signos, também chamados de instrumentos psicológicos. Os signos são elementos que representam objetos, eventos ou situações.

A linguagem é um sistema simbólico de representação da realidade. Segundo Vigotski (2000), a linguagem tem duas funções básicas: a primeira é a de intercâmbio social, servindo para a comunicação entre os semelhantes. Para tanto, é importante que se utilize signos compreensíveis por outras pessoas, signos compartilhados que possam exprimir sentimentos, vontades, pensamentos, entre outros. A segunda função da linguagem é o pensamento generalizante, uma forma de organização do real através do agrupamento de várias ocorrências de uma mesma classe de objetos, eventos e situações, de uma mesma categoria conceitual.

Assim, a linguagem é aprendida pelo sujeito mediante interação com a cultura na qual ele está inserido, e é utilizada como forma de comunicação para com seus semelhantes. Para isso, o homem internaliza os signos, dando sentidos aos significados das palavras. Os significados são construídos ao longo da história da humanidade e os grupos humanos modificam esses significados de acordo com suas relações sociais e com o mundo em que vivem.

Vigotski (2000) aponta dois elementos do significado da palavra: o significado e o sentido. O significado propriamente dito refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, consistindo num núcleo relativamente estável de compreensão da palavra, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam. O sentido, por sua vez, concerne ao significado da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto de uso da palavra e às vivências afetivas do indivíduo.

Conforme Vigotski (citado por Prim, 2004, p. 102), “para compreender os projetos, as escolhas e os motivos do homem, é importante conhecer a sua afetividade”. O autor defende a ideia de que o aspecto intelectual (pensamentos) não está separado do afetivo-volitivo (sentimentos e emoções) e que juntos constituem a base da consciência humana. Dessa

forma, é importante investigar o subtexto do discurso para fazer a análise do sujeito “pois compreendê-lo é encontrar a base afetivo-volitiva do pensamento e fazer a análise psicológica é descortinar o plano interior que está encoberto pelo pensamento verbal, que é a motivação”. Dessa forma, os sentimentos e as emoções configuram interações complexas do cognitivo com o afetivo, sendo os afetos a base da consciência humana.

Um olhar a partir da psicologia social crítica na América Latina

As ideias procedentes da Psicologia Histórico-Cultural com base principalmente em Vigotski, Sawaia mostra como esta vem para a América Latina e para o Brasil a partir do trabalho de Silvia Lane e Martin Baró. A perspectiva desta psicologia, além de uma concepção histórica e crítica do seu sujeito de estudo, também busca o compromisso social da psicologia com a maioria da população oprimida e excluída pela desigualdade social.

Assim, no Brasil e na América Latina, vários autores, partindo de Sílvia Lane e Martin Baró, construíram uma Psicologia Social Crítica e comprometida com as mudanças da sociedade em busca de mais participação, democracia e igualdade social.

Sawaia (2001), seguindo os pressupostos de Vigotski, Espinosa e Lane, cria na PUC-SP o Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN), que inicia as reflexões das relações entre a psicologia (afetividade) e a exclusão social. A referida autora argumenta que o processo de exclusão social vai muito além da dimensão material, econômica, mostrando como ele é multifacetado e complexo, pois abrange a dimensão ética e subjetiva, que ela chama de eticopsicossocial. Assim, o processo dialético exclusão/inclusão social é constituído por três dimensões, sendo elas: a objetiva/econômica, da desigualdade social; a ética, da injustiça e discriminação social; e a subjetiva, do sofrimento psicológico, que é denominado de ético-político: “É o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos” (Sawaia, 2001, p. 102). O sofrimento mutila a vida de várias formas e atinge o sujeito por inteiro.

Sawaia (2001) considera que na gênese deste sofrimento está o sentimento de desvalor, de deslegitimidade social e o desejo de ser “considerado gente”. Dessa maneira, o processo de exclusão também afeta a subjetividade, causando-lhes sofrimentos de diferentes formas, diminuindo a autonomia e sustentando inúmeras formas de dominação, sutis ou

ção. Assim, a autora afirma que, “sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização” (p. 101).

Nesse sentido, a exclusão atinge a dimensão ético-psicossociológica que está relacionada com o subjetivo, o objetivo, o individual, o social, o racional, a afetividade, e se constitui em todas as esferas da vida social. Sawaia (2009, p. 357) enfatiza que todas essas dimensões também são vividas como “necessidades do eu” e diz que: “São sentidos, significados e ações que envolvem o homem por inteiro, nas suas relações concretas com os outros e com a sociedade”. Dessa forma, a subjetividade é uma dimensão tão importante quanto a organização econômica, social, política e ambiental (objetividade/materialidade).

A Psicologia Sócio-Histórica de Sawaia (2009, p. 365) infere que “é uma perspectiva analítica que entende que por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta”. Em vista disso, a autora, na perspectiva da Psicologia Social Brasileira, considera o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e cognição, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro. Assim, a subjetividade passa a ser constituinte da objetividade social, uma vez que nos mostra que, mesmo na miséria, o homem não está reduzido às suas necessidades biológicas. O descrédito social e a falta de dignidade são as principais constituintes do sofrimento ético-político, então a autora destaca que “os homens se realizam com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes a todos”. Espinosa (citado por Sawaia, 2009, p. 367) considera que “os homens se submetem à servidão porque são tristes, amedrontados e supersticiosos. Enredados na cadeia das paixões tristes, anulam suas potências de vida e ficam vulneráveis à tirania do outro, em quem depositam a esperança de suas felicidades”. Por isso, afirma Espinosa, não se destrói uma tirania eliminando o tirano, pois outros o substituirão caso as relações servis não sejam destruídas. É preciso destruir as relações que sustentam a servidão. Dessa forma, o investimento nos bons encontros entre os sujeitos proporciona o aumento da potência de sua ação, fortalecendo ações revolucio-

nárias para a superação das dificuldades e lutas vivenciadas no cotidiano dialético de exclusão/inclusão social.

O conceito de participação deve ser lido a partir dos múltiplos sentidos que ele mesmo tem, já que vai desde a noção de adaptação até a de transformação social (revolução). Na sociedade neoliberal, a ideia da participação também foi afetada pela racionalidade instrumental, e a afetividade se tornou um conceito central de sua definição, pois participar implica estar afetivamente envolvido. O que equivale a dizer que não há participação sem subjetividade, nem subjetividade sem participação. Ambas são fenômenos da mesma substância, de modo que, para mudar a qualidade da participação, é preciso mudar a ontologia da subjetividade (Sawaia, citado por Prim, 2004).

A participação é uma necessidade do sujeito e, por isso, não pode significar a renúncia deste de seus desejos individuais e, ao mesmo tempo, deve incluir o outro, o coletivo. A participação não deve ser uma obrigação moral ou uma renúncia de si mesmo, ela deve ser a busca pelo desejo de ser livre e feliz. A ética da participação deve incluir a ideia de potência de ação, que trata da passagem da passividade à atividade, e da heteronomia à autonomia. A potência de ação pode ser definida como: “É quando me torno causa de meus afetos e senhor de minha percepção. A potência de padecer, ao contrário, é viver ao acaso dos encontros, juguete dos acontecimentos, pondo nos outros o sentido de minha potência de ação” (Sawaia, 2001, p. 125). Eleger a potência de ação como alvo da participação ético-política equivale a buscar o sujeito que luta contra a escravidão e que é defensor dos direitos sociais. Ela pressupõe o desbloqueio de forças anteriormente reprimidas e inutilizadas das paixões e desejos, incrementando a interioridade, visando ao crescimento da alegria.

Os homens realizam-se com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes para todos, e a vontade comum a todos é mais poderosa do que o *conatus* individual, e o coletivo é produto do consentimento e não do pacto ou do contrato. “Bons encontros só são possíveis com justiça e sem miséria, quando não há dominação instituída e excesso desproporcional do poder” (Sawaia, 2001, pp. 126 - 127).

Dessa maneira, o eixo de análise da participação popular deve incorporar a dimensão da subjetividade e dos afetos como dimensão funda-

mental, lembrando que isto importa em: (a) incentivar a participação popular para lutar contra a potência do padecer em todas as esferas da vida humana; (b) contemplar a afetividade no planejamento das políticas de participação, considerando o sofrimento ético-político da subjetividade que vive o processo dialético exclusão/inclusão social perverso; (c) evitar o empobrecimento do campo perceptível e das necessidades; (d) planejar ações de diferentes temporalidades, superando o paradigma da redenção, que exige a renúncia e o sofrimento do presente, em prol da felicidade futura; (e) manter acesa a comunicação permanente entre os membros da comunidade.

Reflexões e propostas: a inclusão dos catadores

Verificou-se, na discussão apontada acima, que o MNCR, na sua posição de representante dos catadores do Brasil, luta pelo reconhecimento do trabalho de catador em defesa do meio ambiente e das gerações futuras, através da sua participação ativa na execução da triagem e beneficiamento final dos materiais recicláveis. Uma outra bandeira defendida pelo movimento consiste nos direitos dos catadores enquanto cidadãos, além da realização de uma gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados na execução da coleta seletiva, triagem e beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva e firmando contratos com o poder público e com as empresas privadas, de tal forma que assegurem o repasse financeiro pelo serviço prestado.

O movimento dialoga com toda a sociedade a necessidade de efetuar controle social e age neste sentido, de modo que realizam marchas, eventos e congressos regionais, nacionais e internacionais, cartas públicas ao governo, entre outras ações. Neste trabalho, o conceito de controle social, definido na Lei 12.305 (2010), o qual consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

Uma grande conquista do movimento a ser celebrada consiste no reconhecimento da categoria no CBO, embora os catadores ainda sejam excluídos do processo de produção, sobrevivendo dos rejeitos das

atividades industriais e comerciais. Também como conquista resultante do controle social realizado pelo MNCR e tida como um grande avanço para as políticas públicas, cita-se a publicação da Lei Federal n. 12.305, em 03 de agosto de 2010, que institui a PNRS estabelecendo princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e aos instrumentos econômicos aplicáveis. De forma explícita, a Lei é aplicável aos responsáveis diretos e indiretos pela geração de resíduos sólidos, como também ao poder público. Por outro lado, a Lei incentiva a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Este incentivo torna-se propício para a implementação e o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária, o que pode tornar efetiva a participação do indivíduo na aplicação da lei. A denominação da preferência às cooperativas nesta lei é um avanço para as políticas em ES, já que é escasso o apoio do Estado nas ações da mesma.

Neste sentido, Schiochet (2009) aponta a necessidade da ES tornar-se uma política pública de Estado, e não de Governo como acontece até o momento, e que ocorra assim a sua inserção no campo dos direitos e das obrigações públicas. Tramita no Poder Legislativo federal uma proposta de lei tratando sobre este tema, a qual possibilitaria incorporar a ES na agenda do Estado, transformar as demandas e necessidades da ES em direitos dos trabalhadores e ainda garantir ações permanentes e para além dos processos eleitorais como ocorre atualmente.

Se, por um lado, concretamente a Lei Federal n. 12.305 (2010) aponta que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, entre outras iniciativas, a implantação de infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para os grupos formados por tais catadores, por outro, cabe ao catador exigir dos órgãos competentes que se cumpram os incentivos e as preferências fixadas na referida lei, ou seja, exigir que se cumpra o que está no papel através do controle social.

Conforme estudado por Sawaia (2009), a participação é uma necessidade do sujeito e, por isso, não pode significar a renúncia deste de seus desejos individuais e, ao mesmo tempo, deve incluir o outro,

o coletivo. A autora sugere que o processo de exclusão social vai muito além da dimensão material, econômica, pois abrange a dimensão ética e subjetiva (ético-psicossocial), considerando que na gênese deste sofrimento está o sentimento de desvalor, de deslegitimidade social e o desejo de ser “considerado gente”. Neste sentido, para superar a exclusão, defende-se que a potência de ação é o direito que cada um tem, enquanto condição ontológica de se expandir, em busca da liberdade. Entende-se, assim, que é com o desenvolvimento da potencialização subjetiva dos catadores de materiais recicláveis, o qual incorpora os valores éticos na forma de sentimentos e desejos, que se torna possível repensar as novas maneiras de relações e a superação do sofrimento ético-político vivenciado por eles.

Nesta perspectiva, o papel da Psicologia com grupos, a partir da participação popular, deve incorporar a dimensão da subjetividade e dos afetos como dimensão fundamental, considerando que isto importa em: incentivar a participação popular para lutar contra a exclusão vivenciada; considerar a afetividade no planejamento das políticas de participação; evitar o campo da falta de percepção e das necessidades; planejar ações que contemplem a inclusão de todos na ação; manter a comunicação permanente entre os membros da comunidade. Dessa forma, recorre-se a Sawaia (2009) e Vigotski (2000), os quais defendem que não há participação sem subjetividade, nem subjetividade sem participação, e para mudar a qualidade da participação, é preciso modificar a ontologia da subjetividade humana.

Considerações finais

As dimensões de inclusão propostas por Sawaia (2009), em seus estudos no campo da Psicologia Social Crítica, e aplicadas ao presente estudo, implicam a participação popular do catador de material reciclável, na qual devem estar contemplados, obrigatoriamente, a subjetividade e os afetos dos catadores como dimensão fundamental. Esta participação também deve contemplar a percepção atenta e a capacidade de comunicação no grupo, considerando a sua organização em coletivo.

Entende-se, dessa maneira, que a inclusão dos catadores ocorre mediante sua participação enquanto indivíduos organizados através do

MNCR gerando consentimento mútuo e tornando-se mais fortes que a vontade individual, a fim de lutar contra sua exclusão, pelos seus direitos sociais (direito à cidade, trabalho, moradia, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer), e pelo seu reconhecimento como categoria profissional. A permanente participação social dos catadores, do mesmo modo como nas políticas públicas, resultou na PNRS, materializada por meio da Lei Federal n. 12.305 (2010), a qual representa um avanço no reconhecimento de seu trabalho, na responsabilização da população, das entidades privadas e públicas, e também no apoio e incentivo às associações/cooperativas de catadores. Constituiu-se, assim, uma possibilidade a sua organização institucional mediante a ES, desenvolvendo Empreendimentos de Economia Solidária e possibilitando um trabalho autogestionário, mais humanizado e solidário.

Contudo, é importante destacar que, embora os avanços alcançados, é preciso que o catador realize o controle social das políticas, e que siga participando de movimentos sociais, conselhos, entre outros, para requerer seus direitos sociais não alcançados ainda.

Referências

- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010. (2010). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº-9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Acesso em 11 de novembro, 2012, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm
- Ministério do Trabalho e do Emprego. (2010). *Classificação Brasileira de Ocupações*. Acesso em 10 de outubro, 2012, em <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>
- Oliveira, M. K. (1997). *Vigotski: aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico* (4ª ed.). São Paulo: Scipione.
- Prim, L. F. (2004). *Aspectos Psicossociais da Agricultura de Grupo na Agricultura Familiar do Oeste Catarinense: um estudo sobre a AGRIMA - Associação de Agricultores Monte Alegre*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP.
- Sawaia, B. B. (Org.). (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Schiochet, V. (2009, agosto). Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. *IPEA - Mercado de Trabalho*, 40, 55-59.
- Singer, P. & Souza, A. R. (Orgs.). (2000). *A economia solidária no Brasil: a auto-gestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Vigotski, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

O desenvolvimento da “questão natural” na obra de Serge Moscovici

Tania Barros Maciel

Priscilla Maia Rangel

Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac

Introdução

O objetivo do presente artigo é situar a proposição da “questão natural” de Serge Moscovici, como objeto de estudo das ciências humanas, e refletir sobre a contribuição do autor em tal empreendimento. Partimos de uma pesquisa bibliográfica da obra naturalista do autor, artigos escritos por pesquisadores sobre a trajetória de Moscovici, entrevistas publicadas em periódicos científicos e não científicos, dentre outras obras que foram consultadas para compor o cenário da época em que a proposição surgiu, assim como as repercussões que suscitou e ainda suscita.

É importante iniciarmos por apresentar Serge Moscovici, laureado com o prêmio da *Fondation Balzan*¹ por sua contribuição à Psicologia social e ecologia, ao lado de Eric Hobsbawm, para a área da história no ano de 2003. O pesquisador nasceu na Romênia, em 1925, em uma família judia, e emigrou para a França em 1948. Logo nos seus primeiros anos de vida, conforme narrado em sua autobiografia *Chronique des Années Égarées*², de 1997, conheceu a fome, o frio e a ira racial tendo, inclusive, trabalhado em um campo de trabalhos forçados em Bucareste antes de chegar à Paris do pós-guerra, com apenas um Franco no bolso.

Lage (2001), na apresentação da obra *Penser la vie, le social, la nature: Mélanges en l'honneur de Serge Moscovici*, relata que, talvez por ter enfrentado muitas adversidades na juventude, Moscovici tenha desenvol-

¹ Para saber mais, acessar <http://www.balzan.org/fr>

² Publicado em português com o título *Crônica dos anos errantes: narrativa autobiográfica* (Moscovici, 2005).

vido o inconformismo e a capacidade de defender sua própria visão de sociedade. Diz também que a obra de Moscovici não pode ser confinada numa única disciplina, visto que ele é “autoridade científica indiscutível” e que tem contribuído para o debate na história da ciência e da filosofia da sociedade contemporânea, bem como contribuiu para o desenvolvimento da Psicologia Social na Europa e abriu diálogos com outras disciplinas nas Ciências Sociais.

Moscovici protagonizou na França sua trajetória acadêmica, onde concluiu a graduação em Psicologia em 1949, e a partir de 1953 cursou a *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS), onde se doutorou em 1961. Iniciou sua atividade profissional em 1955, como pesquisador do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS), e, entre 1969 e 1978, foi professor da *École Polytechnique* (França) e, de 1972 a 1980, da Universidade de Paris. Fundou, em 1964, o Laboratório de Psicologia Social na EHESS e, 15 anos depois, também fundou o Laboratório Europeu de Psicologia Social da Maison des Sciences de L’Homme, em Paris (França). Moscovici é responsável por teorias importantes para a Psicologia e áreas afins, como a Ecologia política, as representações sociais, a da influência minoritária e a das decisões coletivas. Em seu currículo, há 13 livros de sua única autoria, 15 livros como organizador, 35 capítulos de livros e 41 artigos de revistas científicas. Além do Balzan, recebeu diversos prêmios³ em vários países, entre eles o de Doutor *Honoris Causa*.

Como ambientalista, Serge Moscovici viveu o engajamento, desde o fim dos anos 1960. Ele foi um dos primeiros a colocar as bases teóricas da importância da “questão natural” para nossa civilização, e os fundamentos de uma “ecologia política” que junta às questões essenciais decorrentes dessa relação entre cultura e natureza. Uma natureza que não tem nada de um meio dado de uma vez por todas, mas construída e moldada pelo homem. Próximo de René Dumont, no início dos anos 70, membro dos “Amis de la Terre”⁴, ele participou na campanha de 1974 na França, e se tornou um porta-voz ambientalista oficioso, antes de participar na fun-

³ O currículo e a bibliografia detalhada podem ser consultados em <http://www.serge-moscovici.fr>

⁴ Em português, Os Amigos da Terra, associação fundada em 1970, visando ampliar a ação em rede mundial do movimento *Friends of the Earth*, iniciado em 1969 por David Brewer nos Estados Unidos.

dação do partido “Les Verts”, em 1984. Ele se afastou do partido no início dos anos 1990, continuando partidário de um “movimento ambientalista”, que seria capaz de ser uma minoria ativa e levar nossas sociedades em direção a um “naturalismo ativo”, cujo objetivo seria um asselvajamento da vida social, frente às tecnociências incontroladas (Moscovici & Lecœur, 2006).

Assim, a “questão natural”, tal como é denominada por Moscovici, foi um dos campos merecedores de atenção ao longo de sua vida e produção desde o início. Ele dedicou quatro obras ao assunto, sendo o primeiro livro de 1968, *Essai sur l’histoire humaine de la nature*; o segundo, de 1972, *La Société Contre Nature* (Moscovici, 1975); o terceiro, de 1974, *Hommes Domestiques et Hommes Sauvages* (Moscovici, 1976); e o quarto, de 2002, *De la Nature: Pour Penser L’Écologie* (Moscovici, 2007). Sua atividade foi propulsora do movimento ecológico francês, tendo sido um dos primeiros a conceituar a Ecologia política na década de 1970, criando uma via por onde puderam fluir preocupações com os rumos do conhecimento científico e com as decisões sobre nosso modo de vida.

A seguir, analisaremos essas quatro obras, apresentadas em ordem cronológica de produção, procurando evidenciar nelas o surgimento e desenvolvimento da “questão natural” na obra do autor, que se destaca como um dos principais pensadores e trabalhadores, na França, no sentido filosófico, pela Ecologia, conforme afirma Pascal Dibie⁵ no prefácio (“Advertência”) no quarto livro de Moscovici (2007) dedicado à “questão natural”.

A história humana da natureza

Pascal Dibie (2006) relata que, em 1968, quando Moscovici escreveu sua primeira obra naturalista – *Essai sur l’histoire humaine de la nature* –, ela foi vista com curiosidade e também incompreensão, nos meios acadêmico e intelectual, principalmente pelo fato de Moscovici ter introduzido a natureza como objeto das ciências sociais.

Entretanto, o historiador Jean Jacob, que mapeou no livro *Histoire de l’écologie politique* (1999) as origens intelectuais das correntes ambientais que fazem parte do movimento político francês, apresenta Serge

⁵ Aluno de Moscovici, atualmente é professor de antropologia na Universidade de Paris VIII.

Moscovici como um sociólogo proponente de um “naturalismo subversivo”. Jacob descreve como “consistente” todo o seu trabalho naturalista e argumenta que Moscovici defende uma reabilitação das tradições naturais, de modo a tirá-las da humilhação em que a modernidade as jogou, pois sua obra faz forte contestação de uma modernidade que pretendeu liberar o homem dos ataques de uma natureza cruel e, para isso, terminou por submetê-lo a uma série de pesadas restrições.

Para Jacob, por muito tempo a ecologia política francesa foi dividida entre dois movimentos com diferentes sensibilidades, relativos a grupos que refletem dois mundos diferentes. De um lado, intelectuais questionando a modernidade e sua relação com a natureza. Do outro, um movimento de defensores associativos do meio ambiente natural, em vias de desaparecer. O primeiro movimento relativiza a cisão natureza/cultura, que considera negativamente, enquanto o segundo tende a perpetuar para defender uma natureza em sua relativa virgindade.

No final da década de 1960, Serge Moscovici (1968) propôs a “questão natural”, como alvo de atenção das ciências humanas, a partir do entendimento de que cada século é atravessado por uma questão fundamental que mobiliza suas forças vivas. Para ele, as principais preocupações do século XX estavam na necessidade de situar a humanidade entre as forças do universo material, de modo a aumentar a capacidade humana de se adaptar às mudanças de cenário, e no fato de as relações entre as sociedades estarem sendo cada vez mais impulsionadas pelo progresso científico.

Isso ocorria de tal modo que o progresso científico passou a estar entre os fatores decisivos na organização, não apenas das relações sociais, mas também dos conteúdos mentais da sociedade – fato sem equivalente no passado. A revolução científica sem precedente, que ocorria na segunda metade do século XX, trouxe mudanças profundas nas condições de vida humana, e equiparou em magnitude as forças e os processos que o homem consegue dominar à intensidade da própria natureza, submetendo a totalidade do meio ambiente à influência humana.

Em entrevista a Stéphane Lavignotte, ocorrida em 2000, Moscovici afirma que se interessou muito cedo pela relação do homem com a natureza, provavelmente em virtude das consequências devastadoras da II Guerra Mundial, e depois de ter lido a obra do filósofo Baruch Spinoza. Ele destaca a concretude do potencial de destruição da bomba atômica

representou, tanto para a questão do conhecimento quanto para questão da natureza (Moscovici, 2000).

Moscovici alerta sobre a mediação do mundo através do saber científico, que passou a nortear o nosso entendimento de mundo, a despeito dos dados obtidos pelos nossos próprios sentidos. Para Moscovici (1961/1978), esse estado de coisas decorre de um imperativo prático e é irreversível, porque as pessoas deixam de esperar ter domínio sobre o que as afetam, cedendo tal tarefa àqueles que podem fazê-lo melhor – os especialistas.

A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida em sua tese de doutoramento concluída em 1961, explica como uma forma modificada do saber científico apodera-se da consciência coletiva. Trata-se de um fenômeno próprio das sociedades modernas. O abandono do senso comum, decorrente da linguagem e da sabedoria acumuladas por comunidades regionais ou profissionais, visto como fonte primordial e idônea de prever o comportamento e os acontecimentos, conferindo-lhes sentido, é lentamente abandonado e substituído pelo saber científico. Ao longo das décadas ocorre a inversão do senso comum com as ciências. Elas é que passam a inventar e propor muitos dos objetos, conceitos e analogias a que recorreremos para lidar com os desafios cotidianos.

Assim, Moscovici (1968) postula que a questão natural não se restringe ao universo material, sendo ele apenas uma de suas manifestações específicas. O significado da natureza precisa ser moldado por nós. Ele não existe pronto, aguardando ser decifrado. Por isso, o autor considera que a Ecologia Social tem aqui uma importante oportunidade de desenvolvimento. Moscovici sugere que situemos “o governo da natureza no coração das relações entre os homens e das relações desses com o mundo exterior, para definir o sentido e fazer disso uma necessidade”⁶ (Moscovici, 1968, p. 18).

O entendimento da natureza como um universo material externo à sociedade, e que deveria ser dominado pelo homem, se deve em parte à contribuição da obra de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Entretanto,

⁶ Tradução das autoras para o trecho “situer le gouvernement de la nature au cœur des relations entre les hommes et des rapports de ceux-ci avec le monde extérieur, pour en fixer le sens et en faire une necessite ».

Moscovici nos lembra que a natureza outrora havia sido o lugar privilegiado de onde se originavam as soluções para os problemas que afligiam os homens, mas, que agora, a natureza deixou também de justificar o presente e inspirar o futuro. Segundo Moscovici, a partir da obra de Rousseau, toda a necessidade se concentrou na sociedade, e toda contingência se refugiou na natureza. A sociedade passou a aparecer como inteiramente reservada ao reino do sujeito, e a natureza exclusivamente concedida à dominação do objeto (Moscovici, 1968).

Rousseau se opôs ao pensamento segundo o qual a ordem social era uma fase ou grau da ordem natural. Para ele, o ser social se opunha ao ser natural, e a sociedade humana era a sua própria obra (Vidal-Naquet, 2001). Assim, em obra, publicada em 1762, Rousseau propõe a necessidade do contrato social se sobrepondo a ideias de retorno à natureza e ao estado natural do homem. “A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Tal direito, no entanto, não vem da natureza: funda-se, portanto, em convenções. Trata-se, pois, de saber que convenções são essas” (Rousseau, 1999, pp. 54-55).

Moscovici analisa que a cisão com a natureza permitiu à sociedade humana acreditar que era ela mesma obra do homem, o que o fortaleceu: “O pensamento humano se sentiu dotado de uma energia desconhecida que o transportava para além dos limites dentro dos quais havia sido confinado”⁷ (Moscovici, 1968, p. 20). E, em decorrência, o social passou a ser entendido como gerador do próprio social, e a história passou a representar a anti-natureza. A natureza, por sua vez, passou a ser entendida como super objeto a-histórico, separado da humanidade. Os humanos afirmaram sua particularidade e se projetaram fora do mundo natural, que passou a ser visto como “massa opaca e heterogênea, sem comunicação imediata com os nossos desejos, sem uma linguagem comum com o nosso espírito, a natureza assim concebida é o círculo do qual estamos constantemente tentando escapar e de onde nós somos constantemente expulsos”⁸ (Moscovici, 1968, p. 22).

⁷ Tradução das autoras para o trecho “La pensée humaine se sentit dotée d’une énergie incon nue qui la portait au delà des limites dans lesquelles on l’avait enfermée ».

⁸ Tradução das autoras para o trecho “Masse hétérogène et opaque, sans communication im médiate avec nos désirs, sans langage commun avec notre esprit, la nature ainsi conçue est le cercle dont nous tentons constamment de nous évader et dont nous sommes constamment expulsés ».

Sendo assim, Moscovici propõe uma forma de continuidade entre natureza e cultura, que leva a uma proposta de desconstrução da modernidade mediante questionamentos filosóficos que convidam o homem a rever seus determinismos (Jacob, 1999).

Moscovici (1968) aponta que não é possível estabelecer divisão rigorosa entre a natureza do homem e a natureza das coisas. Os entendimentos que temos do mundo são construídos em função do conhecimento de que dispomos em determinada época, dos modos de ação característicos em determinado grupo social e da imagem de mundo então constituída. A partir disso, entende que a essência do homem é criar a si mesmo, para combinar com os outros seres e criar seu estado natural. As intervenções humanas evidenciam a renovação da natureza, que é simultaneamente dado e obra. Os homens são agentes de transformação em ordens sucessivas e constituem uma realidade objetiva.

Assim, o estado de natureza proposto por Moscovici (1968) engloba, em seus elementos, tanto as capacidades bio-psíquicas da espécie, como também os fatores sociais. “O que é natural – no sentido estabelecido neste presente ensaio – reverte uma expressão social, subentende-se obrigatoriamente aos princípios econômicos, éticos, políticos, etc.”⁹ (Moscovici, 1968, p. 554).

Moscovici (1968) alerta que os modelos da natureza hegemônicos na sociedade ocidental são baseados em metáforas antropocêntricas: “a terra é povoada por humanóides”; “o ordenador do cosmos grego é um arte-são”; “no universo de Newton os corpos se movem como uma bala de canhão ou um relógio”; “Deus realiza a sua missão como o faria um fabricante de instrumentos matemáticos”. E observa que diferentes modelos de natureza traduzem manifestações de uma evolução, uma história. De maneira que nossas próprias fronteiras se expandem sempre que a natureza, decididamente humana, atinge uma nova fase, expressa uma nova constituição.

Para o autor, pensar que o homem é criador e sujeito da natureza nos leva a reconhecer que existe uma história humana da natureza, independente da história social; e assim conclui que a história humana da natureza é o local de nossas ações e é a verdadeira “questão natural”.

⁹ Tradução das autoras para o trecho “Ce qui est naturel — au sens établi dans le présent essai — prend une expression sociale, en se soumettant obligatoirement aux principes économiques, éthiques, politiques, etc. ».

Dibie (2007) explica que Moscovici dirimiu o dilema sociedade ou natureza e a oposição sociedade/cultura.

Ele nos fez tomar consciência de que a natureza nos fabrica tanto quanto nós a fabricamos; de que era necessário que nós retornássemos à concepção porosa do mundo, ‘um sistema aberto’ no qual se poderia considerar a natureza como natureza histórica, que contivesse o homem, o homem como um dos fatores determinantes; de que a nossa natureza é certamente histórica e de que em cada período da história nós nos constituímos em um estado da natureza. (p. 10)

A evolução da humanidade teria ocorrido de certo tipo de relação bio-natural para outro, de uma situação dominada pela seleção natural para outra. São esboçadas novas relações com o mundo material, por parte de cada conjunto social, de modo que se interferem e se condicionam reciprocamente. Mas teria ocorrido uma confusão entre a realidade e uma de suas figuras, de forma que o desaparecimento de um modo natural de existência da nossa espécie foi considerado como o desaparecimento de toda a existência natural. Teria sido assim o surgimento da necessidade de justificar o aparecimento da vida social, que teria origem diversa da ordem natural.

Considerando a história humana, é possível reconhecer que a sociedade é continuamente oriunda da natureza. Moscovici afirma que “nenhuma parte da humanidade, em momento algum, está mais perto ou mais afastada de um estado de natureza, nem no passado primitivo nem no futuro evoluído”¹⁰ (Moscovici, 1968, p. 556). A relação da sociedade com a natureza articula a ordem social e a ordem natural em cada período de movimento histórico, de tal modo que é possível afirmar que a sociedade e a natureza se sobrepõem.

Sobre a questão do “governo da natureza”, Moscovici propõe a criação de uma nova ciência, que teria como objeto a nossa ordem natural e os processos pelos quais ela se estabelece. A “tecnologia política” foi por ele definida como um saber que permite aos homens tanto dirigir o seu destino coletivo, concebendo com antecedência a sua evolução, para provocar as suas fases sucessivas.

¹⁰ Tradução das autoras para o trecho “Aucune partie de l’humanité, à aucun moment, n’est plus proche ni plus éloignée d’un état de nature, ni dans le passé primitif, ni dans l’avenir évolué”.

Ela poderia se relacionar com a evolução simultânea das forças materiais e da espécie humana considerada nas suas relações com essas forças. Ela abraça também os aspectos interiores, qualitativos, tais como eles se manifestam na vida cotidiana e os agrupamentos de disciplinas organizadas, juntamente com os aspectos exteriores, quantitativos, do comércio contínuo do homem com o universo¹¹. (Moscovici, 1968, p. 668)

As repercussões dessa obra são numerosas, pois não apenas ela trouxe o tema “natureza” para ser objeto de estudo nas ciências humanas, como inaugurou a possibilidade de participar de movimentos sociais que constituíram o que hoje conhecemos como movimento ambiental.

Sociedade contra natureza?

A obra seguinte, *La société contre nature*¹² (Moscovici, 1972), completa a obra anterior de Moscovici, na medida em que explora a história do homem, desde antes do surgimento do artesanato, e conclui por problematizar o retorno do homem na natureza, distinguindo este do mítico “retorno à natureza”. Para isso, colocou e procurou resolver uma questão fundamental: a oposição “natureza-sociedade” em diversas culturas.

Para compreender o valor de tal oposição em cada cultura, Moscovici recorre à etnologia, buscando uma apreciação analítica e comparativa. Através de pesquisa minuciosa remontando às origens da humanidade, buscando encontrar o ponto de fratura entre a natureza e a sociedade, Moscovici conclui que, por mais longe que voltemos na história humana e mesmo na sociedade dos primatas, estamos na presença de sociedades organizadas. Ele mantém o argumento que sustenta ao longo de toda a obra, de que a sociedade não é contra a natureza, mas está dentro da natureza (Vidal-Naquet, 2001).

Assim, identificou que, na Grécia clássica, encontravam-se ao lado da natureza ou da selvageria - o bárbaro, a mulher, a criança, o escravo;

¹¹ Tradução das autoras para o trecho “Elle aurait trait à l'évolution simultanée des forces matérielles et de l'espèce humaine envisagée dans ses relations avec ces forces. Elle embrasse ainsi les aspects intérieurs, qualitatifs, tels qu'ils se manifestent dans la vie quotidienne et les groupements de disciplines organisées, à côté des aspects extérieurs, quantitatifs, du commerce continu de l'homme avec l'univers ».

¹² Publicada no Brasil em 1975 com o título Sociedade contra natureza.

e do lado da “cultura” o grego, os homens adultos e o cidadão. Já o índio da América era, para Montaigne (1533-1592), um homem natural, e o negro da África era, para muitos estudiosos do século XVIII, um animal mais próximo do macaco do que do homem. Entretanto, na compreensão atual fazem parte da espécie humana, ou seja, são considerados “homens” – mulheres, negros, tribos indígenas ou africanas. Moscovici reúne indícios que mostram quão frágeis são as bases artificiais da cisão sociedade e natureza. Para ele, as ciências se recusaram a transgredir certos princípios filosóficos (Jacob, 1999).

Com a publicação de *La Société contre nature* são lançadas as bases para uma filosofia política ambiental. Em sua argumentação, a sociedade se afirmou gradualmente a partir da oposição com a natureza. Desde Hobbes (1588 - 1679), o entendimento concebido é de que o homem construiu a sociedade para escapar das leis cruéis da natureza. A sociedade, obra do homem, oferece paz e segurança. Assim, na formulação de uma visão antropocêntrica, o estado de natureza passa a ser visto como estado de guerra. A natureza é atrelada à desvalorização, e as manifestações da natureza são depreciadas. O homem é entendido como um ser que merece mais do que o que a natureza pode oferecer. Assim, com a promessa de dias melhores, teria ocorrido uma passagem irreversível do animal para o homem e da natureza para a sociedade, resultando em restrições pesadas. Já que a sociedade “luta” contra a natureza, foi necessário lutar contra ela em todos os lugares, de modo a expurgá-la. A natureza era inclusive vista como um oponente temível que habitava cada homem. Por isso, era necessário romper com tudo o que lhe dizia respeito: o animal, o espontâneo e o instinto, bem como enaltecer seu oposto: o ordenado, o codificado. Moscovici identifica então, em um extremo, o homem selvagem, natural, e o homem doméstico, civilizado, em outro. Para ele, o homem passa a ser domesticado através do controle de tudo o que é natural, dentro e em volta dele. Assim, esse homem doméstico, pseudo-universal, é instalado ao topo da civilização e posto como modelo a ser seguido; e o estado de natureza passa a ser visto como parte de um passado já superado pelo homem e a sociedade passa a ser vista como o seu presente e o seu futuro. O retorno à natureza passa a ser visto como retrocesso histórico (Jacob, 1999).

Moscovici destacou nessa obra a relação de exclusão e negação encontrada na base da ciência, que moldava e organizava as nossas condutas

políticas, econômicas e ideológicas. Ele se opôs à ideia de linearidade da história e suas sociedades, além de defender o divergente, o inventivo e o novo. Congregou-nos a um desaprender geral de nossa leitura de mundo, chamou-nos a conhecer as ciências novas e ao que pudesse trazer uma nova luz sobre as nossas origens. Mostrou que a natureza era rejeitada pela antropologia, em favor do polo oposto, a cultura.

Anteriormente, quando se pretendia situar o lugar de nascimento da sociedade na natureza, o ponto de partida era o devir social do humano. Moscovici, ao contrário, propõe como objeto “o devir humano do social” (Moscovici, 1975, p. 27). Ele argumenta que a sociedade existe em toda a parte, não surgiu com o homem e não irá desaparecer com ele. Em oposição às teorias que defendem a descontinuidade entre natureza e sociedade, Moscovici propõe uma natureza que decorre das mudanças nela introduzida pelos homens; propõe a passagem de uma natureza que nos fez a uma natureza que engendramos. Em suas palavras, “a sociedade não é algo fora da natureza e contra a natureza, mas na natureza e pela natureza” (Moscovici, 1975, p. 28).

Serge Moscovici implanta uma visão histórica do homem cujo destino se inscreve nas relações com a natureza e evolui através das diferentes formas de organização social. Tanto o livro *Essai sur l’histoire humaine de la nature* quanto o livro de *La société contre nature* inspiraram o movimento ambientalista emergente, bem como propuseram um conceito da ciência que só agora está começando a ser compreendido por um número mais amplo de pessoas.

Homens domésticos, homens selvagens...

Moscovici em *Hommes Domestiques et Hommes Sauvages*¹³ (Moscovici, 1974) avança no delineamento da “questão natural” ao argumentar que a ruptura do homem com a natureza consagra o mundo como exclusivamente humano na sociedade, na cultura, no seio do qual o conhecimento, a comunicação e no trabalho. E advoga por uma abordagem heterodoxa que propõe o “asselvajamento” tanto do homem como do social, num naturalismo que é ao mesmo tempo força de subversão e de descoberta.

¹³ Publicado em Portugal com o título *Homens Domésticos, Homens Selvagens*, pela Livraria Tempo Aberto em 1976.

Essa obra de Serge Moscovici repercute como uma crítica ao materialismo e ao economicismo marxista, no qual a dimensão selvagem do homem, é ligada a tudo o que remonta aos afetos, às pulsões e ao desejo, à emoção e à sensibilidade. O autor recusa o dualismo subjacente e todas as formas de dualismo que opõem o homem doméstico ao selvagem.

Moscovici (1976) inicia sua argumentação analisando a ruptura entre natureza e cultura e aponta que isso se deu por meio de violência e da coação, onde separar os homens de todas as outras criaturas foi lançá-los numa aventura sem volta. Nessa forma ortodoxa de pensar, a natureza subsiste, portanto, como ameaça de desordem e de opacidade. Assim, para debelar tal ameaça e assegurar uma base às nossas ciências, ocorre a ruptura com “a antiga aliança animista do homem com a natureza”. Essa ruptura seria a condição de um “conhecimento objetivo”, a “condição” e “o ideal” da ordem, da sociedade e da ciência.

Entretanto, argumenta o autor, existem imensas divergências entre os grupos humanos quanto ao mundo a construir, ao saber partilhar, às relações coletivas a instruir, etc. “O dilema ‘e’, ‘ou’ são os polos de um antagonismo cujos caminhos e soluções correm o coração das nossas sociedades com a tenacidade de um mal incurável” (Moscovici, 1976, p. 21).

Dessa forma, Moscovici organiza essa obra subdividindo-a em três partes: a primeira trata do naturalismo, que é tido como força de subversão e de descoberta, nas palavras de Moscovici (1976, p. 9): “É a principal corrente antagônica a partir da qual se erguem as grandes muralhas das nossas filosofias, religiões ou ciências”.

A segunda parte do livro trata do papel de base do naturalismo no desenvolvimento da teoria marxista, os vínculos orgânicos do naturalismo e do socialismo. A polêmica comum aos dois refere-se aos meios pelos quais os homens são domesticados: desigualdades e coações dissimuladas nas relações sociais; divisão de trabalhos físicos e intelectuais; o pendor de uma vida individual e a proliferação das interdições que isolam e opõem; a ruptura da ligação com a natureza, com a exuberância do mundo sensível e aos excessos do corpo, mortificados e recalçados para a zona do passado, do perigoso, do inferior. Para Moscovici, os teorizadores da razão têm como objetivo eliminar o naturalismo. Ele é relegado ao ostracismo, apresentado como o contraste, como um mundo

às avessas, porque o seu entusiasmo, sua inquietação e suas iniciativas perturbam a máquina geral do jogo social. Associado à derrota ou à degradação, eliminado da memória, da vida prática dos movimentos sociais, priva-os dos seus elementos mais enraizados. O naturalismo é uma força efetiva que tem sido negada nessa fase das ciências, das técnicas e dos progressos.

A terceira parte do livro trata da reunião de elementos para uma antropologia naturalista. Onde havia o hábito de ver uma ruptura de evolução, Moscovici propõe uma evolução de rupturas. Onde anteriormente o pensamento hegemônico colocava um “ou”, propõe colocar um “e”; onde se erguiam barreiras, o autor propôs levantar pontes entre o primitivo e o civilizado - seja entre o normal e o anormal; entre a sociedade e a natureza; entre o homem e o animal. Admitir a diversidade de possibilidades leva à busca de um novo estilo de compreender e de viver, um estilo considerado por Moscovici (1976) como mais justo, e a natureza sendo considerada como mais humana. Dessa maneira, Moscovici propõe que a antropologia tenha como tema não apenas a cultura, mas também a natureza; propõe que as separações rígidas entre as ciências biológicas e as ciências sociais passem a ser permeáveis, no sentido de abertura e hibridização das ciências.

Em sua crítica, Moscovici advoga:

Uma nova ciência, mais apta para apreender uma rede de fenômenos ao mesmo tempo social e biológico, trabalhando em condições que exigem maior aproximação, maior lucidez sobre a interferência daquele que conhece com o que ele conhece, que realizará a composição das ciências atualmente de comunicação e permitirá apagar o conceito em questão. (Moscovici, 1976, p. 14)

Para ele, a relação sociedade e natureza pode ser compreendida por meio de duas grandes correntes: a ortodoxa e a heterodoxa, sendo a corrente ortodoxa visível, estruturada, dominante, segura da sua influência sobre as instituições ideológicas, religiosas, científicas. Moscovici avalia que nessa corrente a hominização equivale à domesticação e corresponderia a um movimento inicial da humanidade, uma ruptura irreversível na qual o homem se separa da desordem, do variável, do promíscuo e instaura a ordem, o invariável e o codificado.

Assim, para a corrente ortodoxa, a educação e as instituições são os meios de desenvolver a capacidade de recusar os impulsos biológicos e finalizar o que seria realmente a essência humana e a missão da humanidade: aperfeiçoar o homem.

Ele afirma que as ciências humanas teriam sido criadas para resolver o dilema de qual dos dois – selvagem ou doméstico – é o humano. Assim, poderíamos compreender o homem a partir da herança comum a todos e a partir da essência a realizar. A herança comum a todos se refere ao homem selvagem ou natural, sem família, sem ciência, sem religião, sem lógica – com pensamento selvagem – possuidor de conhecimento mítico, mágico, cumpridor das práticas sociais e técnicas limitadas. Enquanto a essência a se realizar através da educação e das instituições pode levar o homem à plena posse dos seus poderes intelectuais, sociais, técnicos, científicos – o homem doméstico – forma um modelo superior da razão, da cultura e do requinte.

Uma definição análoga está presente na distinção entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas, entre os diversos sistemas sociais existentes. É também a base que define as relações do homem com o homem – uma relação de dominação. O homem selvagem é considerado criatura negativa, ignóbil, selvagem, bruta, subdesenvolvida, abandonada, enquanto o homem doméstico é considerado criatura positiva, civilizada, desenvolvida, autônoma. No entender de Moscovici, “cada época cria esses homens selvagens (bárbaros) declarados e os seus homens domésticos afirmando-se como tais” (Moscovici, 1976, p. 25).

O princípio da diversidade e da gradação que as relações subentendem é, portanto, o princípio da domesticação. Entre os humanos, destaca-se um grupo que, devido a certas qualidades, encontra-se afastado do passado bruto, orgânico. Isso coloca-o na posição de saber, atuar, ajudar, e obrigar grupos a atuarem frente às carências dos outros que precisam, de tal modo que o grupo carente, ao final de um processo, torne-se como o grupo superior. Para o homem doméstico, o mundo humano é estruturado na divisão e na hierarquia, fechado em proibições, regulado pela carência.

Moscovici identifica ainda que domesticação envolve duplo controle: interior e exterior. O controle interior refere-se ao orgulho pela re-

núncia do selvagem que nos habita e por sua domesticação. O controle exterior alude ao fato de o homem tornar-se senhor e possuidor da natureza, de direito divino, legitimado pela religião judaico-cristã e pela ciência racional. Nesse sentido, o homem doméstico, urbano, animal racional afastado da natureza e sobrecarregado por tarefas mecânicas e hábitos artificiais, perdeu o contato com o real e com ele próprio.

Para o autor, a corrente heterodoxa sempre foi definida em oposição, e, por isso, não possui continuidade, coerência ou capacidade conveniente. Essa corrente retrata “fugitivos quebrando a marcha regular da sociedade e do progresso, o avanço da modernidade” (Moscovici, 1976, p. 31).

Tal contracorrente se apoia na força do “asselvajamento”, que se refere a permanecer perto da natureza ou aproximar-se dela em busca de um homem diferente. Refere-se a “salvar o homem”, redescobrir o homem no homem, não mais “aperfeiçoá-lo”, já que a humanidade enuncia-se no plural, portanto, cada uma chama de barbárie o que não é de seu uso, aquilo que se afasta de sua ordem comum.

Na argumentação de Moscovici,

A relação que é necessário reconstruir é uma relação de proximidade e de associação. Não é a união de um sujeito positivo e de um sujeito negativo, nem de um sujeito e de um objeto; cada um deseja e pode ser sujeito, interlocutor e exemplo para o outro. Onde a procura apaixonante de contatos com as sociedades da América, da Ásia ou da África, os empréstimos que lhes fazem, a curiosidade que lhes testemunham, o desejo de partilhar sua vida. Nostalgia de outrora, de outro lugar, na verdade: todavia, comunicação, troca e mistura no presente e nos atos. Apagar os contrastes, levantar a hipoteca do antagonismo do doméstico e do selvagem, procurar os reencontros entre as facções variadas da espécie, as grandes viagens preparam isso. As únicas viagens que contam: através da diversidade aceite das sociedades, das obras, do meio, indo em direção aos homens reconhecidos iguais em dignidade, particulares na sua diferença. Acima de tudo, respeitando-se enquanto ser vivo entre outros seres vivos. (Moscovici, 1976, p. 34)

Moscovici (1976, p. 33) observa ainda: “enquanto a razão e a cultura separam, o corpo e a natureza unem”. Há semelhança entre a reconciliação com os modos de vida, as sociedades, os povos considera-

dos mais próximos de uma existência simples, orgânica e a reconciliação com o próprio corpo, com o que é simples e orgânico na sua própria sociedade.

Esse autor sugere liberar de qualquer controle o corpo e a natureza tanto interna quanto externa, e defendê-la das destruições operadas pela técnica, pela violência do conhecimento metódico, das expectativas de uma civilização embriagada pelos seus sonhos de possessão. E questiona: quem, senão os que instauraram a dualidade e decidiram seu sentido, provou a razão de ser das subordinações do não reflexivo ao reflexivo, do apercebido ao concebido, do ideal ao real, do inconsciente ao consciente, do presente ao futuro, do simples ao complexo, do evidente ao oculto, do corpo ao espírito?

O asselvajamento se rebela contra o conhecimento domesticado e seus preceitos. Ele propõe que cada um possui um saber aprofundado daquilo que lhe é indispensável ou daquilo que lhe agrada, e que ninguém é senhor do conhecimento, delegado a pensar pelos outros. Assim, ele advoga pela alternativa de que cada um pode pensar “por si” e “com” os outros.

Dessa forma, a corrente heterodoxa procura esquecer a ruptura e fortalecer a aliança com a natureza, objetivando retomar o diálogo julgado impossível. Ela “asselvaja” e pede aos homens que o façam: “o asselvajamento serve para destruir o curso ordinário das coisas, para se familiarizar com os termos de uma alternativa considerada como impossível, o que é a estratégia própria de toda criação, seja qual for o domínio” (Moscovici, 1976, p. 47).

Natureza: para pensar a ecologia

Em 2002, Moscovici publicou na França o livro *De La Nature: pour pensée l'Écologie*¹⁴, que constitui um manifesto à Ecologia. Trata-se de um livro composto de artigos e entrevistas, no qual o autor faz um balanço de sua contribuição ao movimento ecológico mundial e qualifica como “fantástica” sua experiência como um dos fundadores do movi-

¹⁴ Livro publicado no Brasil, com o título de *Natureza – Para Pensar a Ecologia*, pela editora Mauad X, Rio de Janeiro, em 2007, traduzido por Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu.

mento ecológico, cujas ideias e sensibilidade se disseminaram para praticamente todas as pessoas.

Por ser uma obra ao mesmo tempo de síntese e de retrospectiva, nela Moscovici (2007) retoma a proposição de ações que questionem a convicção de que a sociedade e a natureza se opõem, retornando ao princípio segundo o qual os homens são atores biológicos e sociais da natureza, e que a natureza é parte de nossa história, assim como somos parte dela. Retoma também o entendimento de “natureza histórica” e sua relação com a sociedade é, até certo ponto, orgânica. Ele retraza a argumentação de como as sociedades modernas formaram-se contra a natureza, no sentido do uso da violência para dominá-la, combatê-la ou forçá-la. Moscovici avalia a trajetória do movimento ecológico e propõe que toda verdadeira política ecológica deveria ser feita visando uma sociedade pela natureza, que redefinisse as necessidades e as produções de determinada sociedade, em função de seus três tipos de recursos: os que consumimos e jamais serão esgotados; os que consumimos mais rapidamente do que estes podem se reproduzir; e os que supõem alguma regeneração, reciclagem.

Assim, para Moscovici, o sentido da ecologia política deveria ser enfrentar os problemas que decidem a existência, colocá-los no cerne de nossa sensibilidade, de nossas preocupações e de nossas consciências. E isso é diferente da preocupação no desenvolvimento de tecnologias verdes. Trata-se, por outro lado, de abordar profundas preocupações a respeito do Homem e da espécie.

Moscovici preconiza que a valorização do desenvolvimento, como forma de expressão do modo de vida atual, tem estado atrelada à destruição do passado – a um desenraizamento sistemático – para a construção do futuro. O autor alerta que as coisas que duram deveriam nos interessar mais do que aquelas de pouca duração; isso incluiria tanto os objetos como as tecnologias e práticas do viver, que ele chamou de *savoir-faire* e *savoir-vivre*. É por isso que Moscovici afirma que a “questão natural” é fundamental, já que produzir um avanço técnico que destrói a vida, como a bomba atômica, é algo muito grave.

Nessa obra, Moscovici reafirma seu pensamento naturalista e propõe o “reencantamento do mundo”, subvertendo a metáfora de Max Weber (1864-1920) do “desencantamento do mundo” aplicada em sua obra clássica da sociologia da religião *A Ética Protestante e o Espírito do Capita-*

*lismo*¹⁵ (2004), publicada pela primeira vez em 1904. Sem citar Weber diretamente, Moscovici aponta que, com o “desencantamento do mundo”, a natureza desapareceu do pensamento moderno, propulsor da racionalidade instrumental da modernidade e da ciência moderna. Esse processo se deu mediante a eliminação do animismo, da racionalização sistemática dos fatos e da aniquilação do antropomorfismo, que, para Moscovici, fez do homem um usuário e sobrevivente do mundo.

Pois, para ele, a partir do momento em que se desencanta o antropomorfismo, o homem deixa de estar em seu lugar na natureza do mundo. Torna-se um usuário do mundo, passa a ter que se adaptar a um mundo visto como distante e estranho. E, para evitar a morte, torna-se um sobrevivente.

Entretanto, Moscovici alerta que, com o avanço da racionalidade instrumental, não apenas a natureza desapareceu, mas também as paixões, as crenças e as tradições, assim, o mundo tornou-se racional, niilista, desencantado. Assim, a racionalidade científica foi se consolidando como única via de acesso à verdade, desqualificando todos os demais saberes. Nesse processo, o homem deixou de se conceber como parte integrante da natureza, passou a estranhá-la e a buscar sobreviver a ela, coisificando-a e explorando-a de modo abusivo. Além disso, com o avanço de tal racionalidade, as máquinas e o mercado se sobrepujaram aos homens, produzindo uma “sociedade sem homens”.

Para Moscovici, a negação radical de todos os valores, tradições e instituições, fundados numa crença ou numa ideia-força, nos leva a uma sociedade sem qualidades, que forma um homem sem qualidades, num mundo em que nada mais existe a não ser a máquina e o mercado. Talvez seja esse o grande mal da civilização moderna: a produção de uma “sociedade sem homens”, a partir do desencantamento do mundo nos nossos tempos.

Moscovici (2007, p. 85) recorre ao filósofo Nietzsche (1844-1900) para argumentar que “a ciência nos ensinou que o universo é uma máquina e que não precisa de nós”. Desse modo, desencantar o mundo é desencantar os saberes do mundo. Tal desencantamento submete toda a razão em busca da verdade, de modo que a razão acaba por contrapor-se a todos os demais “erros” do entendimento humano.

¹⁵ Em alemão, “*Die Protestantische Ethik und der ‘Geist’ des Kapitalismus*”.

O autor aponta que, no final do século XX, a degradação dos recursos naturais torna evidente que a vida depende da natureza e forçosamente, depois de ter sido desprezada, a natureza reaparece no cenário de preocupações humanas. O autor argumenta que a maneira de viver é fruto da compreensão que temos das relações, e elas são fruto do pensamento e da cultura. Portanto, para enfrentar a crise ecológica, Moscovici propõe uma nova maneira de viver, que assegure maior liberdade na compreensão das relações que estabelecemos com a natureza e com a história, e por isso, propõe a solução da “questão da natureza” por meio do pensamento e da cultura.

Para tal, Moscovici distingue “sociedade concebida” de “sociedade vivida”, mostrando como a segunda constituiu, aos olhos da primeira, um obstáculo à racionalidade. A sociedade concebida é imposta pela racionalidade prudente e instrumental (rigor e eficiência). É indiferente sobre os fins e neutra acerca dos valores. Ergue-se sobre a possibilidade de eliminação dos sentimentos, dos entusiasmos individuais e dos carismas coletivos, buscando tornar tudo uma rotina segundo procedimentos comprovados. Por outro lado, a “sociedade vivida” encontra-se nas paixões da alma, que exacerbam a intensidade dos nossos sentimentos e de nossas crenças, fazendo com que os homens creiam e desejem, sofram e se alegrem. A paixão é indispensável a toda ação humana e à ação coletiva particularmente.

Para ele, o problema na atualidade é a discrepância entre a “sociedade concebida” (dirigida pela razão instrumental) e a “sociedade vivida” (dirigida pelas paixões). A sociedade moderna entendia que a sociedade vivida constituía um obstáculo à racionalidade, assim aceitou a perda das tradições e o desaparecimento dos estados de efervescência, fez o luto da sociedade vivida e instituiu em seu lugar a melancolia. É dessa discrepância que decorre o que Moscovici chamou de “a concepção apocalíptica do mundo”, onde não existem mais alternativas para o progresso; uma concepção que deixa a vida feia, as relações frias e constituindo um aspecto anti-humano da riqueza advinda desse progresso, pois é uma riqueza que empobrece.

Para Moscovici, os movimentos naturalistas se opõem frontalmente ao desencantamento da natureza, daí o autor propor a inversão da metáfora, o “reencantamento do mundo”, em seu lugar. Se no século XX lidou-

-se com desdém e indiferença para com os movimentos do homem em relação à natureza, considerando-os retrógrados e à margem da sociedade, hoje, isso já não é mais possível no século XXI.

Segundo Dibie (2006), o pensamento naturalista subversivo de Moscovici influenciou diversos intelectuais, a exemplo de Edgar Morin, Ilya Prigogine, Isabelle Stengers e Junger Habermas. Para esse autor, a obra de Moscovici pretendeu abrir as ciências humanas e desenvolver os pensantes, para que entendessem o homem em sua totalidade, incluindo a dimensão da natureza. O naturalismo é a face escondida da humanidade, que Moscovici buscou redescobrir e reabilitar, mesmo tendo que enfrentar a intensa força antagonica de uma cultura dominada pela razão.

Discussão

O objetivo do presente capítulo foi situar a proposição da “questão natural” de Serge Moscovici como objeto de estudo das ciências humanas e refletir sobre a contribuição do autor em tal empreendimento. Para tanto, as autoras percorreram a obra ecológica de Moscovici em conformidade com a sequência das publicações na França: *Essai sur l’histoire humaine de la nature*, *La Société Contre Nature*; *Hommes Domestiques et Hommes Sauvages* e *De La Nature: Pour Penser L’Écologie*.

Moscovici, assim como a sua geração, foi fortemente impactado pelas consequências devastadoras da Segunda Guerra Mundial e pela ameaça de destruição que a bomba atômica representava para o problema do conhecimento e da natureza. Em entrevista a Maciel em Paris em 2008¹⁶, Moscovici destaca que a bomba de Hiroshima teve consequências duradoras e eternas, sendo um marco divisório em todos os aspectos e, em especial, para as ciências humanas e sociais no século XX, dividindo o mundo em antes e depois desse acontecimento.

Por isso, procurou mostrar a relação de exclusão e negação encontrada na base da ciência, apontar que tal relação moldava e organizava as condutas políticas, econômicas e ideológicas da sociedade e como a sociedade estava acrítica a tudo isso. Moscovici aponta para o fato de te-

¹⁶ Partes desta entrevista foram disponibilizadas em vídeo. Ver D’Ávila Neto, Maciel e Figueiredo (2014).

mos nossa percepção norteadas por preceitos externos, por leituras que tomamos como nossas, mas que são externas à nossa experiência, como conteúdos veiculados pela mídia e pela ciência. O saber do senso comum, decorrente da linguagem, da sabedoria acumulada pelos grupos sociais, foi substituído pelo saber científico, de tal modo que ele (o saber científico) é que passa a inventar e propor muitos dos objetos, conceitos e analogias a que recorremos para lidar com os desafios cotidianos.

A sociedade teria rompido assim com a natureza, como se não fossem historicamente entrelaçadas. Moscovici mostra que a sociedade é continuamente oriunda da natureza, e que a relação da sociedade com a natureza articula a ordem social e a ordem natural em cada período de movimento histórico, de tal modo que é possível afirmar que a sociedade e a natureza se sobrepõem. Para ele, a história humana da natureza é o local de nossas ações e é a verdadeira questão natural.

Moscovici demonstrou que, para além das ciências da natureza em seu sentido estrito, a contribuição das Ciências Sociais para a ecologia é fundamental, chamando atenção para a gravidade do domínio e submissão da natureza pelo homem. Ele explorou a concepção de cisão sociedade/natureza, tal que a natureza era entendida como um universo material externo; afirmou também que essa concepção constituía um fenômeno recente, e teve suas bases em obras de filósofos como Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes, que compõem o ideário iluminista que teria permitido à sociedade humana acreditar que era ela mesma obra do homem.

Moscovici subverte tal “obviedade” e propõe desconstrução da modernidade mediante questionamentos filosóficos que convidam o homem a rever seus determinismos: somos parte da natureza; constituímos sociedades organizadas assim como os primatas o fazem.

Moscovici defendeu o divergente, o inventivo e o novo. Propôs um desaprender a leitura de mundo hegemônica, chamando-nos a conhecer as ciências novas e aquilo que pudesse trazer nova luz sobre as nossas origens. Ele propôs a compreensão da relação sociedade e natureza, por meio da corrente heterodoxa, que procura esquecer a ruptura e, portanto, fortalecer a aliança com a natureza para retomar um diálogo julgado impossível.

Através da ecologia política, Moscovici propôs colocar os problemas que decidem a existência no cerne de nossa sensibilidade, de nossas preocupações e nossas consciências.

Referências

- D'Ávila Neto, M. I., Maciel, T. B., & Figueiredo, C. (2014). *Moscovici, Sociedade e Natureza* [Vídeo]. Disponível em <https://youtu.be/Jsxjcc1Zb9I>
- Dibie, P. (2006). Une anthropologie de la modernité sauvage. In F. Buschini & N. Kalampalikis (Eds.), *Penser la vie, le social, la nature: Mélanges en l'honneur de Serge Moscovici* (pp. 45-48). Paris: Les éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Dibie, P. (2007). Advertência. In S. Moscovici, *Natureza – Para pensar a ecologia* (Coleção EICOS. Série Ecologia Social e Desenvolvimento Durável, pp. 9-12). Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia.
- Hobsbawm, E. J. (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914/1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jacob, J. (1999). *Histoire de l'écologie politique*. Paris: A. Michel.
- Lage, E. (2001). Présentation des travaux. In F. Buschini & N. Kalampalikis (Eds.), *Penser la vie, le social, la nature: Mélanges en l'honneur de Serge Moscovici* (pp. 317-330). Paris: Les éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Moscovici, S. (1968). *Essai sur l'histoire humaine de la nature* (Nouvelle bibliothèque scientifique). Paris: Flammarion.
- Moscovici, S. (1975). *Sociedade contra natureza*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (1976). *Homens domésticos e homens selvagens*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise* (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Original publicado em 1961)
- Moscovici, S. (2000). Le mouvement écologiste devrait se considérer comme une minorité [Entrevista concedida a S. Lavignotte]. *Ecorev – Revue Critique D'écologie Politique*, 1. Acesso em 10 de março, 2013, em <http://ecorev.org/spip.php?article41>
- Moscovici, S. (2005). *Crônica dos anos errantes: narrativa autobiográfica* (T. Amarante, Trad., Coleção EICOS, Série Memória Cultural). Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia.

- Moscovici, S. (2007). *Natureza – Para pensar a ecologia* (Coleção EICOS. Série Ecologia Social e Desenvolvimento Durável). Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia.
- Moscovici, S. & Lecœur, E. (2006). Créer une nouvelle forme de vie. *Multitudes*, 24, 29-39.
- Rousseau, J. J. (1999). *Rousseau – vida e obra* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural.
- Vidal-Naquet, P. (2001). Nature, l'espace, la société. In F. Buschini & N. Kalamalikis (Eds.), *Penser la vie, le social, la nature: Mélanges en l'honneur de Serge Moscovici* (pp. 509-543). Paris: Les éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Weber, M. (2004). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Desastres e interdisciplinaridade: diálogos para a transdisciplinaridade

Alisson Tiago Gonçalves Vieira

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

Mariana de Moraes Duarte Oliveira

Introdução

Buscamos discutir a interdisciplinaridade¹ como instrumento de construção do conhecimento e intervenções em situações complexas, apresentando os conhecimentos de profissionais de diferentes áreas advindos de suas experiências em pesquisas e ações, viabilizados pelo Fórum Interdisciplinar sobre Desastres. Para isso, foram realizados recortes das falas dos palestrantes com o objetivo de identificar os enunciados alusivos à definição de desastres e às formas de intervenções no âmbito da prevenção.

O Fórum Interdisciplinar sobre Desastres foi um evento proposto pelos estudantes e pela tutora do grupo do Programa de Educação Tutorial (PET) de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e teve como norte a interdisciplinaridade que se configurou na formulação do projeto do evento, nos eixos temáticos, na escolha dos profissionais e no seu desenvolvimento.

Utilizamos o conceito de gêneros do discurso proposto por Bakhtin (1992) para a articulação e discussão da interdisciplinaridade como instrumento possível de ampliação e configuração de um saber transdisciplinar sobre o tema dos desastres, a partir dos diferentes campos de saber, formas de conceber e intervir sobre esse fenômeno.

¹ Este texto foi elaborado a partir da apresentação realizada no grupo de trabalho denominado Políticas públicas como práticas sociais: a contribuição da Psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades associadas às questões ambientais, durante o XVII Encontro Nacional da ABRAPSO, em 2013.

Desastres

Situamos a princípio a definição de desastres apresentada pelas Nações Unidas como uma “ruptura séria no funcionamento de uma sociedade envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais extensos que excedem a capacidade da comunidade afetada de se recuperar utilizando seus próprios recursos” (UN - United Nations, 2009, p. 9).

Nos últimos anos, temos presenciado na mídia repercussões sobre desastres ocorridos no Brasil. Desse modo, representando a ciência, profissionais de múltiplos campos de saber têm sido convocados para refletir sobre os eventos, com o objetivo de elaborar estratégias, técnicas e tecnologias para a prevenção, controle das causas e reparo dos efeitos produzidos pelos desastres.

Durante muito tempo verificou-se uma preocupação das comunidades mundiais voltada ao pós-desastre. Ações e investimentos para combater os efeitos de catástrofes depois de terem ocorrido e um sério desequilíbrio entre os gastos despendidos com a resposta aos desastres e aqueles despendidos com prevenção, mitigação, treinamento e preparação. Ressalta-se que as intervenções no âmbito da prevenção são relativamente recentes, sendo influenciadas pelas mudanças econômicas e sociais que ocorreram ao longo do século XX, especialmente a expansão das áreas urbanas e as migrações desordenadas, que conseqüentemente acarretaram o aumento das áreas de risco e da ocupação destas pela população. Os altos custos econômicos na mitigação e na prevenção de desastres e a revolução da tecnologia da informação favoreceram a criação de novas formas de enfrentamento e gerenciamento dos eventos (Alexander, 1997).

Alguns movimentos, no Brasil, ocorreram para uma mudança de perspectiva, da ênfase no pós-desastre para a prevenção. Em 2010, foi realizada a I Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, cuja temática foi discutida por 1.179 municípios brasileiros que fizeram suas conferências nos âmbitos municipal, intermunicipal ou regional, quando foram aprovadas 104 proposições para reformular o Sistema de Defesa Civil no país. (Ministério da Integração Nacional, 2012).

A partir daí, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNP-DEC), outorgada no ano de 2012 com o objetivo de gerenciar os desas-

tres, deu ênfase à prevenção, que norteou as demais diretrizes presentes no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil articulada nas cinco fases dos desastres: prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução (Martins, 2013).

Em um dos artigos do Decreto Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que normatiza a PNPDEC, institui-se como competência da União, dos Estados e dos Municípios desenvolver uma cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no país.

De acordo com os conceitos estabelecidos no Decreto Lei nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, conforme o artigo 1º, parágrafo único, prevenção está definida como o “conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social” (Ministério da Integração Nacional, 2012).

No contexto da Psicologia, a atuação do psicólogo pode ocorrer desde a fase da prevenção. Em uma matéria publicada pelo CRP-RJ, Coêlho (2010) expõe que uma situação de emergência e desastres atravessa diversas áreas da Psicologia e o profissional pode se inserir no âmbito da prevenção por meio de atividades em escolas, em Unidades Básicas de Saúde, nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS). Ela também entende que o psicólogo deve discutir o que é de interesse da comunidade, por meio de metodologias participativas e enfatiza que

O profissional deve favorecer uma situação grupal no sentido de discutir todas as possibilidades e abandonar essa visão diagnóstica, de vitimização, mostrando que as pessoas, como protagonistas, podem juntamente com os psicólogos trazer conhecimentos para que se descubram novos caminhos para prevenção. Além disso, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas eficientes que garantam que o psicólogo atue considerando a perspectiva subjetiva das pessoas afetadas pelos desastres. (CRP-RJ, 2010, p. 10).

Gêneros do discurso

Para definir gêneros discursivos, Bakhtin (1992) parte do princípio de que toda forma de comunicação humana se dá por meio da linguagem. E que o emprego da língua é regido por formas de enunciados em

diversas modalidades, sejam elas orais e escritas, utilizadas por diferentes integrantes da atividade humana. Os enunciados refletem as condições específicas e finalidades de determinados campos e diferencia-se em seus recursos lexicais, fraseológicos, gramaticais e por sua construção composicional.

Os gêneros do discurso são definidos como o conjunto relativamente estável de enunciados, cujos elementos estão ligados indissolivelmente ao todo dos enunciados e são determinados por campos específicos do conhecimento. Embora os enunciados sejam individuais, cada atividade de comunicação elabora um gênero discursivo (Bakhtin, 1992).

Cada campo da atividade humana desenvolve uma multiplicidade, riqueza e diversidade de gêneros do discurso. Tornam-se inesgotáveis e infinitas as possibilidades de sua ampliação, de acordo com o desenvolvimento e complexidade de determinado campo do conhecimento. A formação desses gêneros discursivos efetua-se por meio de processos primários (simples) e secundários (complexos) pela articulação e reelaboração dos enunciados. Os gêneros do discurso secundário são considerados os romances, dramas, artigos científicos e gêneros publicitários que reelaboram e incorporam os primários em seu processo de formação. Esses gêneros surgem na comunicação imediata e perdem o vínculo com a realidade concreta e os enunciados reais, quando são integrados pelos complexos, tornando-se uma materialidade nova (Bakhtin, 1992).

Ressaltamos a importância do estudo da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana, apontada por Bakhtin (1992), ao considerar que todo trabalho de investigação de um material linguístico concreto opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação, tais como anais, tratados, textos de leis, documentos de escritório e outros, diversos gêneros literários, científicos, publicísticos, canais oficiais e comuns, réplicas do diálogo cotidiano (em todas as suas diversas modalidades) e etc., em que os pesquisadores buscam os fatos linguísticos de que necessitam.

Os gêneros do discurso apresentam diferentes estilos, relacionados a diversas esferas do conhecimento, sejam eles artísticos, políticos, oficiais ou científicos; concebe-se que cada enunciado se torna individual na escrita ou na fala do emissor. No entanto, os enunciados

possuem uma historicidade linguística e cultural e nenhum recurso fonético, léxico ou gramatical surge sem experimentações e formações de gêneros e estilos anteriores. Portanto, em cada campo do conhecimento são acionados enunciados e estilos próprios, delimitando o campo discursivo, a historicidade e as práticas de uma atividade humana (Bakhtin, 1992).

Interdisciplinaridade

O movimento da Interdisciplinaridade surgiu por volta de 1960, na Europa, com o objetivo de conceber uma nova forma de ensino, na qual o conhecimento não seria mais compartimentalizado, estabelecendo assim uma relação entre disciplinas distintas. Dessa forma, a interdisciplinaridade permite a produção de um conhecimento mais completo ou até mesmo um conhecimento novo, possibilitando a construção conjunta de novas significações, sendo todos os saberes agentes dessa produção (Dias & Moura, 2009).

A interdisciplinaridade é aqui focalizada no campo da linguagem, enfatizando os gêneros discursivos na perspectiva bakhtiniana. Seguindo essa argumentação, podemos considerar que a análise dos gêneros discursivos possibilita identificar o caráter interdisciplinar da linguagem oral ou escrita dos diversos campos do saber, visto que a linguagem está presente em quaisquer atividades, sejam elas científicas, culturais ou sociais.

O autor ainda defende que a compreensão se dá, então, no diálogo entre os discursos. “O conhecimento tecido por fios advindos de inúmeros lugares, de diferentes campos do saber e de diversas naturezas, que se entrelaçam em um constante movimento, tecendo-se e destecendo-se, de modo a formar uma rede hipertextual” (Dias & Moura, 2009). A hipertextualidade, então, possibilita o desenvolvimento de uma rede de conhecimentos de forma horizontal, descartando uma possível hierarquia entre eles.

A interdisciplinaridade foi debatida numa mesa redonda da ANPEPP, na qual Spink (2012)² discute a inserção desta nomenclatura nas instâncias de fomento à produção científica como a CAPES. Considera que este movi-

² Spink, M. J. -Interdisciplinaridade na Produção e Divulgação do Conhecimento Científico. XIV Simpósio da ANPEPP, Belo Horizonte, 6 a 9 de junho de 2012.

mento se deve à produção de novas formas de conhecimento resultantes de trocas teóricas e metodológicas, gerando novos conceitos e disciplinas, em função dos estudos de fenômenos complexos. Entretanto, ao analisar as possibilidades de divulgação desses conhecimentos, depara-se com a dificuldade do reconhecimento do campo interdisciplinar pelas revistas científicas. Propõe a análise da interdisciplinaridade na perspectiva da comunicação, levando em conta a longa história da segmentação do saber em áreas de conhecimento.

É nesse sentido que o Fórum Interdisciplinar sobre Desastres foi proposto. Um espaço de diálogo entre profissionais de diversas áreas, onde seria possível circular as linguagens sociais e os enunciados desses diversos campos de saber e produzir novos conhecimentos sobre uma situação complexa como os desastres.

Método

O Programa de Educação Tutorial de Psicologia (PET-Psicologia) elaborou o projeto do Fórum e apresentou-o em um evento interno realizado por todos os PETs da Instituição de Ensino à qual pertence denominado INTERPET. Esse evento é realizado trimestralmente e seu objetivo é promover o intercâmbio e a integração entre os grupos através das apresentações das atividades realizadas pelos grupos, de discussões sobre aspectos pedagógicos, políticos e administrativos.

O projeto do Fórum foi apresentado aos dez programas PETs da Instituição, informando os elementos constitutivos do evento, sendo eles: princípios, objetivos, método e resultados esperados. É importante ressaltar que a proposta apresentou possibilidades para sugestões dos outros grupos e eventuais mudanças no decorrer do desenvolvimento do projeto. Logo, cinco grupos escolheram participar da organização do evento, distribuindo-se em cinco comissões: infraestrutura, comunicação, científica, cerimonial e financeira.

Os PETs da IES elegeram as comissões que lhes interessaram e ficaram responsáveis pelas atribuições descritas em cada uma delas, as comissões foram coordenadas por integrantes do PET-Psicologia orientados pela tutora. Os estudantes discutiram com seus respectivos tutores e os diálogos estabelecidos entre os grupos ocorreram por meio de reu-

niões, e-mails e mensagens em redes sociais para elaboração do método das atividades e planejamento das etapas de execução do projeto. Cada grupo convidou profissionais para enriquecer e ampliar o debate e a dinâmica discursiva sobre o tema.

Foram convidados profissionais com experiência no tema dos desastres em suas respectivas áreas, sendo elas: Psicologia, Assistência Social, Meteorologia, Defesa Civil, Medicina, Enfermagem, Economia, Letras, assim como um integrante do movimento cultural da cidade. As atividades desenvolvidas consistiram em um Grupo de Discussão (GD) sobre a relação de desastres e violência na literatura e mesas redondas com temas norteados pelos quatro (dos cinco) eixos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, sendo eles: prevenção, preparação, resposta e recuperação.

As mesas redondas e o GD foram registrados por meio de mídias audiovisuais, posteriormente transcritas, para produção de documentos técnicos, registro documental da história dos PETs na IES e trabalhos acadêmicos. O evento foi realizado em um auditório da Universidade, durante dois dias, com ampla divulgação na mídia local, aberto à comunidade acadêmica e à sociedade.

A interdisciplinaridade, como um princípio filosófico, político e administrativo do programa, permaneceu na realização do Fórum, seja na formulação dos objetivos, que foi o de ampliar o conhecimento dos estudantes e profissionais de diversas áreas sobre o tema dos desastres, nos eixos temáticos propondo discutir os modos de atuação profissional e nas (inter)ações dos palestrantes, tutores, estudantes e sociedade civil.

As informações obtidas por meio das falas dos diversos profissionais foram analisadas, neste trabalho, sob o foco dos gêneros do discurso proposto por Bakhtin. Os recortes das falas constituíram-se pelos enunciados que se referiram à definição de desastres e às intervenções relacionadas à prevenção. Foram analisadas as formas de apresentação dos enunciados, os campos de saber imbricados nas falas e a relação entre os conhecimentos. Discutiu-se a partir dessas relações a possibilidade de articulação, ampliação e produção de um saber transdisciplinar que contribuiria para a formulação de políticas públicas de prevenção dos desastres no âmbito da Defesa Civil.

Resultados

O palestrante da Engenharia Civil se refere a desastres como um fenômeno natural, proveniente dos fenômenos climáticos, tais como chuvas intensas, que provocam o aumento do volume de água, respectivamente nas cabeceiras, vertentes e calhas dos rios. Define desastres da seguinte forma: *“Então, pessoal, as inundações são fenômenos naturais, ocorrem frequentemente, né? Em qualquer lugar do planeta”*.

Quando esse volume não consegue mais ocupar a calha do rio principal, extravasa pra uma área maior, de várzea ou também chamada de planície de inundação. Esses fenômenos se ampliam quando tem ocupação urbana nas áreas de várzea, cujas atividades antrópicas, nas margens ribeirinhas, tais como o uso da terra e dos solos, provocam o assoreamento dos rios e intensifica o processo de inundação.

A inundação, ela ocorre em um sistema, o sistema chamado bacia hidrográfica. Então, aqui eu tenho essa bacia hidrográfica e eu tenho a vizinha, que vai formar a fluente dos rios menores, dos rios de cabeceira e que vão formar também o rio principal dessa bacia hidrográfica ... Bom, mas pra entender o fenômeno da inundação em si, a gente precisa entender sobre um aspecto, uma variável que seria a vazão dos rios. (Engenheiro civil)

A psicóloga, cuja tese de doutorado analisa o tema dos desastres, definiu esse fenômeno como um acontecimento humano e social, considerando necessário despojá-lo de seu caráter natural, a fim de impedir que se compreenda que são inevitáveis. Ressaltou a importância da compreensão e reflexão sobre as ações humanas acerca do uso do meio ambiente e do espaço geossociopolítico. Trouxe o tema da vulnerabilidade para entender os desastres ao abordar que *“o desastre é uma lupa, que faz enxergar uma situação de vulnerabilidade que antes ninguém via”*. Destacou a importância do trabalho transdisciplinar, propondo que os diversos atores de diferentes disciplinas e comunitários se articulem para a prevenção e intervenção em desastres.

Apontou que para isso é imprescindível a compreensão do contexto comunitário e compartilhamento de informações pelas equipes de profissionais articulados com a comunidade para que sejam efetivadas as ações, sejam elas no âmbito da prevenção ou intervenção. Considerou que o tra-

balho das equipes e do psicólogo devem articular-se intersetorialmente com os profissionais que atuam nas políticas do SUS e SUAS, pois são essas pessoas que conhecem o território e a comunidade.

Concomitantemente, considerou a importância de capacitações desses profissionais nas equipes para que eles possam intervir de forma responsável e com segurança. Dessa forma, o trabalho com a comunidade deve estar voltado para o acolhimento, sensibilização e potencialização dos sujeitos afetados para que, articulados com eles, possam ser realizadas as ações de prevenção e intervenção.

O profissional de Meteorologia explica que há uma diferença entre fenômeno natural e desastre; considera as implicações da sociedade e dos técnicos para a sua ocorrência, mas, apesar dessa imbricação, mantém a nomeação dos desastres como um fenômeno natural.

Em meteorologia a gente pensa em desastre natural ou um fenômeno natural que é uma chuva intensa. Esses fenômenos naturais não vão causar um desastre natural, vai depender da intensidade, vai depender do preparo da sociedade e de uma equipe que vai tentar mitigar os efeitos de um fenômeno natural. (Meteoreologista)

Adverte para a multiplicidade de eventos que podem ser considerados como desastre:

O desastre natural não é ocasionado simplesmente por inundações, furacões, tornados, e todos esses eventos amplamente conhecidos; terremoto também está incluído, tsunami também, seca; seca prolongada também é um causador de desastres naturais. (Meteorologista)

Considerou a realização de um trabalho multidisciplinar, em que são articulados diferentes conhecimentos e disciplinas para o desenvolvimento de tecnologias, planejamento de ações e realização de intervenções preventivas. Dessa forma, compreende o desastre como um evento eminentemente climático e físico com intervenções da sociedade civil e equipe de profissionais de prevenção e resposta.

Explicitou que as ações de prevenção estão voltadas para o desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos que busquem monitorar os níveis de água na atmosfera e prever o acontecimento e intensidade de chuvas nas áreas de 'alerta'. Assim, cita várias áreas de conhecimento

(hidrologia, geografia, geofísica), técnicos (modelos atmosféricos e hidrológicos) e tecnologias (radar meteorológico, pluviômetros). Reconhece a necessidade de múltiplos saberes.

O representante da Defesa Civil aborda os desastres como efeito de intervenções humanas sobre o ambiente, sejam de forma direta ou indireta. Compactua com a desnaturalização do fenômeno proposta pela psicóloga, durante sua fala. Propõe que o desastre seja entendido como:

Resultado de efeito adverso, natural ou provocado pelo homem, em um ecossistema vulnerável, que provoca danos e prejuízos. O conceito que a professora (psicóloga) colocou já é uma ideia discutida dentro da Defesa Civil. [o desastre] não é tão natural assim, nós temos uma parcela de contribuição muito grande. (Representante da Defesa Civil)

Aponta para a necessidade de articulações entre as pessoas da comunidade e dos gestores públicos para o acompanhamento das ações diante dos desastres. Considera imprescindível a articulação e potencialização da população tanto para as ações de prevenção quanto de recuperação, após os acontecimentos.

A prevenção precisa que alguém dentro das comunidades, dentro dos municípios que levante essa necessidade, pois manda um alerta para o município e não ligam. Precisamos mobilizar as comunidades, a gente não vai ter prevenção ou resposta se a gente não tiver uma comunidade preparada para receber aquilo, caso contrário não terá como avançarmos. (Representante da Defesa Civil)

A psicóloga, que trabalha na Defesa Civil (DC) da cidade do Recife, explanou sobre o trabalho executado pela Defesa Civil, focalizando as ações de caráter preventivo. Informou que atualmente, em Recife, há técnicos analistas da DC trabalhando diretamente com a questão dos desastres; eles são das seguintes áreas: Arquitetura, Serviço Social, Engenharia, Geografia, Geologia e Psicologia. Há, ainda, técnicos em edificação e uma equipe de apoio responsável pela instalação de lonas plásticas - um paliativo para evitar que a água das chuvas umedeça as encostas dos morros e elas deslizem. Falou sobre o Programa Guarda-Chuva, desenvolvido pela CODECIR, um órgão permanente da Prefeitura do Recife que atua no combate à minimização e erradicação de riscos nas regiões de morros e planícies alagáveis. A psicóloga ressaltou tam-

bém que esse programa realiza a intersetorialidade entre os diversos órgãos da Prefeitura.

Porque como foi reforçado aqui sempre nas mesas anteriores, a Ângela falou muito bem isso ontem, que não é uma preocupação que é pra um órgão só. É uma preocupação que é da saúde, que é da assistência, que é da Secretaria de Educação, então esse programa procura fazer essa interligação. (Psicóloga)

Além disso, a palestrante destacou como são realizadas as atividades no âmbito das ações preventivas: o plano de localidades, que trabalha com a documentação e a sistematização de todo esse conhecimento; identificação dos pontos, dos PSFs [Programa Saúde da Família] e quais os profissionais que já estão atuando naquela área; as vistorias multiprofissionais, executadas por engenheiros, assistentes sociais e psicólogos e às vezes geólogos, quando são feitos os cadastros sociais das pessoas, com foco nas questões de risco; as vistorias da estrutura do imóvel cuja responsabilidade fica a cargo dos engenheiros; e o estudo das barreiras, a fim de identificar a probabilidade de ocorrer deslizamentos, devido ao tipo de terra do local.

Entre as ações também estão aquelas de caráter informativo, voltadas à entrega de materiais, de casa em casa, com números de telefone emergenciais; informações sobre pequenos cuidados que a população pode ter a fim de amenizar acidentes; e procedimentos indicados para que eles possam identificar os primeiros sinais de deslizamento de terra, de uma enxurrada, por exemplo. Há também a realização de oficinas com crianças, geralmente, de 3ª e 4ª séries, que tratam sobre a questão do lixo como elemento que propicia desastres.

A assistente social, também palestrante do Fórum, que trabalha no Serviço de Emergências e Calamidade Pública, informou que a preocupação com a prevenção de desastres no Estado de Alagoas tornou-se efetiva, a partir das enchentes ocorridas em 2010 em alguns municípios alagoanos. Apesar de este serviço estar previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, ela ainda encontra desafios ao lidar com os profissionais que trabalhavam na Secretaria Municipal de Assistência Social de um dos municípios afetados. Os profissionais julgavam ser uma responsabilidade apenas da Defesa Civil as condições do município pós-desastre e as ações que estavam sendo tomadas para amparar as vítimas.

Outro desafio abordado pela assistente social refere-se à falta de estabelecer medidas concretas para prevenção e controle permanente dos riscos em consonância ao desenvolvimento humano, econômico, ambiental e territorial.

A gente não leva essa discussão pra comunidade, essa discussão, ela fica no espaço da academia e no espaço dos profissionais que estão formulando Política Pública. A gente não tá fazendo esse processo de discussão. (Assistente social)

O médico palestrante aproximou-se da realidade dos desastres também a partir das enchentes de 2010. A sua fala corroborou com a pontuação da assistente social em relação à ausência de uma cultura voltada à prevenção dos desastres, apontando em seu discurso para a falta de solidariedade, a deficiência das políticas públicas, a falta de acolhimento e cuidado com o outro, sendo estes fatores que prejudicam a efetivação de práticas interventivas durante os desastres.

O médico enfatizou os cuidados com as crianças e os idosos, que, segundo ele, são as populações que precisariam de uma atenção especial e acabam sendo desassistidas. Denunciou a despreocupação do governo local com as questões de saúde e do acolhimento das crianças, em especial. Embora a preocupação em dar abrigo e comida às famílias desabrigadas seja pertinente, o palestrante considerou a necessidade de atenção e afeto dessa população. Em função disso, a equipe se aliou ao Conselho dos Direitos das Crianças, a fim de efetivar ações voltadas à reestruturação não apenas de moradias, mas também dos vínculos familiares, afetivos e comunitários.

A gente tem que entender que precisamos pensar em ter políticas de Estado, políticas perenes; pensar não somente na política do governo local, daquela região, né? E aí lembrar a importância da valorização da família e em especial nas situações de catástrofe. (Médico)

Discussão

Os repertórios utilizados pelos palestrantes para falar de desastres vem de diversas áreas da Ciência, articulam-se com conhecimentos de

múltiplas áreas com o objetivo de explicar os fenômenos de desastres e respaldar as ações preventivas e interventivas.

O engenheiro civil fundamenta seus argumentos com enunciados que podemos identificar em duas áreas de conhecimento, a Geografia e a Hidrologia. Embora considere aspectos sociais (a ocupação urbana) em sua explicação sobre os desastres, a sua ênfase é caracterizá-los como um fenômeno natural. Em contrapartida, a psicóloga desnaturaliza o fenômeno enfatizando o caráter social e a implicação que esse entendimento acarreta. Também propõe a transdisciplinaridade como dispositivo de articulação entre os diversos atores profissionais e comunitários, nas ações de prevenção dos desastres.

O meteorologista explica o desastre como uma imbricação entre aspectos humanos e não humanos. Além do conhecimento científico de sua área, enfatiza a necessidade de múltiplos saberes, inclusive o uso de tecnologias e procedimentos técnicos respaldados em estudos matemáticos, físicos, climáticos e atmosféricos para a prevenção e intervenção nos desastres e ressalta o aspecto multidisciplinar nesses estudos para a compreensão da complexidade desse fenômeno, também considera que só é possível planejar e intervir com o apoio dos diversos conhecimentos e da sociedade.

O representante da Defesa Civil apresenta sua explicação dos desastres num diálogo com a proposição da psicóloga sobre a sua desnaturalização. Concorda com ela e admite que a intervenção humana é produtora dos desastres. Em seus enunciados, utiliza-se de repertórios da Ecologia, ao considerar a influência do fator humano dentro de um ecossistema, que integra os aspectos bióticos e abióticos. Para a prevenção enfatiza o preparo da sociedade, sendo fundamental para o avanço nesta perspectiva. De certa forma, dialoga com a proposição do meteorologista em relação ao uso de tecnologias para emissão de alertas e avalia que a comunidade despreparada não reage a estas comunicações.

A ênfase no papel comunitário para a realização das ações tanto preventivas como de respostas também é relatada pela psicóloga que trabalha na Defesa Civil e pelo médico. Consideram que, sem apoio, colaboração e sensibilização dos moradores, as intervenções propostas podem ser ineficazes e improdutivas.

Os palestrantes da Engenharia Civil e Meteorologia recorrem a gêneros discursivos advindos da Física, Geografia e Meio Ambiente para suas explicações sobre as ações e intervenções preventivas e de resposta frente aos desastres. Além disso, ressaltam o papel da ciência no desenvolvimento de aparatos técnicos e tecnológicos para a prevenção e o desenvolvimento de recursos humanos e sociais em ações de resposta.

A partir da explanação da Psicologia, Assistência Social e Defesa Civil compreende-se que as ações preventivas e interventivas necessitam de articulações com as equipes que trabalham com as comunidades em risco, seja no âmbito da prevenção ou intervenção, com o objetivo de elaborar um mapeamento dos programas multiprofissionais nas localidades, residências, aspectos geográficos e ambientais.

A utilização de repertórios de diferentes saberes, mesmo que não implicados nos estudos e intervenções sobre desastres, auxiliam na compreensão e definição do fenômeno, amplia o campo discursivo e (re)formula repertórios acerca deles. É ressaltado pelos profissionais que a atuação frente aos desastres necessita de articulações com a comunidade implicada, conhecer o contexto sociocultural, econômico, o espaço geográfico e ambiental, os recursos dispostos e a rede de profissionais que trabalham na região.

Os conhecimentos apresentados pelos palestrantes se articulam em alguns pontos, formam materialidades novas a partir do uso de diferentes enunciados originários de múltiplas disciplinas e produzem conhecimentos e intervenções conectados em uma rede promotora de ações preventivas e interventivas. Com isso, entendemos que o processo de complexificação dos gêneros de discursos simples ocorre a partir de práticas e linguagem cotidiana (Bakhtin, 1992), sejam elas advindas da ciência ou da sociedade, e contribui para a formação de saberes transdisciplinares e fazeres interdisciplinares.

A rede enunciativa dos discursos possuem unidades responsivas, ou seja, cada enunciado emitido (escrito ou falado) exige do ouvinte ou falante um papel ativo de concordância, objeção, execução e outras ações. Assim, cada falante não possui por si a exclusividade da emissão dos enunciados, pois o objeto do discurso de um locutor já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, ele não é o primeiro a falar

dele. O enunciado está voltado não só para seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca deste objeto (Bakhtin, 1992).

Assim, os diálogos proporcionados pelo Fórum mostram essa interdiscursividade dinâmica na emissão e formação dos enunciados acerca dos desastres, pois são trazidos nas falas dos profissionais diferentes enunciados de outras áreas, sejam para lhes dar estabilização ou para ocasionar eventuais tensionamentos nas contradições de seus argumentos.

Além disso, a partir dessa possibilidade de se pôr em diálogo esses diversos conhecimentos, foi possível produzir uma movimentação dos conhecimentos em função do papel responsivo dos enunciados, proporcionando respostas interdisciplinares sobre as ações frente às catástrofes.

Considerações

A interdisciplinaridade está presente nos gêneros discursivos dos participantes. Não é possível falar de um fenômeno complexo a partir de uma única área de conhecimento. A ênfase na naturalização do fenômeno de alguns discursos foi contraposta com a desnaturalização de outros. Podemos considerar que estes espaços de diálogo são produtores de novas formas de compreensão e possibilidade de novos fazeres.

A prevenção foi enfatizada como uma prática interdisciplinar e a necessidade do envolvimento da comunidade, fundamental para a efetivação de práticas preventivas e interventivas nos desastres.

O Fórum proporcionou diálogos e reflexões entre os diversos participantes nos levando a defender esses momentos como possibilidades para a concretização de práticas interdisciplinares ou até transdisciplinares. Os conhecimentos e intervenções dos palestrantes se mostram congruentes na defesa de práticas que consideram as pessoas da comunidade como os principais atores nas ações frente aos desastres, pois apenas articulados com elas é possível prevenir e minimizar os efeitos dos eventos.

Os profissionais ressaltam a importância de uma reflexão crítica e ponderada sobre a utilização e exploração humana dos recursos naturais, espaço geográfico e meio ambiente. Nesse sentido, para que haja prevenção, faz-se necessário o cuidado e uso reflexivo desses recursos para evitar a probabilidade de ocorrências e minimização de efeitos.

Apesar da contraposição entre natural e social, os diálogos nos mostram que a viabilidade e articulação entre os diferentes campos de saber são imprescindíveis nas intervenções de fenômenos complexos, pois é a partir da articulação entre os diferentes saberes que se (re)constróem práticas interdisciplinares e potencializam-se compromissos éticos, sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Consideramos que a realização do Fórum contribuiu para desenvolver habilidades de trabalho em equipe, integração entre os grupos PET e discussão interdisciplinar da temática dos desastres; possibilitou conhecer, compreender e debater sobre os diversos saberes, ações e relatos de experiências dos profissionais.

Dessa forma, entendemos que diálogos e intervenções interdisciplinares contribuem para reflexões críticas, uma visão global e sistêmica sobre o fenômeno e, conseqüentemente, para a formação e o desenvolvimento do conhecimento. Logo, possibilita a formação de profissionais capacitados para trabalharem de maneira mais ampla e integrada na elaboração e promoção de políticas públicas de meio ambiente, Defesa Civil, saúde, assistência social e direitos humanos.

Referências

- Alexander, D. (1997). The study of natural disasters (1977–97) - some reflections on a changing field of knowledge. *Disasters*, 21(4), 284–304.
- Bakhtin, M. (1992). *Estética da criação verbal. Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes.
- Coêlho, A. E. L. (2010). A psicologia em situações de emergências e desastres [Entrevista]. *Jornal CRP-RJ 13* Acesso em 12 de março, 2014, em <http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal29-angela-coelho.pdf>
- Dias, A. A. C. & Moura, K. S. (2009). A Interdisciplinaridade segundo o princípio dialógico bakhtiniano. *Pesquisa em Debate*, 6(2), 2-13.
- Decreto Lei n. 7.257*, de 04 de agosto de 2010. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil e outras atribuições. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Acesso em 12 de março, 2014, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm
- Decreto Lei 12.608*, de 10 abril de 2012. (2012). Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e outras atribuições. Brasília, DF: Mi-

- Ministério da Integração Nacional. Acesso em 12 de março, 2014, em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12608-10-abril-2012-612681-norma-pl.html>
- CRP-RJ – Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. (2010). Psicologia e direitos humanos. *Jornal do CRP-RJ*, 7(29), 10-11. Acesso em 12 de março, 2014, em <http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal29-psicologia-e-direitos-humanos.pdf>
- Martins, M. (2013). O uso de tecnologias de comunicação de riscos para prevenir desastres. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Ministério da Integração Nacional. (2012). *Secretaria Nacional de Defesa Civil. Capacitação Básica em Defesa Civil*. Florianópolis: CAD UFSC.
- United Nations. (2009). *UNISDR Terminology on disaster risk reduction*. Genebra: Autor.

Performances tecnológicas em gestão para a prevenção de desastres: o caso dos pluviômetros em comunidades paulistanas

Mário Henrique da Mata Martins

Mary Jane Paris Spink

Introdução

Nosso objetivo com este texto é discutir as ações de prevenção de desastres, focalizando o uso de tecnologias pela gestão da capital paulista e seus efeitos em relação aos moradores de comunidades situadas em áreas de risco.

Consideramos que os aparatos tecnológicos que nos circundam são a materialização do esforço humano para expandir capacidades e exercer controle sobre diferentes tipos de fenômenos, dentre os quais, os fenômenos ambientais. Todavia, muitos autores defendem que essas tecnologias não são apenas dispositivos mediadores que aperfeiçoam nossa existência e fazem seu trabalho conforme nossos anseios: elas emergem de sistemas sociais e, assim, necessariamente refletem, internalizam e transformam as relações de poder e as suposições culturais (Allenby & Sarewitz, 2011; Latour, 1991; Law & Mol, 1995).

Por tal razão, conhecer os efeitos que as tecnologias têm produzido na vida das pessoas possibilita compreender modos de viver em uma sociedade que é constantemente influenciada pelas inovações tecnológicas. Dentre as referidas inovações, salientamos o crescente investimento em tecnologias de monitoramento e alerta de desastres ambientais decorrente, sobretudo, da preocupação governamental com os efeitos da mudança climática, do deslocamento de pessoas para áreas de risco, do desenvolvimento da tecnologia e dos meios de comunicação e das propostas das organizações nacionais e internacionais de criar uma cultura global de prevenção de eventos catastróficos (Alexander, 1997).

Os dispositivos utilizados para a prevenção de desastres têm passado por importantes transformações com o aprimoramento das técnicas de obtenção de dados, análise de riscos e o enfoque crescente no controle das variáveis exercido à longa distância. Os métodos de controle à longa distância dependem da criação de uma rede de atores diversos. Nessa rede, a proposta é que a informação possa fluir de um modo que mantenha sua estrutura e o equipamento mantenha sua durabilidade (Law, 1986).

Contudo, é ainda um desafio para os gestores associar esse desenvolvimento tecnológico à participação comunitária e ao engajamento de moradores na prevenção de riscos. Dessa maneira, tem sido uma tendência pensar em modelos de gestão nos quais a população participe como sujeito de direitos e deveres com saberes próprios capazes de contribuir para a ação local. A esse novo modelo tem-se denominado “governança local” (Spink, Clemente, & Keppke, 1999).

O modelo da governança local defendido para a prevenção de desastres tem se apresentado como uma alternativa à gestão hierárquica e centralizada praticada pelos gestores das Políticas Públicas, nacionais e internacionais, por proporcionar a expansão da rede de interessados no processo de tomada de decisões. Porém, formas de operacionalização de tal proposta ainda são escassas, o que mostra a necessidade de estudos de caso nos quais a governança local possa ser, em maior ou menor grau, exercida de forma eficaz (Hardoy, Pandiella, & Barrero, 2011).

Para discutir essas interlocuções da tecnologia, participação comunitária e novas formas de gestão, analisaremos a perspectiva de um gestor sobre as ações do projeto Pluviômetros nas Comunidades, de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pautado na lei de Proteção e Defesa Civil brasileira (Lei n. 12.608, 2012). O principal objetivo desse projeto é implantar pluviômetros em comunidades situadas em áreas de risco de modo a possibilitar o monitoramento da incidência de chuvas e a emissão de alertas com a participação de técnicos, especialistas, governantes e população. Em 2013, a gestão do município de São Paulo recebeu os primeiros pluviômetros e aguarda outro tipo do mencionado instrumento para complementar a malha de monitoramento e alerta de desastres da cidade. Os diferentes tipos desse equipamento coproduzem modelos de gestão diferenciados e agregam-se à malha já existente de outros pluviômetros.

O funcionamento conjunto de todos esses pluviômetros pode oferecer uma compreensão do modelo de gerenciamento desenvolvido nas comunidades em áreas de risco e na futura incorporação de estratégias de governança. Mas, para isso, é necessário conhecer o cotidiano das pessoas que moram nas comunidades situadas em tais áreas e como elas se mobilizam em torno da tecnologia, para, então, encontrar alternativas. O presente estudo não teve o objetivo de esgotar tema tão complexo, mas apresentar possibilidades que o estudo de tecnologias pode oferecer para um modo de gerenciamento no qual a população também esteja presente e mobilizada para a ação.

Os resultados da pesquisa apontam importantes avanços para o estabelecimento de estratégias de governança local de desastres ambientais e as dificuldades desse empreendimento quando pautado na tecnologia.

Teoria

O referencial teórico que orienta a presente discussão é a Semiótica Material, tradição das ciências sociais que condiciona a existência de entidades à sua ligação com outras entidades em uma rede. De acordo com Law e Mol (2008), é um movimento que propõe lidar com as entidades do mundo como efeitos gerados continuamente em uma rede relacional dentro da qual estão situados. Dessa forma, na perspectiva da Semiótica Material, nada assume um lugar no mundo ou produz realidades fora dessas relações.

Nesse contexto, um pluviômetro é efeito de uma rede em que ele também produz efeitos. A essa relação mútua e concomitante denominou-se *enactment*. Ou, para uma tradução aproximada, **performance**. Tal termo significa que a identidade de um dado objeto pode ser compreendida por meio do modo pelo qual ele é produzido em relação às atividades, eventos, rotinas, coisas e conversas em práticas particulares. Embasados nessa premissa, consideramos que o pluviômetro, como aparato tecnológico, é performado em uma relação mútua com os técnicos, especialistas, governantes, território e, especialmente, com os moradores das áreas de riscos e que o tipo de gestão para a prevenção de riscos a ser implantado e o tipo de tecnologia utilizada estão intrinsecamente relacionados.

Método

Esta é uma pesquisa qualitativa pautada em estudo de caso do tipo descritivo- analítico, cujas principais características são a abordagem específica e contextual de temas amplos e complexos a partir da circunscrição de um caso que serve como objeto de estudo, a descrição minuciosa do caso e dos fenômenos a ele atrelados e sua problematização frente a novas teorias e referenciais analíticos. Tal tipo de estudo nos ajuda a entender como se tomam decisões e se age em relação a determinado assunto e os efeitos dessas decisões e ações (Yin, 2001).

Procedimentos

A principal técnica de produção de dados adotada no presente estudo foi uma entrevista, compreendida como uma prática discursiva na qual a negociação de sentidos sobre a temática exige o posicionamento do interlocutor. Esse posicionamento produz versões da realidade que sustentam argumentos e outras práticas (Pinheiro, 1999). Foi empregado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista do tipo semiestruturado, que possui um planejamento aberto por parte do pesquisador e possibilitou a expressão dos pontos de vista do interlocutor.

A forma de realizar a entrevista se aproxima do que Flick (2004) denominou de *entrevista com especialistas*, pois o enfoque são as atividades desenvolvidas pelo entrevistado e suas opiniões como especialista sobre o assunto. O roteiro construído para a realização da referida entrevista possui questionamentos acerca do processo de instalação de pluviômetros em comunidades situadas em áreas de risco da cidade de São Paulo e os efeitos dessas instalações no cotidiano institucional e comunitário.

Participante

Os critérios para a seleção do entrevistado foram a participação relevante na gestão para a prevenção de desastres na capital paulista, o conhecimento sobre o processo de instalação de pluviômetros em áreas de risco da cidade e a disponibilidade para a entrevista. O interlocutor mais estratégico para nos fornecer tais informações foi o Coordenador de Ações Preventivas e Recuperativas da cidade de São Paulo, pertencente à

Proteção e Defesa Civil, que acompanhou todo o processo e formulou os planos para a continuidade dessas ações, o que o posiciona como informante privilegiado sobre o assunto. Foi solicitada autorização para a gravação da entrevista e posterior transcrição. A entrevista foi realizada em abril de 2013, em local da preferência do interlocutor e com sua anuência formal, conforme os princípios da ética em pesquisa com seres humanos estabelecidos na resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012.

Análise de dados

A partir da transcrição da entrevista, definimos categorias gerais, de natureza temática, referentes ao objetivo da presente pesquisa: descrição dos pluviômetros, a importância do lugar na instalação desses pluviômetros, os efeitos da implantação dos pluviômetros, formas de gerenciamento de desastres produzidas pela instalação de pluviômetros em comunidades vulneráveis. Organizamos o conteúdo da entrevista em tais categorias, preservando a sequência da fala. Posteriormente, contrapomos essa fala à produção científica sobre o assunto, palestras proferidas a respeito do tema e sites de órgãos federais de monitoramento e alerta de desastres. Finalmente, considerando este primeiro processo analítico, organizamos os citados materiais de acordo com os tipos de pluviômetros aos quais se referiam.

Resultados e discussão

A explicitação dos resultados da pesquisa foi organizada segundo os diferentes tipos de pluviômetros utilizados na gestão para a prevenção de desastres em comunidades situadas em áreas de risco: o pluviômetro automático, o semiautomático e o pluviômetro de garrafas *pet*¹. Também foram abordadas as decisões e ações do entrevistado em caso de falha da rede ou inexistência de pluviômetros em área de risco. A discussão é pautada na produção teórica e prática da área e enfoca a importância do lugar na instalação de cada pluviômetro, os efeitos dessa implantação para os moradores e as diferentes formas de gestão para a prevenção de desastres durante a instalação e operacionalização de pluviômetros em comunidades vulneráveis, o que caracteriza suas diferentes performances.

¹ Pet é uma abreviação de “Politereftalato de etileno”, material utilizado sobretudo na forma de fibras para tecelagem e de embalagens para bebidas.

Tipos de pluviômetro

Um pluviômetro é por definição “um instrumento que mede a quantidade de água da chuva que cai em determinado lugar ou época” (<http://houaiss.uol.com.br>). Sua função é produzir dados sobre a incidência de chuvas. Mas essa é a versão simplificada da história. Afinal, existe mais de um tipo de pluviômetro, como fica evidente num dos trechos do diálogo com o gestor.

Pesquisador: Diz uma coisa, agora é uma questão técnica de diferenciação. O que muda dos pluviômetros pet, para os pluviômetros automáticos e para o futuro dos pluviômetros semiautomáticos?

Entrevistado: Ó, os automáticos vão fazer parte de uma rede de monitoramento do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) e da Defesa Civil. Uma coisa mais institucional para balizar a operação do plano e sistemas de alertas. Os semiautomáticos são, mais do que você ter o equipamento, pra você mobilizar a população. Então ele tem um aspecto que vai juntar duas coisas: te passar uma informação e, principalmente, mobilizar a comunidade. Porque ele vai ter que ler, por isso que ele é semiautomático. Ele vai ter que ter alguém lá pra ler. Então o que significa? Você fazer um morador ler isso daí. Ele vai ser o detentor da informação. Ele vai, depois de todo treinamento, decodificar um comportamento em uma tomada decisão. Ele passa a ser parte do processo e não só uma pessoa que está vulnerável. Não, ele é a pessoa que vai deflagrar. Então tem uma diferença muito grande. Uma coisa sou eu tirar essa conclusão, que aquela área está em risco de escorregamento para a subprefeitura, sentado nessa mesa, recebendo um boletim do CGE. E aí, essa informação você não sabe se vai para o morador. Com certeza não vai. Outra coisa é partir do morador. Primeiro, que ele vai sentir muito mais feliz e contente por saber que ele está fazendo é importante para aquela comunidade e a comunidade também vai saber que é importante para todos. E aí a gente só é avisado. Quanto tempo a gente não ganha nisso? Essa é a grande diferença.

Pesquisador: Certo, então o que diferencia as duas tecnologias é que uma tem participação comunitária (que é o semiautomático) e a outra é uma gestão mais institucional.

Entrevistado: Para balizar nossas decisões em uma coisa macro da cidade.

Pesquisador: Mas por que é que não fica, por exemplo, com os de garrafa pet, eles não serviriam nesse caso?

Entrevistado: *Serviriam, cara. Mas existe todo um cuidado no treinamento, da leitura e esse semiautomático vai ser muito mais fácil.*

Pesquisador: *A leitura do semiautomático é mais fácil?*

Entrevistado: *É, é mais fácil. Porque do pet tem que olhar, tem que medir, tem que tirar a água, pra não deixar a água por causa da dengue, entendeu? E eu acho que o próprio semiautomático vai motivar mais as pessoas a ficarem monitorando. E sem falar que é uma tecnologia que está aí e tem recurso pra isso, cara. Você tá entendendo? Tem recurso pra isso, então vamos usar, e eu acho que tem que usar mesmo.*

Nesse trecho da entrevista, o pluviômetro é apresentado como um equipamento complexo. O entrevistado relata as diferenças entre três tipos de pluviômetros que estariam disponíveis para uso. Inicialmente, cita dois deles: o pluviômetro automático e o pluviômetro semiautomático. Em seguida, inquirido pelo pesquisador, comenta também sobre os pluviômetros de garrafa *pet*. Esta preferência pelos dois primeiros tipos de pluviômetro fica clara em sua fala e as razões serão discutidas a seguir.

Pluviômetros automáticos

Os pluviômetros que o município de São Paulo recebeu no início de 2013 do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) funcionam como bases de informação de referência para as instituições de monitoramento da Defesa Civil. Estes são os pluviômetros automáticos. Um pluviômetro automático é um instrumento de alto custo. Aqueles que foram concedidos pelo CEMADEN não demandam energia elétrica porque possuem uma placa de energia solar e a informação que coletam das chuvas é encaminhada para os órgãos governamentais via celular. O local escolhido para implantar os pluviômetros automáticos foram os Centros Educacionais Unificados (CEU), da Prefeitura de São Paulo. O entrevistado nos explica a decisão.

Entrevistado: *No nosso caso, em um primeiro momento, a gente vai receber 12 automáticos e, num segundo momento, 33 semiautomáticos. Então, o que nós fizemos? Eu sentei com o CGE, nós marcamos os 22 pluviômetros que o CGE tem na cidade, tá até ali [me mostra um mapa de São Paulo com as marcações]. Depois, o que foi que a gente fez... Aonde é que tem vazio? Aqui, aqui e aqui [aponta para os pontos periféricos do mapa]. E o que eu cheguei à conclusão? Quando eu peguei o mapa dos CEUs, olha onde estão*

os CEUs: eles estão nas áreas periféricas! Entendeu? E aí eu falei: “Puxa, é aqui que nós vamos colocar!”. Então, os doze que a gente está colocando estão pegando CEUs mais nas extremidades, pra primeiro criar um monitoramento dessas áreas que bordejam o limite da cidade, que é por onde entram as chuvas, geralmente vem por oeste, e quando vier a segunda fase, esses 33, nós vamos adensar essa malha a ponto de São Paulo ficar aí com praticamente quase setenta equipamentos.

Em um primeiro momento, ocorre a escolha de algumas regiões para a implantação do pluviômetro. O primeiro critério para a escolha de um lugar é identificar os vazios na rede de monitoramento e alerta de riscos. Há uma rede operando. O que se busca é preencher os espaços e adensar a malha existente a fim de obter dados cada vez mais específicos e locais. A primeira informação diante da visualização da rede atual é que os vazios estão localizados em regiões periféricas.

Um segundo critério para escolher o lugar no qual os pluviômetros serão inseridos é a região por onde entram as chuvas. Quais regiões são essas? Novamente, as regiões localizadas nas extremidades do município. Ambos os critérios associados indicam que as ações de prevenção pautadas no monitoramento pluviométrico não haviam focalizado os principais afetados pelas chuvas em São Paulo até o presente momento: aquelas pessoas que habitam regiões precárias, pouco beneficiadas por ações de governo e principais afetadas pelo fluxo das chuvas na capital.

Após a escolha de uma região, eminentemente precária, o segundo momento é marcado pela escolha de um lugar no qual possa ser implantado o pluviômetro. De acordo com o entrevistado, os pluviômetros automáticos serão então, colocados em CEU, equipamentos da própria prefeitura localizados nessas regiões. Mas em que lugar dos CEUs? E aqui vem uma questão interessante.

Entrevistado: Então tem CEUs, por exemplo, que é um CEU mais sossegado, que dá para colocar na laje do prédio da gestão. Mas tem lugares em que a questão de segurança é muito mais complicada e a gente está optando por colocar na caixa d'água por questão de segurança. Ela é mais fechada, é difícil de subir. E até porque está num ponto alto, quer dizer, a captação é bem eficiente.

Para a alocação e implantação desse instrumento, é necessário, minimamente, um espaço “seguro”. A justificativa do coordenador é que é um instrumento caro, que não pode ser colocado em qualquer local. As comunidades em que se implantam tais pluviômetros são comunidades carentes e o furto de instrumentos é um problema enfrentado em diversos âmbitos dos equipamentos que operacionalizam as políticas públicas.

Temos aqui o pluviômetro posicionado a partir de um lugar. Ele é uma tecnologia de alto custo que precisa de um lugar com proteção e que possa captar e emitir sinais, (dados) para os celulares dos responsáveis por seu gerenciamento. Os responsáveis pertencem à Prefeitura de São Paulo. Logo, um pluviômetro automático exige uma prática de cuidado para o seu correto funcionamento que faz existir uma tecnologia de prevenção. Em que ela está pautada? Ele é o centro no qual se mobilizam atores para performar uma prática de controle a distância.

E qual o efeito da implantação de um pluviômetro automático? A organização de uma rede via celular, a mensuração de processos climáticos, a produção de dados e transmissão de informações da periferia para o centro de controle. Em outras palavras, a implantação de um pluviômetro automático mantém os técnicos e gestores informados sobre o território sem que precisem estar presentes no local. Não é necessário que um dos gestores vá até o CEU em que se implantou um desses pluviômetros para saber a quantidade de chuva que tem caído. O pluviômetro automático produz, como efeito de sua instalação, a transposição de regiões e instauração de redes (Law & Mol, 1994). Além disso, muito mais do que enviar informações, ele coproduz um lugar. Estar no alto de uma caixa d’água relaciona-se à eficiência técnica do equipamento, pois promove uma boa captação, e à proteção para evitar furtos e destruições.

Quando se busca um lugar seguro para implantar o pluviômetro, o equipamento exige um cuidado, tendo em vista que membros dessa população podem furto o instrumento. Eles podem, com isso, simplesmente, desestruturar a rede. As medidas tomadas para a implantação do referido instrumento levam como necessidade posicionar a população como perigosa para o equipamento de alto custo. Desse modo, por meio dos pluviômetros automáticos, é quase impossível pensar uma forma de gestão compartilhada para a prevenção de riscos, já que é um modelo tra-

dicional feito por técnicos. A população, de um lado, está sendo protegida pelo Estado, mas, de outro, pode roubar instrumentos de prevenção.

E aqui cabe mais uma ressalva. O equipamento não é bom ou ruim porque protege ou culpa a população. O pluviômetro serve para um propósito e não serve para outro. Nessa rede, o pluviômetro automático fornece informações diretamente para os técnicos e gestores. Isso contribui para ações internas. Entretanto, como fica a população? A produção de tecnologias e redes que sustentam o pluviômetro automático não se propõe e nem pode se propor a um diálogo com a população. Ela é unilateral. Não há participação social. Este é um instrumento que integra uma política de “Proteção” e “Defesa” de civis. “Proteger” e “Defender” são verbos que indicam a existência de defendidos e protegidos, o que sugere passividade de tais atores. Afinal, o que estamos protegendo ou defendendo? A população ou o instrumento? Enquanto nos questionamos, o pluviômetro automático reina absoluto em seu trono no alto da caixa d’água.

Mas não só de pluviômetros automáticos vive um gerenciamento de riscos a distância. Utilizar apenas pluviômetros automáticos não é uma prerrogativa para o gestor. Eles são uma opção. Outra opção são os pluviômetros semiautomáticos. E estes, sim, pressupõem uma forma de gerenciamento participativo.

Pluviômetros semiautomáticos

De acordo com a fala do entrevistado, o pluviômetro semiautomático é um aprimoramento tecnológico que integra a comunidade ao processo de monitoramento e diminui a necessidade de manutenção constante que outros tipos de pluviômetro exigiriam. Conforme o Programa Pluviômetros nas Comunidades, do qual fazem parte as iniciativas de concessão desses instrumentos para as prefeituras:

O pluviômetro semiautomático a ser instalado próximo às áreas de risco de deslizamentos realiza de forma automática a medida e o armazenamento dos valores de intensidade e do acumulado de precipitação pluviométrica que ocorre sobre o local. A leitura destes valores pode ser realizada diretamente em um visor digital (ou display), sendo que o sistema de armazenamento de dados (ou *datalogger*) apresenta funcionalidades que permitem a conexão de um dispositivo externo para a retirada dos dados armazenados, os quais poderão ser transmitidos manualmente, por equipes das

comunidades das áreas de risco, para os órgãos de monitoramento de desastres naturais. (Cemaden, s/d)

Aqui temos um equipamento que, apesar de automático em sua coleta e armazenamento de dados, necessita de uma leitura por uma pessoa que tenha conhecimento para tal. Ele não encaminha diretamente a informação. Logo, fica a pergunta: quem fará essa leitura e encaminhará a informação? O entrevistado nos conta sua proposta: os moradores serão capacitados para realizar a leitura das informações registradas pelo equipamento e repassá-las aos órgãos responsáveis quando indicarem que a quantidade de chuva ultrapassa os limiares de risco, sendo necessário, portanto, emitir um alerta. Desse modo, mais do que um equipamento que coleta dados que funciona por meio de controle a longa distância, o pluviômetro semiautomático é um instrumento que necessita de um agente local para fazer funcionar a rede e promover a mobilização comunitária.

Assim, o pluviômetro semiautomático não pode ficar no topo da caixa d'água, como o pluviômetro automático. Ele não pode ficar isolado da comunidade. Não podemos pressupor que a população lhe trará dano. O seu cuidado não será ofertado pelo seu afastamento. Pelo contrário. Todos os princípios necessários para a implantação do pluviômetro automático caem por terra ao tratarmos do pluviômetro semiautomático. Ele precisa ficar em um local acessível. É o morador ou a moradora quem se torna produtor ou produtora da informação. Eles serão responsáveis por cuidar do instrumento. E, para isso, essa população precisa ser capacitada. Não mais a localização é o pressuposto do cuidado com o equipamento, mas a capacitação oferecida pelos gestores e técnicos da Proteção e Defesa Civil.

Ademais, o pluviômetro semiautomático deflagra um problema na rede do pluviômetro automático: a dificuldade da informação ser acessada pela comunidade. Um alerta de deslizamento emitido pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil é encaminhado para a Coordenadoria Distrital de Defesa Civil que deve encaminhar isso aos Núcleos de Defesa Civil para que, dessa forma, seja emitido o alerta na comunidade. A informação é verticalizada: sai da instância central e chega à periferia. Esse é o movimento do sistema tradicional de controle a distância. Mas no pluviômetro semiautomático, a ordem é alterada. O morador identifica a situação de

risco de desastres, mobiliza seus vizinhos para que tomem as ações necessárias e avisa, posteriormente, a Proteção e Defesa Civil.

Uma coisa é o coordenador emitir o alerta de sua bancada. Outra coisa é o morador tornar-se responsável pela emissão do alerta e mobilizar os demais membros da comunidade. Essa é uma prerrogativa para o bom funcionamento de tais sistemas: a mensagem repassada por alguém de confiança na comunidade é mais eficiente do que repassada por um desconhecido (Breakwell, 2007). Dessa forma, há um pressuposto de que, mantida a rede, feita a mobilização e a capacitação, os moradores poderão tomar posse de um instrumento ou equipamento do governo e gerir, eles mesmos, os riscos de desastre com base na leitura dos dados.

Porém, há uma polaridade da responsabilização nesse sistema. Como nos questiona Mary Jane Spink (2009) com relação ao uso de tabaco e os estilos de vida saudáveis, esta seria uma questão de direitos ou de deveres? De proteção ou de imposição? Seja nas campanhas para a promoção da saúde, seja na implantação de um equipamento que exige ação de membros da comunidade para a prevenção de desastres, há uma ambiguidade no que tange às ações cabíveis, ora por parte da população, ora por parte do Estado. Quando promovemos a ação da comunidade em prol de manter vivos seus próprios membros em uma eventual situação de desastres, até que ponto não obliteramos o sistema perverso que empurra essas pessoas para áreas inadequadas e o governo se priva de tomar ações com vistas a melhorar sua qualidade de vida e evitar que outros migrem para tais áreas?

Temos, portanto, com o pluviômetro automático e o semiautomático, uma polarização da ação. Enquanto na rede que sustenta o uso do pluviômetro automático polariza-se a responsabilidade pela leitura e emissão do alerta nas mãos do gestor – e não se pode garantir que tal informação chegue à comunidade em virtude das interrupções no fluxo - o uso do pluviômetro semiautomático polariza a responsabilidade pela leitura e emissão do alerta para os moradores das áreas de risco, e assim, o governo é apenas informado da situação e age com vistas a tomar medidas responsivas.

Seriam estas as únicas opções? Colocamos o grande peso sobre a população ou sobre governantes? A reflexão a seguir levanta uma terceira possibilidade. Não uma união das duas posições, mas uma proposta que

radicaliza uma delas e denuncia a outra. Os pluviômetros de garrafa *pet* são uma alternativa parcial às polarizações. Por que razão? Ele toma partido. Mas mostra as falhas. Para entendermos essa contraposição, talvez seja necessário retomarmos um pouco o fio da meada: afinal, o que é mesmo um pluviômetro de garrafa *pet*?

Pluviômetros pet

A imagem na Figura 1 é um pluviômetro de garrafa *pet* e nos foi concedida pela Coordenadoria de Defesa Civil do município de São Paulo. Pluviômetros de garrafa *pet* são feitos com recipientes de politereftalato de etileno, provenientes, em sua maioria, de garrafas utilizadas para comercializar refrigerantes, água, sucos. Seu nome, carinhoso ou pragmático, foi institucionalizado como *pet*. O Pluviômetro é feito a partir do corte e retirada da parte superior de uma garrafa *pet*, preferencialmente incolor, e a colocação de uma métrica de milímetros em que se estabelecem limiares para atenção e alerta. A parte superior é então recolocada de forma invertida no corpo da garrafa, produzindo um funil por onde a água deverá escorrer.

Figura 1



Fonte: Fotografia concedida pela Coordenadoria de Ações Preventivas e Recuperativas do município de São Paulo.

A prefeitura de São Paulo capacita e utiliza o registro de voluntários para a implantação e o monitoramento por meio desses instrumentos. O

volume das chuvas é repassado para a gestão local, que toma decisões sobre a antecipação de alertas e ações de preparação. As referidas ações podem contemplar desde a relocação de móveis para espaços mais altos na residência (no caso de inundação) ou mesmo a retirada dos moradores da localidade (no caso de deslizamento). Tal equipamento é utilizado em outros lugares e não apenas em São Paulo. No Fórum de Desastres ocorrido em Maceió, Ângela Coêlho nos conta sobre esses usos²:

Em Jaboaão dos Guararapes, Juliana [outra palestrante] pode confirmar, eles fizeram um pluviômetro de garrafa pet. Então, os moradores da região ribeirinha têm os líderes, eles sabem que se a água chegar a determinado ponto durante certo tempo, eles saem tirando todo mundo da primeira rua e já leva pra um local pré-estabelecido.

O funcionamento do pluviômetro de garrafa *pet* é muito similar ao do pluviômetro semiautomático. Ele mantém, sem dúvida, grande parte do peso da mobilização nas mãos da população pautada na lógica de proximidade territorial como confiança. No entanto, ele não faz apenas isso, denuncia em sua própria estrutura, em seu próprio material, a escassez de recursos e a falta de estrutura da rede de gerenciamento para a prevenção de desastres. Um pluviômetro de garrafa *pet* é um material de baixo custo. Os recursos que chegam às instituições, principalmente no âmbito da prevenção local, são ainda irrisórios. É necessário criatividade para lidar com tal problemática. E essa forma de lidar é por meio de uma reutilização de materiais.

Apesar de integrar uma rede de gerenciamento em que a tecnologia é fulcral e na qual o desenvolvimento tecnológico de alto custo exerce um papel preponderante, ao menos no mundo dos tecnicistas, tecnólogos e cientistas, na prática, o pluviômetro de garrafa *pet* denuncia, por meio de sua própria composição, o quão frágil era, e ainda é, essa rede de emissão de alertas. Por essa razão, a opção por pluviômetros semiautomáticos em oposição aos pluviômetros de garrafas *pet* é quase óbvia por parte do entrevistado. Porque o pluviômetro de garrafa *pet* tem que olhar, tem que medir, tem que tirar a água, pra não deixar a água por

² Coêlho, A. (Locutora). (2012). Prevenção. [Digital áudio em .wave]. Maceió: Espaço Linda Mascarenhas. (Fala em mesa redonda sobre prevenção no I Fórum de Desastres do Programa de Educação Tutorial do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas em 19/10/2012).

causa da dengue. E agora há outros equipamentos para isso. O pluviômetro de garrafa *pet* exige um cuidado constante. É preciso, sobretudo, admitir que não seja o ideal: ele é sujeito a falhas. Principalmente em sua implantação. De acordo com o entrevistado, esse equipamento só foi implantado, de fato, por duas subprefeituras da cidade. E apesar do burburinho provocado na mídia, tal alternativa não teve o efeito esperado. Por isso, a implantação do pluviômetro de garrafa *pet* denuncia: a rede também está sujeita a falhas.

A fala do coordenador é um vislumbre do futuro. Até o momento da presente pesquisa, os pluviômetros semiautomáticos ainda estavam para chegar à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. Mesmo antes disso, ele espera que as coisas funcionem de um modo que venha a favorecer a população (que se engajaria na proposta e se tornaria ativa e participante) e também aos representantes da Defesa Civil (que passariam a gerir as ações populares de prevenção ao invés do desastre em si). Este é o sonho dos técnicos e dos gestores. O sonho da tecnologia. “Os sonhos mudam a escala do fenômeno como o conhecemos: eles permitem novas combinações e misturam propriedades” (Latour, 1996, p. 29).

Entretanto, eventualmente, as coisas podem não dar muito certo: pluviômetros podem falhar. Eles quebram. Eles caem. Eles tornam-se inoperantes por alguma razão. Seus dados não são totalmente confiáveis ou mesmo não são suficientes. Ou, sua instalação é restringida a apenas duas subprefeituras do município de São Paulo, como ocorreu no caso apresentado. Como decidir, na ausência dessas informações pluviométricas, se há a necessidade de evacuar a área? Há risco de uma catástrofe? Que outros parâmetros serão tomados?

Sem pluviômetros

Por mais que os pluviômetros produzam diferentes formas de gerir desastres a partir de leituras de dados também flexíveis, são instrumentos que funcionam em redes que precisam manter a identidade de seus aparatos. Todavia, no âmbito dos desastres, nem sempre é possível manter essa forma. Como o pluviômetro de garrafa *pet* nos indica, este é um modelo ocasionalmente falho. Técnicos e gestores são pessoas muito bem intencionadas, mas também muito bem informadas sobre os limites de

seus instrumentos e de suas medidas. Eles sabem que nem sempre tais informações serão suficientes.

Pesquisador: Hoje é você que emite o alerta para deslizamento?

Entrevistado: Para deslizamento e enchente.

Pesquisador: Certo... E como é que você chega à conclusão para emitir esse alerta? São os limiares?

Entrevistado: Olha, é uma coisa meio de sentimento. Para escorregamento, como é que funciona? Todo dia o CGE me manda um boletim em cima das leituras de chuva, dos pluviômetros que tem nas subprefeituras. Cada subprefeitura tem um pluviômetro antigo que é uma medida de mais de quarenta anos que o DAEE que articula.

Pesquisador: O DAEE é o quê?

Entrevistado: Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Pesquisador: Ah, tá.

Entrevistado: Você tem uma medida às sete da manhã, à uma da tarde, às sete da noite e à meia noite. Então, na leitura da meia noite de ontem, o CGE me manda um boletim em que eu vejo os acumulados. Então, hoje de manhã, eu leio os acumulados e vejo que São Mateus continua alto. O que é alto? É acima de 60 mm. Na Serra do Mar, trabalha com 100 mm, porque nós trabalhamos com 60 mm? Primeiro, que a gente não tem muito claro todas as áreas de risco, eu não tenho uma mobilização eficiente. Então vamos trabalhar com uma margem-margem de risco. Mas já aconteceu de eu colocar uma vez MBoi Mirim com 30 mm e ter escorregado. Porque tem situações de áreas tão vulneráveis que até com menos chuva pode escorregar. Entendeu? E outra coisa, essa questão do escorregamento, ela também ficaria muito mais eficiente. Por quê? Porque muitas vezes o aparelho que me baseia para decretar tá numa área urbanizada onde está a subprefeitura. E a área de risco às vezes está em um lugar que choveu mais. Por isso que a população, tendo esses pluviômetros de pet ou esses semiautomáticos que a gente vai instalar, ela é que vai agilizar a decisão. Ela que vai falar: estamos em atenção.

Limiaries também têm seus limites. Há margens de erro, margens de risco. E como nos informa o entrevistado, margem-margem de risco. No percurso de implantação de um equipamento, há um modo de tecnologia

que se sustenta em protocolos e que eventualmente precisam tornar-se flexíveis. Os números, por exemplo, não são estáticos. Eles mudam. E por razões que não são tão racionais. Às vezes, é uma coisa de sentimento. Se o lugar muda, afirmamos, os números mudam. Conforme Annemarie Mol (2008), os números são adaptáveis e dependerão do tipo de prática que permite sua obtenção. No caso apresentado pelo entrevistado, números também são expressos a partir de sentimentos, experiências pessoais com eventos anteriores, vivências. Ao tecnicismo do cálculo do risco se associam outras formas de contabilizar que consideram as carências da própria rede de monitoramento, o que gera uma última forma de gerenciamento: aquela pautada na experiência pessoal e na emoção.

Modelos de gestão e tecnologias

O pluviômetro automático, o semiautomático e o de garrafa *pet*, bem como a total ausência desses equipamentos, coproduzem versões diferentes do gerenciamento. Em um, a gestão é governamental, em outro, é eminentemente comunitária, a terceira é eminentemente sujeita a falhas e, por isso, incômoda, e na ausência ou carência de pluviômetros, experiência e sentimento são as únicas ferramentas de que se dispõe. Isso significa que esses equipamentos se associam de forma a produzir outro modelo de gestão que contemple a complexidade e multiplicidade dos fenômenos e atores envolvidos.

De acordo com Law e Mol (2002), ser complexo é um processo. “Há complexidade se as coisas se relacionam, mas não se somam, se os eventos ocorrem, mas não dentro do processo de tempo linear, e se um fenômeno ocupa um espaço, mas não pode ser mapeado em termos de um único conjunto de coordenadas tridimensionais” (p. 1). Para eles, complexidade não é sinônimo de lógicas excludentes, a história não significa a continuidade de fatos e, sobretudo, não é possível uma visão panorâmica da realidade: o que possuímos são *versões* múltiplas da realidade.

Tais versões não são apenas palavras, mas modos de reinventar e fabricar coisas e pessoas. Essas múltiplas versões da gestão pautada nos pluviômetros se aproximam e se distanciam em diferentes pontos; elas estão lutando constantemente umas com as outras, mas não se anulam (Mol, 1999).

Por esse motivo, pautados na Semiótica Material, defendemos que todos os pluviômetros performam uma rede de gerenciamento de riscos

que se tem em comum a organização de métodos de controle a longa distância. Esses métodos colaboram para a gestão ao produzirem critérios para o estabelecimento de situações de riscos de desastres. Eles também produzem modos distintos de gestão, nos quais mobilizam atores ou exigem práticas diferentes. A associação de diferentes pluviômetros produz uma rede heterogênea, na qual a noção de gestão também se torna múltipla e passível de incorporar o modelo de governança almejado na contemporaneidade.

Conclusão

No presente capítulo, discutimos as ações de prevenção de desastres com base no modo como a gestão de riscos de desastres da capital paulista tem posicionado a tecnologia e seus efeitos em relação aos moradores de áreas de risco. A partir de um estudo de caso, oferecemos versões sobre a maneira como se tem lidado com tal problemática, tendo como foco o uso de tecnologias no contexto do projeto Pluviômetros nas Comunidades.

Concluimos que pluviômetros não são apenas instrumentos de medição de chuva, mas tecnologias complexas que transformam o cotidiano das instituições, como o CEU, das comunidades e da gestão de riscos de desastres. As diferenças de performance desses pluviômetros aponta ainda para as transformações sociais que a instalação dos referidos equipamentos requer.

Segundo nosso estudo, a tecnologia dos pluviômetros automáticos é pautada na lógica de controle a distância e que precisa encontrar meios de se aproximar ainda mais das comunidades. Os pluviômetros automáticos cumprem uma função meramente técnica e performam comunidades como espaços carentes, perigosos e, necessariamente, passivos em relação ao gerenciamento dos riscos de desastres. Os pluviômetros semiautomáticos, por sua vez, indicam importantes avanços com relação ao modo como o governo se aproxima das comunidades, em uma concepção de governança local. Todavia, suprimem um histórico de ocupação e estabelecimento de situações de vulnerabilidade, diminuindo a responsabilidade do governo em tal gerenciamento. O pluviômetro de garrafa *pet* deflagra essa última dificuldade da estratégia em sua pró-

pria estrutura física e operacional, o que também acarreta a dificuldade de sua aplicação.

Referências

- Alexander, D. (1997). The study of natural disasters (1977–1997) - some reflections on a changing field of knowledge. *Disasters*, 21(4), 284-304.
- Allenby, B. & Sarewitz, D. (2011). *The Techno-Human Condition*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Breakwell, G. (2007). *Psychology of risk*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Cemaden. (s/d). Aspectos técnicos. Acesso em 05 de maio, 2013, em <http://www.cemaden.gov.br/pluviometros/sobre.php>
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Hardoy, J., Pandiella, G., & Barrero, L. S. V. (2011). Local disaster risk reduction in Latin American urban areas. *Environment and Urbanization*, 23(2), 401-413.
- Latour, B. (1991). Technology is society made durable. In J. Law (Ed.), *A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination* (pp. 103-131). London: Routledge.
- Latour, B. (1996). *Aramis or the love of technology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Law, J. (1986). On the methods of long distance control: Vessels, navigation, and the portuguese route to India, In *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?* (pp. 234-263). New York: Routledge; Henley.
- Law, J. & Mol, A. (1994). Regions, networks and fluids: anaemia and social topology. *Social Studies of Science*, 24(4), 641-671.
- Law, J. & Mol, A. (1995). Notes on materialities and socialities. *The Sociological Review*, 43(2), 274-294.
- Law, J. & Mol, A. (2002). Complexities: An Introduction. In A. Mol & J. Law (Eds.), *Complexities: Social Studies Knowledge Practices* (pp. 1-22). Durham, NC: Duke University Press.
- Law, J. & Mol, A. (2008). The actor-enacted: Cumbrian Sheep in 2001. In C. Knappett & L. Malafouris (Orgs.), *Material Agency: towards a non-anthropocentric approach* (pp. 57-77). New York: Springer.

- Lei 12.608, de 11 de abril de 2012. (2012). Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil -SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e da outras providências. Acesso em 12 de maio, 2013 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm
- Mol, A. (1999). Ontological politics: a word and some questions. In J. Law & J. Hassard (Eds.), *Actor Network Theory and After* (pp.74-89). Oxford/Keele: Blackwell; Sociological Review.
- Mol, A. (2008). *The Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice*. London: Routledge.
- Pinheiro, O. (1999). Entrevista: uma prática discursiva. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 183-214). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. (2009). Estilos de vida saudável e práticas de existência: fronteiras e conflitos. In J. Bernardes & B. Medrado (Eds.), *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos* (pp. 15-26). Maceió: ABRAPSO.
- Spink, P., Clemente, R., & Keppke, R. (1999). Governo local: o mito da descentralização e as novas práticas de governança. *Revista de Administração*, 34(1),61-69.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Do movimento das águas ao movimento da vida ribeirinha: mulheres em transformação

Zaira de Andrade Lopes

Vivina Dias Sól Queiróz

Gabriela Lopes de Aquino

Introdução

Este artigo apresenta elementos do cotidiano de pescadoras participantes de uma pesquisa¹ cujo objetivo foi analisar os processos psicossociais, culturais e econômicos que envolvem a constituição das identidades, as condições de trabalho e escolarização da população feminina circunscrita às bacias hidrográficas dos rios Miranda e Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, tomando como eixo de análise as representações sociais – RS – das mulheres ribeirinhas sobre trabalho, educação e relações sociais de gênero.

Estudos sobre a região têm destacado o panorama quantitativo das condições de pobreza da região e, segundo os índices divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (2003), a região vem apresentando leve crescimento no que se refere às condições de desenvolvimento e melhoria nos indicadores de pobreza, no entanto, existem lacunas quanto ao conhecimento ou dados sistematizados dos processos inter e intrapsíquicos que configuram as subjetividades de homens e mulheres que ali residem, bem como aos determinantes psicossociais que envolvem a organização das relações sociais de gênero e que orientam as práticas cotidianas das famílias para o atendimento de suas demandas socioeconômicas e culturais.

¹ Este artigo traz os resultados da primeira etapa da pesquisa: condições de vida, trabalho e educação da mulher ribeirinha da bacia dos rios Aquidauana e Miranda em Mato Grosso do Sul: sentidos e significados na construção das relações de gênero, com financiamento do MCT/CNPq/SPM-PR/MDA.

Para tanto, identificar o que as mulheres pensam e quais significados atribuem às relações sociais e de gênero na constituição de suas identidades é fundamental para o desenvolvimento de ações e proposições para a efetiva eliminação das desigualdades de gênero e da hierarquização de poder entre homens e mulheres. Compreender a natureza das relações familiares, de trabalho, dos processos de educação e de acesso à escolarização é substancial para garantir a real condição de desenvolvimento integral da população ribeirinha dos municípios de Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Miranda.

No estudo compreende-se como ribeirinha, a mulher pertencente às comunidades localizadas nas margens dos rios. É uma trabalhadora rural e suas atividades são marcadamente vinculadas ao movimento e ciclo das águas e de seus derivados. Vive e garante a sua subsistência e de sua família com os produtos que, de alguma maneira, estabelece relações com os rios.

Estudos, na perspectiva de gênero, têm apontado para a mobilização da mulher rural como principal articuladora das questões ambientais e de ações de desenvolvimento sustentáveis no campo, conforme discutido por Machado (2007). As coordenações de ações e intervenções para geração de renda buscam, cada vez mais, inserir a mulher como o elo que promove a organização social e a eliminação da pobreza, proporcionando melhoria da qualidade de vida das famílias.

Em relação às condições de vida e pobreza, fundamentando-se nos estudos de Paugam (2003), entende-se que a pobreza não se refere apenas à carência de bens materiais, ou a falta de dinheiro. Sua delimitação conceitual vincula-se a outros aspectos que vão marcar fortemente a identidade do sujeito, tais como a sua condição social, ou *status* social específico de inferioridade e desvalorização.

Nessa perspectiva, nas sociedades modernas a pobreza não se define em si mesma, mas está vinculada às alterações das faixas de renda correlacionadas às variações da riqueza. A pobreza é considerada muito mais como um processo do que um estado perpétuo e imutável (Paugam, 2006). Para dar conta da compreensão do processo que envolve as condições precárias de subsistência, Paugam desenvolveu o conceito de desqualificação social. Esta categoria conceitual refere-se ao movimento de exclusão gradativa do mercado de trabalho de camadas cada vez maiores de população.

Para tanto, pobreza, segundo Paugam (2006), é uma categoria variada, relativa e arbitrária, contudo, constitui uma propriedade da estrutura das sociedades modernas, uma vez que consideram negativamente sua existência e empreendem esforços no sentido de eliminá-la ou, na sua impossibilidade, dar assistência àqueles que merecem, preferencialmente, aos que acreditam que a assistência é legítima.

O estudo de populações reconhecidas por sua situação de precariedade econômica e vulnerabilidade social e que, de certo modo, sendo seus membros identificados como beneficiários de políticas sociais de assistência, requer conhecimento e análise das características que as definem e as classificam de acordo com as normas e diretrizes das instituições de assistência. As relações sociais de gênero, de modo geral, têm se constituído em elementos que orientaram tais diretrizes.

Para melhor entender as questões relativas à vida das moradoras das margens dos rios Aquidauana e Miranda inicia-se este artigo apresentando um breve relato sobre o contexto e como se constitui a população ribeirinha.

A constituição histórica das populações ribeirinhas das bacias dos rios Aquidauana e Miranda: breves considerações

O município de Aquidauana apresenta-se como um importante polo para a organização de atividades que podem proporcionar a melhoria das condições de vida, saúde, trabalho e educação para distintos municípios que circunscrevem as bacias hidrográficas dos rios Aquidauana e Miranda.

Os estudos sobre as condições de vida da população que compõem esse contexto territorial têm identificado crescimento quanto aos indicadores sociais, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. De acordo com Pereira et al. (2004), a maioria dos municípios da região apresenta o IDH entre os níveis intermediário e o de alto desenvolvimento, isto é entre 0,500 e 0,799, e superior a 0,8, respectivamente.

Quanto ao IDH referente à expectativa de vida, os pesquisadores encontraram indicadores em torno de 0,750 na maioria dos municípios. No âmbito da educação, os níveis situam-se na faixa dos 0,830, qualificados como alto. O IDH vinculado à renda apresenta índices mais baixos,

contudo, permanecem no nível intermediário, com índices em torno de 0,620. O município de Dois Irmãos do Buriti apresenta um dos índices mais baixos, 0,588.

De acordo com os dados do Mapa de pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2003, os municípios de Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Miranda, que estão inseridos nas bacias hidrográficas dos rios Aquidauana e Miranda, apresentam índices de pobreza em torno de 40% e, quanto à desigualdade, o índice de GINI ficou próximo a 0,50%. A leitura de tais informações indica que a população dessa região encontra-se em condições não ideais para favorecer o pleno desenvolvimento humano.

Nesse sentido, é fundamental conhecer as particularidades históricas, culturais e psicossociais que constituem as subjetividades das pessoas da região com foco em um melhor delineamento de políticas públicas e ações afirmativas que viabilize a eliminação da pobreza e das desigualdades e da hierarquização nas relações de gênero.

Ao longo da história, os agrupamentos humanos sempre procuraram se estabelecer próximos aos rios por esses fornecerem água potável, alimentos, além de servirem como vias de transporte e comunicação. Dessa forma, a história da humanidade não pode ser dissociada da história da água, objeto de estudo de Maneglier, segundo Bittencourt (2003).

A história da água foi objeto de estudo de Maneglier. É um estudo que percorre o uso das águas por diversas sociedades, iniciando pela importância mitológica das águas sagradas com seus rituais, deuses, purificações, passando pelas primeiras formas de domesticá-las pelos sistemas de irrigação e pela importância que os romanos atribuíam a esse recurso natural, com o desenvolvimento de magníficas técnicas hidráulicas de aquedutos e as construções para desfrutar os prazeres dos banhos termais. A obra trata igualmente da sociedade urbana moderna e as formas de consumo de água atuais após a canalização, criação de esgotos e desperdícios proporcionados pelas torneiras, além de tratar da história da poluição das águas dos rios e suas consequências. (Maneglier, 1991, citado por Bittencourt, 2003, p. 44)

Assim como as diversas sociedades do passado atribuíram às águas o seu valor em conformidade com seu momento histórico, cultural e econômico, as populações que residem às margens dos rios Aquidauana e

Miranda também o fazem na atualidade. Retirar das águas desses rios o seu sustento, bem como enfrentar as suas adversidades na época das cheias, a escassez do pescado em decorrência da ação predatória humana e também do turismo de pesca na região constituem-se em desafios a este contingente populacional que se constituiu nessa localidade.

O rio Aquidauana nasce na Serra de Maracaju, é afluente pela margem direita do rio Miranda, possui 620 km de extensão, banha os distritos de Camisão, Palmeiras e Piraputanga e os municípios de Aquidauana e Anastácio, servindo de divisa entre as duas cidades. O rio Miranda, por sua vez, tem extensão de 700 km, com 200 km navegáveis; faz divisa entre os municípios de Aquidauana e Miranda, é afluente pela margem esquerda do rio Paraguai, desembocando suas águas nesse rio na altura do distrito de Albuquerque, município de Corumbá.

Os municípios cujos rios têm seu traçado em suas divisas territoriais têm em seus históricos de fundação a necessidade econômica de escoamento da produção dos grupos que dominavam a economia no local. Aquidauana resultou do interesse de um grupo de fazendeiros que tinham propriedades às margens dos rios Miranda e Aquidauana em estabelecer um posto comercial que facilitasse o comércio da região. A cidade de Miranda, que pelos registros históricos é a segunda mais antiga do atual estado de Mato Grosso do Sul, originou-se da preocupação com a defesa da região dos constantes ataques pelas disputas de território durante o período em que o Brasil foi Colônia de Portugal.

Após suas fundações, as cidades foram se desenvolvendo e, com o crescimento da área urbana, a população que vive às margens desses rios foi se constituindo como residentes na localidade e tem convivido com a vulnerabilidade sócio-espacial no período das cheias desses rios.

A cidade de Aquidauana-MS, particularmente, retrata um quadro da problemática socioambiental, representada, sobretudo, nos aspectos do extremo climático. Quando iniciou seu processo de urbanização em 1892, não havia muitos registros relacionados ao excepcionalismo climático, uma vez que o índice de crescimento populacional apresentava-se reduzido. Assim, os “novos” habitantes instalavam-se em áreas vulneráveis, porém a densidade de uso e ocupação do espaço apresentava suporte de carga. Com o passar dos anos, houve a expansão urbana e áreas ribeirinhas com baixa altimetria foram gradativamente ocupadas, contribuindo para o aumento

da vulnerabilidade socioespacial, especialmente por ocasião de eventos climáticos extremos. (Artigas & Andrade, 2011, pp. 290-291)

Isto não significa que a urbanização seja a responsável pelos problemas enfrentados por essa população, mesmo porque as cidades são produtos do desenvolvimento das forças produtivas e das formas de organização dos humanos em sociedade ao longo da história. Contudo, são as ações humanas que geram o desequilíbrio na relação do homem com a natureza, como o turismo de pesca na região desses rios que trouxe consigo não só diversos grupos de sujeitos em busca de lazer e diversão, como também alavancou a compra de terrenos próximos aos rios onde foram construídos imóveis que se transformaram em pesqueiros e hotéis com o objetivo de oferecer os melhores serviços turísticos aos seus proprietários, hóspedes e visitantes, conforme o alerta de Artioli (2002).

Observa-se que o progresso ocorreu neste setor de maneira desorganizada e obedeceu a ampliações sucessivas, sem critérios, em se tratando de hotéis, pousadas e áreas de camping. Os ranchos de pesca, em sua maioria, têm por norteamento a ocupação com a modernidade e a sofisticação, não sendo preocupação o fato de instalarem-se bem próximos às margens do rio, em área de mata ciliar, despejando resíduos líquidos e sólidos nas águas do Miranda, bem como depositando resíduos em lixões a céu aberto. (Artioli, 2002, p. 36)

Entre as consequências que o turismo de pesca trouxe para a região, encontra-se a diminuição do pescado, afetando diretamente a atividade laboral da população ribeirinha que se vê obrigada a buscar alternativas de trabalho em outras frentes. “Contudo, ainda existem moradores da região que sobrevivem da pesca e relutam para que sua cultura não desapareça” (Lopes et al., 2013, p. 248).

A população ribeirinha que convive com as frequentes enchentes desses rios, a cada ano e até em épocas diferentes, enfrentam perdas materiais, necessitam de ajuda de amigos, parentes e do poder público. Todavia, quando as águas baixam, retornam aos seus lares e continuam a lida diária para a produção de suas existências oriundas da pesca ou de outras atividades, que, segundo Lopes et al. (2013, p. 248), “o que os caracterizam como ribeirinhos é que historicamente, fixaram residências às margens do rio”.

Com essa constituição do cotidiano regulado pelo movimento das águas, e considerando que na sociedade as ações da mulher são percebidas como elemento central para manutenção da vida diária da família, o estudo das relações de gênero é fundamental para entender o movimento da vida das populações ribeirinhas. Na sequência apresenta-se a concepção de gênero e de ser humano que fundamenta a análise dos dados nesse estudo.

As relações sociais de gênero e o desenvolvimento de vida das mulheres ribeirinhas

Mesmo que muito se tenha avançado nas questões que envolvem as relações de gênero e étnico-raciais, a atual organização social da realidade ainda se encontra sob a égide da ideologia do patriarcado, ou da ordem patriarcal de gênero, conforme aponta Saffioti (2004), configurando as representações sociais de gênero de mulheres e homens. Esse contexto social contribui para a manutenção de uma realidade marcada pelas desigualdades nas relações de gênero, bem como nas questões étnico-raciais.

Nas áreas rurais, a divisão de trabalho ainda se apresenta marcadamente caracterizada pela relação entre o público e o privado. De acordo com os estudos de Di Ciommo (2007), os homens, em sua maioria, estão culturalmente vinculados ao setor produtivo, que envolvem a produção de bens e serviços para o consumo ou venda. Às mulheres ainda são designadas as atividades relativas à maternidade, reforçando os vínculos biológicos e criando os significados simbólicos de proximidade da natureza.

Hirata (1998), ao pesquisar sobre divisão social do trabalho sob o enfoque de gênero, aponta que partir dos anos de 1970 houve um aumento significativo da mão de obra feminina no mercado de trabalho no Brasil e no mundo, no entanto, ainda se mantém uma distribuição marcada pelas desigualdades entre homens e mulheres.

Conforme Hirata e Kergoat (2007), os estudos desenvolvidos com objetivo de realizar um balanço quanto à organização dos trabalhos masculinos e femininos em nossa sociedade chegam sempre à mesma constatação paradoxal “nessa matéria, tudo muda, mas nada muda” (Hirata & Kergoat, 2007, p. 597).

A vinculação das mulheres à reprodução desencadeia uma variedade de responsabilidades relativas ao bem-estar e sobrevivência da família. Ela é responsável pela manutenção do lar por meio de tarefas como: coleta de água e de lenha no campo, preparo dos alimentos, limpeza doméstica, atenção e educação das crianças, bem como providenciar as compras necessárias e ações referentes ao cuidado com a saúde dos membros da família (Di Ciommo, 2007).

Lopes (2000) aponta que gênero deve ser compreendido em uma dimensão ampla, no plano das relações sociais. Estas, sob o enfoque de gênero, são compreendidas como construção histórica e social. Identifica-se, para tanto, o caráter cultural e sócio-histórico do referido conceito. É importante salientar ainda que, para Scott (1991), gênero é uma forma primordial de significar as relações de poder, aspecto que também pode ser identificado nas discriminações e exclusões étnicas raciais.

A categoria gênero não deve ser vista na perspectiva da composição da dualidade/dicotomia masculino e feminino, visto que o conceito pressupõe uma rede que interliga, além dos atores – homens e mulheres –, os elementos políticos, culturais, étnicos e econômicos, que permeiam as relações sociais e põem em evidência a hierarquia advinda desses elementos interligados. Estudos de gênero enfocando a questão da masculinidade têm se apresentado em uma perspectiva bastante positiva e crescente para a compreensão das relações sociais, tal como os estudos de Nolasco (1993; 1995), Gomes (2003; 2005), e Connel (1995; 2001).

Em se tratando de gênero como uma construção histórica e social, a masculinidade é compreendida como um processo de construção social e cultural que vai ter o sentido vinculado ao tempo e ao espaço nos quais se configura. Compreender o masculino sob esse ponto de vista requer “desconstruir” o conceito de homem, calcado na perspectiva patriarcal, que consiste na imagem da virilidade, força e poder e promover a “construção social da masculinidade”.

Há que se romper com os padrões estabelecidos, mesmo porque estes podem coibir ou obstar a livre expressão de homens e mulheres. Entretanto, isso não implica criar e preestabelecer novos modelos de identidades masculinas e femininas. Estas pertencem a cada indivíduo que, no contexto e tempo adequados, evidenciam-se conforme as necessidades.

Pensar qualquer proposta de intervenção psicossocial em grupos ou comunidades requer o conhecimento das relações e processos de constituição da subjetividade de seus integrantes.

Organizar e viabilizar projetos com objetivo de promover o desenvolvimento e qualidade de vida de pessoas que compõem uma comunidade, ou sociedade, pressupõe o conhecimento dos aspectos sociais, histórico-culturais, econômicos, bem como a subjetividade individual e social que configuram cada membro.

Subjetividade individual refere-se à constituição da história de relações humanas, do sujeito concreto em contextos sociais. O processo se constrói a partir das experiências sociais e culturais, e permitem a atribuição de sentido à realidade objetiva. Quanto à subjetividade social, diz respeito ao conjunto de representações subjetivas do grupo ou do indivíduo e que possibilita as articulações nos diferentes níveis da realidade objetiva.

O trabalho feminino no campo e na pesca na bacia hidrográfica do Alto Pantanal

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por conquistas significativas na luta das mulheres do campo. Sales (2007) registra os avanços que se seguiram após a promulgação da Constituição de 1988, na qual se reconhece a igualdade de direitos entre homens e mulheres para a obtenção de títulos de domínio ou concessão de uso de terras para fins de reforma agrária. Ainda segundo Sales (2007), em 2003, por meio de Portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, instituiu-se a obrigatoriedade da titulação da terra em nome do homem e da mulher, casados ou em união estável. Tais avanços se caracterizam como instrumentos que permitem o fortalecimento da mulher e a reorganização das relações sociais de gênero, que alteram significativamente a consciência de homens e mulheres.

Por outra perspectiva, Brumer (2002), em seu estudo que trata sobre a previdência rural, analisada sob o prisma do conceito de gênero, salienta os percalços da trabalhadora rural para ser reconhecida como tal, e as implicações para as garantias trabalhistas bem como a inclusão tardia ao sistema de previdência social.

Para tanto, este estudo possibilita conhecer as características sociais, culturais e econômicas que permeiam a subjetividade das mulheres ribeirinhas que definem suas necessidades, desejos e o seu fazer. Tais conhecimentos podem subsidiar políticas e intervenções com vistas a promover o “empoderamento” de mulheres pertencentes aos espaços que compõe a microrregião Aquidauana e região do Alto Pantanal para o processo de formação da consciência e transformação das condições materiais e reais de existência que, em última instância, permite materializar o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, principalmente quanto ao capítulo que trata da mulher e sua relação com o desenvolvimento sustentável no meio rural e com as garantias de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar. E, ainda, quanto ao direito à terra e moradia nos meios rurais.

Movimentos e percursos metodológicos da pesquisa

O estudo é resultante de uma pesquisa social, de abordagem qualitativa, visto que busca identificar e compreender os múltiplos e complexos processos histórico-sociais, culturais e econômicos que permeiam as relações humanas e a configuração da subjetividade dos sujeitos sociais. De acordo com Minayo (2004), a pesquisa social tem uma carga histórica, e tal como as teorias sociais, refletem posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos específicos.

Caracteriza-se ainda como pesquisa explicativa, conforme definido por Gil (2002), considerando que se pretendeu investigar a variedade de fatores que determinam as relações de gênero e contribuem para materializar as ações e processos sociais da realidade que constituem o fazer e as condições materiais de existência de homens e mulheres. Buscou-se analisar os elementos significativos e os sentidos atribuídos pelas mulheres participantes do estudo que formalizam suas representações sociais acerca das temáticas que envolvem a pesquisa.

As representações sociais (RS), definidas por Moscovici (1978) e Jodelet (1989) e Moscovici (2003), são processos cognitivos construídos e organizados pelos indivíduos decorrentes das experiências vividas e

das relações mantidas em seu grupo social. Essas elaborações cognitivas determinam o modo de agir, a comunicação e as atitudes do sujeito frente à realidade. Assim sendo, orientam as práticas e a fala de tal modo que sua análise proporciona o entendimento dos processos ou fenômenos que ocorrem nos contextos sociais.

A identificação das RS permite perceber os caminhos e as diretrizes a serem adotadas para a eliminação ou atenuação das desigualdades e relações de poder hierarquizado entre o masculino e feminino. De certo modo, torna visíveis as relações que perpetuam as condições de subjugação da mulher frente à realidade, constituindo contextos sociais de opressão tanto de homens quanto das mulheres, bem como, de exclusão daqueles que não se enquadram nos ditames das normas sociais padronizadas pela ordem patriarcal de gênero.

As representações sociais expressam, desse modo, as ideias, o pensamento de um determinado grupo social, em uma determinada época. São os significados e os sentidos que o grupo atribui à realidade. Cada integrante do grupo vai internalizando tais significados e constituindo sua subjetividade. Os processos que as produzem estão o tempo todo imersos nas comunicações e práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho, arte, produção. Os estudos dessas elaborações mentais levam à compreensão de que “a realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligado de sua inscrição social” (Arruda, 2002, p. 131).

Na compreensão da noção de gênero, bem como na análise dos aspectos decorrentes da compreensão das relações sociais entre homens e mulheres, este estudo orienta-se pela concepção de ser humano na perspectiva histórico-cultural, representada principalmente por Vygotsky (1989). Essa escola teórica permite a compreensão do sujeito em sua integralidade histórica e social e é capaz de responder às indagações concernentes à constituição e à formação da subjetividade, bem como aos processos que desencadeiam os comportamentos de cada ser humano, em uma perspectiva integralizadora e dialética.

Para a coleta de dados nessa primeira etapa da pesquisa, desenvolveram-se as seguintes ações:

- Levantamento dos estudos teóricos sobre a região;
- Contatos com as instituições e organização de moradores, trabalhadores e colônia de pescadores dos municípios de Aquidauana e Anastácio, que englobam a região delimitada para a pesquisa;
- Entrevistas individuais com quatorze (14) mulheres ribeirinhas e que estão associadas à Colônia de Pescadores Artesanal de Aquidauana de Mato Grosso do Sul - Z-07;

As entrevistas se realizaram conforme os princípios éticos preconizados na Resolução Nº196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, portanto, todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

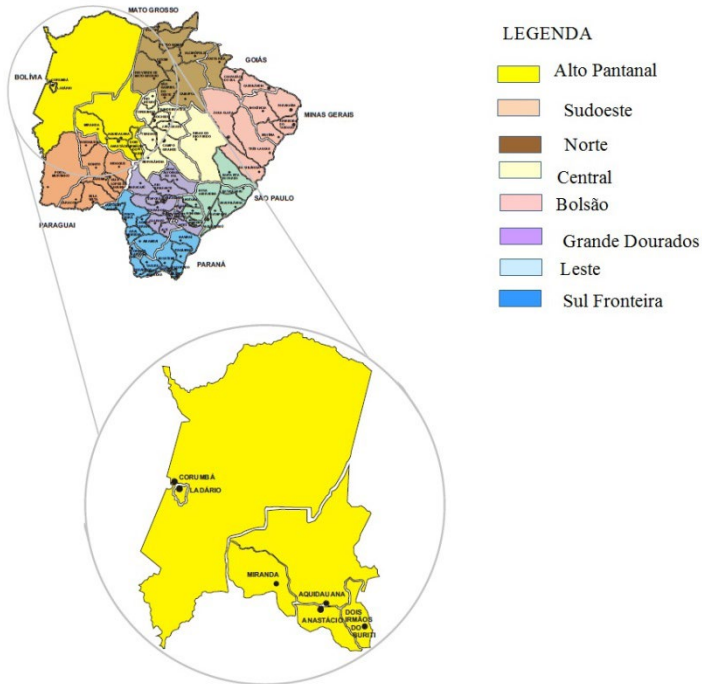
A região das pescadoras entrevistadas

A região envolvida no estudo situa-se no oeste de Mato Grosso do Sul, em plena Bacia do Alto Paraguai, contudo, a microrregião é denominada de bacia do Alto Pantanal, que congrega os municípios de Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Corumbá e Ladário (Figura 1). Nesse estudo, os municípios de Corumbá e Ladário não foram contemplados devido à distância em relação ao Campus de Aquidauana, o que dificultaria o acesso às alunas bolsistas para proceder às entrevistas e contatos e, principalmente, devido aos rios Miranda e Anastácio não alcançarem esses municípios.

Para delimitação do território da pesquisa, utilizou-se a organização territorial estabelecida pela Secretaria de Planejamento e Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, que, a partir de critérios de ordem geográfica, econômica, histórica e social, para efeito de trabalho com o desenvolvimento regional sustentável, estabeleceu uma nova divisão do Estado de Mato Grosso do Sul², em oito regiões: Alto Pantanal, Bolsão, Central, Norte, Grande Dourados, Leste, Sudoeste e Sul-Fronteira.

² Observa-se, no entanto, conforme o documento Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal (2005) (disponível em <http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=4019>) que, além dessa divisão geopolítica organizada pela SEPLANCT, existem outras divisões, como, por exemplo, a do IBGE, dividindo o estado em 11 microrregiões, e a do PDTUR, com 7 regiões geopolíticas, partindo de um pressuposto dos corredores de turismo do Estado.

Figura 1 - Localização da região do estudo



Fonte: Secretaria de Planejamento e de Ciência e tecnologia de Mato Grosso do Sul SEPLANCT (2005) (adaptação das autoras)

A área do estudo envolve os biomas do Cerrado e do Pantanal. A pesca, juntamente com a pecuária e a agricultura, é uma das principais atividades econômicas, sociais e ambientais realizadas no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e é exercida nas modalidades profissional-artesanal, amadora (ou esportiva) e de subsistência.

Organização e análise dos dados

A coleta de dados realizada entre os meses de abril de 2012 a março de 2013 deu-se por meio de entrevistas individuais realizadas com 14 (quatorze) pescadoras associadas à Colônia de pescadores de Aquidaua-

na, seguindo um roteiro semiestruturado organizado em cinco eixos: (a) dados de identificação pessoal, familiar, escolarização e perfil socioeconômico; (b) processo de escolarização e acesso à educação; (c) condições de vida; (d) condições e processo de trabalho; (f) concepção de gênero.

As mulheres entrevistadas são pescadoras, pertencente às comunidades localizadas nas margens dos rios que compõem as bacias hidrográficas dos rios Aquidauana e Miranda e suas atividades são marcadamente vinculadas ao movimento e ciclo das águas e de seus derivados. Essas mulheres vivem e garantem suas subsistências e de suas famílias com os produtos que, de alguma maneira, estabelece relações com os rios.

Considerando que a região da pesquisa faz parte do ecossistema pantaneiro, optou-se por denominar as participantes com nomes de elementos da fauna e flora pantaneira, especificamente aves, peixes, plantas e flores.

A identificação dos processos e elementos que compõem o pensamento das ribeirinhas, expressos por meio da fala, bem como os significados que elas atribuem às relações sociais, de gênero e de trabalho na constituição de suas identidades é fundamental para o desenvolvimento de ações e proposições demandadas pelas políticas públicas visando eliminar as desigualdades de gênero e da hierarquização de poder entre homens e mulheres.

Para a análise dos dados buscou-se organizar os núcleos temáticos oriundos dos discursos das mulheres participantes. Posteriormente estes núcleos formaram as categorias temáticas. Cada categoria foi constituída por elementos que se evidenciaram como significativos para as entrevistadas e se repetiram nas diversas entrevistas realizadas.

As categorias que se formaram a partir das falas das mulheres ribeirinhas são:

1. Condições de Vida e Relações de Gênero - neste núcleo reúnem-se os elementos que permitem identificar a rotina de vida no âmbito doméstico e familiar das mulheres entrevistadas, bem como suas representações sobre a mulher na sociedade.

2. Condições de trabalho – os elementos que envolvem a rotina diária e o processo de trabalho, as questões financeiras e de subsistência das participantes.

3. Acesso à educação – o grau de escolaridade das participantes e como foi o acesso e organização dos estudos.

4. Perspectivas de futuro – neste núcleo destacaram-se os elementos que para as pescadoras manifestam como desejos a serem realizados e aqueles que esperam para si e para os membros familiares.

No movimento das águas, o movimento da vida nos rios Aquidauana e Miranda

Os elementos que se apresentam com sentido para as participantes e os significados construídos ao longo das histórias vividas pelas participantes são apresentados nesta seção, organizados conforme as categorias ou núcleos temáticos constituídos.

Condições de vida das pescadoras e relações de gênero

As participantes da pesquisa são mulheres com idades entre 30 e 68 anos, a maioria delas possui escolarização entre o 2º e o 4º ano do Ensino Fundamental. Conforme os dados de identificação coletados, o trabalho com a pesca permite a composição de uma renda familiar entre 2 e 4 salários mínimos. Apenas uma das entrevistadas não tem companheiro, informou ser viúva, as demais convivem com seus parceiros, casadas ou com união estável, algumas em segundo ou terceiro relacionamento matrimonial. Treze delas têm mais de um filho ou filha. Apenas uma delas, com 38 anos, informa que é solteira, mas tem filho.

De acordo com as informações das entrevistadas, elas são responsáveis pela organização das atividades familiares como: alimentação, educação dos/as filhos/as, gerenciamento e organização dos trabalhos domésticos. Percebe-se que elas sentem essas atribuições como inerentes à sua condição de mulher, fazem parte de suas atividades e não questionam se existem outras formas de organização das atividades domésticas. Conferindo significado ao papel e atribuições da mulher na sociedade.

As relações de gênero no tocante à divisão de trabalho, sejam no campo ou nos espaços urbanos, se caracterizam pela superioridade do masculino em relação ao feminino, conforme registrados em estudos

como, por exemplo, o de Melo, Considera e Sabato (2007) que, ao discutir a condição da mulher rural e seus papéis no contexto da divisão sexual do trabalho, ressalta como este é demarcado pela invisibilidade do trabalho feminino. O debate na perspectiva de gênero sobre as relações sociais e do trabalho no contexto rural possibilita apreender as desigualdades e se desenvolve como um de seus componentes analíticos centrais a assimetria de poder e no desenvolvimento dos papéis masculinos e femininos no mundo rural.

Nesse sentido, destaca-se também o trabalho de Barduni, Delepste e Carvalho (2010), para os quais a forma de estruturação do trabalho no campo caracteriza-se pela participação de todos os membros da família na produção dos produtos que garantem a subsistência da família, contudo, é dada maior importância à figura do homem, que, ao longo da história da humanidade, foi representado socialmente de modo pleno e como o principal membro do grupo, ou seja, ele é quem sempre deteve o conhecimento e domínio de todo o desenvolvimento de sua produção. Nesse contexto, no estudo citado, o papel da mulher é demarcado como coadjuvante na relação de produção e de entendimento, bem como na apropriação das técnicas de produção. É evidente que tal fato está articulado ao processo histórico, no qual a mulher foi relegada a espaços de menor importância na sociedade.

Segundo Moura (1982), no trabalho familiar, a administração de divisão de serviços do grupo está baseado na divisão sexual do trabalho, levando em consideração que certas tarefas são vistas como para os homens e outras próprias às mulheres. Destaca-se também que a essa divisão destinava-se para cada membro da família (pai, mãe e filhos).

Uma das entrevistadas, ainda que se identificasse como pescadora profissional, relata que:

sou dona do lar... É, sou pescadora profissional, em casa. Como você vê, minha casa fica em cima da barranca do rio (risos) não tenho outra coisa, eu trabalho pescando, assim, em casa eu faço o dia a dia da mulher, né, aí, quando sobra um tempinho, vou pescar.” (Pescadora Beija-Flor, 38 anos)

Quanto às relações sociais de gênero, elas relatam que as mulheres de hoje conquistaram espaços na sociedade e que apresentam um tipo de vida diferente de mulheres de períodos históricos anteriores.

Uma das pescadoras, quando indagada sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade, afirma que

Bom, o homem e a mulher vivem em espaços iguais e têm direitos iguais, o homem não é mais quem mantém a casa e tem toda a autoridade; hoje homens e mulheres estão no mesmo cenário ... Hoje a mulher ocupa grande destaque na sociedade, bem diferente de antigamente que a mulher era submissa ao homem ... A igualdade entre homens e mulheres está em evidência principalmente no meu trabalho que é dito um trabalho masculino; eu faço de tudo e não sou apenas uma dona de casa. (Pescadora Pirarara, 42 anos)

Outra pescadora traz a seguinte reflexão quanto à condição da mulher na atualidade:

É bem diferente de antigamente. Hoje as mulheres têm seu espaço garantido na sociedade, podendo fazer o que quiser e ser reconhecida ... Meu trabalho é como ser uma dona de casa, mas nas horas vagas ajudo meu esposo e trabalho com pesca, tenho bastante autonomia e cuido do dinheiro de ambos, então posso dizer que sou independente diferentemente de uma mulher que vivia em épocas anteriores. (Pescadora Arraia, 49 anos)

Tem-se então a naturalização do trabalho doméstico como feminino. Essa condição pode constituir barreiras para que as mulheres alterem suas condições de vida e perspectivas de mudanças para outras formas de viver e fazer em seus cotidianos. As transformações das mulheres e especificamente das pescadoras, necessariamente devem passar pela reflexão sobre suas Representações Sociais do ser mulher e da identificação das relações que envolvem as condições de trabalho; suas rotinas diárias e, principalmente, daquilo que se espera das mulheres na sociedade.

Ainda que se sintam ou constituam o sentido de empoderadas e como sujeitas de direitos, evidenciando inclusive esse poder ao ser responsável pelas finanças da família. No entanto, é possível atribuir que esse poder ainda está vinculado aos fazeres relativos ao grupo familiar e sua manutenção. As mulheres se envolvem em um conjunto diversificado de tarefas que não aquelas voltadas, necessariamente, à produção de renda. Assim, cabem a elas as atividades ligadas aos cuidados com a saúde dos membros da família, cuidado com a criação de animais em seus quintais, com a roça, transporte de água, lenha e de produtos oriundos das hortas, dentre outras. Muitos desses fazeres se encontram intimamente

relacionados ao ambiente em que vivem, o que é mediatizado por suas próprias culturas e sociedades.

Condições de trabalho e a vida das pescadoras

Em seus relatos, as mulheres afirmam que a jornada de trabalho é intensa. As atividades da pesca se estendem ao longo do dia todo. Informam que saem muito cedo para rio e, por vezes, a depender do tipo de pescado, o trabalho é realizado a noite inteira, em função do comportamento e hábito do peixe a ser pescado.

Elas relatam que o rio hoje apresenta escassez de peixes, que já foi muito melhor em outras épocas. Contudo, elas consideram que ainda é possível garantir o sustento da família com o produto do peixe e outras atividades na região, tais como o trabalho de empregadas domésticas, lavar e passar roupas nas casas da região. Já os seus maridos ou companheiros trabalham em serviços nas fazendas da região, bem como em serviços gerais de pedreiros, pintores, entre outros, na região urbana.

Em suas falas, fica evidente que a maior dificuldade na pesca está na extinção do peixe dos rios.

A dificuldade que agora encontramos é que tá muito difícil a gente viver pela pesca, porque tá difícil o peixe, às vezes passa um mês sem pegar nada. (Pescadora Curicaca, 61 anos)

Outra adversidade relatada pelas mulheres entrevistadas refere-se à instabilidade financeira, pois convivem com uma renda variável, pois o trabalho com a pesca e outros afazeres na região não permite um valor exato ou fixo no faturamento mensal.

Se a gente pega peixe, a gente tem renda, né, se a gente não pega, a gente não tem. É (sic) uns quinhentos real, mil real, por aí. (Pescadora Aruanã, 55 anos)

Essa situação também foi relatada por outra pescadora que busca nos movimentos das cheias do rio e na quantidade de chuva no ano imediatamente anterior o índice e condições de piscosidade do rio.

Ah, tem, tem ano que a gente não ganha quase nada da pesca porque tá ficando muito fraco, fracassando muitos os peixe (sic), tá muito ruim de

peixe, né, tem ano que a gente não ganha quase nada com pesca não, tem ano que a gente, ano passado mesmo foi ruim de peixe e agora parece que vai ser ruim de novo porque o rio tá baixando e nem tá subindo peixe ruim de novo pelo jeito. Agora nós (sic) tá pegando seguro desemprego de pesca até abrir a pesca, tá pegando seguro agora né. Quando abrir a pesca, aí já para, não pega mais não. (Pescadora Matrixã, 59 anos)

É importante registrar o paradoxo vivido pelas pescadoras. Elas se consideram pescadoras, mas ao mesmo tempo se veem usurpadas dessa condição pelo próprio processo de diminuição da piscosidade do rio. Esse processo indica que a atividade pesqueira se constituiu um trabalho desvalorizado e com condições precarizadas. A mulher pescadora, conforme relatado pelas entrevistadas, em sua maioria, desenvolve a pesca artesanal, sem a utilização de equipamentos e tecnologias mais elaboradas, ao contrário dos homens que se utilizam de barcos e instrumentos que permitem melhor desempenho nos resultados.

Duas das pescadoras entrevistadas relatam a dificuldades no desenvolvimento do trabalho por serem mulheres, evidenciando que ainda hoje, apesar de conquistarem alguns espaços, sofrem processos discriminatórios, como é ilustrado nas falas delas.

As dificuldades que eu encontro aqui... Muita dificuldade ainda é por eu ser uma mulher pescadora, é lei que não tem por ser mulher pescadora, tanto na saúde como no trabalho mesmo, porque fala: é uma pescadora. Acha que não sabe fazer nada na pesca, né?! Eu sei fazer de um tudo. Então, é muita discriminação pela mulher pescadora. É falta de plano de saúde pra mulher pescadora, não só para mulher, mas para o homem também. Então a gente tem muito pouca oportunidade, entendeu? Isso aí, “é” leis que favorecem mais o pescador ribeirinho, aquele artesanato tradicional também que meu pai há mais de 50 anos na beira do rio que pesca e que eu me criô na beira desse rio desde os 7 anos pescando, e criar leis que favoreçam essa pesca regional mesmo natural, tradicional. (Pescadora Orquídea, 47 anos)

Outra pescadora relata que a dificuldade do trabalho da pescadora também se evidencia no processo de negociação do produto da pesca. As mulheres, de certo modo, passam por situações de desvalorização e subjugação quanto à qualidade de seu trabalho. Com é possível perceber nos relatos das entrevistadas:

A dificuldade é que ainda tem muito descaso com os pescadores mais com as mulher (sic). Já houve vez de gente não querer acertar o peixe comigo por dizer que mulher não sabe fazer negócios. A facilidade é que ele faz a gente ter um dinheirinho, ajuda em casa, mais não é aquela coisa de eu depender de meu marido pra tudo. (Pescadora Bromélia, 48 anos)

A maioria das entrevistadas atribui a escassez do peixe à pesca predatória e ao turismo na região. Segundo elas, o barulho e o movimento dos turistas e de seus barcos fazem com que o peixe desapareça, além, claro, da pesca que eles desenvolvem. Ainda que existam as leis de restrição à pesca nos períodos de piracema ou controle do pescado no defeso, consideram tais medidas insuficientes e ineficazes para a manutenção do processo de reprodução dos peixes.

Várias pescadoras entrevistadas apontam que apesar do esforço físico exigido no desenvolvimento das atividades com a pesca, a vantagem do trabalho reside no fato de ter autonomia em relação ao seu processo de trabalho e organização da rotina e horários.

Como populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as entrevistadas são beneficiárias de políticas públicas que lhes garantem um mínimo de assistência social, promovendo o combate à fome e a pobreza extrema. Conforme estudos sobre a nova pobreza de Paugam (2003) e Paugam (2006) os benefícios e recursos advindo das políticas se configuram como mecanismos para garantir, ainda que precariamente, a inserção social de indivíduos ou populações em situação de vulnerabilidade.

As pescadoras ampliam a renda familiar com o recebimento de benefícios como o Programa Bolsa Família, um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

Com a inserção das ribeirinhas na pesca de modo formalizado, por meio da associação à colônia de pescadores, elas também passam a ser beneficiadas pelo Seguro-Desemprego destinado ao/à pescador/a. Esse benefício é uma assistência financeira temporária para estes/as trabalhadores/as que pescam de modo artesanal, individual ou pelo regime da economia familiar, e que têm suas atividades paralisadas no período da piracema, quando a pesca fica proibida nas águas dos rios Aquidauana

e Miranda. Em grande parte dos rios, o período inicia em novembro e termina em fevereiro. Existe um calendário identificando especificamente cada região do rio e a época de suspensão das atividades pesqueiras de acordo com as características definidas nos acordos entre entidades governamentais, de pescadores/as e subsidiados por institutos de pesquisas do meio ambiente e da pesca.

A lei garante que o/a pescador/a receba o benefício em quatro parcelas durante os meses do defeso³, conforme portaria fixada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). Cada parcela tem o valor de um salário mínimo.

Acesso à educação

As pescadoras entrevistadas narram as dificuldades que tiveram para obter os estudos ou dar continuidade ao processo de escolarização, pois quando crianças não havia escolas em que pudessem estudar na área rural, e também devido ao processo de trabalho da família no qual elas precisavam auxiliar. Salientam que o trabalho da pesca foi impedimento à educação formal. E relatam que seus pais não viam a necessidade de estudo. Que bastava aprender a ler e escrever minimamente. Como pode ser identificado na fala da pescadora abaixo

Quando era pequena, estudei muito pouco. Porque meus pais tinham que sair para trabalhar, quando meu pai trabalhava em fazenda... Aí nós mudamos pra Miranda, fomos pescar, naquela época levava “tudo” os filhos, tinha pouca chance de estudo porque não tinha todas as oportunidades que se tem hoje em dia, né?! Então estudei pouco. Aí depois de casada, uns 4 anos atrás... 4,5 anos apareceu o Mova, aí fiz o Mova um pouco, aí terminou porque a gente só estuda na época da piracema, é quando a gente tá em casa. (Pescadora Orquídea, 47 anos)

Esse dado evidenciado pela pescadora é corroborado por outros estudos que confirmam a negação dos estudos às mulheres ao longo da história. Bezerra e Lopes (2011) relatam que as oportunidades de escolarização de mulheres e homens na maioria das sociedades se apresentam de modo desigual. Conclusão também confirmada por Perrot (2007), entre outros estudos.

³ Período de proibição da pesca para determinadas espécies, conforme estabelecido em portarias governamentais.

Por outro lado, as participantes do estudo consideram a vida no campo e à beira do rio como boa e agradável. Expõem que se pudessem ter estudado ou se voltassem para a escola fariam cursos que contemplassem esse contexto ou espaço, como, por exemplo, profissões nas áreas da biologia, do turismo, da agronomia, entre outras ligadas ao campo. Uma delas afirmou que se pudesse estudar, gostaria de ser médica.

Perspectivas de futuro

É interessante observar que na fala da maioria delas não se percebe um desejo de alteração da própria vida, não se veem em contexto e processos diferentes do que vivem. Falam apenas em garantir uma boa alimentação e melhor conforto em suas moradias. Por outro lado, para seus filhos e filhas desejam que estudem e mudem de vida. Que tenham uma boa profissão e com bons empregos. Essas mulheres salientam que desejam uma vida melhor para seus descendentes do que aquela que elas tiveram.

Esse fato é bem ilustrado na fala de uma entrevistada que traz a preocupação com um dos filhos que não quer estudar

Ele não quer estudar, aí eu falo assim pra ele, né, que hoje em dia tá difícil a vida do pescador, né. É difícil... É difícil a vida que a gente tem, não é como a vida pra vocês, essa vida é pra mim e pro seu pai, nós não tamos mais na idade de ir pra escola, mas vocês, não. Vocês têm uma vida inteira pela frente ainda. Não quero você aqui na beira do rio. Falo pra ele: Vai estudar. Mas ele só quer ficar na beira do rio, e só ele que não estuda em casa, o restante “tudo” vai pra escola, “tudo” gosta da escola. Ele é o único que não gosta de escola. Ahh, ele gosta da beira do rio. Eu falei: Ahh, esse menino aí vai puxar à mãe, mais um pescador na família. (Pescadora Arara-Azul, 30 anos)

A perspectiva de vida está muito vinculada ao movimento das águas do rio. Se tiver “cheia” do rio, tem peixe, por outro lado a “cheia” também traz problemas ligados ao desconforto, pois as famílias ribeirinhas acabam perdendo bens como móveis, roupas, eletrodomésticos.

A facilidade que a gente encontra é estar em contato com a natureza. Os nossos rios são rios muito “bom” de pesca, tem muito peixe. Tem muita

gente falando que não, mas tem muito peixe... Que quando não tem bem peixe é quando não tem chuva suficiente para nós, também esse ano a gente tá vendo que não vai ter chuva suficiente pra gente. A água corre tudo por aqui (aponta com o dedo o lugar onde estamos localizados, em frente a algumas casas). A água entra dentro da minha casa, moro ali atrás, agora tô morando em minha lancha na beira do rio. É... Mas a água corre tudo aqui quando tem água suficiente tem muito peixe. Agora quando o rio não enche aí pra gente a pesca é fraca (Pescadora Orquídea, 47 anos).

Algumas considerações sobre as mulheres ribeirinhas

Os resultados preliminares apontam para a existência de representações sociais que referendam a submissão feminina presente nas sociedades, revelam as dificuldades que as mulheres encontram para superar as condições de trabalho precarizadas, a falta de acesso à escolarização e manutenção das relações sociais de gênero moldadas na ideologia do patriarcado.

As atividades exercidas para a pesca são caracterizadas como precárias e que favorecem o desgaste físico e o embrutecimento do corpo. Em seus discursos, as pescadoras revelam que as mulheres, de certa forma, estão ocupando espaços deixados pelo homem, uma vez que as atividades de pesca nos dias atuais já não apresentam os rendimentos de décadas anteriores, e que os pescadores agora exercem outras atividades remuneradas, tais como serviços na área da construção civil nos centros urbanos e, no campo, em ocupações desenvolvidas nas fazendas. Tais revelações levam à evidência de que o espaço conquistado pelas mulheres pescadoras já não são mais valorizados, contexto que referenda estudos anteriores de desqualificações econômicas das atividades exercidas por mulheres, e percebe-se que ainda se mantém uma distribuição marcada pelas desigualdades entre homens e mulheres.

Quanto aos processos de escolarização, as entrevistadas evidenciam as dificuldades de acesso, levando a grandes índices de evasão escolar e abandono dos estudos, visto que a região não oferece condições de continuidade dos estudos. A maioria das entrevistadas possui apenas

os anos iniciais da educação básica, não ultrapassando o 4^a ano do Ensino Fundamental.

Um dos achados marcantes da pesquisa revela a inexistência do principal produto do rio, que é o peixe, fator que implica em deterioração econômica da vida familiar. As pescadoras precisam lidar com a crescente evidência de que no futuro podem não obter das águas a subsistência de sua família. Tal perspectiva pode levar ao sentimento de insegurança, bem como o desejo de promover outras formas de trabalho e vida para seus filhos e filhas.

Por outro lado, elas relatam que gostam da vida que têm, pois na cidade não conseguiriam as condições que têm às margens do rio, que é um lugar bonito e sem o ruído dos carros e motos e a correria da cidade. Afirmam também que com a renda advinda dos produtos do peixe e hortaliças de suas casas, na cidade estariam passando fome.

Conclui-se que as entrevistadas declaram que gostam das atividades que exercem, no entanto, apresentam desejos de superação das condições de vida e trabalho que enfrentaram ao longo de suas histórias, com o envio de suas filhas e filhos para as áreas urbanas para terem acesso ao estudo e romper com as condições de vida, sem, contudo, apresentarem mudanças nas RS de gênero.

Referências

- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147.
- Artigas, E. F. & Andrade, V. S. A. (2011). A vulnerabilidade espacial climática expressa no cotidiano da cidade de Aquidauana. In A. F. Oliveira & M. C. Beck (Orgs.), *Cotidiano: cidade, educação e cidadania* (pp. 289-310). Campo Grande: Ed. UFMS.
- Artioli, A. P. (2002). *Empreendimentos turísticos de pesca e ecoturismo na bacia do rio Miranda: impactos gerados pela ocupação e operação. Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Campo Grande.
- Bezerra, A. C. & Lopes, Z. A. (2011). O processo de escolarização feminina sob a perspectiva de gênero. In F. M. N. S. Ferreira, H. P. V. Bueno, & M. C. Beck

- (Orgs.), *Pantanal Sul-Mato-Grossense: adversidade em destaque* (pp. 113-129). Campo Grande: Ed. UFMS.
- Bittencourt, C. M. F. (2003). Meio ambiente e ensino de História. *História & Ensino*, 9, 63-96.
- Brumer, A. (2002). Previdência social rural e gênero. *Revista Sociologias*, 4(7), 50-81.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, 20(2), 185-206.
- Connell, R. W. (2001). On men and violence. In Written for the United Nations instraw virtual seminar series on men's roles and responsibilities in ending gender-based violence.
- Sydney: University of Sydney. Acesso em 25 agosto, 2005, em http://www.engagingmen.net/files/resources/2010/Caroline/On_Men_and_Violence.pdf
- Di Ciommo, R. C. (2007). Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Ambiente & Sociedade*, 10(1), 151-163.
- Barduni, J., Delesposte, A. G., & Carvalho, A. L. F. (2010). As novas perspectivas das relações de gênero no meio rural: o papel feminino em (re) construção [Trabalho completo]. In *Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político* (pp. 1-11). Curitiba: UFPR. Acesso em 26 de agosto, 2013 em http://www.gerar.ufv.br/publicacoes/AS_NOVAS_PERSPECTIVAS_DAS_RELACOES_DE_GENERO_NO_MEIO_RURAL_O_PAPEL_FEMININO_EM_RE_CONSTRUCAO.pdf
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, R. (2003). Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(3), 825-829.
- Gomes, R. (2005). Masculinidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 261-262.
- Hirata, H. (1998). Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 4(7), 5-27.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações na divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2003). *Mapa de Pobreza e Desigualdade: municípios brasileiros*. Brasília, DF: Autor.
- Jodelet, D. (1989). Les representations sociales: undomaine en expansion. In D. Jodelet, (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 47-78). Paris: Presses Universitaires de France.

- Lopes, Z. A. (2000). *Meninas para um lado, meninos para outro: um estudo sobre representação social de gênero de educadores de creche*. Campo Grande: UFMS.
- Lopes, Z. A., Nascimento, C. C. G., Ferruzzi, D. S., Nantes, G. K. S., Falcão, S. F. F. S., & Machado, D. (2007). Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais na Amazônia brasileira. *Estudos feministas*, 15(2), 485-490.
- Medina, S. C. (2013). Elementos mediadores na constituição da população ri-beirinha do município de Aquidauana – Mato Grosso do Sul. In O. M. R. Ferro & Z. A. Lopes (Orgs.), *Educação e cultura: lições históricas do universo pantaneiro* (pp. 237-250). Campo Grande: Ed. UFMS.
- Melo, H. P. & Considera, C. M. & Sabbato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. In *Economia e Sociedade*, 16(3), 435-454.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (8ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moura, E. B. B. (1982). *Mulheres e menores no trabalho: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nolasco, S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Nolasco, S. (1995). A desconstrução do masculino: uma crítica à análise de gênero. In S. Nolasco (Org.), *A desconstrução do masculino* (pp. 15-29). Rio de Janeiro: Rocco.
- Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez.
- Paugam, S. (2006). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (6ª ed., pp. 67-84). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pereira, M, C. B., Mendes, C. A. B., Grehs, S. A., Barreto, S. R., Becker, M., Lange, M. B. R. & Dias, F. A. (2004). *Bacia hidrográfica do rio Miranda: estado da arte*. Campo Grande: UCDB.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sales, C. M. V. (2007). Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos feministas*, 15(2), 437-443.

- Scott, J. W. (1991). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo.
- SEPLANCT - *Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia*. (2005). *Plano de regional de desenvolvimento sustentável da região do Alto Pantanal*. Campo Grande: IPLAN.
- Vygotsky, L. S. (1989). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Implicações socioafetivas do jovem com o local de moradia

Dayse da Silva Albuquerque

Maria Inês Gasparetto Higuchi

Introdução

Partindo da perspectiva da Psicologia Ambiental, disciplina que se propõe a discutir a relação pessoa-ambiente, este estudo direciona-se a partir de uma abordagem psicossocial do ambiente, compreendendo que a formação do ambiente é ao mesmo tempo a formação da pessoa e vice-versa (Fisher, 1994). Tal abordagem considera tanto a maneira como as pessoas utilizam os lugares quanto o conjunto de sentidos e significados atribuídos através das experiências.

O modo como se dão essas relações possuem implicações na construção identitária dos indivíduos, incluindo a socioafetividade, apontada como aspecto constituinte da identidade social (Garcia-Mira, 1997; Korpela, 1989; Proshansky, Fabian, & Kaminoff, 1983). Ao considerar a ligação socioafetiva com os lugares, a Psicologia Ambiental reintroduz a concepção de que a identidade de lugar é uma subestrutura vital da identidade pessoal e social da pessoa (Mourão & Cavalcante, 2011). Essa concepção enraizada no mundo físico tem sua origem no grau de satisfação das necessidades biológicas, psicossociais e culturais que a pessoa vivencia na relação com esse meio.

Tendo o ambiente físico como aspecto constituinte na formação de identidade social, considera-se relevante refletir sobre os aspectos da intersubjetividade juvenil a respeito do local de moradia. O jovem, enquanto ser que se relaciona em busca de significados que contribuam com essa identidade social, percebe e vivencia o seu entorno, em especial o lugar onde mora, com cognições e sentimentos diferenciados (Fischer, 1994).

Dessa forma, o ambiente físico é sinalizador para a constituição da personalidade do indivíduo e o define no grupo social em que está inserido (Proshansky et al., 1983).

O lugar se constitui como resultado das relações e experiências advindas da dimensão social do ambiente e possibilita tecer um emaranhado de sentidos e significados que refletem o contexto sociocultural e constituem a identidade. Assim, não se pode desvincular espaço-lugar na análise das relações sociais e atribuições de significados. Cria-se uma tríade habitante-identidade-lugar que permite discutir o papel do ambiente urbano como palco de vivência dos seres humanos através do sentir, pensar e agir (Alencar, 2004; Carlos, 2007; Mourão & Cavalcante, 2011).

O lugar, com efeito, manifesta aspectos psicossociais e culturais de seu ocupante, uma vez que por meio das práticas cotidianas produz e sustenta características de si mesmo e, ao mesmo tempo, revela-as aos outros. O ambiente físico é, por conseguinte, um fator muito presente nas relações sociais, e marca de modo especial o jovem, que se encontra em um momento no qual tais aspectos contam muito para se situar no grupo desejado. A moradia se torna, dessa forma, importante no estabelecimento de significados que são utilizados para distinguir os indivíduos dentro de um grupo e situá-lo de alguma forma na estrutura social vigente (Günther, Nepomuceno, Spehar, & Günther, 2003; Higuchi, 2003, 2008).

Considerando a sociedade em que vivemos, cujas estruturas sociais têm na espacialidade elementos de status social, seja das vestimentas usadas, da casa ou bairro de moradia, estariam os jovens observando esses aspectos de distinção? Como os jovens percebem seus locais de moradia? Que tipos de significados e sentimentos o lugar desperta no jovem, e que pode estar de alguma forma atrelada ao processo de construção de uma identidade social? Esses elementos do lugar e significados atribuídos pelo habitante constituem aspectos passíveis de entendimento do comportamento juvenil, que não podem ser negligenciados pela psicologia.

Tais questionamentos permitiram um direcionamento focado no objetivo principal deste estudo, que consistiu na investigação das implicações socioafetivas de jovens de Manaus/AM a respeito de seus locais de moradia através da identificação de significados e sentimentos vivenciados e da atribuição de aspectos de qualidade ambiental. Considera-se que esse tipo de investiga-

ção pode trazer à tona questões presentes na relação pessoa-ambiente e que possam ser trabalhadas em processos socioeducativos, estimulando novos olhares sobre os significados e sentimentos que envolvem as relações sociais dos jovens no ambiente urbano nos seus mais variados espaços.

A apropriação do espaço

O espaço possui uma dimensão simbólica baseada na relação do indivíduo com o lugar, permitindo a construção de significados e sentidos que advém da interpretação de cada ser que se relaciona com aquele contexto e o percebe de maneira distinta (Bonfim, 2010). Um desses elementos socioafetivos é a apropriação. A apropriação do espaço é percebida como um processo dinâmico à medida que engloba tanto a ação do indivíduo sobre o meio, que se traduz em alterações físicas e simbólicas quanto à abstração de conhecimentos, sentimentos e comportamentos proativos que culminam na formação da identidade, ou seja, ação, cognição e afeto são aspectos presentes no processo de apropriação do espaço e formação de uma identidade de lugar (Valera & Pol, 1994). Esse processo de apropriação inclui os movimentos de ação-transformação e identificação simbólica. A ação-transformação se dá através da intervenção individual ou coletiva no espaço a fim de modificá-lo e reflete aspectos mais objetivos da relação pessoa-ambiente, enquanto a identificação simbólica refere-se à atribuição de sentidos e significados envolvendo dimensões subjetivas presentes na construção da identidade (Bonfim, 2010; Moranta & Urrutia, 1994; Vidal, Pol, Guárdia, & Perú, 2004).

Esses aspectos afetivos são enfatizados por Corraliza (1998) na relação pessoa-ambiente ao explicar a transformação do espaço físico em espaço significativo. O autor define o significado do ambiente como conjunto de conceitos que auxiliam o indivíduo na compreensão da representação do lugar. Bonfim (2010) discute ainda que a percepção do ambiente como espaço significativo leva o sujeito à ação e auxilia na construção da cidadania. Esse processo de desenvolvimento alude a uma identidade de lugar, no qual o indivíduo pode perceber o espaço em que está inserido como espaço apropriado ou apropriante, isto é, ele se apropria do espaço e o espaço se apropria dele (Villela-Petit, 1976). O espaço apropriado refere-se à transformação do espaço em lugar significativo, levando a uma

vinculação sadia com o entorno que auxilia na construção da subjetividade. Em contrapartida, o espaço apropriante mantém imutável essa relação (Bonfim, 2010).

Para Valera e Pol (1994), o espaço apropriado leva à construção de uma identidade de lugar definida a partir de um sentimento de pertencimento e a uma valoração atribuída pelo indivíduo aos grupos dos quais faz parte. O termo identidade de lugar baseia-se no conceito de identidade social proposto por Tajfel e inclui o entorno como mais um aspecto a ser considerado na construção da identidade. Nessa construção da identidade e apropriação do espaço, Carlos (2004) aponta que os sentidos e significados vão se agregando a partir dos aspectos relacionais mais simples, aqueles que fazem parte da rotina, dos lugares que frequentamos e que refletem nosso cotidiano. São essas práticas, aparentemente banais, que constituem a tríade habitante-identidade-lugar, pois elas estão na base do espaço vivido. Estão presentes na vivência do espaço, dessa forma, as dimensões psicológica, social e cultural apontadas por Fischer, (1994) que discute a realidade exterior e interior, admitindo o espaço a partir do mundo das ideias, em uma realidade abstrata que existe à medida que é vivenciado e atrelado a uma experiência emocional.

O jovem no espaço urbano

Admitindo que a experiência socioafetiva no lugar inclua os processos de identificação, apropriação do espaço e apego ao lugar, a intensidade dessa experiência também influencia no modo como o indivíduo irá atuar em seu entorno. Por isso, enfatiza-se a necessidade da compreensão do significado simbólico do espaço pelos indivíduos, a fim de fortalecer as vinculações pessoa-ambiente e, por fim, a participação cidadã (Bonfim, 2010; Corraliza, 1998). Ao pensar a participação cidadã de jovens inseridos em um espaço urbano, há que se considerar os contrastes típicos desse cenário, os quais em última instância compõem o rol de sentidos e significados específicos à cidade.

O espaço urbano se manifesta através das inúmeras atividades que nele ocorrem, por isso, é visto como uma construção social resultante das relações entre as pessoas em determinada época e contexto, com características culturais próprias. Também é resultante de uma dimen-

são psicológica que contribui para a formação da subjetividade de cada indivíduo. Tal dimensão é influenciada pelos inúmeros contrastes que a cidade apresenta e que exigem uma constante adaptação na relação pessoa-ambiente (Ramírez, 1998). Para Garcia-Mira (1997), perceber o meio urbano também se constitui enquanto atividade cognitiva, o que auxilia na compreensão do entorno e culmina na apropriação do espaço através dos processos cognitivo-avaliativos, afetivos e interativos. O bairro é incluído como categoria social urbana a ser analisada, considerando suas características singulares e a relação estreita que os indivíduos constroem com esse contexto.

Valera e Pol (1994) ressaltam que as categorias sociais urbanas se diferenciam de acordo com o nível de abstração grupal. O bairro se mostra como uma categoria social urbana relevante para a compreensão da relação indivíduo-ambiente, por se apresentar como um elemento primordial na construção da identidade e por ser delimitado pela própria comunidade, a partir do sentimento de pertencimento do grupo e sua percepção do local. Ao conceber o bairro como entidade humana, Garcia-Mira (1997) explica que ele se constitui enquanto local de moradia ao qual atribuímos sentidos e significados e concomitantemente construímos nossa identidade e um sentimento de pertencimento ao lugar. Em relação aos componentes objetivos, o autor aponta que o bairro se caracteriza pelas ruas, casas, tipos de transportes, serviços oferecidos, entre outros componentes que fazem parte da comunidade e estão atrelados ao conceito de identidade urbana.

A identidade urbana tem como base o sentimento de pertencimento dos indivíduos às distintas categorias sociais urbanas e que auxiliarão na diferenciação dos grupos. Esse sentimento de pertencimento define que determinado indivíduo possui características próprias de determinado grupo e se diferencia dos demais. Nesse processo de diferenciação, apresentar-se-ão elementos simbólicos como o nome do bairro, zona ou cidade e espaços simbólicos urbanos que servem como facilitadores da interação social (Günther et al., 2003; Valera & Pol, 1994).

Amérigo (1998) também pontua que o bairro se localiza entre a casa e a cidade proporcionando ao cidadão o desenvolvimento de sentimento de pertencimento e de comunidade. Do ponto de vista psicossocial, o bairro proporciona aos indivíduos que se relacionem uns com os outros

e que fortaleçam o sentimento de pertencimento ao lugar. O conceito de bairro está incorporado em pesquisas que discutem ambientes residenciais e pode ser definido como uma área que circunda a casa e no qual se localizam os principais serviços para o estabelecimento dos indivíduos. O bairro é visto como componente relevante na construção das representações sociais de uma cidade, principalmente por estar ligado à identidade social (Vidal et al., 2004).

Sobre os ambientes residenciais, Fischer (1994) define que todo indivíduo vive em um espaço no qual estabelece sua moradia. Esse espaço denominado *habitat*, remete-nos à relação das pessoas com o território de intimidade e abrigo. Como já discutido, a habitação tem relação intrínseca com a identidade pessoal e social dos indivíduos, pois abrange o sentimento de pertencimento e apego ao lugar. Habitar é sentir-se seguro e manter uma orientação espaço-temporal a partir da relação construída com o entorno. A casa, ambiente de habitação do ser humano, permite a conexão entre as pessoas, os lugares e a historicidade do local (Amérigo, 1998) e se constitui um espaço permeado de significados e conteúdos simbólicos construídos ao longo do tempo como elemento de diferenciação a partir das condições concretas da construção e do local de moradia (Higuchi, 2003).

Segundo Toledano (2005)¹, a partir da influência exercida pelo local de moradia em seus ocupantes é que o indivíduo, enquanto habitante desse espaço, também exerce influência sobre o seu *habitat*. Nesse sentido, destaca-se a presença do jovem neste meio urbano enquanto ser que se relaciona com o seu entorno em busca de significados que contribuam para a construção de sua identidade social urbana. Pensar sobre uma identidade social urbana está relacionado à intenção de incluir o meio urbano como mais uma categoria social envolvida na construção da subjetividade.

A partir da identificação das implicações socioafetivas levantadas, foram feitas análises para verificar as possíveis correlações entre as categorias manifestadas, características dos jovens e índices de vulnerabilidade socioambiental (IVSA) dos respectivos bairros de Manaus/AM onde os jovens residem.

¹ Toledano, L. C. (2005). Modos de ser, morar e viver. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia. Manaus: Centro Universitário Luterano de Manaus – CEULM/ULBRA.

Método

A pesquisa de abordagem descritiva exploratória inclui aspectos qualitativos e quantitativos.

Técnicas e instrumentos

Os dados qualitativos emergiram com o uso da técnica dos mapas afetivos, conforme estudo realizado por Bonfim (2008). Os mapas afetivos referem-se a uma técnica na qual são levantados aspectos decorrentes do ambiente físico, considerando-se, principalmente, o significado que o indivíduo atribui àquele espaço e os afetos que permeiam as relações construídas nesses espaços. Investigar os sentimentos e emoções que permeiam o espaço urbano é algo difícil, principalmente porque os sentidos e significados atribuídos a esses espaços se desenvolvem internamente, a partir de aspectos subjetivos. Segundo a autora, os mapas afetivos permitem a categorização de sentimentos através do desenho e da metáfora.

A técnica dos mapas afetivos, de acordo com Bonfim (2010), é composta pelos seguintes itens: (a) o desenho que tem o intuito de deflagrar os sentimentos e emoções atrelados ao local de moradia; (b) o significado do desenho, no qual a interpretação é feita pelo próprio participante da pesquisa que explica o que o desenho representa; (c) os sentimentos, que descrevem os afetos evocados a partir do desenho, momento em que o indivíduo mescla os sentidos atribuídos ao desenho com os sentimentos e emoções atribuídas à representação do desenho. No item (d) das palavras-síntese, ocorre o levantamento de palavras que resumam os sentimentos evocados pelo desenho, a fim de precisar o que foi apontado anteriormente pelo indivíduo. Podem ser utilizados adjetivos, substantivos, entre outros termos que expressem de maneira clara as emoções. Além desses itens, foram feitas adaptações para investigar a expressão do sentimento de pertencimento ao lugar.

A aplicação da técnica consistiu na distribuição aos participantes de uma folha A4 em branco, sobre a qual foram solicitados a fazer um desenho a lápis de seus locais de moradia, segundo suas próprias percepções. Posteriormente, recebiam orientações para que respondessem algumas perguntas relativas ao desenho no verso da folha. As perguntas versaram

sobre os significados, sentimentos sobre o local de moradia e possíveis implicações na escolha de mudança do local atual de moradia.

Participantes

Participaram da pesquisa 161 jovens (87 F e 74 M) com idades entre 12 e 18 anos (Md = 15 anos; DP = 1 ano), estudantes do ensino fundamental e médio de cinco escolas públicas estaduais de Manaus/AM, localizadas em áreas distintas da cidade. A amostra foi aleatória tanto das escolas quanto dos participantes.

Procedimentos de Análise

A análise dos mapas afetivos seguiu uma abordagem qualitativa. A partir da análise de conteúdo (Bardin, 2004; Bauer, 2002), foram realizadas as etapas apontadas por Bonfim (2010): pré-análise, codificação e categorização.

Na fase de pré-análise, os objetivos da pesquisa nortearam a exploração do material levantado. Dessa forma, a pré-análise manteve-se centralizada na identificação dos significados e sentimentos vivenciados pelos adolescentes em relação ao local de moradia. As respostas dos participantes foram transcritas em planilha de dados para transformação dos dados brutos em dados utilizáveis. Tal processo constituiu a codificação e a partir desta iniciou-se a categorização das respostas dos jovens, considerando, os aspectos latentes e que foram apontados com maior frequência pelos participantes (Bonfim, 2010).

Tal análise permitiu a construção dos mapas afetivos em um quadro que englobou os seguintes fatores: identificação do participante, significado atribuído ao desenho, sentimentos, palavras-síntese, motivos para mudança e comparação.

As categorias de análise, após tratamento qualitativo, foram codificadas, de maneira a permitir a inserção em pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) para a verificação das possíveis associações com outras variáveis como os índices de vulnerabilidade socioambientais (IVSA) correspondente aos bairros dos respondentes. Tais dados foram submetidos a tratamento quantitativo para análise de correspondência entre categorias de significados e sentimentos apontados pelos jovens.

A pesquisa seguiu os trâmites éticos previstos pela RE 196 do MS 1996, sendo aprovada no CEP do INPA sob parecer nº. 53394. A pesquisa teve apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) através de bolsa de iniciação científica no programa PIBIC/MCT/INPA/CNPq/FAPEAM.

Resultados

Significados atribuídos aos locais de moradia

Os significados apontados pelos participantes da pesquisa englobam as dimensões discutidas por Fischer (1994) ao destacar o termo *habitat* e seus aspectos psicossociais na teoria sobre ambientes residenciais. Os resultados, advindos da análise de conteúdo, evidenciaram duas categorias de significados distintas. Para a maioria dos jovens, ou seja, 82% deles, o local de moradia representa um espaço social impregnado de lembranças vividas desde sua infância e das relações com os familiares e vizinhos. Para 18% dos jovens esse *habitat* é apenas um lugar situado num ponto geográfico, um endereço onde estão morando.

A percepção do local de moradia como espaço social de segurança, intimidade e privacidade que esses jovens possuem agrega os componentes mais íntimos da relação dos indivíduos com seus locais de moradia. Nesse sentido, a descrição do local de moradia inclui subjetividades que envolvem relações de parentesco, de privacidade e proteção, tais como: “*significa a minha família*”, “*representa o meu conforto e a minha privacidade*” e “*é como se lá não existisse perigo*”. Tais componentes contribuem na formação da identidade ao incluírem as relações familiares, as lembranças da infância e o sentimento de acolhimento propiciado nesse território que amplia o seu bem-estar e pertencimento.

Esse significado de espaço social atribuído pelos jovens ao local de moradia congrega valências afetivas positivas e negativas. Entre as valências positivas relatam-se as lembranças vividas, a sensação de segurança e alívio por estar compartilhando esse espaço com pessoas que lhe são caras. As valências negativas se manifestam no reconhecimento dos cuidados que devem ter diante da recorrente violência urbana presente no âmbito de seu local de moradia. Os jovens expressam essas dimensões dizendo, por exemplo: “[o lugar onde eu moro] *representa um lugar onde eu sou feliz, um*

lugar onde eu passo bons e maus momentos” e “representa um bairro legal, no entanto tem muita marginalidade”. Observa-se que esses significados são resultantes das relações com o ambiente e que são representativas das vivências no lugar, as quais culminam em graus elevados de apropriação do espaço e concomitantemente construção de apego ao lugar.

Em contrapartida, para os jovens cujo local de moradia se refere a um lugar geográfico, este o faz como um endereço de localização física assim expresso: [o desenho representa] *“a minha rua e o local onde está localizada”, e “minha casa e a de alguns vizinhos ao lado e próximo de uma avenida”.* Assim, evidenciam-se os aspectos de localização situando a rua, o bairro ou os caminhos percorridos cotidianamente para ir à escola e outros locais próximos. Nesse lugar geográfico onde reside, os jovens reconhecem a existência de outros endereços de pessoas diferentes e instituições distintas como a casa dos vizinhos, dos amigos, a escola e a igreja, entre outros.

De certa forma o local de moradia se insere num ponto físico tal qual Bourdieu (1997, p. 160) destaca que é inevitavelmente “onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. ... O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico”. A ideia de lugar como localidade, em conformidade com o discurso dos jovens, traz a objetividade presente nas relações. Ao pensar no significado do seu local de moradia como endereço, expressa que ainda não iniciou o processo de apropriação do espaço que culmina com a formação de uma identidade de lugar (Valera & Pol, 1994). Esse momento ou estado seria equivalente ao que os autores chamam de movimentos de ação-transformação, aspectos que precedem uma identificação simbólica, que se manifestam na atribuição de sentidos e significados envolvendo dimensões mais subjetivas presentes na construção da identidade (Bonfim, 2010; Moranta & Urrutia, 1994; Vidal et al., 2004).

Por outro lado, infere-se que os jovens que percebem seu local de moradia como um espaço social destacam com saliência os aspectos subjetivos das relações pessoa-ambiente, portanto, já em processo de identificação simbólica. Nessa forma de perceber o local de moradia estão presentes significados que englobam as dimensões psicossociais do

habitat levantadas por Fischer (1994) e corroboram as discussões teóricas de diversos autores sobre construção da afetividade em ambientes residenciais (Amérigo, 1998; Carlos, 2007; Corraliza, 1998; Garcia-Mira, 1997). Os significados apontados pela maioria dos jovens aludem à definição de habitat por apresentarem a percepção do local de moradia como um espaço que mantém a privacidade e permite a construção de vínculos significativos, de tal forma que estes reconhecem o lugar como “seu” ao mesmo tempo em que é este “o seu lugar”. Particularmente, estes significados contribuem para o desenvolvimento da identidade social. O atributo de apego ao lugar é muitas vezes representado pela própria casa (Fischer, 1994). Em pesquisa realizada por Günther et al. (2003) sobre os lugares preferidos por jovens, mostrou-se bastante evidente a preferência dos jovens pela casa, devido à sensação de segurança propiciada por esse espaço e por ela ser o berço das relações sociais dos indivíduos, auxiliando no processo de construção da identidade.

Na construção dos significados, os jovens associam sentimentos despertados pelos locais de moradia que, por sua vez, reafirmam os significados, mas que também clarificam a percepção destes ao revelar aspectos mais abrangentes das relações com o ambiente e suas implicações.

Sentimentos despertados pelos locais de moradia

Os sentimentos levantados perpassam por aspectos positivos e negativos do local de moradia retomando as discussões sobre representatividade do lugar e seu significado através de sentimentos de pertencimento, apropriação e apego. É interessante o posicionamento dos jovens ao atribuírem sentimentos, pois estes englobam sensações boas e ruins evidenciando que o local de moradia é eliciador de afetos e, por tais razões, inconstante, flexível, de acordo com as experiências vividas e relações construídas. Os sentimentos expressos pelos jovens em relação ao local de moradia foram agrupados, a partir de análise de conteúdo, em duas categorias distintas, a de agradabilidade e de desagradabilidade.

Os sentimentos de agradabilidade em relação ao local de moradia foram expressos pela maioria (79%) dos jovens. A agradabilidade inclui aspectos de conforto, tranquilidade e segurança correspondentes à sensação de bem-estar propiciada pelo lugar, como se observa nessas falas: “[o lugar onde eu moro é] *um local agradável, sem muito barulho...*” e “*me*

sinto segura, feliz e abrigada". Esses sentimentos estão na base do apego ao lugar, ressaltado pela necessidade de fixar moradia e de percebê-la como um espaço de convívio familiar e social, que gera nostalgia e desejo de permanência.

Sentimentos de desagradabilidade estavam presentes numa pequena parcela dos jovens (21%). A desagradabilidade inclui tristeza e insegurança, o que denota sensação de mal-estar naquele local de moradia. Os jovens expressam esse sentimento ao dizer, por exemplo, *"o lugar onde eu moro é uma tristeza, violência constante"* e *"lugar perigoso e sujo, pois muitas pessoas agora começaram a usar drogas"*. A desagradabilidade mobiliza sentimentos de desconforto e medo presentes no dia a dia que levam ao desapego, caso em algum momento esse significado tenha sido construído.

Os sentimentos descritos pelos participantes da pesquisa são similares aos apontados por Bonfim (2010) em sua pesquisa com os mapas afetivos das cidades de Barcelona e São Paulo. A autora discute que os indivíduos mesclam os sentidos com os sentimentos atribuídos à representação do desenho e destaca que os sentimentos de agradabilidade referem-se a palavras que incorporam aspectos positivos e refletem vinculação ao lugar e os sentimentos de desagradabilidade aludem a aspectos mais negativos e palavras que transmitem desconforto e insegurança.

Além dos sentimentos evocados pelo local de moradia, os jovens foram instigados a pensar em motivos que os levariam a uma eventual mudança do atual local de moradia, para que dessa forma se pudesse ter acesso ao sentimento de enraizamento no lugar.

Motivos que fazem os jovens pensar em se mudar do local de moradia atual

Os resultados apontaram que 76% dos jovens teria algum motivo para a mudança do atual local de moradia e apenas 24% deles não teria motivo algum para pensar em mudança. Os jovens que alegaram não possuir quaisquer motivos para mudar do local de moradia dizem que almejam permanecer no local para sempre, o que denota um sentimento intenso de pertencimento e apego ao lugar. Esse desejo de permanência apontado pelos jovens alude ao conceito de identidade social urbana discutido por Valera e Pol (1994), pois se baseia no sentimento de pertencimento bastante fortalecido pelas condições do habitat. A inserção dos jovens em

determinado local de moradia implica a apropriação de aspectos culturais que auxiliarão no desenvolvimento dessa identidade social urbana. O ambiente físico atende às expectativas dos jovens e traz um sentimento de satisfação, necessário para o bem-estar psicossocial e físico.

Entre os jovens que indicaram motivos para a mudança do local, foram categorizados os principais motivos com análise de conteúdo. Estes se referem aos problemas sociais e em menor proporção às condições ambientais. Ao apontar motivos gerados pelas interações sociais, os jovens citam as dificuldades nas relações de vizinhança e com os familiares. O primeiro motivo inclui uma mudança do núcleo familiar quando os vizinhos trazem problemas. Os jovens citam hábitos e atitudes que incomodam a vida de quem mora próximo, como “*o som alto*” ou “*desunião, brigas entre vizinhos*” ou “*intrigas e discussões*”. Esses acontecimentos, na percepção dos jovens, implicam quase sempre em desrespeito e relações conflituosas de vizinhança. Por considerar uma situação de difícil enfrentamento e solução, a mudança de local de moradia parece ser uma solução, embora não desejada. A falta de regras de convivência, ou a simples desobediência dessas regras comunitárias provoca respostas de desapego ao lugar. Além disso, sentimentos de insegurança, medo, mal-estar e tristeza provocados pela violência presente no bairro ou região em que vive levam a implicações que suscitam percepção de risco constante e incontrolável, pois há “*muita morte, muito galeroso, muita droga, muito roubo*”. A falta de assistência do poder público diante da violência urbana e o fato de ter que viver em situações de risco, levam os jovens a acreditar que noutra lugar da cidade teriam uma vida mais segura. A liberdade e conforto proporcionado pelo território de moradia se choca com as macrorrelações sociais provenientes da violência que impedem e tolhem qualquer privacidade e segurança onde o seu lugar de moradia está incluso.

As dificuldades no âmbito familiar também podem, na percepção dos jovens, levar à mudança, isto é, sair da casa, do seu local de moradia mais elementar. Nesse caso, os jovens se veem como unidade distinta do núcleo familiar com quem vive. A mudança de casa e o afastamento da família ocorrem na busca de outro território que lhe permita relações de acolhimento e intimidade, não presentes nesse território. Os conflitos com os pais são apresentados como sentimentos que os desagradam e que seria solucionado com a busca de um novo lugar para morar. Tais di-

ficuldades ficam evidentes quando os jovens relatam que mudariam do local de moradia atual ao *“brigar com familiares”* e se *“papai me expulsar, não cuidar da casa”*. Estes motivos estão presentes nas possibilidades que podem culminar no distanciamento de pessoas cujas relações sociais fogem das expectativas e desejos reais ou imaginados pelos jovens. Constatam-se aqui implicações em suas relações socioafetivas que levam ao sentimento de vulnerabilidade e imaturidade para enfrentar as dificuldades, procurando o deslocamento como forma possível. Tais aspectos atuam como integrantes de um processo de desenraizamento do lugar, e, portanto, menor apego e menor cuidado com o lugar.

Ao se referir às condições ambientais, os jovens citaram a precariedade no fornecimento de serviços básicos (água, energia, transporte, saúde, educação) e a falta de saneamento que geram desconforto e desejo de buscar melhores condições de infraestrutura do bairro para habitar em outros bairros. Estes problemas ambientais instauram um sentimento de insatisfação, tendo em vista as dificuldades físicas e biológicas da permanência no local atual. As dificuldades advindas da ausência dos serviços básicos como *“a falta de água, a falta de segurança e a distância de tudo”*, além da necessidade de *“um local maior, de um lugar que fosse realmente meu e da minha família”* são percebidos como motivos que os levam a sair do lugar atual. Não apenas a carência de serviços básicos, mas também a falta do direito à propriedade são aspectos genuínos para se buscar melhores condições que viabilizem fixar moradia em outros lugares.

Com as categorias assim definidas, foi necessária a codificação para inserção no SPSS. Nesse processo, para cada categoria de significados e sentimentos foi atribuído um código numérico que as representasse. As motivações para mudança foram reduzidas às categorias de enraizamento e desenraizamento para facilitar a análise de correspondência. Teve-se como proposta verificar possíveis correlações entre as distintas percepções dos jovens em relação aos seus locais de moradia e as implicações destas nas relações socioafetivas com o lugar e o desejo de mudança.

Os significados atribuídos (espaço social; lugar geográfico) e sentimentos vivenciados (agradabilidade; desagradabilidade) apresentaram uma associação significativa entre si ($\chi^2 = 31,82$, $p < 0,001$), demonstrando que os sentimentos apontados pelos jovens podem ser explicados a partir dos significados atribuídos aos locais de moradia.

Os significados ($\chi^2 = 8,993$, $p < 0,005$) também apresentaram associação significativa com as motivações para mudança (enraizamento, desenraizamento), assim como os sentimentos ($\chi^2 = 11,572$, $p < 0,001$), demonstrando que o desejo de permanência (enraizamento) ou mudança (desenraizamento) dos jovens está relacionado ao modo como eles percebem o seu entorno e como o vivenciam enquanto eliciador de expectativas e afetos, sejam estes positivos ou negativos.

Destaca-se que o termo enraizamento reflete o discurso daqueles que não apontaram motivos para mudança do local de moradia e o termo desenraizamento abarca o discurso dos jovens que citaram algum motivo para mudança, presente nas categorias apresentadas.

Os significados e sentimentos apontados pelos estudantes demonstram que a percepção do local de moradia traz implicações no que se refere à transformação do espaço em lugar. À medida que são denotados aspectos mais subjetivos nessa relação, os processos de apropriação e apego ao lugar se fortalecem juntamente com o desejo de permanência e o sentimento de pertencimento e vinculação, o que denominamos aqui de enraizamento, considerando aqueles que não apontaram motivos para mudança do local de moradia. Em contrapartida, os sentimentos de desagradabilidade, mal-estar e insegurança geram o desejo de mudança e intensificam o desenraizamento dos moradores, trazendo implicações quanto ao desejo de busca por melhores condições de moradia e vínculos sociais mais significativos que permitam o desenvolvimento de sentimentos de agradabilidade, conforto e segurança.

Verificou-se ainda ausência de correlação entre as variáveis de percepção socioafetivas do ambiente apontadas pelos jovens com a localidade e o tempo de moradia. Dessa forma, compreendemos que a apropriação do espaço e o apego ao lugar se configuram como fatores mais significativos no processo de construção de identidade de lugar que critérios como o período de residência em determinado local ou o local em si.

Os dados produzidos através de análise estatística corroboraram a relação percebida entre os aspectos levantados nesse estudo. Contudo, ao considerar os índices de vulnerabilidade socioambiental - IVSA - (baixa vulnerabilidade socioambiental; alto risco ambiental com baixa vulnerabilidade social e alta vulnerabilidade socioambiental) com o bairro onde os

jovens participantes da pesquisa residem, não apresentaram correlação significativa com os aspectos discutidos nessa pesquisa. Tal resultado nos leva a refletir sobre os fatores e as dimensões que perpassam as relações pessoa-ambiente e a questionar se os critérios utilizados em determinadas políticas públicas que criam índices objetivos de avaliação de lugares incluem aspectos da subjetividade associada ao lugar.

Para verificar se os significados e sentimentos evidenciados pelos jovens estariam associados às condições socioambientais apresentadas pelos estudos que discutem índices de vulnerabilidade social, vulnerabilidade geográfica e risco ambiental, dados os respectivos lugares de moradia, procederam-se alguns testes estatísticos. As percepções apresentadas pelos jovens foram analisadas em função do lugar de moradia com os índices apontados pelo Relatório de Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileiras, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Observatório das Metrôpoles - OM, para as respectivas áreas de Manaus.

Vulnerabilidade socioambiental

O conceito de vulnerabilidade socioambiental é discutido por autores de diversas áreas como a Geografia, Sociologia, Serviço Social e Psicologia Ambiental. Cartier, Barcellos, Hubner e Porto (2009, p. 2696) a definem como “coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais pobres, discriminados e com alta privação (vulnerabilidade social), que vivem ou circulam em áreas de risco ou de degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental)”.

O Observatório das Metrôpoles realizou um estudo para evidenciar as demandas sociais claramente percebidas no cotidiano da cidade de Manaus/AM relacionadas principalmente à precariedade do fornecimento de serviços básicos e o descaso do poder público para solucionar as problemáticas apontadas pelos moradores. No Relatório de Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileiras, organizado por Deschamps (2009), foram apontadas áreas da cidade com diferentes índices de vulnerabilidade socioambiental.

A pesquisa realizada pelo OM partiu de algumas características populacionais relacionadas à estrutura familiar, ciclo de vida e aspectos demográficos tradicionais para construção dos índices de vulnerabilidade social e de aspectos ligados à precariedade do saneamento básico para

classificação do risco ambiental de regiões metropolitanas divididas em áreas de expansão (AED), de acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2000.

Para verificação das possíveis correspondências, os dados obtidos neste estudo foram inseridos em programa estatístico SPSS juntamente com os IVSA do Relatório do OM correspondentes às áreas informadas pelos jovens em Manaus/AM. A partir de uma análise de correspondência entre as variáveis, verificou-se relação significativa entre significados, sentimentos e motivações para mudança apontadas pelos jovens, contudo, os índices de vulnerabilidade socioambiental não apresentaram correlação com as variáveis de percepção socioafetivas do ambiente. Os dados foram distribuídos de acordo com as categorias construídas através da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2004) apresentadas nos tópicos anteriores.

É interessante destacar que os índices construídos pelo OM incluem fatores apontados recorrentemente pelos jovens como possíveis motivos para mudança do local de moradia e como eliciadores de sentimentos de desagradabilidade, desconforto e insegurança. No entanto, a percepção do ambiente destacada pelos jovens, é construída de maneira diferenciada dos fatores apontados pelos pesquisadores, pois estes definem o entorno a partir de indicadores baseados em critérios objetivos excluindo a dimensão das vivências que estão inevitavelmente presentes na construção dos significados e valores do local de moradia. Os critérios levados em conta pelo OM para mensurar a vulnerabilidade socioambiental podem, dessa forma, ser distintos daqueles que os jovens participantes dessa pesquisa consideram ao atribuir significados ao seu local de moradia.

Considerações finais

Os significados atribuídos ao local de moradia e os sentimentos atrelados a esse habitat pelos jovens de diferentes bairros da cidade de Manaus/AM nos mostram que o cidadão jovem é capaz de refletir sobre o lugar em que reside e nele perceber aspectos constitutivos de sua relação com o ambiente, no qual estão em processo as suas histórias pessoais. O local de moradia, seja o bairro ou a casa, se mostra como uma categoria social urbana relevante para a compreensão da relação jovem-ambiente, por se apresentar como um elemento primordial na construção da iden-

tidade a partir do sentimento de pertencimento a esse espaço social. Ao conceber o local de moradia como entidade humana, o jovem atribui significados e sentimentos que estão presentes na construção da apropriação e apego ao lugar, que em última instância cria base para que o lugar seja um aspecto importante na identidade social desse indivíduo.

As demandas levantadas pelos jovens, principalmente em relação às condições precárias de moradia e a sensação de insegurança decorrentes da violência urbana mostram-se como fatores preocupantes, não apenas por serem critérios a serem considerados em políticas públicas, mas principalmente pelo fato de que o lugar de moradia é um aspecto fundamental da formação do indivíduo e, no caso dos jovens, é revelador de sua situação identitária. Como já discutido, a formação do ambiente e da pessoa é mútua e recíproca.

A mudança constante de lugar pode ser compreendida enquanto busca por melhores condições sociais, mas implica em desenraizamento e dificuldade no enfrentamento de vulnerabilidades socioambientais, decorrentes da precariedade de políticas públicas voltadas para tais questões e pela pouca mobilização comunitária para o cuidado do local de moradia.

É interessante refletir sobre a importância de estudos que considerem as relações pessoa-ambiente no sentido de ampliar os conhecimentos sobre os processos socioafetivos presentes na apropriação do espaço, e como estes aspectos subjetivos são construídos ao longo do tempo por seus ocupantes.

Salienta-se a importância dos vínculos significativos mantidos por meio das inter-relações sociais concretizadas com os familiares, amigos e vizinhos e a perspectiva do enraizamento no local de moradia por sentir-se vinculado ao lugar. Além disso, reafirma-se que a identidade social urbana em constante construção e desconstrução corrobora para o efetivo desenvolvimento da cidadania e de melhores condições de moradia.

A ausência de correlação percebida entre os índices de vulnerabilidade socioambiental e os significados e sentimentos atribuídos pelos jovens aos seus locais de moradia, coloca em pauta a necessidade da realização de estudos que discutam aspectos mais subjetivos das relações pessoa-ambiente a fim de expandir a compreensão dos fatores que passam o afastamento ou a manutenção de grupos em determinados lo-

cais. Tais estudos poderão proporcionar ainda um melhor entendimento dos elementos constituintes de um espaço de moradia que atua como parte da identidade social do jovem.

Referências

- Alencar, E. F. (2004). Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do Alto Solimões (AM). *Boletim Rede Amazônia*, 3(1), 67-75.
- Amérigo, M. (1998). Ambientes residenciais. In J. I. Aragonés & M. Amérigo (Coords.), *Psicologia Ambiental* (pp. 173-194). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp.189-217) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bonfim, Z. A. C. (2008). Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In J. Q. Pinheiro & H. Gunther (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 253-280). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bonfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção de mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Fortaleza: Editora da UFC.
- Bourdieu, P. (1997). Efeitos do lugar. In *A miséria do mundo* (pp. 159-166). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carlos, A. F. A. (2004). *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto.
- Carlos, A. F. A. (2007). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições/GESP.
- Cartier, R., Barcellos, C., Hubner, C., & Porto, M. F. (2009). Vulnerabilidade socioambiental e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. *Cad. Saúde Pública*, 25(12), 2695-2704.
- Corraliza, J. A. (1998). Emoción y Ambiente. In J. I. Aragonés & M. Amérigo (Coords.), *Psicologia Ambiental* (pp. 59-76). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Deschamps, M. V. (2009). *Vulnerabilidade socioambiental das regiões metropolitanas brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles – IPPUR/FASE. Acesso em 21 de agosto, 2012, em http://www.observatoriodasmetrolopolos.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=8%3Arelatorios&id=10%3AVulnerabilidade-socioespacial-das-regioes-metrpolitana-s-brasileiras&Itemid=81&lang=pt

- Fischer, G. (1994). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Garcia-Mira, R. (1997). *La ciudad percebida: una psicología ambiental de los barrios de la Coruña*. Coruña: Universidade de Coruña.
- Günther, I. A., Nepomuceno, G. M., Spehar, M. C., & Günther, H. (2003). Lugares favoritos de jovens no Distrito Federal. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 299-308.
- Higuchi, M. I. G. (2003). A socialidade da estrutura especial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. *Revista de Ciências Humanas*, 33, 49-70.
- Higuchi, M. I. G. (2008). Construindo caminhos de protagonismo socioambiental com adolescentes. In L. R. Castro & V. L. Besset (Orgs.), *Pesquisa-Intervenção na infância e juventude* (pp. 224-243). Rio de Janeiro: FAPERJ/Nau Editora.
- Korpela, K. M. (1989). Place-identity as a product of environmental self-regulation. *Journal of Environmental Psychology*, 9, 241-256.
- Moranta, T. V. & Urrutia, E. P. (2005). La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. *Anuario de Psicología*, 36(3), 281-297.
- Mourão, A. R. T. & Cavalcante, S. (2011). Identidade de lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 208-216). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Proshansky, H., Fabian A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of the Environmental Psychology*, 3, 57-83.
- Ramírez, B. F. (1998). El medio urbano. In J. I. Aragonés & M. Américo (Coords.), *Psicología Ambiental* (pp. 259-280). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Valera S. & Pol, E. (1994). El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la Psicología Social y La Psicología Ambiental. *Anuario de Psicología*, 62(3), 5-24.
- Vidal, T., Pol, E., Guárdia, J., & Peró, M. (2004). Un modelo de apropiación del espacio mediante ecuaciones estructurales. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 5(1 y 2), 27-52.
- Villela-Petit, M. (1976). Espace approprié – espace appropriant [Trabalho completo]. In P. Korosec-Serfaty (Ed.), *Appropriation de l'espace* (pp. 219-226). Actes de la 3eme Conference internationale de psychologie de l'espace construit de Strasbourg. Acesso em 21 de agosto, 2012 em <http://perlaserfaty.net/documents/AppropriationMariaVillelaPetit219-226.pdf>

Estimar os jovens é estimar a escola, o bairro e a comunidade

Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Ana Kristia da Silva Martins

Debora Linhares da Silva

Introdução

A relação afeto-lugar será desenvolvida neste estudo, tendo a escola, o bairro e a comunidade como importantes espaços de expressão do cotidiano da juventude em contextos vulneráveis. O Grupo de Trabalho Políticas Públicas como práticas sociais é composto pela contribuição da Psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades associadas às questões ambientais.

Este trabalho apresenta um recorte mais amplo de uma pesquisa de cooperação interinstitucional intitulada *Adolescência e Juventude: estudo sobre situações de risco e redes de proteção em Fortaleza*, realizada pelo Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Programa de Pós-graduação do desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O estudo em questão ficou a cargo do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental - LOCUS, que foi um dos laboratórios participantes da pesquisa geral com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq (Colaço, Cordeiro, Germano, Miranda, & Bomfim, 2011)¹. Este estudo traz uma reflexão acerca da estima de lugar (Bomfim, Alencar, Santos, & Silveira, 2013) e sua relação com os indicadores afetivos de proteção social de jovens de escolas públicas de Fortaleza. Foram averiguadas as correlações existentes a partir dos dados coletados por meio do questionário.

¹ Colaço, V. F. R., Cordeiro, A. C. F., Germano, I. M. P., Miranda, L. L., & Bomfim, Z. A. C. (2011). *Adolescência e juventude: estudo sobre situações de risco e redes de proteção em Fortaleza*. Relatório de pesquisa CNPq. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

nário “Juventude brasileira: comportamentos de risco, fatores de risco e de proteção” (Koller, Cerqueira-Santos, Morais, & Ribeiro, 2006)², utilizado na pesquisa supracitada, entre a estima de lugar e os indicadores de autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro dos jovens de escolas públicas de Fortaleza em relação ao seu bairro e a outros espaços públicos da cidade.

A estima de lugar (Bomfim et al., 2013) refere-se a uma avaliação afetiva, positiva ou negativa, que uma pessoa faz de determinado ambiente, expressa por sentimentos e emoções gerados a partir de imagens, representações, que podem abarcar micro e macro ambientes como a casa, a escola, o bairro, a cidade. A estima de lugar é uma categoria teórica que emerge da afetividade, entendida por sentimentos e emoções, associados a um determinado lugar. Assim como as pessoas se estimam ou se depreciam, os espaços e ambientes podem refletir aspectos positivos e negativos do *self*.

Por meio de cinco categorias teóricas, a estima de lugar pode ser compreendida pelos afetos em termos de sentimentos e emoções de: Agradabilidade, Pertencimento, Destruição, Insegurança e Contrastes em relação a um lugar específico. A estima de lugar potencializadora é composta pelas categorias de Agradabilidade e Pertencimento e a estima de lugar despotencializadora pelas categorias de Destruição, Insegurança e Contrastes (Bomfim, 2003, 2010).

A imagem de Agradabilidade revela sentimentos e qualificações positivas dirigidas aos espaços dos bairros, cidades e outros que são sentidos como agradáveis por seus moradores e ocupantes. O fator Destruição é compreendido como opositor ao fator Agradabilidade, ou seja, aquele também tende a concentrar percepções externas ao sujeito, no ambiente, mas diferencia-se por evidenciar as avaliações de experiências negativas vividas a partir de um ambiente degradado e destruído.

Quanto ao Pertencimento (Proshansky, Fabian, & Kaminoff, 1983), este é concebido em relação aos sentimentos e qualidades de identificação e apego ao lugar. Diferente das categorias de Agradabilidade e de Des-

² Koller, S. H., Cerqueira-Santos, E., Morais, N. A., & Ribeiro, J. (2006). Juventude brasileira: comportamentos de risco, fatores de risco e de proteção. Relatório Técnico da Pesquisa apresentado ao Banco Mundial. Porto Alegre: UFRGS.

truição, onde há uma tendência a polarizar a avaliação num referencial ambiental externo, o Pertencimento tende a conduzir a avaliações ambientais de um ponto de referência interno. No que tange à imagem Insegurança, esta é compreendida como opositora ao Pertencimento. Nela estão todos aqueles sentimentos e palavras que envolvem algo inesperado, instável e, às vezes, negativo. Tem por base os sentimentos de medo, insegurança e ameaça.

Por fim, o fator Contrastes comporta sentimentos, emoções e palavras contraditórias em que há uma polarização positiva e negativa. Os contrastes na cidade foram avaliados inicialmente nos estudos da Escola de Chicago (Park, 1967).

A palavra *estima* denota avaliação e valoração ao mesmo tempo. Assim, a autoestima implica uma avaliação valorativa que o indivíduo faz de si mesmo, isto é, ela expressa a forma como o sujeito aprova ou reprova seus comportamentos, tendo como critérios de avaliação os seus valores pessoais. Segundo Coopersmith (1967, citado por Gobita & Guzzo, 2002).

A autoestima desenvolve-se socialmente, sendo construída e reconstruída a partir das experiências sociais do indivíduo, que vivencia diferentes interações nas quais é valorizado positiva e negativamente, interiorizando essas avaliações a partir do conjunto de suas circunstâncias (Mosquera & Stobäus, 2006). Vale salientar que a autoestima é uma valoração dinâmica, que se altera ao longo da vida, conforme as experiências do indivíduo, o qual atualiza sua avaliação de si mesmo de modo mais ou menos realista. Mosquera e Stobäus (2006, p. 85) afirmam que ter confiança em si mesmo, buscar a própria felicidade, ser capaz de admitir suas características positivas e negativas com equilíbrio, sem subestimá-las ou superestimá-las, ser aberto e compreensivo, manter interações sociais saudáveis e superar fracassos com sobriedade são elementos que indicam uma autoestima positiva.

O conceito de autoeficácia refere-se à avaliação que o indivíduo faz das suas possibilidades pessoais de obter sucesso, mediante ao enfrentamento de desafios que se lhe apresentam. Segundo Bardagi e Boff (2010, p. 42), a autoeficácia corresponde a “percepções que os indivíduos têm sobre suas próprias capacidades, a base para a motivação humana, o bem-estar e as realizações profissionais”. Podemos dizer que uma autoeficácia elevada indica a confiança que a pessoa deposita em si própria

em se tratando de superar as situações de risco que se lhe apresentam. Assim, a percepção de autoeficácia diminui a percepção de vulnerabilidade no indivíduo, bem como sua percepção de risco. A perspectiva de futuro está comprometida com a avaliação que o jovem faz de si mesmo no presente.

Autoeficácia é um conceito de destaque na teoria de Albert Bandura, e está diretamente ligado à motivação, à sensação de bem-estar e às realizações profissionais. Bardagi e Boff (2010) mencionam que, de acordo com Bandura (1992), pessoas com percepção de autoeficácia elevada estão menos suscetíveis ao estresse diante de tarefas e situações que demandam um maior nível de empenho e esforço pessoal, pois são capazes de manter-se motivadas a perseverar na tarefa e manejar habilmente sua ansiedade. Ao considerar a crença acerca da autoeficácia como determinante da ação (Bandura, 2007, citado por Bardagi & Boff, 2010), destaca-se a relevância de aspectos subjetivos na adoção de comportamentos. A compreensão subjetiva de acontecimentos objetivos fornecerá material para a formação de uma crença sobre a própria autoeficácia.

Como um construto pessoal e social, a autoeficácia pode desenvolver-se coletivamente, sendo compartilhada pelos membros de um grupo. Essa eficácia coletiva corresponde à crença dos membros de um determinado grupo em sua capacidade de alcançar resultados e realizar atividades (Pajares & Olaz, 2008, citado por Oliveira & Soares, 2011).

A autoeficácia relaciona-se com a formação de perspectiva de futuro, pois atua como motivação para realizar e conquistar aquilo que o indivíduo considera-se capaz, interferindo diretamente em seu planejamento de vida e em suas realizações. Este construto também influencia os resultados obtidos pelo sujeito, funcionando como um elemento mediador entre a capacidade real do indivíduo e os resultados por ele alcançados.

A perspectiva de futuro está comprometida com a avaliação que o jovem faz de si mesmo no presente, equivalendo a uma antecipação do futuro integrada ao momento atual. Esta relação entre presente e futuro é dinâmica e interdependente, pois ao passo que o conhecimento e os estados afetivos atuais influenciam suas construções acerca do futuro, estas mesmas construções podem modificar e/ou direcionar ações presentes e estados emocionais (Carvalho, Pocinho, & Silva, 2010, p. 555).

Locatelli, Bzuneck e Guimarães (2007) afirmam que a construção de um projeto de vida faz parte da formação da própria identidade pessoal, sendo este composto pelas metas de vida ou tarefas de vida projetadas pelo indivíduo em seu futuro. O estabelecimento de projetos futuros é influenciado por fatores socioculturais, sendo a família, os colegas, a mídia e a escola intervenientes nessa elaboração de modo positivo ou não, à medida que podem atuar como elementos orientadores ou gerar conflitos e dúvidas. A idade, o nível socioeconômico e possivelmente aspectos cognitivos também influenciam diretamente a concepção de um projeto de vida (Locatelli et al., 2007).

Para compreender melhor a importância do lugar como uma dimensão que se relaciona com os aspectos protetores subjetivos de jovens em situação de vulnerabilidade social, serão apresentadas algumas categorias teóricas que baseiam a construção da estima de lugar como um conceito que emerge da afetividade e que dialoga de forma processual com as perspectivas histórico-cultural na Psicologia Social e transacionalista na Psicologia Ambiental.

Estima de lugar: uma construção dialética e psicossocial na Psicologia Social e na Psicologia Ambiental

A Psicologia Ambiental é uma área interdisciplinar que busca compreender a interrelação pessoa-ambiente, colocando o lugar como importante critério de avaliação do bem-estar subjetivo, tanto nos ambientes construídos como naturais. A Psicologia Social de base latino-americana ressalta a importância da não dicotomia entre o indivíduo e o social e concebe esta última dimensão como constitutiva do sujeito, e condição essencial para sua emancipação.

A Psicologia Social latino-americana e a Psicologia Ambiental constituem as bases epistemológicas para a construção da estima de lugar. Valoriza-se a mediação afetiva (Espinosa, 1996; Sawaia, 1999; Vygotsky, 1995), o simbolismo do espaço (Pol & Valera, 1999); topofilia Yi-Fu Tuam (1983) e as Representações Sociais (Moscovici, 1978) para compreender a subjetividade pela mediação do lugar nas dimensões psicossocial e materialista histórica dialética.

A categoria estima de lugar constitui-se como um saber interdisciplinar, valendo-se dos saberes da arquitetura, geografia, sociologia etc., sem deixar de dialogar com a Psicologia Social e Ambiental, visto que não se perde da psicologia o foco na dimensão subjetiva do ambiente. É constituída dos elementos estima (sentimento/valor) e lugar (espaço apropriado), sendo neste impossível separar pessoa e ambiente.

A estima de lugar é uma categoria socialmente construída sob uma base dialética onde se articulam a representação social do lugar (composta também da reputação e a imagem do lugar), o nível de apropriação do espaço e, portanto, de identificação que o sujeito tem com este, o estabelecimento de vínculos afetivos (enraizamento, pertença e apego ao lugar), dentre outros. A construção da estima de lugar apoia-se, na avaliação da qualidade de habitação e uso do ambiente, isto é, segurança, limpeza, organização, sofisticação, estética, preservação ambiental, legibilidade, sinalização, acessibilidade etc., na qualidade dos vínculos sociais de amizade e boa convivência, na imagem social do lugar perante a sociedade e, principalmente, no nível de apropriação do espaço do indivíduo que o estima. (Bomfim, 2003, p. 222)

Como o ambiente é uma rede complexa constituída por muitos elementos, a estima de lugar trata-se de uma síntese simbólica construída pela mediação da afetividade para com os lugares. Como fenômeno subjetivo, depende de um método para sua objetivação: os mapas afetivos. Este método articula sentidos e afetos e seu foco incide sobre o emprego dos afetos como mediadores da relação pessoa-ambiente. É a expressão gráfica, artística e metafórica das imagens e representações que as pessoas têm de um determinado lugar. São geradas a partir de um instrumento através do qual se articulam, na pessoa que o responde, a elaboração de sentimentos e emoções, avaliações e identificações com relação a este lugar.

Segundo Bomfim (2003, p. 212), “Os mapas afetivos são representações do espaço e relacionam-se com qualquer ambiente como território emocional. Os mapas afetivos são instrumentos reveladores da afetividade e indicadores da estima da cidade”.

O estudo dos mapas afetivos orienta-se pela busca de uma síntese dos afetos, na qual se articulam os elementos afetivos presentes nas formas de ver, representar e sentir o lugar. Por intermédio da investigação

das imagens cognitivas e metafóricas e dos processos de apropriação do espaço e de identidade social urbana, pode-se avaliar a complexidade de sentimentos, sentidos, significados, imagens e representações que permeiam a relação pessoa-ambiente. Essas imagens, por serem acompanhadas de sentimentos, podem indicar uma estima positiva ou negativa com relação ao lugar. A positividade (ou negatividade) da estima é intrínseca aos sentimentos que a acompanham, e baseia-se na teorização de Agnes Heller sobre os sentimentos orientativos. “Eles são orientativos porque a sua função primária é a orientação, sua fonte também é a experiência, o sistema de objetivação, os conhecimentos” (Heller, 1979, p. 45). Segundo a autora, há sentimentos que orientam a ação do indivíduo na cidade, fazendo-o implicar-se mais ou menos com esta.

Por meio da elaboração de um instrumento metodológico com função de gerar nas pessoas seus mapas afetivos com relação a lugares, Bomfim (2003) pôde conhecer as cidades de São Paulo e Barcelona, a partir da afetividade de seus habitantes. Respondendo aos itens imagéticos, desenho e criação de metáforas e às questões abertas do instrumento, os pesquisadores revelaram suas formas de ver, representar e sentir essas cidades. Essa complexidade simbólica presente no mapa afetivo foi analisada com vistas a extrair imagens ambientais, indicadoras da estima de lugar, que comporta uma análise de dados do tipo quali-quantí. O instrumento gerador dos mapas afetivos é constituído principalmente por questões abertas, que propiciam uma boa análise qualitativa dos dados, mas é também constituído de uma escala Likert que auxilia numa análise estatística dos mesmos.

A escola tem sido o foco de nossas pesquisas porque abriga uma comunidade representativa dos afetos do bairro no qual se localiza; é um lugar do bairro para seus moradores; há a construção coletiva de sentidos e significados; é um espaço para a dimensão educativa da pesquisa e abriga grupos vulneráveis. A seguir será discutido o espaço da escola como um lugar que pode proteger e apoiar ou um lugar que propicia o contexto para a situação de vulnerabilidade social.

Vulnerabilidades e a escola como lugar de proteção

A escola na compreensão da Psicologia Ambiental é uma ambiência formada por aspectos visíveis e invisíveis, que incluem as dimensões fisi-

cas, culturais, de temporalidades e usos, que caracterizam a cotidianidade e a identidade do lugar (Thibaud, 2004).

A Psicologia Ambiental preocupa-se com a qualidade dos ambientes escolares e, por isso, busca compreender como a escola permite a criação de um ambiente propício para otimizar o processo de ensino-aprendizagem. Um espaço escolar pode tornar-se um lugar quando é dada a oportunidade de construção de um ambiente interativo, que propicia processos de identificação, apropriação do espaço e emancipação humana. O ambiente escolar não corresponde somente à sala de aula, mas ao pátio, os corredores, a biblioteca, o bairro, como importantes locais de aprendizagem e de proteção do jovem (Gilmartín, 1998).

A escola, dentro dos contextos de vulnerabilidade, pode ser pensada como um aparato às redes de proteção à juventude. Entende-se aqui por vulnerabilidades não apenas a questão econômica, como se pobreza e vulnerabilidade fossem sinônimos, mas sim a falta ou a não condição de acesso a bens materiais e serviços que possam suprir aquilo que pode tornar o indivíduo vulnerável (Ayres, 1999).

Nesse sentido, a escola pública usualmente está em territórios considerados vulneráveis, locais com elevados índices de violência, pobreza, criminalidade, drogadicção, dentre outros. Porém, a escola em si aparece como um lugar onde se estabelecem vínculos e onde os jovens, de algum modo, constroem uma perspectiva de futuro.

Segundo Amparo, Galvão, Alves, Brasil e Koller (2008), “Outro importante fator de proteção e promotor de resiliência no contexto de vida de adolescentes em situação de risco psicossocial ... refere-se ao tipo de envolvimento que eles têm com a escola”. Os adolescentes, em sua maioria, vão para este lugar não apenas estudar, mas construir e manter relações que lhe servem de apoio cotidiano para enfrentar adversidades e mesmo para acreditar na construção de outros campos de possibilidades, tendo minimamente projetos de vida a serem desenvolvidos. Neste mesmo estudo, os autores avaliam que, enquanto parte das redes de proteção dos adolescentes, a escola equipara-se à família e aos amigos.

Na perspectiva das políticas públicas, a escola é o local agregador de várias políticas, que não apenas as de educação. Nela, encontram-se ações voltadas às políticas de cultura, saúde, segurança, tentando tornar

esse espaço uma possibilidade de mudança. Assim, a escola deveria ser o foco de ação para se pensar como atuar junto aos adolescentes / jovens que vivem em situações de vulnerabilidades, já que ela agrega diferentes políticas, agrega diferentes vínculos e é também parte integrante do lugar onde estes adolescentes vivem.

No caso da cidade de Fortaleza, pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo Laboratório de Pesquisas em Psicologia Ambiental – LOCUS³ mostram como a escola protege os jovens. Apesar da precariedade estrutural de muitas delas, de estarem inseridas em bairros considerados perigosos, de nem sempre existir uma relação positiva entre professores e alunos, estar inseridos na escola afasta estes jovens de situações como o tráfico, a prostituição e a exploração do trabalho de menores de 18 anos. O tempo dedicado a estar na escola, em seus diferentes espaços, retira os jovens dos contextos que usualmente os tornariam mais suscetíveis às situações de vulnerabilidade.

A temática da vulnerabilidade social e ambiental entre jovens no Brasil tem sido pesquisada nos últimos anos, mostrando que um grande contingente da população brasileira é de jovens, que representam em torno de 20% da juventude da América Latina (Banco Mundial, 2007), vive em situação de vulnerabilidade social e risco. Fortaleza representa uma das capitais brasileiras que apresenta um dos maiores índices de vitimização juvenil na faixa de 14 a 24 anos.

A vulnerabilidade social, fenômeno estudado nessa pesquisa, é um conceito que vem ajudar na compreensão da desigualdade social e pode ser vista como dificuldades de uma pessoa ou de grupo para resistir ou fazer frente a uma determinada ameaça ou problema (Corraliza, 1998), porém não de uma forma determinística. Há uma vulnerabilidade positiva quando se desenvolve, a partir das próprias experiências, formas de resistência e de resiliência que permitem lidar com os obstáculos de forma criativa (Castro & Abramovay, 2002), transformando vivências negativas em oportunidade de crescimento e aprendizagem.

Esta vulnerabilidade positiva foi identificada em pesquisa anterior intitulada Transformando afetos: Jovens e adolescentes catadores de ma-

³ Estima de lugar e Indicadores de proteção afetiva de jovens estudantes de escolas públicas de Fortaleza: Aportes da Psicologia ambiental para a compreensão da vulnerabilidade socio-ambiental.

terial reciclável em busca de uma atividade produtiva (Bomfim, Martins & Calabria, 2011)⁴, na qual foi desenvolvido um estudo qualitativo com 26 jovens na faixa etária de 18 a 27 anos, filhos de catadores de material reciclável, que faziam reciclagem de lixo e que, no momento da pesquisa, eram participantes de um projeto da fábrica de vassouras originada da reciclagem de garrafas de plástico PET. Este grupo de jovens caracterizou-se como vulnerável socialmente, entre outros aspectos, por conter o perfil socioeconômico de baixa renda familiar, por terem deixado de estudar para trabalhar e suas famílias receberem auxílio do governo. Muitos deles já haviam tido experiência ou tinham sido usuários de drogas.

Os comportamentos de risco incluem atividade sexual precoce e arriscada, uso de álcool e outras drogas, violência, desemprego, abandono escolar e entrada precoce no mercado de trabalho. A pesquisa levantou os fatores de risco e de proteção destes jovens no trabalho, além dos dados sociodemográficos e de seus afetos relacionados à fábrica de vassouras PET.

A participação em comportamentos de risco, por sua vez, depende de um conjunto de experiências negativas prévias, que incluem baixa autoestima, abuso físico, sexual ou psicológico, falta de confiança nas instituições locais, sentimento de mal-estar na escola e pobreza, entre outros (Koller, Moraes, & Cerqueira-Santos, 2009; Bronfenbrenner, 2002; Castro & Abramovay, 2002).

Confirmou-se nesta investigação, que as vulnerabilidades socioambientais podem ser amortecidas a partir do incentivo a atividades produtivas e da criação de emprego e renda. Avaliou-se a afetividade (sentimentos e emoções) como uma importante categoria teórica para a compreensão da subjetividade de grupos considerados vulneráveis e de risco. As respostas apontaram que a criação de vínculos e de afetos com o ambiente, no caso do trabalho, pode ser um caminho importante para criação de resiliências e de potencialidades para reverter processos de vulnerabilidades sociais e ambientais (Bomfim et al., 2011).

⁴ Bomfim, Z. A.C., Martins, A. S., & Calabria, R. C. (2011). Estima de lugar e Indicadores de proteção afetiva de jovens estudantes de escolas públicas de Fortaleza: Aportes da psicologia ambiental para a compreensão da vulnerabilidade socioambiental -1ª fase. Relatório Técnico Universidade Federal do Ceará. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. PIBIC 2011/2012.

Além da criação de emprego e renda, a inserção na escola pode ser vista como um caminho importante de proteção do jovem. Por exemplo, na Política Nacional de Assistência Social, quando os serviços de Proteção Social Básica⁵ delimitam algumas condicionalidades às famílias atendidas, dentre elas, que crianças e adolescentes até 17 anos estejam regularmente matriculados e frequentando a escola. Isto porque, em sua maioria, as famílias atendidas por esses serviços vivem em situação de extrema pobreza (vinculada ao desemprego, falta de acesso a alimentos etc.) e vulnerabilidades outras (violência intrafamiliar, drogadicção, tráfico etc.). Na escola, estes jovens podem ter acesso a outros contextos, mesmo que minimamente, e, assim, podem também desconstruir esse ciclo gerado pelas vulnerabilidades e construir projetos de vida diferentes.

É preciso ainda ressaltar que a escola faz parte de um território. Ela é um lugar pelos vínculos que nela são construídos cotidianamente, mas é também parte de outros lugares: o bairro e a comunidade. Torna-se, assim, imprescindível que a escola estabeleça um diálogo direto com estes lugares, por integrá-los e por ter importância fundamental neles. Pensar, então, a escola como potencializadora de afetos, de forma dialógica, é pensar na transformação também das pessoas, dos bairros e/ou comunidades onde estas estão inseridas.

Abre-se, desta forma, caminho para uma relação outra com o lugar, com o “território” onde se vive: estimar o lugar é um dos processos de transformação dele, e quando se modifica o lugar, modificam-se as relações, modificam-se as pessoas.

Pode-se dizer que a questão territorial influencia diretamente nas formas de vulnerabilidade, pois a identidade com o lugar faz com que o território se fortaleça, promovendo uma intensa mobilização de bens e serviços necessários para um bem-estar social. Ou seja, não havendo vínculos fortalecidos, não havendo uma estima de lugar, maior a probabilidade de este território tornar-se suscetível às condições de vulnerabilidade.

O fortalecimento do capital e o processo de globalização, a partir do “meio técnico-científico informacional” (Santos, 1985) contribuiu de maneira direta para a perda de identidade cultural e consequentemente a perda de territórios, fortalecendo o individualismo e favorecendo a pre-

⁵ Para mais detalhes, ver: <http://mds.gov.br/>

carização do trabalho, da habitação, dentre outros elementos, fatores que favorecem o surgimento de vulnerabilidades sociais e ambientais.

Segundo Haesbaert (2006), “ninguém está excluído completamente na sociedade, mas muitos estão incluídos precariamente. Ninguém pode estar completamente destituído de território, mas pode estar precariamente territorializado”. Esta situação de precarização é o que demonstra o quanto uma comunidade/população pode ou não estar vulnerável e sua capacidade de modificar essa realidade.

Foi pensando nas potencialidades de superação destas vulnerabilidades pelo jovem no contexto da escola e de seu território mais próximo, o bairro e a comunidade, que se averiguaram possíveis correlações entre a categoria estima de lugar com as de autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro de jovens de escolas públicas de Fortaleza, a partir dos dados levantados na pesquisa *Adolescência e Juventude: estudo sobre situações de risco e redes de Proteção em Fortaleza* (Colaço et al., 2011).

Correlação entre estima de lugar, autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro

A partir do questionário adotado na Pesquisa adolescência e juventude brasileira (Koller et al., 2006), aplicado e adaptado para as escolas públicas de Fortaleza entre 2010 e 2011 (Colaço et al., 2011), averiguaram-se possíveis correlações entre a categoria estima de lugar e as de autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro de jovens de escolas públicas de Fortaleza.

Foi aplicado um questionário composto por 77 itens, sendo 76 objetivos e um descritivo, tendo 17 questões acerca dos dados biossociodemográficos e outras com temas de diferente natureza. As questões analisadas foram: estima de lugar (questão 68), autoestima (questão 74), autoeficácia (questão 75) e perspectiva de futuro (questão 76). Havia questões de múltipla escolha e questões em formato Likert.

A estima de lugar foi avaliada nas questões: eu posso confiar nas pessoas da minha comunidade/bairro; eu me sinto seguro na minha comunidade/bairro; eu posso contar com meus vizinhos quando preciso deles; minha comunidade tem melhorado nos últimos 5 anos; eu sinto

que pertenço a minha comunidade/bairro; eu posso contar com alguma instituição comunitária quando preciso.

A autoestima foi mensurada por meio de um modelo simplificado da escala de Rosenberg (1965/1979), em que o respondente deveria assinalar a frequência com a qual se sentia conforme as assertivas indicadas, variando entre “nunca”, “quase nunca”, “às vezes”, “quase sempre” e “sempre”, totalizando 10 frases a serem avaliadas.

Na questão 75, o tema abordado foi a autoeficácia, através da adaptação da escala de Schwarzer e Jerusalém (1995). Nesta questão, foram apresentados 11 enunciados a serem assinalados conforme se relacionavam ou não com pensamentos e crenças dos sujeitos.

A escala desenvolvida por Jessor, Donovan e Costa (1990) foi adaptada e compôs a questão 76 do instrumento de pesquisa, sendo seu objetivo avaliar a perspectiva de futuro dos jovens e adolescentes pesquisados. Os 9 itens integrantes desta questão investigaram a probabilidade que os sujeitos acreditavam ter de obter sucesso em áreas educacionais, profissionais, econômicas, afetivas e de prestígio social.

A amostra foi composta por 1140 jovens estudantes de 43 escolas públicas de Fortaleza (23 estaduais e 20 municipais), com idade entre 14 e 24 anos, que se encontravam dentro da faixa de baixo nível socioeconômico e eram majoritariamente do sexo feminino (57,9%), solteiros (92,8%) e distribuídos entre o ensino médio (56,9%) e o ensino fundamental (37,7%). A maior parte da amostra declarou-se parda (63,9%).

As análises apontaram que, apesar das condições de vulnerabilidade, tais como baixo nível de escolaridade dos pais, precárias condições habitacionais, desvantagens socioeconômicas, os jovens pesquisados inclinam-se para uma autoestima positiva, com valorização de suas qualidades pessoais e satisfação consigo mesmos, como nos seguintes itens: Sou capaz de fazer tudo tão bem como as outras pessoas (66,6%), Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo (60,0%), De modo geral, estou satisfeito comigo mesmo (58,8%). Apesar destes valores serem relativamente altos se comparados com os indicadores encontrados em outras cidades, tais como Brasília e Belo Horizonte, percebe-se a discrepância negativa que estes dados exprimem, demonstrando que a autoestima dos jovens cearenses encontra-se bem abaixo daquela expressa pelos demais jovens.

No tocante à autoeficácia percebida pelos participantes da amostra, os índices registrados demonstram que os jovens pesquisados têm um nível elevado de crença em sua capacidade de solucionar situações difíceis ou inesperadas. Foi registrada uma frequência de 73,0% a 85,4% de respostas positivas aos itens da questão 75, relativa a este tema: Eu posso resolver a maioria dos problemas se fizer o esforço necessário (85,4%); Tenho facilidade para persistir em minhas intenções e alcançar meus objetivos (81,7%); Tenho confiança para me sair bem em situações inesperadas (79,3%); Eu geralmente consigo enfrentar qualquer adversidade (73,0%).

Quanto à perspectiva de futuro, constatou-se que os jovens da amostra apresentaram índices positivos de expectativa acerca do futuro, o que também pode estar relacionado aos elevados indicadores encontrados em relação à autoeficácia. As porcentagens mais altas de crença nas oportunidades futuras referem-se àquelas existentes no campo da saúde e das relações interpessoais, tais como: ser saudável a maior parte do tempo (83,6%), ser respeitado na minha comunidade (81,1%), ter uma família (80,0%) e ter amigos que me darão apoio (79,5%). Vale salientar que em relação aos aspectos educacionais, a porcentagem dos jovens que acreditam que concluirão o ensino médio é mais baixo, embora ainda seja alto (76,2%), contudo, quando se trata da possibilidade de ingressar no ensino superior, apenas 51,7% dos jovens responderam positivamente.

Ao relacionar a estima de lugar com os demais fatores de proteção discutidos até aqui, verificou-se que os resultados mostraram a existência de uma correlação positiva e significativa entre a estima de lugar e a autoestima, a perspectiva de futuro e autoeficácia. Estas variáveis se correlacionaram significativamente entre si. Assim, quanto maior os níveis de estima de lugar, maiores serão os níveis de autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro dos jovens.

Tabela 1. Correlatos da estima de lugar (n = 1.140)

1. Estima de lugar			
2. Autoestima	0,20*		
3. Perspectiva de futuro	0,17*	0,37*	
4. Autoeficácia	0,14*	0,45*	0,32*
	1	2	3

Também é possível notar que a autoestima, a autoeficácia e a perspectiva de futuro correlacionaram-se positivamente entre si. Tais dados apontam para a compreensão da estima de lugar como um fator de proteção à vulnerabilidade de jovens e adolescentes, conforme melhor discutido na sessão subsequente.

Estima de lugar e a escola: pesquisando e construindo uma intervenção psicossocial

Os resultados apontaram que é possível compreender a estima de lugar como um dos fatores importantes na avaliação da autoestima, da autoeficácia e da perspectiva de futuro dos jovens avaliados. Contudo, reconhece-se que, ao se tratar de fenômenos psicossociais, dificilmente as explicações derivam de um único fator, observando sempre a teia de relações que os compõem. Foram identificados caminhos comuns deste estudo e investigações anteriores: a importância de investir no contexto onde vive o jovem.

Concluí-se que a comunidade da escola não é somente o entorno físico que a circunda. Os jovens criam simbolismos e significações com o bairro, que vão variar em função da cultura, costumes, crenças, valores, representações, visões de mundo, reforçados pela coletividade. Um bairro degradado, violento, com altos índices de homicídio tem uma péssima reputação, traz desconforto para o jovem e adolescente, que também vê sua imagem e reputação de forma negativa, principalmente quando não está implicado e vinculado com a comunidade.

O preconceito com o lugar foi o mais apontado pelos jovens das escolas públicas de Fortaleza. Pode-se inferir que o lugar e o bairro onde se encontra a escola podem ser um importante caminho para potencializar indicadores subjetivos de proteção do jovem, e, consequentemente, promover a diminuição de riscos e de vulnerabilidades socioambientais destes que se encontram em contextos de adversidades sociais, culturais, econômicas e simbólicas próprias das escolas públicas brasileiras.

As políticas públicas para a juventude precisam priorizar aspectos subjetivos de apoio psicossocial que coloquem o espaço do bairro e da

comunidade vinculados à escola como prioritários, tais como o incentivo à participação comunitária, a inserção de equipamentos comunitários de lazer, cultura, de convivência e de apoio social. Estimar os jovens é estimar a escola, o bairro e a comunidade e vice-versa.

Estas conclusões estão sendo corroboradas na 2ª e 3ª fase da pesquisa (Bomfim & Silveira, 2012)⁶ a partir do retorno a 5 escolas componentes da amostra geral onde se devolveram os resultados da parte qualitativa aos alunos a partir de grupos focais e de círculos de cultura. Novas discussões e reflexões foram estabelecidas com estes grupos de jovens dentro das escolas, confirmando que a estima de lugar destes alunos tendem mais a uma potência de ação negativa mais do que positiva, a partir da prevalência de imagens de destruição e de contrastes mais do que de agradabilidade e de pertencimento.

No sentido de buscar priorizar uma produção de conhecimento que seja compromissada com a realidade brasileira e regional, estamos em fase de preparação de várias intervenções nestas escolas pesquisadas nos últimos anos, tendo como base a afetividade e a estima de lugar nas perspectivas psicossocial e dialética.

Priorizaremos a estima de lugar como extensão da autoestima dos jovens por intermédio de atividades que fomentem no bairro espaços de encontros e de processos de apropriação do espaço; o resgate da história e da memória; o mapeamento de possibilidades de lazer e oportunidades, além de uma educação ambiental que promova maior pertencimento ao bairro.

Outras atividades que promovam um maior reconhecimento, valor e autoestima do jovem estão sendo planejadas, tais como atividades de contato com eles mesmos, a partir da corporeidade e do esporte, conversas e encontros individuais relacionados com o processo ensino e aprendizagem e grupos de reflexão com temas de interesse, e outras atividades em que eles possam ser escutados e considerados em seus projetos de vida atuais e futuros.

⁶ Bomfim, Z. A. C. & Silveira, S. S. (2012). Estima de lugar e Indicadores de proteção afetiva de jovens estudantes de escolas públicas de Fortaleza: Aportes da psicologia ambiental para a compreensão da vulnerabilidade socioambiental -2ª fase. Relatório Técnico Universidade Federal do Ceará. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. PIBIC 2012/2013.

Esperamos que, por intermédio destas intervenções, possamos minimizar processos de vulnerabilidade social e potencializar os aspectos de proteção subjetiva tão preconizados e apontados pelas teorias de desenvolvimento de base psicossocial e ecológica. A resposta para conhecer esta situação de vulnerabilidade e violência vivida nos bairros hoje onde se encontram as escolas nós já temos e sabemos, o que precisamos agora é intervir, universidade e políticas públicas com o fim de protegê-los.

Referências

- Ayres, J. R. C. M., França, I., Calazans, G. J., & Saletti, H. C. (1999). Vulnerabilidades prevenção em tempo de AIDS. In R. M. Barbosa & R. Parker (Orgs.), *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder* (pp. 49-72). Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34.
- Amparo, D. M., Galvão, A. C. T., Alves, P. B., Brasil, K. T., & Koller, S. H. (2008). Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 165-174.
- Banco Mundial. (2007). *Jovens em situação de risco no Brasil. Relatório Técnico* (Vol. 1). Brasília, DF: Autor. Acesso em 03 de março, 2014, em <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186331278301/20Vol1PortGlos.pdf>
- Bandura, A. (1992). Exercise of personal agency through the self-efficacy mechanism. In E. Schwarzer (Ed.), *Self-efficacy: thought control of action* (pp. 3-38). Washington, D.C.: Hemisphere.
- Bardagi, M. P. & Boff, R. M. (2010). Autoconceito, autoeficácia profissional e comportamento exploratório em universitários conluentes. *Avaliação*, 15(1), 41-56.
- Bomfim, Z. A. C. (2003). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Bomfim, Z. A.C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC.
- Bomfim, Z. A. C., Alencar, H. F., Santos, W. S., & Silveira, S. S. (2013). Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da psicologia ambiental e social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza. In V. F. R.

- Colaço & A. C. F. Cordeiro (Orgs.), *Adolescência e Juventude, Conhecer para Proteger* (pp. 317-341). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfrenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: ArtMed.
- Carvalho, R. G., Pocinho, M., & Silva, C. (2010). Comportamento adaptativo e perspectivação do futuro: algumas evidências nos contextos da educação e da saúde. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 554-561.
- Castro, M. G. & Abramovay, M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Caderno de Pesquisa*, 116, 143-176.
- Corraliza, J. A. (1998). Emoción y ambiente. In J. I. Aragonés & M. Américo (Eds.), *Psicologia Ambiental* (pp. 281-302). Madrid: Pirâmide.
- Espinosa, B. (1996). *Ética demostrada según el orden geométrico*. México, DF: Fondo de Cultura Econômico.
- Gilmartín, M. A. (1998). Ambientes escolares. In J. I. Aragonés & M. Américo (Eds.), *Psicologia Ambiental* (pp. 221 - 237). Madrid: Pirâmide.
- Gobita, M. & Guzzo, R. (2002). Estudo inicial do inventário de auto-estima (SEI). *Psicologia: reflexão e crítica*, 15(1), 143-150.
- Haesbaert, R. (2006). *Territórios alternativos* (2ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Jessor, R., Donovan, J. E., & Costa, F. (1990). Personality, perceived life chances and adolescent health behavior. In K. Hurrelmann & F. Losel (Orgs.), *Health hazards in adolescence* (pp. 25-410). New York: Gruyter.
- Heller, A. (1979). *Teoría de Los Sentimientos*. Madrid: Editorial Fontamara.
- Koller, S., Moraes, N. A., & Cerqueira-Santos, E. (2009). Adolescentes e jovens brasileiros: levantando fatores de risco e proteção. In R. Libório & S. H. Koller (Orgs.), *Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira* (pp. 17-56). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Locatelli, A. C., Bzuneck, J. A., & Guimarães, S. E. (2007). A motivação de adolescentes em relação com a perspectiva de tempo futuro. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20(2), 268-276.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mosquera, J. J. M. & Stobäus, C. D. (2006). Autoimagem, autoestima e autorrealização: qualidade de vida na universidade. *Psicologia, saúde & doenças*, 7(1), 83-88.
- Oliveira, M. B. & Soares, A. B. (2011). Autoeficácia, raciocínio verbal e desempenho escolar em estudantes. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 27(1), 33-39.

- Park, R. E. (1967). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In O. G. Velho (Org.), *O fenômeno urbano*. (pp. 29-72). Rio de Janeiro: Zahar.
- Pol, E. & Valera, S. (1999). Symbolisme de l'espace public et identité sociale. *Villes en Parallèle*, 28(29), 13-33.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-Identity: Physical World Socialization of The Self. In *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57-83.
- Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.
- Schwarzer R. & Jerusalem M. (1995). *Generalized Self-Efficacy Scale*. In J. Weinman, S. Wright, & M. Johnston (Eds.), *Measures in Health psychology: A User's Portfolio. Causal and Control Beliefs* (pp. 35-37). Windsor, UK: NFER-Nelson.
- Thibaud, J. P. (2004). O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem das ambiências urbanas In E. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Orgs.), *Psicologia e ambiente* (pp. 347-361). São Paulo: EDUC.
- Tuam, Yi-Fu. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- Vygotsky, L. S. (1995). *El problema del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. In *Obras Escogidas, Problemas del desarrollo de la psique. Tomo III* (pp. 11-340). Madrid: Visor

Sobre os autores, organizadores e coordenadoras

Autores

Adolfo Pizzinato é doutor em Psicologia da Educação pela Universitat Autònoma de Barcelona e professor da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: adolfo.pizzinato@pucrs.br

Alisson Tiago Gonçalves Vieira é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas e egresso do Programa de Educação Tutorial em Psicologia (PET-Psicologia). Atualmente é residente do Programa de Residência Multiprofissional de Saúde da Família na Universidade Estadual das Ciências da Saúde do Estado de Alagoas.

E-mail: atgvieira@gmail.com

Ana Kristia da Silva Martins é mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: anakristia88@yahoo.com.br

Ana Paula Martins é psicóloga pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, Santa Catarina.

E-mail: anapmlsc@msn.com

Cristiano Hamann é licenciado em História e mestrando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

E-mail: cristiano.hamann@gmail.com

Cristiano Santos Rodrigues é doutor em Sociologia pela Universidade Estado do Rio de Janeiro, e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: cristianor@gmail.com

Dayse Da Silva Albuquerque é mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: albuquerquepsi@hotmail.com

Debora Linhares da Silva é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: deboralinhairesilva@gmail.com

Eduardo Augusto Tomanik é doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi professor da Universidade Estadual de Maringá, e atualmente é Professor Voluntário do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: eatomanik@gmail.com

Elisa Harumi Musha é mestranda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: elisa.hmusha@gmail.com

Erich Montanar Franco é doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Armando Álvares Penteado.

E-mail: erich.franco@mackenzie.br

Frederico Alves Costa é doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, no qual realiza estágio pós-doutoral (PNPD/CAPES).

E-mail: fredericoalvescosta@gmail.com

Gabriela Lopes de Aquino é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

E-mail: gabilaquino@gmail.com

Gláucia Tais Purin é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São paulo .

E-mail: glauciatp@hotmail.com

João Pedro Cé é psicólogo e Produtor Cultural. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

E-mail: joaopedroce@yahoo.com.br

Kátia Maheirie é doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com estágio pós doutoral na Universidade de Campinas. É Professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: maheirie@gmail.com

Lorena de Fátima Prim é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora Titular do Fundação Universidade Regional de Blumenau.

E-mail: lorenafatimaprim@gmail.com

Luis Guilherme Galeão-Silva é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor de psicologia social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: luisgaleao@usp.br

Marcela de Andrade Gomes é doutora no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora da Faculdade CESUSC (Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina).

E-mail: marceladea'ndradegomes@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagodi é doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo e professor do Curso de Geografia na Universidade Federal Fluminense.

E-mail: marcomalagodi@uol.com.br

Marco Aurélio Máximo Prado é doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: mamprado@gmail.com

Maria Inês Gasparetto é doutora em Antropologia Social pela Brunel University. Atualmente pesquisadora titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

E-mail: higuchi.mig@gmail.com

Mariana de Castro Moreira é doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, trabalha como professora, pesquisadora e coordenadora de cursos de graduação e pós-graduação presencial e à distância.

E-mail: mari.moreira@oi.com.br

Mariana de Moraes Duarte Oliveira é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas e egressa do Programa de Educação Tutorial (PET-Psicologia) da mesma Universidade.

E-mail: mari.duarte@hotmail.com

Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac é doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS IP Universidade Federal do Rio de Janeiro, e docente e pesquisadora em pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação da mesma universidade.

E-mail: marie.b@hotmail.com.br

Mário Henrique da Mata Martins é doutorando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: martins.mariodamata@uol.com.br

Mary Jane Paris Spink é doutora em Psicologia Social - University of London. Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: mjspink@pucsp.br

Priscilla Maia Rangel é mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Estácio de Sá e Associação Educacional Dom Bosco.

E-mail: priscilla.maiaangel@gmail.com

Rodrigo de Oliveira-Machado é mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutorando em Psicologia Social na Universitat Autònoma de Barcelona.

E-mail: rodrigo.psicopuc@gmail.com

Tania Barros Maciel é pós-doutora pelo L Institut d Etudes Politiques de Paris Sciences Po e doutora em Sciences de Leducation - Universite de Paris V. Atualmente é Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: taniabm@gmail.com

Telma Regina de Paula Souza é doutora em Estudos Pós Graduados em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é docente da Universidade Metodista de Piracicaba.

E-mail: trsouza@unimep.br

Vivina Dias Sól Queiróz é doutora em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atualmente é professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

E-mail: vivinasol@gmail.com

Zaira de Andrade Lopes é doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo e professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

E-mail: zairaal@gmail.com

Zulmira Áurea Cruz Bomfim é doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós doutorado em Psicologia ambiental na Universidade da Coruña, Espanha. É professora do Programa de Pós Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: zulaurea@gmail.com

Organizadores

Frederico Viana Machado é doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Bacharelado em Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: fredvma@yahoo.com

Gustavo Massola é doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: gustavomassola@usp.br

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro é doutora em Psicologia pela PUC São Paulo com pós-doutorado em Políticas Públicas na Escola de Administração Pública e Governos da Fundação Getúlio Vargas/SP e na Universidade Autônoma de Barcelona. É professora da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: maria.ribeiro@ip.ufal.br

Coordenadoras da Coleção

Ana Lúcia Campos Brizola é mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do INCT CNPq Brasil Plural - IBP. Editora executiva do Núcleo de Publicações do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH/UFSC e da ABRAPSO Editora.

E-mail: ana.lidia@ufsc.br

Andrea Vieira Zanella é doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista em produtividade do CNPq.

E-mail: avzanella@gmail.com